

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fabiana Scoleso

**Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista:
As Misérias da Era Neoliberal na Década de 1990**

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fabiana Scoleso

**Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista:
As Misérias da Era Neoliberal na década de 1990**

- Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a Orientação do Professor Doutor Antonio Rago Filho.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Aos meus pais, Ana e Nilson.

Ao meu avô Sidraque Vila de Sá.

Aos meus mestres Cida e Antonio.

Elogio da dialética

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

Bertold Brecht

Agradecimentos

Em especial, à minha mãe, pelo apoio que, generosamente, me deu durante toda a vida. No último ano de doutorado, ela me apoiou em decisões difíceis, como abandonar o emprego a fim de que eu me dedicasse, exclusivamente, a esse trabalho. Só a sua frase de estímulo à minha decisão já foi o suficiente para que eu tivesse as condições de realizar meu projeto. Agradeço-lhe por tudo e, em especial, por ter me incentivado sempre.

Ao meu pai por ter me proporcionado o que mais aprecio consumir: conhecimento. Ele me propiciou conhecer muitos lugares e, assim ajudou-me a crescer culturalmente e por isso sou-lhe grata.

Ao meu avô pelo apoio, estímulo e confiança. Muito obrigada!

Ao professor Dr^o Giovanni Alves agradeço pelas importantes contribuições dadas a esta tese quando da realização da qualificação, pela sua generosidade, e pela sua presença na defesa deste trabalho.

À Professora Vera Lúcia Vieira a quem tive o prazer de conhecer em 1999, quando iniciei meu curso de especialização na PUC São Paulo. Sempre serena e dedicada, pronta a me ajuda, possibilitou-me momentos de estudos nos encontros do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Poder e Ideologia – NEHTIP. Agradeço também às suas inúmeras contribuições quando da qualificação deste trabalho e pela sua presença na conclusão desta etapa da minha vida acadêmica.

À Maria Aparecida de Paula Rago, minha mestra, que me incentivou e me mostrou novos caminhos e possibilidades quando eu achava que tinha chegado ao meu limite e ao ponto final. Deu-me a conhecer que não era um ponto final e, sim, uma vírgula que me traria, mais adiante, o desdobramento de muitas coisas importantes. Nunca serei capaz de traduzir em palavras os meus agradecimentos, mas espero que, quando ler o meu Muito Obrigado, sinta que ele é algo forte e verdadeiro.

Ao Professor Antonio Rago Filho, mestre e amigo. Por ter acreditado em mim e me auxiliado nos momentos em que minha incompreensão se transformava em barreira. Obrigada por me ajudar a romper as dificuldades e a

superar os desafios. Sem você, do começo ao fim, esse trabalho não teria sido possível. Minha gratidão será eterna.

À Madre Carmen de Ciccio, pela confiança, pelo amor e carinho que sempre me foram ofertados. Obrigada por apostar mim, pela concessão de uma licença por um ano no Colégio e por ter acreditado que tudo iria valer à pena. Jamais esquecerei sua compreensão.

Ao Colégio Maria Imaculada e às Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino pelo investimento moral, pelo acolhimento e pela possibilidade de me dedicar aos estudos por um ano. Desde que entrei nesse Colégio e tive a possibilidade de conhecer sua história por meio do I Congresso Internacional Concepcionista, realizado na Espanha, certifiquei-me da importância dos objetivos e do ideal do ensino proposto, o que me convenceu da sua magnitude e beleza.

Aos meus amigos Maria Amélia Fernandes, Wilson Fernandes Fortti, Erica Saddi, Valdeir Gonçalves Netto, Patrícia Saheli e Nivaldo Mateus dos Santos por estarem ao meu lado apoiando e, principalmente, compreendendo os momentos difíceis. Obrigada por estarem ao meu lado e por me fortalecer.

Ao grande filósofo José Chasin que, apesar de não tê-lo conhecido pessoalmente, devo as bases analíticas fundamentais de apoio e desenvolvimento deste doutorado.

Faço menção, também, aos meus amigos de mestrado e doutorado com quem pude compartilhar as dores e as alegrias no processo de elaboração desta tese: Fernando Furquin Camargo e Elisabeth Tamas obrigada por tudo.

À Capes pelo apoio financeiro imprescindível para a realização deste projeto.

Resumo

O objeto deste trabalho é a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na década de 1990, período da reestruturação produtiva e das suas novas dimensões do mundo do trabalho. A cooptação pelo Estado do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores e as relações objetivas que definiram o capitalismo, ao longo da década de 1990, caracterizaram a forma peculiar assumida pelo sindicalismo na sociedade brasileira.

Assim, o “neoliberalismo” brasileiro adquiriu forma e conteúdo distintos como “anel auto-perpetuador” e revelou mais um engajamento do Estado do que um distanciamento das chamadas “forças do mercado”. Com intensa participação, o governo de Fernando Collor de Mello e o de Fernando Henrique Cardoso implementaram as novas bases para a reestruturação produtiva e para a reestruturação do capital. Esse engajamento Capital-Estado teve como principais conteúdos a organização social da produção, os princípios políticos e creditícios para a expansão do capital e, fundamentalmente, um novo tipo de captura da subjetividade do trabalho.

O sindicalismo metalúrgico do ABC, tão combativo na década de 1980 e com profundo caráter classista, abandona esse perfil e assume uma nova lógica corporativa setorial denominado sindicalismo propositivo.

O neocorporativismo sindical, de cariz propositivo, é assumido, fundamentalmente, após o IV Congresso da Central Única dos Trabalhadores em 1991 e desempenhado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, principal sindicato da base cutista, e na Câmara Setorial Automotiva (1992-1994).

O novo perfil assumido abandona as práticas junto à base e assume o cupulismo e a aderência às negociações junto às empresas e governo. A crítica substantiva à ordem política e econômica é substituída pelo conteúdo negociativo. As perdas são absolutamente maiores que os ganhos para a classe trabalhadora. Os índices de desemprego do período não deixam dúvidas sobre o papel da reestruturação e sobre a ínfima influência sindical nas mudanças do setor e nos rumos da economia. Para nós, fica claro que a década de 1990 foi o período das múltiplas dimensões da reestruturação e que

o Sindicalismo Metalúrgico do ABC, seguindo as orientações da Central Única dos Trabalhadores, assumiu uma posição caudatária da lógica politicista, entendido por nós, como aderência do Estado não acenando para uma lógica onímoda do trabalho.

Palavras-chaves: politicismo, reestruturação produtiva, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, via colonial, “novo-sindicalismo”, institucionalização

Abstract

The object of this work is the action of metallurgist Union Trade from ABC in the decade of 1990, period of the productive restructuring of its several new dimensions in the work world. The absorption by the state of the union trade movement and the Partido dos Trabalhadores and the objective relations that defined the capitalism, through the decade of 1990, characterized the peculiar way assumed by the work in the Brazilian society.

In this way, the Brazilian "neoliberalism" got a different manner and content and revealed more an engagement of the state than a distance of the so called "market power". With intense participation, the government of Fernando Collor de Mello and Fernando Henrique Cardoso implemented the new basis for the productive restructuring of the capital. This engagement Capital x State had as main content to the social organization of the production, the principles politics and the credits for the capital expansion and, fundamentally a new kind of capture of the work subjectivity.

The Metallurgist Union Trade from 1990 ABC, so combative in the decade of 1980 and a deep class character abandon this profile and assume a new corporative sector manner dominating the Union Trade action propositive.

The union trade "neocorporatist", of propositive nature is assumed, fundamentally, after the IV (4 th) Congress of Central Única dos Trabalhadores in 1991 and developed by the Metallurgist Union Trade from ABC, main union trade of "cutistas" basis, and of the Automotive Sector Board (1992-1994).

The new assumed abandoned this profile the practices to the basis and assume the neocorporatist and adherence to the negotiation with the government's companies. The substantive criticism to the political and economical order is replaced by negotiated content. The losses are absolutely bigger than the gains for the working class. The indices of unemployment of the period don't leave doubts about the role of the restructuring and about the tiny union trade influence in the changes in the sector and in the directions of economy.

In our point of view, it is clear that the decade of 1990 was a period of several dimensions of the restructuring and that the Metallurgist Union Trade

actions from ABC, following the guidelines of the Central Única dos Trabalhadores, assumed the propositivo profile, understood by us, a adherence to the state driven by the politicist bias.

Keywords: politicism, productive restructuring, Metallurgist Union Trade from ABC, colonial way, “new union trade”, institutionalization

Resumen

El objeto de este trabajo es la actuación del Sindicato de los Metalúrgicos del ABC en la década de 1990, periodo de la reestructuración productiva y de sus nuevas dimensiones del mundo del trabajo. La absorción por el estado del movimiento sindical y del Partido de los Trabajadores y las relaciones objetivas que definieron el capitalismo, a lo largo de la década de 1990, caracterizaron la forma peculiar asumida por el trabajo en la sociedad brasileña.

Así el “neoliberalismo” brasileño adquirió forma y contenidos distintos y reveló más un involucramiento del estado que un alejamiento de las llamadas “fuerzas del mercado”. Con intensa participación, el gobierno de Fernando Collor de Mello y de Fernando Henrique Cardoso implementaron las nuevas bases para la reestructuración productiva y para la reestructuración del capital. Ese involucramiento Capital – Estado tuvo como principales contenidos a la organización social de la producción, los principios políticos y crediticios para la expansión del capital y, fundamentalmente, un nuevo tipo de captura de la subjetividad del trabajo.

El Sindicalismo Metalúrgico del ABC, tan combativo en la década de 1980 y con profundo carácter clasista, abandona este perfil y asume una nueva lógica corporativa sectorial denominado sindicalismo propositivo.

El neo corporativismo sindical, de cariz propositivo, es asumido, fundamentalmente, tras el IV congreso de la Central Única dos Trabalhadores en 1991 y desempeñado por el Sindicato de los Metalúrgicos del ABC, principal sindicato de las base *cutista*, y en la Cámara Sectorial Auto motiva (1992 – 1994).

El nuevo perfil asumido abandona las prácticas junto a la base y asume el *cupulismo* y la adherencia a las negociaciones junto a las empresas y gobierno. La crítica sustantiva a la orden política y económica es sustituida por el contenido negociado. Las pérdidas son absolutamente mayores que los ganos para la clase trabajadora. Los índices de desempleo del periodo no dejan dudas sobre el papel de la reestructuración y sobre la ínfima influencia sindical en las mudanzas del sector e en los rumbos de la economía. Para nosotros,

queda claro que la década de 1990 fue el periodo de las múltiples dimensiones de la restructuración y que el Sindicalismo Metalúrgico del ABC, siguiendo las orientaciones de la Central Única de los Trabajadores, asumió el perfil propositivo, entendido por nosotros, como adherencia al fetichismo del Estado conducido por el *vies politicista*.

Palabras claves: politicismo, restructuración productiva, Sindicato de los Metalúrgicos del ABC, vía colonial, “nuevo-sindicalismo”, institucionalización.

Résumé

L'objet de ce travail est traiter du rôle de l'Union des Metallurgistes dans les années 1990, une période de la restructuration productive et de la diversité des dimensions du nouveau monde du travail.

L'absorption par l'état du mouvement syndical et du Parti des travailleurs et les relations objectives qui ont défini le capitalisme, dans les années 1990, ont caractérisé la forme particulière prise par le travail dans la société brésilienne.

Ainsi, le «néolibéralisme» brésilien a acquis la forme et le contenu différents et a montré un autre engagement de l'État que une distance de "forces du marché". Avec une forte participation, le gouvernement de Fernando Collor de Mello et de Fernando Henrique Cardoso ont mis en œuvre de nouvelles bases tant pour la restructuration productive comme pour la restructuration du capital. Cet engagement de Capital-État a eu comme principaux contenus l'organisation sociale de la production, les principes politiques et de crédit pour l'expansion du capital et, surtout, un nouveau type de saisie de la subjectivité du travail .

Le syndicalisme métallurgique du ABC, si combative dans les années 1980 avec grand caractère de classe, laisse ce profil et assume une nouvelle logique corporative du secteur appelée syndicalisme propositionnel.

Le neo-corporatisme syndical, avec une forme PROPOSITIVE, est assumé, fondamentalement, après le IV Congrès de la CUT en 1991 et joué par le Syndicat des Métallurgistes de l'ABC, le principal syndicat de base cutista et dans le Conseil du Secteur de l'Automobile (1992-1994).

Le nouveau profil assumé abandonne les pratiques chez la base et assume le CUPULISME et l'adhésion à des négociations avec les entreprises et le gouvernement. La critique de fond à l'ordre politique et économique est remplacée par le contenu de négociation. Les pertes sont absolument plus grand que les gains pour la classe ouvrière. Le taux de chômage de la période ne laissent aucuns doutes sur le rôle de la restructuration et sur l'influence syndicale infime dans les changements du secteur et dans les directions de l'économie. À nous, il est clair que les années 1990 ont été la période des

multiples dimensions de la restructuration et que le syndicalisme Métallurgique ABC, en suivant les orientations de la Central Única dos Trabalhadores, a pris le profil propositionnel, compris par nous, comme l'adhésion au fétichisme de l'État conduit par la tendance politique.

Mots-clé: politique, la restructuration productive, l'Union des métallurgistes de l'ABC, en passant par le colonialisme, le "nouveau-syndicalisme», l'institutionnalisation

Lista de Abreviações

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APREST – Associação de Empresas prestadoras de Serviços a Terceiros

ASSERTEM – Associação Profissional das Empresas de Prestação de Serviços Temporários

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BTN – Bônus do Tesouro Nacional

CACEX – Carteira de Comércio Exteriores

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial

CEP – Controle Estatístico de Processos

CEXIM – Carteira de Exportação e Importação

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CIPAS – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COB – Confederação Operária Brasileira

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONCUT – Congresso da Central Única dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEMPI – Departamento de Micro e Pequena Indústria

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FAF – Fundo de Aplicações Financeiras

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GEPS – Grupos Executivos de Política Setorial

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISO – Internacional Organization for Standardization

JIT – Just-in-time

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MEFP – Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos

MUT – Movimento de Unificação do Trabalhador

OLT – Organização no Local de Trabalho

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria

PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCI – Programa de Competitividade Industrial

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PT – Partido dos Trabalhadores

PUA – Pacto de Unidade e Ação

PUI – Pacto de Unidade Intersindical

SDI – Secretaria de Desenvolvimento Industrial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SEM – Sistema de Estoque Mínimo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIMPI – Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias

SNE – Serviço Nacional de Economia

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TRD – Taxa referencial Diária

ULTAB – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNISOL – União de Solidariedade entre Cooperativas

Apresentação

O fato de retomar a temática do sindicalismo na tese de doutorado não só representa a extensão das discussões provenientes das análises desencadeadas na dissertação de mestrado, mas também, principalmente, pelo fato de se tornar cada vez mais urgente, em nossa sociedade, o debate sobre questões trabalhistas e do mundo sindical, que, na aparência e na essência, de modo fundamental para os mais interessados, os trabalhadores, já não têm a prerrogativa da ação efetiva.

Diante das grandes mudanças do cenário sindical brasileiro nos anos 90, nós nos detivemos a estudar o período na particularidade da Região do ABC Paulista, berço e palco da retomada do movimento sindical e da reemergência do sindicalismo na década de 70, qualificado e denominado “novo” até sua escalada rumo a novas estruturas e novos projetos.

Apesar dos anos 80 estatisticamente ter representado um avanço no número de paralisações, conquistas e novos tipos de profissionais atuando nas suas reivindicações específicas, precisamos nos ater no entendimento dos grupos sindicais que vão surgindo nesse período, das correlações de forças estabelecidas entre eles, suas perspectivas, avanços e cisões que os fizeram incorrer no afastamento das lideranças de suas bases e optar, ao seu tempo, por um sindicalismo de novo tipo.

Ao chegarmos à década de 90 e ao se depararem com as novas prerrogativas do mundo do trabalho, advindas da internacionalização dos processos produtivos, das novas formas de gestão da mão-de-obra, informatização, descentralização da produção, terceirização, entre outros, além dos novos contornos econômicos propostos pela presidência de Fernando Collor de Mello que sinalizava a Abertura Comercial como um processo que colocaria o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o país na sincronia econômica necessária para seu desenvolvimento.

No limiar desse novo contexto, o sindicalismo brasileiro, em especial, os sindicatos cujas bases sempre expressaram sua combatividade diante da opressão do capital, agora, diante dessas mudanças, acabaram recuando na

sua história de lutas e passaram, a partir daí, a adotar novas estratégias de ação. Alguns estudiosos apontam que essa falta de combatividade está, na verdade, expressa em um novo tipo de postura sindical que altera as formas de confronto e propõe a negociação como caminho de superação e minimização dos conflitos entre trabalho e capital.

Em nosso entendimento, ao aderir à lógica do capital, fincando os pés no trade-unionismo, o sindicalismo oriundo do ABC, que retomou seu papel de combativo e imprimiu novos aspectos no histórico do sindicalismo brasileiro, arrefeceu o combate e procurou novas alternativas da lógica onímoda do trabalho, de diálogos com o governo e empresários. Caminhou, então, muito mais para a negociação das perdas do que para a superação das problemáticas referentes ao mundo do trabalho e do capital.

Assim, o movimento sindical do ABC Paulista, dirigido ideologicamente pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, passou, a partir das prerrogativas definidas no IV Congresso da CUT em 1991, a adotar o discurso do sindicalismo propositivo alterando algumas das funções do sindicato. Se a sede do sindicato, durante anos, foi utilizada para grandes debates e embates em torno da problemática da classe trabalhadora, na década de 1990, ela não perdeu essa função, porém passou a abrigar diversos cursos de requalificação profissional e a oferecer cursos a dois agentes em especial: mulheres e jovens. As Comissões de Fábricas permaneceram importantes, mas adquirindo certa autonomia frente ao sindicato. Mas o fato que também exploraremos na tese é a participação do Sindicato na Câmara Setorial Automotiva, consolidada em reuniões tripartites (Estado, empresários e sindicato) com o objetivo de negociar e minimizar o impacto da reestruturação produtiva na classe operária.

Mas atuar dentro desse espectro também tinha seus riscos e, mais uma vez, o sindicalismo vai sofrer um duro golpe quando Fernando Henrique Cardoso, agora não mais Ministro e sim Presidente da República, elimina, em 1995, as Câmaras Setoriais e implanta o Novo Regime Automotivo.

Dessa forma, o único canal de interlocução é banido e o sindicato, que tanto apostou nos debates e nos caminhos de negociação no interior da Câmara, acaba perdendo seu único meio de conversação e metade da década de 1990, imprimindo não um sindicalismo de avanços e, sim, um sindicalismo

negociador das perdas decorrentes dos novos cenários econômicos e da avassaladora reestruturação produtiva.

Os níveis de desenvolvimento da produção, os processos de privatizações e a regulação da economia e a avalanche de novidades inseridas no cenário nacional acabaram por camuflar todos os resultados negativos produzidos em relação ao mundo do trabalho como as altas taxas de desemprego, de des-sindicalização e redução, a cada dia, do número de trabalhadores nas esferas da produção automobilística.

O crescimento industrial brasileiro veio acompanhado do seu viés catastrófico no campo social. As vicissitudes do desenvolvimento econômico brasileiro são possíveis, apenas, por conta da incompletude social, das limitações de classe, da supressão dos direitos trabalhistas e de um sindicalismo que não conseguiu romper com a lógica do capital.

Essas particularidades da formação brasileira serão abordadas no desenrolar da tese, para que possamos compreender os avanços e os limites do sindicalismo brasileiro e as correlações de forças existentes na nossa sociedade que viabilizam crescimento econômico e inviabilizam as melhorias em campos como saúde, educação e emprego.

Dessa forma, faremos um breve histórico da indústria automobilística no Brasil em consonância com os caminhos do sindicalismo no país. Retomaremos as discussões em torno da construção conceitual entre “velho” e “novo sindicalismo” a fim de compreender se as prerrogativas do movimento sindical, nas últimas décadas, romperam ou não com os supostos limites do pré-64, além de expor os traços constitutivos e entender esse movimento como continuidade e não ruptura como alguns autores prepuseram em suas análises.

Mas, obviamente, o tema principal desta tese está centrado nas práticas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista na década de 90, diante das mudanças econômicas iniciadas no governo de Collor de matriz neoliberal e da emergência do processo de reestruturação produtiva na indústria automobilística.

Trataremos das particularidades da economia brasileira no período que chamaremos de “Década dos Fernandos” com o objetivo de compreender a lógica econômica do capitalismo brasileiro nesse período e as gerências

internacionais na adoção de um novo e universal modelo produtivo baseado no ideário japonês.

Ao traçar esse cenário de conturbadas, mas decisivas mudanças irá se compreender a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista ao longo da década de 90 analisando, primordialmente, aspectos referentes às campanhas salariais, às paralisações que ocorreram nos primeiros anos da década e às participações na Câmara Setorial. Para tanto, foi selecionado um rico material com textos significativos do DIEESE e publicações do próprio sindicato. Jornais que abordaram as temáticas também foram selecionados, a fim de reproduzir as tensões da época e as ações imprimidas pelo sindicato ao longo do período.

Sumário

Introdução.....	24
I- Capítulo 1 – As bases de objetivação de um “novo sindicalismo”: a origem do “novo sindicalismo” na cadência do século XXI – das primeiras às últimas consequências	53
1.1 – A problemática do “novo sindicalismo”: o conceito que não consegue se livrar das aspas.....	70
II- Capítulo 2 – A Via Colonial de objetivação do capitalismo no Brasil: o caminho particular da formação industrial e da força de trabalho no Brasil.....	92
2.1 – Histórico 1956: a superação da economia agro-exportadora pela urbano-industrial – a indústria automobilística em formação – o metabolismo político na construção do pilar da economia nacional.....	117
III- Capítulo 3 – Sindicalismo em ascensão: o rearranjo de forças do sindicalismo brasileiro na década de 1980: entre a efervescência e a estagnação.....	143
IV- Capítulo 4 – A mundialização do capital e a universalização do trabalho: o Brasil no contexto da reestruturação produtiva e da reorganização do capitalismo na década de 1990.....	158
4.1 – A tecnologia e as relações de trabalho.....	164
4.2 – A “década dos Fernandos”: “neoliberalismo” e sindicalismo de Collor à F.H.C.....	167

	4.3 – Os caminhos do “neoliberalismo” brasileiro.....	178
	4.4 – O “projeto neoliberal” brasileiro	182
V-	Capítulo 5 – A Câmara Setorial do Complexo Automotivo no processo de reestruturação: a negociação da força de trabalho como transição para o silêncio.....	209
	5.1 – A organização da Câmara Setorial do Complexo Automotivo.....	216
VI-	Capítulo 6 – O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista e os novos paradigmas do mundo do trabalho na década de 1990.....	229
	6.1 – Da Noite da Vigília rumo ao século XXI: o sindicalismo metalúrgico do ABC na década de 1990 – histórias, desafios e formas de ação.....	246
	6.2 – A redefinição cutista e os novos caminhos do sindicalismo metalúrgico do ABC na década de 1990.....	253
	6.3 – O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na década “neoliberal”: ações, reações na prática sindical dos anos de 1990 – os caminhos da auto-conformação.....	264
	6.4 – Os “Golas Vermelhas”: a última grande greve do ABC.....	270
	6.5 – 1992 e os caminhos do sindicalismo propositivo no ABC Paulista.....	279
	6.6 – Flexibilização das relações de trabalho: Sindicato, governo e empresários na minimização das barreiras legais.....	335

VII-	Considerações Finais.....	354
VIII-	Referência Bibliográfica	
	(A) Obras.....	375
	(B) Fontes primárias e secundárias.....	394
	(C) Publicações do DIEESE.....	395
	(D) Livros e Revistas.....	397
	(E) Jornais.....	398
	(F) Fontes eletrônicas.....	399

Introdução

Começaremos a falar desta tese recorrendo a etnologia e recorrendo a uma palavra criada pelos romanos: *sinceridade*. Nossa proposta de análise procura perpassar pela construção *sine cera*: sem máscaras e sem modelos que possam aprisionar uma determinada realidade. Nossa preocupação foi manter e compreender o desenvolvimento sócio-histórico nacional por intermédio do metabolismo particular de nossa sociedade. Pela análise das categorias sociais, construídas singularmente no Brasil, é que procuramos dar os contornos analíticos e propusemos a compreensão da “década dos Fernandos”.

Procuramos realizar a análise imanente respeitando as determinações dos objetos estudados como forma de preservar sua integridade e as concreções que caracterizaram nosso desenvolvimento, nossos avanços e limites sociais. Outro fator fundamental é a abordagem ontológica, considerando a dinâmica inerente às interações categoriais, tendo, como pressuposto histórico, a *via colonial* de efetivação do capitalismo industrial no Brasil.

Em um estudo sobre o filósofo húngaro George Lukács, Ester Vaisman elucida a essência das questões ontológicas do ser social e que acreditamos merecer destaque:

“A análise ontológica do trabalho busca o reconhecimento das categorias basilares do ser social, enquanto o estudo da *reprodução*, diferentemente das tendências crítico-reprodutivistas, visa colher as categorias e os nexos no plano do ser operantes na processualidade concreta de explicitação histórica da mundaneidade histórico-social. Vale dizer, a categoria da reprodução refere-se às formas concretas historicamente determinadas, por meio das quais as categorias do ser social, postas a partir do pôr teleológico do trabalho, têm existência real em determinado momento e em determinado *lócus*. Isto não é senão outra maneira de dizer que a reprodução é a processualidade concreto de auto-explicitação

categorial do mundo humano. De acordo com filósofo húngaro, a reprodução social é o complexo formado pelos complexos concretos, sempre contraditórios, por meio dos quais o ser humano se constrói, enquanto ser social, ontologicamente distinto da natureza”¹.

Dessa maneira, procuramos compreender a dinâmica sócio-histórica reconhecendo as atrofias do capital e os elos débeis por ele produzidos ao longo do tempo. Por isso este trabalho procura elucidar os caminhos da via colonial e inicia esta introdução abordando os resultados relativos à atual crise econômica mundial. Entendemos ser possível verificar, nesta trajetória, os caminhos para a “modernidade” e para a “internacionalização” da economia na década de 1990 que carregou consigo o histórico de jamais ter *vivido* rupturas superadoras por parte de movimentos sindicais ou de partidos de esquerda. Hoje, com o Partido dos Trabalhadores no poder, verificamos que os rumos da economia nacional e o desenvolvimento social perpassam as mesmas instâncias que, outrora, foram conduzidas pelo PSDB e que a chegada de Lula ao poder e, mais ainda, em meio à crise, nunca atendeu, nem nunca atenderá às demandas da classe trabalhadora simplesmente pelo fato de nunca ter rompido, desde seu surgimento, com o poder autocrático burguês constituído. E como o Partido dos Trabalhadores têm encaminhado seus pressupostos políticos e econômicos?

O ano de 2008 começou em meio a um grande número de debates e anúncios por parte do governo acerca do Plano de Aceleração do Crescimento, elaborado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo principal do projeto era a retomada do crescimento industrial, econômico e social a partir de metas de investimentos em setores estratégicos como energia, estruturas viárias (rodovias federais), transportes (portos e aeroportos), assim como a progressiva redução de impostos em setores como de informática e construção civil. Algumas iniciativas adotadas geraram importantes resultados para a economia brasileira logo no primeiro trimestre de 2008 e conduziu o país ao status de credor internacional.

¹ VAISMAN, Ester. A contribuição para uma ontologia do ser social de G. Lukács para a filosofia da educação. Universidade Federal de Minas Gerais. n° 17, s/d. p. 10

Entretanto, o segundo semestre desse mesmo ano foi cenário de uma crise financeira que tomou proporções internacionais nos três meses finais de 2008. A “quebra” de inúmeros agentes financeiros nos Estados Unidos provocou um efeito dominó que desencadeou endividamento e recessão. Não demorou para os efeitos da crise chegar ao Brasil e para que o governo anunciasse as primeiras medidas para conter a desaceleração da economia nacional. A intervenção creditícia foi anunciada e cerca de 4 bilhões de reais foram injetados na indústria nacional. As indústrias automotivas foram as que mais receberam tais valores para estimular a produção, as vendas e conter as demissões.

Apesar dos sucessivos recordes de produção e de vendas batidos mês a mês ao longo de 2008 e dos altos ganhos conquistados por estas empresas, as pressões em torno do governo foram enormes. Além dos 4 bilhões em créditos, dados pelo BNDES, o governo reduziu o IPI como forma de estimular o consumo².

Mas o aspecto fundamental dessa crise é a relação entre capital e trabalho e a maneira pela qual o capitalismo, também em tempos de crise, amplia seu capital constante, absorve empresas que não conseguem por si se recuperar e investem em novas tecnologias para manter padrões e os aspectos necessários para a competitividade. Transforma, também, o capital variável como meio de regulação econômica, eliminando, primeiro, processos de trabalho no interior da empresa, depois substituindo inúmeros trabalhadores por tecnologia, absorvendo trabalhadores mais qualificados para as funções e, por fim, eliminando os empregados em épocas de baixa produtividade e retração econômica.

Mas como essa dinâmica é sustentada? Por projetos políticos que ampliam, legalmente, as condições necessárias para a produção e reprodução do capital. Ou seja, a flexibilização das leis trabalhistas é apenas um dos inúmeros casos. Favorece a contratação de trabalhadores temporários em

² PAC Automotivo. Subseção do DIEESE-CUT Nacional. De acordo com o trabalho realizado pelas subseções do DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CNM e da CUT Nacional, em julho de 2007, o documento aponta os planos de estímulo à reestruturação das áreas tradicionais de produção automotiva através de abertura de linha de financiamento especial do BNDES. In: <http://www.dieese.org.br/cedoc/3947.pdf>

épocas de alta produtividade, assim como não coloca nenhum tipo de barreira às demissões em épocas de crise.

Mas vale lembrar que o Setor Automotivo Brasileiro, desde a década de 50, recebe por parte do governo concessões e incentivos econômicos. Chegou aos anos 90 como o setor que mais recebia privilégios e, desde o início deste novo século, têm recebido inúmeros incentivos, o que mudou, sobremaneira, a configuração geoeconômica do setor.

A Ford anunciou investimentos de aproximadamente 2,2 bilhões de reais no Brasil até 2011. No pacote de investimentos, estava incluída a aquisição da empresa brasileira Troller, fabricante de jipes e picapes, com o objetivo de expandir a produção e a participação no mercado nordestino. Em 2006, uma quantia de 300 milhões tinha sido aprovada para implementar a linha de produção e iniciar a fabricação do Ford Ka na fábrica de São Bernardo do Campo. Outra meta era ampliar a capacidade produtiva da Fábrica da Ford em Taubaté³.

A Toyota, empresa japonesa que completou 50 anos no Brasil, também definiu suas estratégias para a ampliação das vendas e participação no mercado. Em 2007, começou a produzir o modelo Corolla (versão bicomustível) e, de acordo com Luiz Carlos Júnior, vice-presidente da Toyota-Mercosul, a empresa não vai ficar esperando as montadoras chinesas e indianas invadirem o mercado brasileiro. O objetivo é disputar com alta tecnologia, design e qualidade. No ano de 2007, a Toyota contava com cerca de 2750 funcionários e uma ampla rede de fornecedores. Sua principal fábrica está instalada no município de Indaiatuba e há outra em São Bernardo do Campo que produz apenas peças. Conta, nos dias de hoje, com aproximadamente 118 revendedoras em todo país⁴.

A General Motors, com sede em São Caetano do Sul, implantou em 2008, um terceiro turno de produção para atender à demanda e, diferentemente de sua matriz norte-americana, colheu bons frutos no mercado brasileiro.

³ Revista Carta Capital. 10 de janeiro de 2007, ano XIII, nº 426. p. 19.

⁴ Revista Exame. 9 de maio de 2007. nº8. p. 35.

A Volkswagen do Brasil também comemorou, no mesmo período, o bom desempenho no mercado interno e nas exportações. A marca é um dos maiores exemplos de reestruturação produtiva em nosso país. Na década de 1970, contava com cerca de 35.000 funcionários e, no momento, atua com menos de 10.000 mantendo altas taxas de produtividade⁵.

Ao mesmo tempo em que esses novos investimentos foram anunciados, a OIT – Organização Internacional do Trabalho divulgava seu relatório sobre o desemprego no mundo. Em 2003, a estimativa era de que 185,9 milhões de pessoas, aproximadamente, estavam desempregadas no mundo e que cerca de 550 milhões viviam em condições de sub-emprego com uma renda diária inferior a US\$ 1⁶.

Nosso objetivo é compreender as origens desse processo de crise, os caminhos adotados pelas empresas, pelo governo e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ao longo da década de 90 que viabilizaram novas formas de subjetividade social e produziram novas formas de miséria e exploração. Poderíamos fazer aqui uma série de questionamentos em relação aos impactos que a inserção de novas tecnologias e o uso de novas técnicas de gestão causaram no mundo do trabalho. Mas, nosso objetivo primordial, foi o de estudar as políticas desencadeadas ao longo da década “neoliberal”, seus impactos na reestruturação produtiva do setor automotivo e as ações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diante de tais transformações e verificar como o Brasil foi capaz de realizar apenas uma modernização excludente em que o progresso social está dissociado da evolução nacional.

Ao longo da década de 1990, muitos estudos foram desenvolvidos quando essas temáticas estavam no ápice de seus desdobramentos. Estudiosos como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Adalberto Moreira Cardoso, Mario Sergio Salerno, Nadya de Araújo Castro entre outros, já discutiam, em seus livros e artigos, os rumos da indústria automotiva nacional e os caminhos do sindicalismo no país⁷.

⁵ Visita realizada pela autora à fábrica da Volkswagen no ano de 2002 quando da implantação da plataforma de produção do Novo Polo.

⁶ Folha de São Paulo. Mundo tem 186 mi de pessoas sem trabalho. São Paulo, 23/01/2004.

⁷ CASTRO, Nadya de Araújo. A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

As transformações que ocorreram no cenário político brasileiro criaram as condições para que houvesse uma grande aceleração na introdução de novas formas de produção, de gestão da mão-de-obra, mas, principalmente ao que concerne à introdução de novas tecnologias e padrões produtivos de qualidade nesse período.

Com esse trajeto de transformações desde a escala governamental até o chão da fábrica propriamente dito, surgiram novos dilemas para a classe operária e para o sindicalismo brasileiro. E é nesse campo onde se desenvolvem avanços e contradições, que iremos fazer nossas incursões analíticas a fim de perceber os elos débeis desse desenvolvimento e desse novo momento na história do sindicalismo nacional.

As consequências de tais mudanças ocorreram, primordialmente no campo do Trabalho e do Emprego, quando da redução de um grande número de trabalhadores e quando da implantação de novas formas de gerenciamento da mão-de-obra, além da inserção de novas tecnologias e de elementos que compõem os chamados Padrões de Qualidade Internacionais.

Esse espectro de mudanças em relação ao emprego e desemprego, mais a procura das empresas por trabalhadores com níveis técnicos de qualificação para lidar com as novas tecnologias, provocaram a transformação da face do operariado dessa indústria. Jovens, muitos formados em cursos técnicos pelo Senac, passaram a ocupar as novas vagas e, organizados e cooptados pelas empresas por intermédio de Cipas e Encontros de Discussões no interior das empresas, também contribuíram para o afastamento de muitos trabalhadores do trabalho sindical, fundamentalmente do próprio Sindicato.

Nos primeiros anos da década de 90, que compete ao governo de Fernando Collor de Mello, foram desenvolvidos pela equipe econômica vários Programas de Incentivo à Capacitação Industrial, o que provocou a liberação

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo: São Paulo, 2000.

ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw, MCILROY, John, RAMALHO, José Ricardo, RODRIGUES, Iram. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. Boitempo: São Paulo, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. Boitempo: São Paulo, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2003.

BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. Xamã: São Paulo, 1999.

de recursos provenientes, principalmente, do BNDES, para que as principais montadoras pudessem investir em tecnologia, aplicar as bases técnicas de qualidade e conquistar as certificações internacionais com a chancela ISO's inserindo o país no contexto da mundialização do capital.

Ainda nessa perspectiva da globalização, o Professor Drº Ricardo Antunes aponta que o desenvolvimento econômico, social, político e cultural se apresentam com traços universais do capitalismo globalizado e mundializado; porém estão incrustados, nesse processo, traços particulares que, uma vez entendidos, ajudam-nos a visualizar e a resgatar aquilo que é típico e característico do nosso país. Para ele trata-se de uma globalidade desigualmente combinada, que não pode admitir uma associação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre nos países centrais e nos países subordinados⁸.

Para Luciano Vasapollo coexistem diversas faces de um mesmo modo de produção capitalista baseado na acumulação flexível⁹.

É dentro dessa perspectiva universal e particular que verificaremos as desregulamentações ocasionadas pelos incentivos ao desenvolvimento e a inserção de padrões internacionais de produção que vão atingir três principais níveis e provocar os desdobramentos particulares. São eles:

1. Nível da Empresa

1.1) A desconcentração industrial desencadeou, a partir de 1995, a busca de vantagens e incentivos fiscais estabelecendo concorrência entre Municípios e Estados da Federação. A problemática da terceirização procurou eliminar processos produtivos, diminuindo o número de funcionários e, gradualmente, eliminando encargos trabalhistas advindos dos registros em carteira.

1.2) O desenvolvimento de setores como o de Gestão da mão-de-obra criou alternativas para dirimir os problemas internos procurando discutir e solucionar

⁸ ANTUNES, Ricardo. *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In: Neoliberalismo, Trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. Boitempo: São Paulo, 1997. p. 79.

⁹ VASAPOLO, Luciano. *Por uma política de classes: uma interpretação marxista do mundo globalizado*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

os problemas pessoais e mais imediatos em organismos como CIPAS ou Comissões Permanentes de Melhorias.

1.3) Acabou criando a necessidade de funcionários capacitados para lidar com as novas tecnologias, o que vai promovendo, ao longo dos anos, uma mudança no perfil do trabalhador dessas indústrias (jovens e sem vínculo sindical ou com a história do sindicato).

2. Nível do Estado

2.1) Aqui, a desregulamentação gradual das leis trabalhistas se transformou em algo característico desse período de transformações. Houve: (a) incentivos fiscais e financeiros na capacitação industrial por meio de linhas de créditos que deram o suporte necessário para que as empresas pudessem se adaptar ao novo perfil industrial e imprimir um ritmo de mudança em todos os setores e elementos da produção. (b) Menor atuação do Estado como gestor das determinações do capital, isentando-se da luta entre capital e trabalho, mas nunca deixando de atuar na viabilização legal do desenvolvimento industrial do país.

3. Nível do Sindicato

3.1) Sua atuação, dentro da esfera do capital, sem propostas efetivas para diminuir ou contestar os impactos causados pela reestruturação produtiva e consequente reestruturação do mundo do trabalho foi um dos principais aspectos desencadeados nesse período. Altas taxas de des-sindicalização acabaram explicando, pelo menos parcialmente, o afastamento da base operária das discussões relativas às mudanças na relação entre capital e trabalho na década de 90.

3.2) O abandono das suas tarefas com a base operária no chão-de-fábrica, o que influenciou sobremaneira na redução dos níveis de sindicalização e no afastamento dos operários mais jovens das discussões sindicais e do sindicato propriamente dito.

3.3) As mudanças de orientação pela CUT em seu IV Congresso em 1991 propuseram o abandono das antigas práticas para atuar dentro de um

sindicalismo denominado propositivo que abarcaria a luta e a negociação. Um sindicalismo de negociação e não de enfrentamento também se tornou o aspecto importante para a compreensão do refluxo sindical reivindicativo e a adoção de uma perspectiva negociadora.

3.4) A atuação restrita na Câmara Setorial Automotiva foi considerada um avanço por alguns sindicalistas e alguns autores dessa temática. Mas o resultado geral das Câmaras apareceu quando foram extintas, inibindo a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas negociações junto ao Estado e às empresas, revelando, também, o grau de afastamento do Sindicato em relação à sua base e o resultado de suas opções.

No quadro particular de reestruturação produtiva nos anos 1990, no Brasil, qualquer usuário ou proprietário de automóveis consegue diferenciar as inovações e as profundas modificações ocorridas no desempenho e na qualidade do produto automobilístico nos últimos tempos. Mas o que muitos não conseguem visualizar são as contradições existentes no interior desse processo de mudanças.

Por conta dessas significativas mudanças é que se torna necessária a análise do período e das correlações de forças dentro do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva. Não apenas a reestruturação de um setor produtivo mas também da dinâmica, dos dispositivos organizacionais do Estado, das Empresas e do Sindicato, um toyotismo de significado ontológico, que vai de um novo regime de acumulação centrado no princípio da flexibilidade até os novos fundamentos da organização social da produção. Nesse princípio, ele realiza em todos os níveis, um novo tipo de captura da subjetividade.

O que se apresenta como sinal de avanço e modernidade também revela sua face contraditória, se analisada pelo ponto de vista do trabalho/emprego e dos rumos dos movimentos sociais, principalmente o operário e sindical que sofreu evidente refluxo e transitou, na década de 1990, pelos caminhos da adaptação exibindo sua inoperância como representante legítimo de luta e defesa da classe trabalhadora.

As sequelas produzidas pelo capitalismo brasileiro no seu “ciclo virtuoso” vêm associadas à redução dos postos de trabalho, à exigência de capacitação técnica que colocaram à margem, milhares de trabalhadores.

Nesse aspecto é possível, também, considerar os novos contornos adquiridos pelo Sistema Educacional Brasileiro na década de 90. O governo investiu na criação de escolas técnicas para formar a mão-de-obra necessária para atuar diante das novas exigências do mercado¹⁰.

Os outros níveis educacionais públicos continuaram sofrendo com o descaso, oferecendo às crianças e aos adolescentes de baixa renda um serviço de péssima qualidade enquanto promoviam a particularização do ensino no país e a adaptação do ensino público aos anseios do capital.

Para recuperar a lógica do sindicalismo brasileiro, pareceu-nos importante discutir o cenário da década de 80 no sentido de recuperar os resultados das manifestações e do exemplo, produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na articulação do movimento operário e sindical.

Nessa década, um partido que se propunha da classe trabalhadora (PT – Partido dos Trabalhadores) e uma central sindical de extrema relevância histórica (Central Única dos Trabalhadores – CUT) foram criados e, ao longo desse período, eles participaram de eventos importantes e estiveram presentes em inúmeras greves de várias categorias.

Mas, apesar do empenho e da luta sindical no país ao longo da década de 80, tais organismos sofreram cisões importantes que podem explicar os rumos que o sindicalismo acabou adotando na década posterior. Várias foram as cisões políticas no interior da CUT ao longo dos anos 80. As discordâncias ideológicas e de atuação originaram novos organismos sindicais e produziram novas lideranças no cenário nacional. A própria Força Sindical, criada em 1991, surgiu do afastamento da CUT e adotou diretrizes diferenciadas em relação às orientações cutistas.

Vale ressaltar que, ainda na década de 80, a temática da reestruturação produtiva atingiu o Brasil apenas parcialmente. Adotavam-se algumas

¹⁰ FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Revista Educação e Sociedade: Campinas, vol. 24, nº 82, abril de 2003. Esse trabalho aborda os termos organizacionais e pedagógicos tratados, inicialmente, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia em 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, financiada por agências como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A Conferência apresentou sua visão para o decênio de 1990. As bases, lançadas pela Conferência, inspiraram o Plano Decenal da Educação para Todos em 1993. A partir de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a educação básica seria imbuída de novos pressupostos. A nova LDB, aprovada nesse governo, acentuava a necessidade de “desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Lei nº 9.394/96 art. 22)

tecnologias, mas não existia um apoio logístico que consolidasse todas as outras esferas que uma reestruturação engloba. Ou seja, enquanto países europeus sofriam com a chegada das empresas asiáticas e, portanto, com a competição acirrada em todos os níveis, as indústrias européias se valiam das mesmas técnicas¹¹ para inovar, enxugar os excessos para cada vez mais produzir e fazer frente aos novos produtos. Lá os impactos desse processo também foram significativos para a classe operária e para o movimento sindical, porém sob outras singularidades¹².

Além disso, é importante destacar as inúmeras particularidades desse período no Brasil. Dentre elas, as problemáticas em torno da distensão política da ditadura militar e o processo de redemocratização que chegaria ao seu auge em 1985.

Enquanto isso, as indústrias automobilísticas brasileiras, setor privilegiado da economia nacional por conta dos inúmeros incentivos que recebeu desde sua chegada ao país, ainda colhiam os frutos positivos no mercado interno e ainda não viviam uma fase de esgotamento de seu modelo produtivo não só pelas circunstâncias nacionais, mas também por ter sido uma década de reestruturação em larga escala do capital internacional nos países considerados centrais (Estados Unidos da América e os países europeus). Assim, as matrizes se ocuparam em reorganizar a produção e em se preparar para enfrentar as novas empresas concorrentes, enquanto, no Brasil, as questões sobre a reorganização política e econômica em torno da abertura política estavam na ordem do dia.

O peso da indústria automobilística brasileira na constituição da economia e da política em nossa sociedade data dos últimos 50 anos e explica a importância do setor e do tema no entendimento do processo de reestruturação produtiva e gerencial ocorridos na década de 90. Diante das formas tradicionais de produção em massa e de gestão taylorizada do trabalho, é sempre importante salientar que esse setor congregava grande massa

¹¹ Técnicas japonesas de produção e gestão da força de trabalho como a desenvolvida pela empresa japonesa Toyota (toyotismo) e que hoje se tornou a principal referência na implantação de novas formas de produção e gerenciamento não só no setor automotivo como também em empresas alimentícias, sapatos etc. Revista Foto – economia e negócios. A vez do toyotismo. 1º de dezembro de 2006, ano 2, nº 44.

¹² BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Boitempo: São Paulo, 1998.

operária que foi responsável por imprimir atos significativos de oposição contra a exploração e ajudando a formular tendências sindicais e intersindicais.

Também imprimiu uma particularidade de desenvolvimento da economia nacional extremamente dependente do capital internacional e comprometida com os fomentos técnicos externos. São dois paralelos que exprimem os avanços e os limites tanto do capitalismo quanto do movimento sindical e operário ao longo dessa história.

Em se tratando de mudanças elas não tardariam a chegar à América Latina e, aqui, causar suas contradições mais imediatas, possíveis de serem verificadas nos governos Collor e no de Menem na Argentina.

O princípio da década de 90 traria consigo uma história bastante respeitável dos movimentos sociais, operários e sindicais: a afirmação do Partido dos Trabalhadores como partido operário e da CUT como central de planejamento e discussão das questões em torno do trabalho e do emprego foram fundamentais.

Mas nem todas as conquistas ou tantas histórias de lutas contra os patrões pouparam os trabalhadores e o próprio sindicalismo de seu esvaziamento. O *politicismo* do Partido dos Trabalhadores e das lideranças sindicais acabou por levar os movimentos sindicais e operários para o universo político, desconsiderando as clivagens sociais determinadas pela antítese estrutural entre capital e trabalho. A perda dessa particularidade, ao longo dos anos 80, causou a ausência da entificação de classe essencial no intercâmbio entre movimento sindical e movimento operário.

Com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, as ações governamentais voltaram-se para as mudanças na chamada Política Industrial com a Abertura Comercial, da concorrência com o mercado externo e da internacionalização da economia nacional. De acordo com o governo, isso mediria derrubaria, de vez, o suposto atraso brasileiro e colocaria a economia brasileira rumo à modernização pelo caminho da adoção dos padrões internacionais de produção, gestão e qualidade.

Apesar de criar inúmeros programas de capacitação tecnológica e promovendo uma gama de incentivos financeiros e fiscais para desencadear uma rápida reestruturação, o Estado brasileiro, cada vez mais, partia para a

sua própria reestruturação assumindo o papel de mediador entre capital e trabalho.

A adoção desse papel de viabilizador das demandas do capital e da reestruturação econômica do país permitiu uma rápida expansão e reorganização do capitalismo ao tornar as regras do mercado mais abertas, ao produzir uma legislação equivalente a esse projeto modernizador tirando de sua responsabilidade os princípios de gestão das normas gerais do mercado.

Assim, surgiu uma nova geografia econômica: da parte do Estado se redefiniram as estruturas, os métodos e as procedências do capital e, da parte das grandes indústrias, a reorganização de papéis, de espaços, de desenhos industriais, organizando a produção no sentido de enxugar custos e eliminou postos de trabalho e setores de produção, dando origem à Terceirização e, conseqüentemente desarticulando, as formas de resistência dos trabalhadores e sindicatos.

Nessa perspectiva, o caráter “Neoliberal” do Estado brasileiro, na década de 1990, assume suas singularidades e especificidades que procuraremos trabalhar no capítulo “A década dos Fernandes”.

Para tanto, implementaremos análises em torno da construção do “neoliberalismo” brasileiro para compreender o saneamento do Estado brasileiro, o financiamento proporcionado para as grandes indústrias se adaptarem aos métodos produtivos e aos padrões de qualidades internacionais em detrimento do avanço social, da melhoria do nível educacional, de saúde, de moradia, da reforma agrária e de inúmeros outros aspectos¹³.

Essas contradições são importantes para entender que as estruturas de desenvolvimento podem ter caráter universal, mas o resultado delas, mediante as contradições e as irresoluções sociais brasileiras, decreta outros rumos e outros resultados de política “neoliberal”.

Além de todas as estratégias articuladas no plano político, da produção e do, ameaça constante das empresas abandonarem o ABC Paulista também foi assunto recorrente nos debates desse período. Por conta dos inúmeros

¹³ De acordo com François Chesnais “as instituições financeiras, bem como os “mercados financeiros” (cujos operadores são mais fáceis de identificar do que faz supor essa expressão tão vaga), erguem-se, hoje, como força independente todo-poderosa perante os Estados (que os deixaram adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das ‘exigências dos mercados’ (financeiros)”. In: A mundialização do capital. Xamã: São Paulo, 1996. p. 239.

incentivos fiscais dados pelos governos estaduais e força de trabalho barata, muitos fabricantes optaram por implantar novas plataformas produtivas em regiões como nordeste e sul do país ao invés de investir no desenvolvimento e recapacitação de setores já existentes nas fábricas do ABC Paulista.

Novos complexos automotivos foram surgindo ao longo da década de 90. Dentre eles, destacam-se o Complexo Automotivo do Paraná, o de Minas Gerais e o do Nordeste. Nesse contexto, entra, também na problematização, a temática da logística que auxilia na redução dos estoques e transfere para as empresas terceirizadas as responsabilidades de transporte e entrega de peças e equipamentos dentro das especificações e prazos¹⁴.

Nas décadas anteriores, era estratégico que as montadoras de automóveis e as empresas de autopeças estivessem próximas formando um conglomerado industrial como foi o caso do ABC e até por conta da viabilidade existentes entre a capital e o porto de Santos. Com o advento da terceirização na década de 1990, muitas etapas da produção deixaram de ser desenvolvidas nas montadoras e passaram a ser de responsabilidade dos contratados o desenvolvimento de fabricação dentro dos padrões de qualidade internacionais e a entrega das peças para qualquer lugar do país.

A manutenção dos contratos entre as empresas passou a depender da regularidade e eficiência desses parceiros. Portanto, hoje, não importa onde as empresas estejam localizadas, (perto ou longe das grandes capitais) mas, sim, os parceiros que constituem os conglomerados e fazem parte do ciclo de desenvolvimento do produto. No entanto, do ponto de vista do movimento operário e sindical tal situação provoca uma profunda desarticulação da classe operária, perda da consciência de classe e eliminação da atuação das categorias operárias.

Como esses aspectos não estão arraigados à história do trabalho e do trabalhador brasileiro, tal processo provoca uma profunda cisão nas perspectivas emancipadoras no caso brasileiro.

¹⁴ O aprofundamento dessas prerrogativas se dá pelo processo de investimento em automação, na utilização de CNC (Controles Numéricos Computadorizados, computadores e sistemas CAD/CAM que assessoram o limite e os estoques nas empresas e terceirizadas, a implantação de novas células de trabalho, a adoção de programas de melhorias contínuas e a aplicação do just-in-time e do Kanban. Os condomínios industriais e os consórcios modulares são exemplos de uma nova logística no processo de produção e nas estreitas relações com as empresas parceiras (terceirizadas).

De certo, a gama de transformações ocorridas nas indústrias automobilísticas do ABC, seus desdobramentos e com a política implantada no governo Collor causaram um duro golpe no Sindicalismo Metalúrgico do ABC. Ele não conseguiu se reestruturar na mesma velocidade do capital industrial do país. O sindicalismo de classe e reivindicativo dos anos anteriores foi, ao tempo, sendo substituído por um sindicalismo de cúpula e *politicista*, absorvido pelas negociações com o governo e com as empresas e afastado da base operária.

Ao ser pego no contrapé, esse sindicalismo experimentou uma fase de imobilidade, de incapacidade de articulação com as massas e pouco poder contestatório. Atuou dentro da lógica e dos limites do capital cuja única estratégia foi sobreviver em meio a ela. Por esse motivo, não podemos fragmentar as análises em torno do sindicalismo denominando épocas e anunciando rupturas como ocorreu com o que se tornou comum chamar de “velho sindicalismo”, aquele praticado antes do golpe, e o “novo sindicalismo” desencadeado na década de 70.

É preciso que compreendamos o período dentro das suas particularidades históricas para que possamos perceber, também, os traços de permanências e continuidade não só das práticas sindicais, mas também da estrutura sindical e das correlações de forças com o poder instituído.

Podemos verificar que, na história do sindicalismo no Brasil, iniciada legalmente a partir de 1930 com Getúlio Vargas, se caracterizou pelo controle das atividades sindicais pelo Estado, chegando até à introdução em 10/11/1943 da Consolidação das Leis do Trabalho que aglutinou todos os dispositivos legais trabalhistas desenvolvidos na Era Vargas, baseada na *Carta del Lavoro* de Mussolini.

Impressionante que, em 2008, a CLT continue vigorando disciplinando e estabelecendo os direitos, os deveres e a organização dos trabalhadores e empresários em relação às leis trabalhistas e tenha sofrido tão poucas alterações desde então.

Por conta dessas e outras permanências é que precisamos entender e visualizar onde as chamadas “novidades” no campo sindical ocorreram. Não para considerá-las elementos de ruptura com o passado, mas para identificar

as novas possibilidades de luta que se apresentaram e que foram frutos das experiências anteriores.

Diante desse caminho singular da história do sindicalismo brasileiro, é fundamental compreender que o sindicalismo que atuou na década de 90 não procurou uma via alternativa de enfrentamento, preferiu não contrapor e, por muitas vezes, andou na mesma direção dos patrões rumo a acordos e negociações coletivas de caráter bastante frágeis. Ao adotar esse novo caminho, o Sindicato se institucionalizou e afastou-se dos interesses reais da classe trabalhadora. Sua burocratização produziu um sindicalismo neocorporativo e um novo engajamento com o Estado perpetrado de permanências estruturais e o dinamismo de uma lógica do capital incompleto.

E para se engajar no processo de reestruturação produtiva e responder aos problemas lançados por essa nova ordem produtiva, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC criou, em sua sede, programas de capacitação e recapacitação, abriu grupos de discussões para jovens e mulheres, mas atuou somente na perspectiva da sobrevivência e não da luta e crítica ao capital.

Ao querer se fazer presente no jogo partidário e burocratizado, principalmente dentro da Câmara Setorial, o sindicalismo combativo do ABC Paulista acabou subordinando-se e adotando a estratégia da ação dentro do sistema a que chamaremos da sobrevivência dentro da lógica limitadora, excludente e voraz do capital.

Não podemos perder a perspectiva que muitos estudiosos adotam como análise de cunho neoliberal desencadeada na década de 1990, tendo como expressões importantes os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, período que caracterizaremos, na tese, como “Década dos Fernandos”.

Nessa linha de análises, procuraremos compreender as prerrogativas do professor Dr^o Armando Boito Jr¹⁵ em seu livro *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, do professor Dr^o Giovanni Alves¹⁶ no livro *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo* e do professor Dr^o

¹⁵ BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã: São Paulo, 1999.

¹⁶ ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Boitempo: São Paulo, 2000.

Adalberto Moreira Cardoso¹⁷ *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. Esses e outros estudiosos discutiram em suas obras¹⁸, as características do neoliberalismo brasileiro e com elas, iremos compor as particularidades da tendência no Brasil, os avanços e os retrocessos provocados pela adoção dessas características pelo Estado brasileiro.

Compondo a política brasileira dos anos 90, a partir dos estudos das obras citadas, pretendemos propor o entendimento do cenário político e econômico brasileiro pela via da categoria trabalho e não por conceitos que, muitas vezes, acabam desconsiderando as particularidades de constituição das problemáticas nacionais com a aplicação de conceitos universalizantes.

Verificaremos tal momento da história brasileira de forma diferenciada, observando o avanço da mundialização do capital e a entrada do Brasil nesse processo adotando não somente as regras internacionais de produção, gestão e qualidade, como também os princípios básicos da política neoliberal. Vale ressaltar que a produção, baseada nos princípios citados, tratou de compor, mundialmente, uma forma padronizada com aspectos referentes à qualidade dos produtos e às técnicas de produção. Hoje, produzimos automóveis, entre outros, da mesma forma e com a mesma qualidade que qualquer país de primeiro mundo. Entretanto, a diferença está em como no desenvolvimento dessas formas universais dentro das particularidades de cada lugar e nos elos débeis, se desencadeiam avanços e retrocessos que elas reproduzem e com as quais se contrastam.

Partindo para uma análise mais profunda do sindicalismo brasileiro, a tese vai se organizando com o propósito de discutir a formação de conceitos

¹⁷ CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2003.

¹⁸ Vale a pena apontar outras obras importantes que fizeram parte das nossas leituras e da estruturação da idéia de singularidade do neoliberalismo no Brasil, dentre elas:

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, Trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* FGV: Rio de Janeiro, 1999.

ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw, MCILROY, John, RAMALHO, José Ricardo, RODRIGUES, Iram. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. Boitempo: São Paulo, 1997.

DAGNINO, Evelina (org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1996.

ARAÚJO, Ângela (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. Boitempo: São Paulo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Autores Associados: Campinas, 2004.

SADER, Emir (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 7° ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2007.

como “velho” e “novo sindicalismo”, caracterizando mais seus traços constitutivos de continuidade do que de supostas rupturas. Os avanços e os limites constitutivos são desencadeados sempre pelas formas objetivas e particulares do capitalismo brasileiro.

Os estudos sobre sindicalismo brasileiro estiveram em pauta nas pesquisas acadêmicas nos últimos 30 anos, menos nos últimos por causa não só do abandono desta perspectiva de estudos, mas também pelo avanço de outras temáticas e de outras tendências historiográficas nas universidades. Mas as pesquisas que sobreviveram em meio ao modismo de outros temas sempre revelaram grande potencial e os graus de avanço/ estagnação das lutas operárias em suas reivindicações, paralisações ou pelo viés *politicista* que acabaram por assumir.

Vias de regra muitos desses estudos se comprometeram com análises que consideravam as raízes mais profundas do seu atraso, retrocesso e singelo avanço nas últimas décadas por conta, fundamentalmente, da falta de tradições e de rupturas superadoras na sociedade brasileira. Outras ignoraram as reais condições de afloramento das lutas sindicais e o grau de mobilização social que elas protagonizaram ao longo de sua trajetória mesmo num campo de batalhas limitado.

Daí o surgimento de conceitos e denominações universalizantes que, ao tentar explicar a realidade brasileira, adotaram modelos incapazes de verificar os nexos particulares de desenvolvimento do país, suas características mais remotas e as formas de objetivação do capital em todas as suas formas e níveis. Não é de se estranhar que as análises que se seguiram, tomaram como referência esses estudos, mas, aos poucos, foram dando suporte para que nossas perspectivas analíticas pudessem surgir.

Neste estudo, vale sempre levar em consideração o afloramento do conceito de “novo sindicalismo” que agregaria, em seu bojo, a total diferença das práticas sindicais irrompidas no pré-64. Os sindicalistas que se agruparam em torno do conceito de “novo” se diziam “autênticos” e completamente desvinculados de partidos e tendências partidárias como as recorrentes anteriores ao golpe.

Assim, eles se desvinculavam das supostas derrotas e fracassos do passado e inaugurariam um período de atividade sindical independente, atuante e transformadora.

O que se praticou na construção de um novo conceito explicativo foi um forte reducionismo que desconsiderou as singularidades da época, a trajetória do movimento operário e sindical do pré-64 e as continuidades iminentes, especialmente a clandestinidade de muitos membros do Partido Comunista que, mesmo na ilegalidade do Partidão, continuaram a atuar nos movimentos operário e sindical no período da ditadura militar.

Por essa razão, não abandonaremos a temática e sua análise por entender e considerar que a particularidade de formação do conceito de “novo sindicalismo” desconsiderou movimentos consistentes e oportunos do pré-64. Ela apenas contribuiu para a formação de uma tendência ideológica operária que se propunha romper com o viés político, e, com o passar das suas próprias determinações, transformou-se, mais do que nunca, em política.

Assim, pela análise desse conceito e do sindicalismo da década de 90, será possível compreender que o “novo sindicalismo”, na verdade, é a continuação de todas as práticas adotadas no sindicalismo brasileiro desde seu surgimento.

Os conceitos foram formulados sobre outros conceitos, o que acabou por amortizar os movimentos legítimos dos trabalhadores, suas motivações, seus padrões de reivindicação e conquistas efetivas. Óbvio que, com o passar dos anos, o movimento operário adquiriu novas características até pelo fato dos trabalhadores operários urbanos terem se transformado na força motriz do desenvolvimento econômico do país. Ao longo da história, o papel exercido pelo trabalhador vai se alterar no que diz respeito às formas de produção e ao ritmo do trabalho e no sentimento de exploração e entendimento de sua participação e importância no desenvolvimento das forças produtivas no país.

Os movimentos operários começam a entender sua importância no cenário econômico e, por esse entendimento e poder de confrontação começam a exigir conquistas que ficaram restritas ao ambiente fabril ou a algumas fábricas. Expandiram-se e passaram a exercer força de pressão nas esferas dos Direitos dos trabalhadores, lutando pelas causas específicas e por outras de um modo geral.

Quando se constituiu o conceito de “novo sindicalismo” para caracterizar a autenticidade do movimento, desencadeado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a análise sobre o sindicalismo brasileiro, compreendido entre 1954 e 1964, não foi realizada levando em consideração as condições histórico-práticas do período. Caracterizaram-no, apenas, como um movimento político intrinsecamente ligado ao governo, coagido e dirigido por ele.

Ora, como então explicar as grandes paralisações como a Greve dos 300 mil que paralisou São Paulo em 1953? O movimento durou quase um mês e resultou na vitória dos grevistas, que conseguiram um aumento salarial de 32%, principalmente pela categoria dos têxteis, e que ficou reconhecida com a declaração do DOPS ao jornal Correio Paulistano:

“Em face ao movimento grevista que se esboça nessa capital, com indício de agitação extremista, o DOPS declara que está pronto para garantir, eficientemente, aqueles que desejem trabalhar, bem como a propriedade particular. A ordem será rigorosamente mantida, ficando proibidos desfiles, passeatas e reuniões não permitidas por lei”¹⁹.

Sob a direção do Comando Geral de Greve formado majoritariamente por comunistas, após 24 dias, ela saiu vitoriosa, conseguindo aumento salarial de 32% para os metalúrgicos, vidreiros e outros. Já os gráficos conquistaram 75% de aumento salarial.

Na sequência das movimentações o jornal Folha da Noite destaca a greve dos marceneiros e carpinteiros, que movimentou cerca de 40 mil trabalhadores com o objetivo de aumentar salários em 60%. Durante a greve, cerca de 60 indústrias foram abandonadas pelos operários²⁰.

E a famosa greve de 1957, conhecida como a Greve dos 400 mil que agitou São Paulo por dez dias?

¹⁹ Notícia publicada no Correio Paulistano de 26/03/1953 sob o título “Extenso movimento grevista deverá eclodir hoje”.

²⁰ Folha da Noite de 30/03/1953 sob o título “142 indústrias de São Paulo estão paralisadas pela greve”.

Em outubro de 1957, o PUI – Pacto de Unidade Intersindical, liderou a greve que conglomerou cerca de 400 mil trabalhadores unificando a luta sindical com os movimentos sociais de mulheres, associações de bairro, entidades estudantis e políticas.

E a Greve dos 700 mil que unificou campanhas salariais de diversas categorias como operários da alimentação, químicos, metalúrgicos, têxteis, marceneiros, calçadistas, entre outros, em 29 de outubro de 1963?

O movimento envolveu cerca de 700 mil operários e 40 cidades do interior paulista englobando 80 sindicatos e 11 categorias operárias. Essa greve, por exemplo, pretendia a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias. Se essa reivindicação tivesse sido vitoriosa, significaria uma importante mudança na legislação sindical vigente desde o Estado Novo. Mesmo assim, a greve conseguiu dialogar com várias categorias operárias e obteve 80% de reajuste salarial para todos os trabalhadores, constituindo-se como uma das principais manifestações da história do sindicalismo nacional.

Aqui, portanto, expressamos nosso entendimento acerca da constituição do conceito de “novo sindicalismo” como uma forma de caracterizar a concorrência entre projetos e tendências sindicais no interior da esquerda nacional. Esse fato torna-se visível após a criação do Partido dos Trabalhadores em relação ao Partido Comunista Brasileiro e, a partir de 1983, quando do surgimento da Central Única dos Trabalhadores e das várias cisões ocorridas no seu interior ao longo da década de 80.

Em relação às teorias que sustentam muitas das análises sobre as rupturas e o desenvolvimento do movimento operário e sindical no país, predominou a teoria do populismo. Desde a década de 80, vem sendo debatido, inicialmente por J. Chasin e Rubens Barbosa Filho, as questões em torno dessas teorias (populismo, marginalidade e dependência). Por elas, o Estado é visto como resultado de um pacto social entre vários grupos e, simultaneamente, como garantia externa de sua manutenção. Ou seja, os grupos que realizam o pacto político promovem seus desdobramentos e manutenção sem pressão e sem questionamentos.

O embate de interesses produzidos por grupos diferentes conduziria as transformações sociais. Um Estado populista garantiria esse embate dentro da sua lógica de desenvolvimento e se legitimaria como gestor dessas relações. Analisando sob este aspecto teórico, a sociedade existiria mediada por uma suposta “paz social”, um sistema que agregaria em seu projeto democracia e ausências de rupturas sociais e políticas, uma justa divisão das riquezas nacionais.

No que concerne nosso viés analítico a teoria do populismo anula a particularidade de desenvolvimento social e individual. Mais do que isso, desconsidera a classe trabalhadora e os organismos sociais como agentes articuladores de força de transformação. O fundamento da contraposição entre democracia e totalitarismo é o estabelecimento, pela análise liberal e neoliberal, de uma oposição entre Estado e indivíduo, sendo que a questão do Estado se resume ao papel da legalidade.

O que leva a essa interpretação é exatamente a característica de procedimento da análise liberal que emprega universais abstratos na apreensão científica sem estabelecer uma análise conceitual concreta. Tal prática analítica que conduz às generalizações, e é, ao mesmo tempo, um reducionismo que limita as questões às esferas políticas, acaba procedendo ao entendimento do particular concreto pelo universal abstrato impossibilitando a compreensão da diversidade.

Em discussão na Crítica ao Programa de Gotha, Marx aponta que a sociedade e seus movimentos singulares são responsáveis pelo desenvolvimento do estado deixando claro que não existe uma “independência do Estado diante da sociedade”, que ele não possui fundamentos próprios, mas adquire uma maneira própria de ser diante das particularidades de formação e desenvolvimento de cada sociedade, Veja:

“A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos expugnadas de elementos medievais, mais ou menos modificadas pela evolução histórica particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O ‘estado atual’, pelo contrário, muda com a fronteira. É diferente no Império prussiano-alemão e na Suíça,

na Inglaterra e nos Estados Unidos. O 'estado atual', é, pois, uma ficção. No entanto, os diversos estados dos diversos países civilizados, não obstante à múltipla diversidade de suas formas, têm todos em comum o fato de que assentam no terreno da sociedade burguesa moderna, mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista. É o que faz com que certos caracteres essenciais lhe sejam comuns. Nesse sentido, pode falar-se do 'estado atual' tomado como expressão genérica, por contraste com o futuro em que a sociedade burguesa que, no presente, lhe serve de raiz, terá deixado de existir"²¹.

Essas temáticas estão aqui presentes como apontamentos, mas serão abordadas e analisadas no decorrer do trabalho. Cabe, aqui, apontar esses traços que são relevantes nos estudos brasileiros e até pelo ponto de vista de compreender as dificuldades que enfrentamos nos caminhos das pesquisas e no entendimento de nossa atual condição.

A descaracterização do nosso passado histórico influenciou, sobremaneira, na dissolução da nossa memória histórica e da experiência das gerações passadas. Muitas vezes não conseguimos enxergar além, para perceber que nossas supostas revoluções não expressaram verdadeiras rupturas, mas deu contornos políticos que motivaram a classe trabalhadora a posicionar-se diante das suas problemáticas mais imediatas.

Sem a apreensão e compreensão dessas singularidades da formação da sociedade brasileira, estamos cabalmente condenados a repetir muitas de suas tramas.

Em relação aos estudos acadêmicos desenvolvidos sobre sindicalismo brasileiro desde o princípio da década de 50, destaque-se Evaristo Morais Filho, com seu estudo sobre o Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos propuseram os primeiros estudos de fôlego sobre a questão sindical brasileira²².

²¹ MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Editora Portucalense: Porto, 1971. pp. 29-30.

²² MORAIS FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. Alfa Ômega: São Paulo, 1952.

De acordo com o autor, seu objetivo era evidenciar o importante papel das lutas operárias na constituição das leis trabalhistas fazendo uso de instrumento sociológico, opondo-se tanto às concepções normativo-doutrinárias dos juristas como às teses sobre o “insolidarismo” formuladas por cientistas sociais brasileiros que excluem as noções de atraso e subdesenvolvimento das suas formulações.

Por volta dos anos 60, voltaram-se à cena acadêmica novos estudos sobre trabalhadores e sindicatos e o fato do sindicalismo brasileiro ainda carregar o fardo de ser intimamente ligado ao Estado sendo corporativista. Esses estudos acabaram dando os argumentos necessários para que as análises, desencadeadas nesse período, tomassem um padrão de investigação e conceitual na medida em que desaparecem delas o caráter ativo do movimento dos trabalhadores do pré-64, como já foi abordado aqui.

Não bastaram as grandes greves ocorridas nas décadas de 50 e 60, nem mesmo aquelas desencadeadas no contexto da ditadura como as de Osasco e Contagem para expressarem o grau de mobilização dos trabalhadores e organizações intersindicais.

E nesse cenário de insurgência das lutas dos trabalhadores em 1968, surge um trabalho de grande relevância acadêmica que originaria uma nova abordagem no entendimento do sindicalismo brasileiro: o texto *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968*, publicado pelos Cadernos Cebrap e escrito por Francisco Weffort por ocasião da comunicação apresentada pelo autor no seminário sobre *Participação Social* realizado em março de 1971, em Lima – Peru.

Esse material acabou por inaugurar uma nova maneira de ver o processo sindical entendendo que os movimentos de Contagem e Osasco representariam o exemplo de organização de base dos trabalhadores e que a reformulação do sindicalismo brasileiro teria, primeiro, que solucionar o problema do controle do Estado, para daí construir um sindicalismo novo, autêntico e diferente daquele praticado no pré-64.

Para Weffort, a organização sindical desenvolvida e aplicada desde a ditadura Vargas tinha características de organização corporativista fascista com articulação rigidamente vertical, proibindo a formação de centrais operárias ou pactos intersindicais. Para ele, as organizações paralelas que surgiram (Pacto

de Unidade e Ação – PUA e o Pacto de Unidade Intersindical - PUI) atuaram como complementares e, apesar de proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos desde Vargas até Goulart, tirando vantagens políticas destas atividades:

“O movimento operário aceitara nos anos 50 uma orientação e uma organização moldada pelo populismo e parecia condenado a partilhar a sorte que 1964 reservara a Goulart e aos demais líderes populistas. Nascera à sombra do populismo e parecia morrer com ele”²³.

Em outros estudos, Francisco Weffort imprimiu críticas intensas sobre o sindicalismo praticado no período 1945-64, mas o fez apenas do ponto de vista econômico-social. Ao analisar as movimentações desse período, elegeu a política como forte condicionante das ações sindicais, apontando que os dirigentes, com o tempo, abandonaram os debates em torno das mudanças na estrutura sindical para atuarem em consonância com o Estado e, assim, obterem as reformas sociais e vantagens políticas.

Desses argumentos, nasce o conceito de sindicalismo populista que abriu o campo de estudos e passou a caracterizar o modelo anterior ao golpe como de “pelegos”, não “autônomos” criando nos estudos uma confrontação de épocas e um abismo entre os períodos.

O professor Drº Marcelo Badaró Mattos, em seu livro *Novos e Velhos Sindicalismo no Rio de Janeiro (1955/1988)*, sintetizou, com precisão, as características dessa matriz sociológica proposta por Francisco Weffort. Veja:

“A caracterização do ‘sindicalismo populista’, que se difundiu a partir da matriz de Weffort, pode ser resumida a partir de algumas características fundamentais, presentes na literatura especializada, atribuída a tal modelo de sindicalismo: a-) a inconsistência organizatória: privilegiando as organizações de cúpula oficiais (Federações e Confederações), ou paralelas

²³ WEFFORT, Francisco C. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968*. Cadernos Cebrap: São Paulo, 1972. Caderno 5.

(intersindicais e o CGT), as lideranças sindicais mais combativas afastaram-se da base e menosprezaram a organização dos trabalhadores por local de trabalho, conformando-se à estrutura sindical oficial; b-) a falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças, e as questões específicas do mundo do trabalho (salários, condições de trabalho, etc.), que teriam maior poder de mobilização entre as massas dos trabalhadores; c-) o poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado (em especial, ferroviários, marítimos e portuários) e, portanto, menor potencial mobilizatório entre os trabalhadores das grandes indústrias dos setores de ponta da economia (metalúrgicos principalmente) e nas empresas privadas em geral. Daí decorreria uma concentração regional dos movimentos no Rio de Janeiro e uma menor participação paulista; d-) o Estado ser tomado como interlocutor privilegiado de suas instâncias (Executivo, Legislativo, Justiça do Trabalho e Forças Armadas) como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho”²⁴.

Não queremos com isso dizer que o sindicalismo praticado no final da década de 70 no ABC Paulista, tendo como principal articulador o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, não tenha traços importantes e novos na sua origem e desenvolvimento. Estamos partindo da problemática que o conjunto do sindicalismo brasileiro tem, em seu bojo, muito mais traços que caracterizam continuidades do que rupturas que possam servir de limites e fronteiras conceituais entre um “velho” e um “novo sindicalismo”. E que essa constituição singular do sindicalismo brasileiro estabelece às suas exatas possibilidades de respostas diante das particularidades históricas de constituição do capitalismo e da realidade brasileira.

²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 1998, p. 58.

É sobre essa característica fundamental que se coloca a necessidade de discorrer sobre esse traço singular da realidade brasileira caracterizada por José Chasin como *Via Colonial de Entificação do Capitalismo* e, diante desse fomento, acreditamos ser possível compreender os momentos de inércia, avanços e retrocessos dos movimentos sociais aqui praticados. Dentre os traços particulares de desenvolvimento do nosso sindicalismo, pretendemos apontar, analisar e demonstrar, por meio das fontes pesquisadas, como eles influíram na trajetória do sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista.

No capítulo sobre a trajetória do movimento sindical desenvolvido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, fizemos o levantamento de uma série de fontes que nos ajudaram na construção do cenário político e social da década de 90. O Congresso da CUT, realizado em 1991, serviu de parâmetro para compreender a mudança da orientação sindical dessa Central e como o Sindicato dos Metalúrgicos assumiu novas disposições na luta entre capital e trabalho na década de 90.

As informações sobre as campanhas salariais anuais também deram um excelente parâmetro do novo tipo organizatório do ABC e dos direcionamentos políticos propostos nas pautas. Vale considerar que, em 1990 e 1991, dois grandes movimentos ocorreram no ABC Paulista. O primeiro, a greve dos Golas Vermelhas que ocorreu no interior da fábrica da Ford e a segunda, a chamada Noite da Vigília que analisaremos no decorrer do capítulo para mostrar os últimos resquícios de um tipo de manifestação que se tornou raro no decorrer da década de 90.

Outro fator de extrema importância é a evolução da Câmara Setorial automotiva e a opção do sindicato de atuar nos limites da negociação no interior delas. De 1992 a 1994, a Câmara Setorial do Complexo Automotivo serviu, de acordo com nossas perspectivas, como um ambiente de transição e de negociação das perdas por conta do processo de reestruturação produtiva.

Entender as formas como se processaram as discussões e os resultados práticos obtidos por intermédio delas para a classe trabalhadora e para o movimento sindical revela-nos a efetivação de uma nova forma de atuação sindical e os resultados limitados obtidos em detrimento da participação e do trabalho primordial com as bases.

Na segunda metade da década de 90 (1995-2000), com a extinção da Câmara Setorial pelo governo de FHC, o Sindicato e o sindicalismo, além de não ter conquistado bases efetivas para a superação dos problemas decorrentes da reestruturação, também perdeu seu único canal de contato entre empresários e governo, o que nos faz acreditar que o período anterior serviu apenas para negociar o período de transição para o estabelecimento de uma nova dinâmica econômica para o país.

Com o desenvolvimento do Novo Regime Industrial no governo Fernando Henrique Cardoso, inúmeras montadoras vieram para o país a fim de instalar suas plantas produtivas, o que provocou a descentralização das indústrias automobilísticas no país. Novos complexos industriais automotivos surgiram (Paraná, Minas Gerais, Nordeste) levando consigo muitas empresas terceirizadas. Apesar da ampliação desses complexos, o número de trabalhadores inseridos nessas indústrias sempre ficou reduzido e a terceirização foi o fator que mais contribuiu para tal fato.

Nessa nova etapa de descentralização e maior terceirização, outro fator relevante passou a ser a fragmentação da classe operária que se renovou ao longo do processo e que já era resultado da falta de trabalho sindical do início da década.

Compreender os traços do “neoliberalismo” brasileiro, as propostas de projetos e financiamentos para o fomento de um complexo industrial moderno, os aspectos jurídicos que viabilizaram a reestruturação produtiva e atraíram, na segunda metade da década, novas montadoras para o país é analisar o cenário que motivou a Central Única dos Trabalhadores e, fundamentalmente, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista a vislumbrarem um sindicalismo propositivo.

Nesse sentido, queremos compreender os nexos desse período a fim de entender as opções de atuação do sindicato em relação à reestruturação produtiva, à terceirização, à redução dos postos de trabalho e as baixas taxas de sindicalização.

Ao longo do capítulo sobre o Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista, verificaremos a nova face da atuação sindical, os limites e os erros que acabaram selando um movimento muito mais político do que de reivindicatório e crítico ao avassalador movimento do capital.

Para compreender a dimensão das mudanças ocorridas no governo e nas ações sindicais naquele momento, procuramos obter fontes que caracterizassem as intervenções do Estado na economia pelas leis de incentivos e de programas vinculados à capacitação industrial. Assim, reunimos um conjunto de documentos legais referentes ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria e Programa de Competitividade Industrial no sentido de fazer as referências necessárias às vias de beneficiamento e créditos destinados à reestruturação produtiva para as grandes empresas. Os documentos do Ministério da Ciência e Tecnologia e os do BNDES nos ajudaram a compreender o papel do Estado e sua dinâmica de atuação frente à Abertura Comercial.

Em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fizemos a opção em trabalhar com os boletins produzidos em parceria com o DIEESE. Neles, foi possível analisar não somente a nova postura do sindicato em relação à reestruturação produtiva, mas também o seu novo perfil burocrata e neocorporativista. Ao longo da década de 1990, o Sindicato e o DIEESE elaboraram inúmeros cadernos analisando perdas salariais, diminuição dos postos de trabalho e precarização. Ao mesmo tempo, realizaram análises técnicas dos impactos da reestruturação, da flexibilização e da terceirização ampliando discussões e encaminhando propostas para o governo e para os empresários na busca de soluções.

Além desses materiais fundamentamos as ações do sindicato e as movimentações ocorridas, ao longo do período, consultando jornais da época que foram esclarecedores a respeito das formas de resistências e dos caminhos reflexivos para as problemáticas trabalhistas fossem resolvidas.

Dados da Anfavea, do Finep e pesquisas do IPEA também contribuíram com dados estatísticos do período.

Muitas outras publicações foram utilizadas ao longo do texto, além da bibliografia referenciada, base de toda contextualização deste trabalho.

Esperamos ter atingido o objetivo da tese e agradecemos a colaboração de todos aqueles que ajudaram na concretização dessas idéias.

Capítulo 1 – As bases de objetivação de um “novo sindicalismo”: a origem do “novo sindicalismo” na cadência do século XXI – das primeiras às últimas consequências

Desde as primeiras manifestações grevistas da década de 1970 na região do ABC Paulista, mais precisamente as paralisações que ocorreram no interior das indústrias metalúrgicas em 1978, até os últimos anos de prática sindical no país já se passaram 30 anos.

Tempo suficiente e fundamental para entender sua trajetória e os traços característicos que marcaram sua atuação nas décadas de 1980 e 1990 e para compreender, também, o tipo de sindicalismo hoje praticado, principalmente na região do ABC Paulista, berço e palco da reemergência das lutas dos trabalhadores contra a exploração e o aviltamento de suas condições de vida.

Nessa tarefa analítica, não podemos deixar de considerar os rumos do mundo do trabalho no Brasil e como o movimento sindical respondeu ou não às novas demandas decorrentes das mudanças nas formas de produção e gestão da força de trabalho, em particular, na década de 90. Marcada pelas profundas e múltiplas dimensões reestruturadoras no terreno governamental e fabril, esse período desencadeou, como resultado dessa combinação, um novo tipo de trabalhador, de trabalho, um novo tipo de condução política do país e, fundamentalmente, um novo tipo de sindicalismo denominado pela CUT de propositivo.

No final da década de 1970, o movimento sindical, destacando o praticado no ABC Paulista, despontou no cenário nacional como o grande interlocutor e agente de negociação entre capital e trabalho, além de ser porta voz das denúncias sobre o caráter superexplorador da política econômica da autocracia bonapartista. Essas ações acabaram por influenciar outras categorias de trabalhadores e seus respectivos sindicatos.

Tendo adquirido um papel plural no contexto brasileiro, aquele sindicalismo alçou, ao longo do seu desenvolvimento, novos campos de atuação e repercutiu em outros movimentos sociais. No campo político, o aparecimento do PT em 1980 e da CUT em 1983 deu um novo aporte ao que ocorria no Brasil, muito embora esses novos traços adquiridos necessitem de

aprofundamento analítico no sentido de compreendê-los e aos seus mecanismos de atuação.

A década de 80 revelaria avanços nos movimentos sociais brasileiros, mas, em contrapartida, também suas fragilidades, disputas e cisões. O movimento de base, tão propalado e apontado como original na década de 70 continuava levando, para as ruas, inúmeros trabalhadores, haja vista os grandes comícios e as greves que eclodiram nesse período. Por outro lado, foi ambiente de disputas políticas que provocaram rachas e cisões no movimento.

Após o nascimento da CUT em 1983, é possível observar o surgimento de novos organismos de representação sindical como a Oposição Sindical, a CGT e da Força Sindical que deram um novo contexto de atuação às centrais e caminharam pela via politicista para a resolução das problemáticas da classe trabalhadora.

É, nesse contexto, que abrimos espaço para a discussão em torno do conceito de “novo sindicalismo” que, longe de abandonar as aspas, sempre foi caracterizado como um movimento novo e autônomo diante das manifestações operárias e sindicais do chamado pré-64. Muitos foram os autores que trabalharam e continuam trabalhando com o conceito de “novo sindicalismo” entendendo que, a partir das primeiras manifestações do ABC Paulista no final da década de 70, nascia um novo modelo de atuação sindical baseado em lideranças verdadeiramente atuantes, ligadas e preocupadas com a conscientização nos chãos de fábricas e sensivelmente comprometidas com a causa operária, o que caracterizaria, de imediato, a total oposição às práticas sindicais anteriores ao golpe militar.

Imbuídos de grande carga ideológica, a construção desse novo conceito para caracterizar as novas manifestações e as novas lideranças, procurava deixar claro que a concepção do “novo sindicalismo” carregava consigo a ausência de programas partidários e das velhas tendências pecebistas tão característicos de movimentos sindicais anteriores. Procurava-se, portanto, fazer das manifestações da década de 70 um movimento que carregava neutralidade política, originalidade reivindicativa e efetiva participação do operariado na construção de um novo perfil sindical no país.

Mas o que muitos teóricos abandonaram, ou simplesmente não compreenderam, foi exatamente a forma específica dos modos de ser e de se

mover da formação nacional. O estabelecimento da existência societária do capital industrial no Brasil pela via colonial nos deixou como herança uma forma desagregada de sociabilidade, estabelecendo, prioritariamente, a autocracia burguesa no país e dando um fôlego restrito aos movimentos sindicais e operários durante todo o século XX. Não é à que toa as teses chasinianas contemplam as peculiaridades da formação nacional e as permanências decisivas em relação às possibilidades de superação por parte da classe trabalhadora e, fundamentalmente, por meio do partido que dela surgiu:

“Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des) ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada evolução nacional”.²⁵

Dessa forma, Chasin aponta para um rumo particular de desenvolvimento social que incapacita e obstaculiza a formação de movimentos que possam romper com a lógica do sistema. Mesmo os partidos de esquerda que surgiram ao longo da história do país carregaram consigo as atrofias de sua formação e as impossibilidades de ruptura. Muitos aderiram às formas políticas estabelecidas e acabaram não se tornando alternativa para a superação.

Nesse sentido, a classe operária brasileira se constituiu de acordo com a particularidade de formação. A partir do século XIX, a economia de viés agrário exportador toma grande e novo impulso por conta da introdução da produção cafeeira.

²⁵ CHASIN, José. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. Editora Ensaio. nº 17/18: São Paulo, 1989. p. 49.

Foi, então, que o desenvolvimento de um mercado de trabalho no país exigiu a elaboração de políticas públicas relacionadas à desescravização paulatina, as primeiras regras sobre a aquisição de terras e a regulamentação do trabalho livre com o incentivo à vinda dos imigrantes em áreas onde o trabalho e a necessidade de mão-de-obra se mostravam crescente

44.

Os grupos sociais assim formados por ex-escravos, brasileiros livres e imigrantes passariam a estar inseridos no novo mercado de trabalho em que as formas de subordinação ao capital ainda seguiam ordens desconexas: grupos de trabalhadores recebiam de acordo com negociações e obtinham condições e pagamentos diferenciados pela mesma função.

Da nova dinâmica da economia nacional nasceu a fragmentação territorial das atividades econômicas, transformando notadamente a região sudeste, numa localidade onde ocorreu um maior alcance da acumulação capitalista, de expansão e diversificação da indústria, de uma maior demanda de bens de salário e de bens para o consumo industrial e, também, uma vasta disponibilidade de oferta de trabalho e maior integração campo-cidade. Esses aspectos conduzirão, no princípio do século XX, a cidade de São Paulo como uma localidade de referência para o desenvolvimento industrial no país.

Simultaneamente, a economia brasileira e a singularidade de formação do povo brasileiro coagulam os elementos para o surgimento de novos mercados de trabalho. Os grupos que deles fazem parte começam a se articular e a formar organismos em defesa da classe trabalhadora campesina e urbana. Em 1870 e 1880, respectivamente, surgem a Liga Operária e a União Operária com o objetivo de reunir e defender os trabalhadores.

No início do século XX, momento transitório na perspectiva brasileira, a economia agrário-exportadora ainda colhia bons frutos e despontava com a produção cafeeira em larga escala ao mesmo tempo em que começavam a surgir alguns centros de produção industrial.

São Paulo e Rio de Janeiro vão ser palcos para o surgimento de novos organismos de classe, como, ocorrem, em 1903 quando a União dos

⁴⁴ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. Alameda: São Paulo, 2008.

Estivadores e a Sociedade União dos Foguistas, bastante representativos, tomaram significativa importância no cenário nacional no período.

O I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, chegou a reunir cerca de 32 delegados, lançando as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira – COB. Setores do anarco-sindicalismo e do socialismo se fizeram presentes e, pelo crescimento das organizações, o governo promulgou o Decreto nº 1637 que facultava aos trabalhadores a formação de sindicatos, inclusive aos profissionais liberais.

Em 1913 e 1920, respectivamente, ocorreram o II e o III Congresso Operário. Em 1917, a primeira grande greve, em São Paulo, nas fábricas de tecidos deu origem à União dos Operários em Fábricas de Tecidos. No período, temos o surgimento dos chamados “sindicatos amarelos” que atuavam dentro da ordem vigente e obedeciam às disposições da burguesia surgente⁴⁵.

O Partido Comunista Brasileiro – PCB é fundado em 1922 e, nos anos subseqüentes, passa a publicar a revista Movimento Comunista e o jornal Classe Operária. Em 1929, é realizado o Congresso Sindical Nacional que deu as premissas para o surgimento da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT. No entanto, analisando a trajetória dos movimentos sociais e sindicais do país desde a década de 30, percebemos que existem muitos traços que nos levam a compreender essa história como elementos de evolução e continuidade mais do que rupturas e mudanças substanciais no projeto sindical brasileiro. Haja vista as poucas alterações que a legislação sindical sofreu e da obrigatoriedade do imposto sindical que perdura até os dias atuais. Outro fator substancial é a perspectiva das lutas que se caracterizavam pelo cunho econômico de dimensão limitada de atuação.

Por esses aspectos, faz-se necessário descrever a particularidade de 1930 como um período em que medidas de regulação do trabalho uniformizaram em parte as condições de produção, mas, principalmente, deram os contornos para que as organizações sindicais estivessem sob total controle do Estado. Com a promulgação do Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, os

⁴⁵ Alguns livros são importantes para compreender esse período. Dentre eles destacam-se: HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. Ática: São Paulo, 1991.
HARDMAN, Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3 ed. Unesp: São Paulo, 2002.

sindicatos existentes anteriormente e os que se formariam, a partir daquela data, passariam a estar vinculadas e vigiadas pelo governo.

Em 1934, é fundada a Aliança Nacional Libertadora – ANL, dirigida pelos integrantes do PCB. Em seu primeiro comício, o governo reprimiu violentamente o movimento e decretou a Lei de Segurança Nacional, proibindo o direito de greve e colocando a ANL na ilegalidade⁴⁶.

No mesmo ano, a Constituição Federal impôs, no artigo 120, o princípio da pluralidade sindical e, em 1937, foram novamente firmado a unicidade e a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. No Decreto–Lei nº 1402 de 1939, foi editado o enquadramento sindical com a função de aprovar ou não a criação de sindicatos e a implantação do imposto referente a ele.

Apesar da revogação da Carta Constitucional de 1937 pela Constituição Federal de 1946, muitos princípios mantiveram-se inalterados e, nas constituições de 1967 e 1969, permaneceram incólumes. De acordo com o Dr. José Carlos Arouca:

“A origem de nossa legislação sindical não é boa. Formou-se com o Estado Novo, cópia do fascismo de Mussolini, juntamente com a Justiça do Trabalho para substituir os sindicatos na resolução dos conflitos coletivos. Por isto mesmo proibiu-se a greve. O modelo corporativo pretendia-se à intervenção do Estado no domínio econômico e o sindicato assumia papel de seu auxiliar para que ‘a economia da população’ fosse ‘organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, como órgãos destes’, exercendo ‘funções delegadas de Poder Público’⁴⁷.

⁴⁶ VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935*. Expressão Popular: São Paulo, 2008. Ver também: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão; a revolução mundial e o Brasil 1922 – 1935*. Companhia das Letras: São Paulo, 1991.

⁴⁷ AROUCA, José Carlos. *Legislação sindical: passado, presente e futuro*. Publicado no site do DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, São Paulo, 27/04/2007.

A grande possibilidade de mudanças estava na Constituição de 1988, já que o movimento sindical, na década de 80, havia ganhado fôlego e potencial de luta para reivindicar mudanças na esfera legal. Mesmo assim, elas não chegaram nem perto de estabelecer uma real modificação nas bases da CLT.

Mas algumas mudanças se mostraram fundamentais para a democracia sindical sendo que a proibição da intervenção estatal na concessão de autorizações prévias para a fundação de sindicatos, a garantia da autonomia das entidades e o poder de representação foram importantes avanços. Entretanto alguns pontos permaneceram inalterados, o que acabou por formar uma “nova legislação sindical” com permanências⁴⁸.

As permanências de textos legais de 1931, 1934 e 1937 revelam que os avanços, em relação ao rompimento das estruturas legais autoritárias do período Vargas, foram apenas sutis, mesmo após movimentos de grande expressão como foram as paralisações no ABC Paulista no final da década de 70 e da intensa atividade sindical ocorrida na década seguinte.

Em termos de atuação, é significativo destacarmos as grandes greves ocorridas nos setores públicos e privados nos grandes centros urbanos que mobilizaram milhares de trabalhadores no período anterior a 1964.

Não queremos com isso descaracterizar ou menosprezar as grandes movimentações metalúrgicas de 78, 79 e 80 no ABC Paulista. Elas foram, sem sombra de dúvida, movimentos legítimos que responderam prontamente ao abuso da política econômica promovida pelo governo autocrático. Ele era responsável pelo assim chamado “milagre econômico brasileiro” e pelo seu próprio fracasso e esgotamento na década de 70. Aponta que as verdadeiras bases do desenvolvimento econômico do país se realizavam sobre a superexploração do trabalho, o arrocho salarial e a miséria social à qual a classe trabalhadora estava condenada.

Diante desse cenário o sindicalismo metalúrgico do ABC respondeu prontamente às demandas e se transformou em referência de organismo combativo na sociedade brasileira; porém, com o tempo, também assumiu o caráter politicista quando transpôs os agentes sindicais para o universo político

⁴⁸ RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios gerais de direito sindical*. 2 ed. Forense: Rio de Janeiro, 2000.

sem a mediação das determinações sociais, perdendo, no caminho, a própria entificação de classe que mediou o movimento operário e sindical.

É, nesse contexto, que queremos compreender a progressão do sindicalismo brasileiro que obedece às suas características peculiares de formação, mas que, diante das particularidades de desenvolvimento econômico, político e social, responde a elas dentro de suas possibilidades e limites.

A institucionalização do trabalho e a regulamentação das leis trabalhistas, deferidas por Getúlio Vargas no Estado Novo, tinham, como pressuposto, conduzir a economia brasileira de base fundamentalmente agro-exportadora para o capitalismo de base urbano-industrial. O Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931 implantou a unicidade sindical dando às organizações de classe natureza de órgãos de colaboração com o Poder Público. Os conselhos mistos e permanentes de conciliação e julgamento possibilitaram a criação de uma cooperação na aplicação das leis como subsídio de dirimir conflitos entre patrões e empregados.

Em 1934, a Constituição firmou a pluralidade e a autonomia sindical apenas em partes. O sistema permitia apenas dois sindicatos para um mesmo grupo em idêntica base permanecendo a tutela do Estado. Essa pluralidade se manteve, apenas, para abrir espaço para a representação classista no Congresso e na Justiça do Trabalho.

Com a ditadura Vargas, novos decretos foram estabelecidos no sentido de regulamentar as questões trabalhistas. Em 1939, entrou em vigor o Decreto-lei nº 1.402 disciplinando os sindicatos como órgãos de colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões e de sua subordinação aos interesses nacionais. Assim, apenas os sindicatos reconhecidos pelo Estado teriam a devida legitimação para representar seus associados perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Ainda de maneira uniforme, o Estado, sendo reconfigurado para receber o capital estrangeiro tão necessário para o fomento da base industrial brasileira, projetou, apesar de suas ambiguidades, as novas bases econômicas com uma política regularizadora.

De maneira bonapartista⁴⁹, Getúlio Vargas deu os primeiros contornos na reestruturação do capitalismo industrial, forjado com capital externo e regulador do operariado nascente. Constituindo a legislação trabalhista e dando os moldes do sindicalismo brasileiro, Getúlio forjou as bases sociais para o pleno desenvolvimento da economia industrial no país.

Torna-se importante salientar essa forma específica sobre o poder bonapartista no Brasil a partir de Vargas. Marx fez profundas críticas em torno do estabelecimento desse poder demonstrando seu caráter ditatorial e repressor do trabalho e dos trabalhadores. Nesse contexto, ele esboçou elementos que podem ser verificados, também, na formação brasileira:

“Na sua ininterrupta cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão continuamente acrescidos mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar - a Assembléia Nacional - de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo. Declarando-se a favor de todas as classes sociais, porém, mantendo a supremacia do capital sobre o trabalho, em nome da quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda não a tinha adquirido. Foi clamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por

⁴⁹ Segundo Domenico Losurdo, o bonapartismo consiste nas características governamentais de Napoleão III na França, na segunda metade do século XIX. A partir dessa análise, Losurdo elabora o conceito de bonapartismo para explicar os regimes políticos atuais. Esse conceito evidencia a centralização do poder na esfera do Executivo, o que acarreta não só a redução dos espaços de participação democrática das massas populares, mas também o fortalecimento da personalização do poder, que contribui para ocultar a existência de um complexo aparato estatal, desempenhando, portanto, um papel de cooptação das massas. Mesmo dando mais ênfase à análise do regime político estadunidense, o autor sugere a possibilidade de expansão do fenômeno do bonapartismo pelos quatro cantos do globo.

Marx apontou em seus estudos, que essa forma de dominação autocrático-burguesa, denominada de bonapartismo, constitui-se pelo exercício do poder de forma indireta pela burguesia e pelas armas, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário, uma estrutura de poder burguês forte, ditatorial montada sob um poder executivo absolutizado.

uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante” (Marx apud Rago, 1998: 15-16).

Nessas reflexões acerca da ontologia, Marx procurou apontar que esse poder indireto obstaculizava as formas democráticas e impedia as classes de fazer valer seus interesses antagônicos. Obviamente, é preciso caracterizar as particularidades do bonapartismo clássico em relação ao bonapartismo brasileiro. Por isso a análise da via colonial torna-se um traço importante neste estudo, porque caracteriza as formas de poder e de ser do capital que delimitaram as manifestações sindicais e operárias ao longo do século XX e impediram sua real concretização na sociedade brasileira.

Mas, nem por isso, torna-se menos importante o surgimento das manifestações sindicais e operárias ao longo desse período. Pelo contrário, elas se tornam expressões das formas particulares de como os movimentos, oriundos dos partidos de esquerdas e dos chãos-de-fábrica, procuraram, dentro da lógica do capital atrofico, buscar seus espaços e lutar pelos seus direitos.

A segunda metade da década de 40 também expressou essas singularidades e as movimentações desse período se tornaram marcos importantes na história dos movimentos sociais brasileiros.

No ano de 45, foi criado o MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores com o objetivo de romper com a estrutura sindical vertical, retomar as lutas da classe operária e lutar pelo fim do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda que atuava juntamente com o Tribunal de Segurança Nacional. No ano seguinte, o Presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu a existência do MUT e suspendeu as eleições sindicais.

A Constituição de 1946, destinada, principalmente, a organizar, controlar e reprimir o movimento sindical colocando-o sob a tutela do Estado e à intervenção do Ministério do Trabalho, transforma-se numa arma política contra qualquer tentativa do proletariado de questionar as bases organizacionais do governo. Ela se limitou a dizer, no artigo 159, que a associação sindical era livre, transferindo para a lei ordinária sua constituição, a representação nas convenções coletivas e o exercício de funções delegadas de Poder Público, mantendo-se e repetiu na Constituição Militar de 1969.

Mesmo sob esse arcabouço legal e repressor, algumas paralisações importantes foram realizadas nesse período, o que comprova que as massas, apesar de limitadas quanto ao número e subdivididas geopoliticamente, organizaram-se por categorias na luta por melhores salários e condições de vida⁵⁰.

De 1945 a 1950, o movimento reivindicatório operário no Brasil toma novo dinamismo. Com a intensificação da exploração na indústria brasileira, motivada principalmente pela Segunda Guerra Mundial, muitos trabalhadores aproveitaram o “estímulo” e impulsionaram as primeiras lutas ainda no ano de 1944⁵¹. De acordo com Ricardo Maranhão:

“O movimento sindical renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce a sindicalização (de 474.943 sindicalizados em 1945 para 797.691 em 1946) e multiplica-se a atividade política nas organizações de classe tanto oficiais quanto extra-oficiais. Os conflitos de trabalhos assumem diversas formas, realizando-se principalmente de maneira ‘espontânea’, mas também por orientação de sindicatos, e de qualquer forma com grande intensidade. Nos primeiros meses de 1946, registraram-se mais de 60 greves, e no dia 20 de fevereiro, só em São Paulo, havia cerca de 100.000 operários em greve”⁵².

Nesse período, a influência do PTB e do PCB nos sindicatos era grande. O PTB de 1945 não tinha sido a primeira tentativa de se criar um partido representativo da classe trabalhadora brasileira. Até mesmo antes do PCB, vários partidos de orientação operária surgiram nas grandes cidades, desde os fins do século XIX. De acordo com a cientista política Maria Celina D’Araújo tornou-se recorrente, na literatura brasileira, afirmar que uma parcela da motivação que levou à formação do PTB veio da necessidade de se encontrar

⁵⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. (org). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Bom Texto/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2004.

⁵¹ CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. Difel: São Paulo, 1976.

⁵² MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. Brasiliense: São Paulo, 1979.p. 43.

uma alternativa partidária que afastasse os trabalhadores da tendência comunista. Para ela, esse não é um argumento que se possa descartar, pois o PCB, em 1945, estava em larga expansão. Porém se esse foi um dos argumentos para a criação do PTB, logo se comprovou que a estratégia não havia sido bem sucedida, pois o Partido Comunista continuava em largo desenvolvimento. No seu entender, entre os antigos militantes do PTB, existiam percepções muito variadas acerca dos objetivos do partido na política nacional. Uma intenção importante era criar uma alternativa “original” para o recrutamento político da classe operária⁵³.

A título de comparação, no setor metalúrgico, as paralisações no início de 1946, expressaram seu caráter espontâneo num movimento que, apesar dos poucos dias de suspensão de atividade, resultou em 9 empresas em greve em São Paulo e próximo ao ABC Paulista. Com o objetivo de aumentar os salários, os metalúrgicos organizaram comissões de fábricas nos locais de trabalho. Embora o sindicato da categoria fosse controlado por uma composição de várias tendências, entre pelegos e comunistas, houve a deflagração de uma greve geral de um dia e, posteriormente, várias outras empresas da região do ABC se manifestaram provocando até mesmo intervenção policial em algumas das fábricas⁵⁴.

Independentemente dos altos e baixos no movimento sindical desse período, outras categorias de trabalhadores participaram de movimentações importantes principalmente na cidade de São Paulo. Aconteceu, por exemplo, com os motoristas da CMTCC que, juntamente com o Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo, encaminharam pedido de aumento salarial junto à prefeitura da cidade. A demora da apreciação do pedido acabou levando os trabalhadores à greve, movimento que teve apoio da Associação dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo.

⁵³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.

⁵⁴ Apesar de o sindicato ter tido, a princípio, um papel atuante diante da paralisação, logo recuou, principalmente quando os trabalhadores de 10 empresas resolveram estender a paralisação até que as reivindicações fossem atendidas. O nível de mobilização conseguido pelo processo de negociação direta entre patrões e comissões de fábricas permitiu o prolongamento das greves.

Na ocasião, o cenário urbano nacional revelava novo aspecto: o contingente de trabalhadores nas indústrias cresce assustadoramente de 1940 à 1953, chegando à casa dos 1.500.000 de operários no setor.

O sindicalismo brasileiro sempre respondeu a uma característica particular de formação histórica e sobre ela atuou nos limites impostos pelo Estado desde sua oficialização como organismo de representação operária. Entretanto, o surgimento das intersindicais e dos movimentos paralelos que buscavam romper, na clandestinidade, a dependência legal buscou novas formas de articulação e eles estiveram presentes nas mais importantes paralisações do período de 1945-1964.

O conceito populista que muitos autores utilizaram para descrever os governos da época também foi atribuído ao tipo de sindicalismo então praticado, com o que não concordamos.

Em nosso entendimento, o conceito de populismo desenvolvido, principalmente por Francisco Weffort⁵⁵, e levado adiante por outros autores, acabou por interpretar a realidade brasileira pelos aspectos universalizantes, que primou muito mais por encontrar traços de similitudes entre os governos mundiais do que compreender a particularidade de formação e desenvolvimento da sociedade e do capitalismo brasileiro.

Inviabilizou-se, assim, a verificação das impossibilidades de superação daquele tipo de estado e do sindicalismo da época e a compreensão de como surgiram organizações operárias que buscaram novas alternativas fundando intersindicais e outros organismos paralelos, no sentido de buscarem novas vias de reivindicação e conquistas para a classe operária.

Continuando a trajetória dos movimentos na história brasileira, a década de 50 é o período em que novas correlações de forças aparecem, quando o país, pela primeira vez, supera sua condição de agro-exportadora na segunda metade dessa década.

Mas, no período que vai de 1950 a 1954, as estreitas relações criadas pelo PTB em torno das organizações sindicais, ampliaram os diálogos do partido com os setores trabalhistas. Um aspecto importante foi a decisão do Partido Comunista para retomar sua participação na estrutura sindical oficial.

⁵⁵ WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. Estudos CEBRAP: São Paulo, 1973.

Visando ao controle da política trabalhista, o governo apoiou-se no Ministério do Trabalho e nas vantagens oferecidas pela estrutura sindical corporativa como canal de diálogo com os dirigentes sindicais. A estratégia do partido e do governo não evitou que, durante seu mandato, paralisações ocorressem como a famosa Greve dos 300 mil que parou São Paulo em 1953.

Por isso não podemos perder a perspectiva que, de 1950 a 1964, inúmeros protestos de grande porte ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro provocando muitos debates acerca das relações trabalhistas no Brasil. Somente nos anos de 1951, foram cerca de 200 paralisações com 400.000 trabalhadores em greve. No ano seguinte o contingente aumentou para cerca de 300. No campo, a luta também se organizou e, em 1954, é criada pelo PCB, a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil⁵⁶ e, no ano seguinte, a 1ª Liga Camponesa sob o comando de Francisco Julião.

Em 1953, foram mais de 800 greves com destaque para a famosa greve dos 300 mil em São Paulo que paralisou os têxteis, metalúrgicos e gráficos, num movimento de cunho político acima das reivindicações econômicas.

Outra também importante foi a greve dos 400.000 que durou 10 dias em São Paulo em 1957.

A que teve maior repercussão, sem dúvida, foi a Greve dos 700.000 mil que unificou várias categorias em torno de demandas comuns. Eis alguns exemplos para confirmar as ondas grevistas existentes no pré-64 e servem, ainda, para compreender o nível de desenvolvimento e organização que obtiveram em seu curso. No Rio de Janeiro, a história não foi diferente. O número de paralisações, ocorridas no Estado, movimentou e motivou um número significativo de paralisações entre bancários, metalúrgicos e ferroviários, como informa o livro do professor Marcelo Badaró Mattos⁵⁷.

⁵⁶ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade.

⁵⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismo*: Rio de Janeiro (1955/1988). Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 1998.

Sob a influência do PCB, esses movimentos se envolveram tanto na luta econômica quanto na luta política, não no sentido de politizar o movimento, mas como alternativa diante da estrutura governamental da época. De uma classe operária quase inexistente no princípio do século XX para um contingente que, a cada, ano tomava novas proporções, essa nova classe precisava de orientação e condução para o entendimento e encaminhamento de suas problemáticas. E, por insuficiência da própria esquerda, os avanços do movimento operário e sindical acabaram sendo reflexos da falta de experiência e, principalmente, da falta de compreensão do potencial e das possibilidades de luta da classe operária.

Mas, ainda que a luta sindical adotasse a via política para solucionar seus interesses, o surgimento das intersindicais e da própria CGT, em 1962, significou um grande avanço na organização operária de base que auxiliaram na condução de greves de uma gama de categorias pelas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro⁵⁸.

Sob novas circunstâncias, as décadas de 70 e 80 deram as possibilidades imediatas para o desdobramento das lutas iniciadas no pré-64 e que foram interrompidas pelo golpe. Ao seu tempo e com novas demandas na agenda de negociação, o movimento operário e sindical voltou a se manifestar como resposta prática na região do ABC Paulista onde se concentravam o parque industrial brasileiro e as principais montadoras de automóveis do país, pilar importante nos planos econômicos do governo.

O colapso da política econômica da ditadura, seus fracassos e o anúncio de manipulação dos índices salariais em 1973/1974 se transformaram em cenário perfeito para o ressurgimento das primeiras manifestações na região do ABC Paulista, na década de 70.

O chamado “milagre econômico brasileiro”, produzido pela ditadura militar com o objetivo de dar respostas à sociedade ao projeto maior de Segurança e Desenvolvimento, elaborou uma série de estratégias baseadas no Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG do então Ministro Roberto

⁵⁸ Para mais informações sobre o PCB e sua atuação ver:
GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6 ed. Ática: São Paulo, 1999.
MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. UnB/Revan: Brasília, 2001.

Campos, como uma maneira de dinamizar e favorecer a acumulação privada do capital. Segundo Octávio Ianni:

“O planejamento foi erigido em técnica fundamental da retórica e prática dos governantes. Planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral. Numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante ‘legitimar’ a ditadura por meio da ideologização da sistemática coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização, etc. da política econômica”⁵⁹.

Seguido pela Diretrizes do Governo (1967), pelo Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) e pelas Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1971), a idéia de formular e colocar em prática um “modelo brasileiro de desenvolvimento” ganhava fôlego nas fileiras da ditadura, mas que revelaria com o passar dos anos, os verdadeiros pilares que sustentavam e sustentaram o “milagre brasileiro”. Para isso, abriam-se, cada vez mais, as fronteiras nacionais para o capital imperialista acentuando, ano a ano, a superexploração do proletariado e do campesinato.

Os três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) como forma de modernizar as instituições para propiciar a acumulação monopolista ditada pelas grandes burguesias imperialistas e nacional, associadas política e economicamente, preservavam a política de superexploração e repressão do proletariado.

Mas toda a estrutura de planejamento montada e aplicada pela ditadura, a fim de colocar o Brasil no rumo da modernização e do desenvolvimento, estaria ameaçada pelo colapso do próprio sistema. E, nessa fase de esgotamento do “milagre econômico”, a revelação das suas bases constitutivas transformaram-se no principal ingrediente para a retomada das movimentações

⁵⁹ IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1981. p. 6.

operárias e sindicais no país justamente no coração do sistema: as indústrias automobilísticas.

Nessa nova dinâmica, surge a figura de Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema a partir de 1975. Conquanto fizesse parte da diretoria do Sindicato desde 1972, quando Paulo Vidal era o presidente, Lula desempenhou a função de diretor do sindicato por duas oportunidades: a primeira no triênio 1975/1977 e, na sequência, em 1978/1980. Porém, foi exatamente no segundo mandato que sua atuação como dirigente sindical foi mais expressiva. No seu primeiro mandato, a tarefa da sindicalização foi um trabalho árduo já que havia um esvaziamento do sindicato e os trabalhadores haviam se organizado em comissões de fábricas independentes da orientação sindical. Muitas das principais montadoras do ABC contavam com grupos muito fortes e, articular com essas comissões e levá-las como força representativa no interior do movimento sindical, não foi tarefa fácil, mas para Lula era fundamental.

A falta de mobilidade do Sindicato e seu caráter assistencialista do princípio da década de 70 era fruto de uma política repressiva extremamente severa que trazia dúvidas em relação ao tipo de sindicalismo exercido e afastava cada vez mais os trabalhadores das discussões.

O trabalho da nova diretoria, fortalecido pelo cenário de crise do projeto econômico da ditadura militar, misturado com as péssimas condições da classe trabalhadora, foram aspectos fundamentais, para que, em 1977, sob a liderança de Lula, mudasse as formas de atuar daquela associação e promovesse assembleias e reuniões para discutir as demandas mais imediatas dos trabalhadores metalúrgicos.

Piquetes nas portas de fábricas e visitas constantes de Lula às comissões de fábricas auxiliaram a fortalecer o sindicato como espaço de discussão e tomada de decisão. Descolar o potencial de união do interior das fábricas para o interior dele era unir força e experiência diante de anos de superexploração e arrocho salarial promovidos pela ditadura militar.

Outro fator importante e que não pode ser desconsiderado são as distintas características que as greves de 1978, 1979 e 1980 vão adquirir e o potencial de luta que vão revelar no seu desenvolvimento. Dentro e fora das fábricas, os metalúrgicos do ABC Paulista foram capazes de criar e recriar

estratégias de luta que iam desde a operação tartaruga e quebra-máquinas a uma organização maior e mais consistente para sustentar a greve e os trabalhadores paralisados: o Fundo de Greve.⁶⁰

As manifestações tomaram lugar de destaque nos principais jornais e revistas da época e uma dimensão reivindicativa invejável citar como exemplo as grandes Assembléias no estado de Vila Euclídes que chegavam a reunir 120 mil trabalhadores. Era um sindicalismo atuante e, pela base, ele se propunha a denunciar as mazelas da classe operária como fruto da política econômica da ditadura militar revelando o assentamento na exploração e miséria da classe trabalhadora brasileira.

1.1- A problemática do “novo sindicalismo”: o conceito que não consegue se livrar das aspas

A recuperação histórica proposta na primeira parte desse capítulo objetivava criar uma linha de entendimento sobre as características da classe operária brasileira por meio do fomento dado aos governos que se sucederam, principalmente a partir do século XX quando o projeto de desenvolvimento econômico e social do país passou a ser a industrialização.

A preocupação era apresentar as organizações de classe que surgiram paralelamente para discutir os problemas do trabalho no Brasil e representar as mais diversas categorias de trabalhadores do país. A aparição desses movimentos mostra seu potencial de estruturação ao mesmo tempo em que revelam suas dificuldades e sua falta de uma perspectiva superadora. Mesmo assim, fruto das nossas contradições e das nossas particularidades de formação de caráter hipertardio, elas romperam os limites legais e projetaram-se no cenário nacional na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores. Em 1930, essa dinâmica se altera com a introdução das primeiras leis trabalhistas e da regulamentação do nosso mercado de trabalho. Marcado por um viés

⁶⁰ SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”*: as paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em História: São Paulo, 2003.

repressor, as leis promulgadas por Getúlio Vargas organizavam a classe operária para alimentar a nova dinâmica econômica do país.

Posto que o sindicalismo brasileiro estivesse intimamente ligado ao Estado e sem qualquer autonomia, surgiram inúmeros organismos paralelos que buscaram legitimar os direitos dos trabalhadores e muitos deles foram responsáveis por greves que sacudiram os estados mais importantes da federação naquele período: São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa nossa retomada da história dos movimentos operário e sindical no pré-64 fez-se necessária para que pudéssemos discutir os traços de similitudes e continuidades do sindicalismo brasileiro e retomar as discussões em torno do conceito “novo sindicalismo” comum nas análises sobre o movimento sindical sobre a década de 70.

Não obstante as qualidades novas, apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na década de 70, o conceito “novo sindicalismo” foi elaborado para exercer um caráter de fronteira e de oposição entre o sindicalismo do pré-64 e o do pós-64 e, mesmo contendo elementos novos, não superou a antiga estrutura sindical, não conseguiu abolir a arrecadação do imposto e, ao tempo, foi perdendo o laço fundamental com a base operária optando pela luta política por meio do PT – Partido dos Trabalhadores e da CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Um texto importante que esboçou a perspectiva do “novo sindicalismo” é *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco* de Francisco Weffort.

A partir de estudos sobre as greves de Contagem e Osasco, Weffort estabeleceu os primeiros parâmetros de comparação entre o pré e o pós 64 indicando uma superação das ações sindicais e elaborando suas idéias em torno do “novo” que superaria as ações corporativistas e “populistas” característico, segundo ele, do pré-64:

“O movimento operário aceitara nos anos 50 uma orientação e uma organização moldada pelo populismo e parecia condenado a partilhar a sorte que 1964 reservara a Goulart e

aos demais líderes populistas. Nascera à sombra do populismo e parecia morrer com ele”⁶¹.

Weffort, com frequência, abordava os aspectos e as heranças políticas para se referir à constituição de um autêntico sindicalismo. A mistura política e sindical do pré-64, para ele, havia sido maléfica e ineficaz:

“A revisão crítica do passado não se refere apenas ao passado (...) o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária é o da avaliação crítica da herança recebida (...) Com que parte da herança devemos ficar?”⁶².

Para ele, a concentração espacial e o isolamento contribuíam para a formação do sentimento comunitário que poderia favorecer o despertar da solidariedade de classe, fator excepcionalmente favorável à eclosão do movimento operário em greves, protestos, etc. Esses são aspectos abordados por ele em 1972 e que, no final dessa mesma década, revelaram-se fatores de extrema importância. Entretanto, em seus escritos, nascia a oposição teórica entre o “velho” e o “novo sindicalismo” que, posteriormente, seria usada de forma intensa para caracterizar as paralisações metalúrgicas no ABC Paulista.

Weffort aponta também, em seu texto o espontaneísmo operário, seus movimentos “moleculares” que se manifestam nas formas mais rudimentares de atuação (paralisação de algumas horas, quebra máquinas, etc.), e, principalmente, a ausência das direções sindicais e das Oposições no processo, como aspectos que diferenciavam o movimento surgente em Contagem e Osasco dos realizados antes de 1964.

⁶¹ WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968*. CEBRAP: São Paulo, 1972. Caderno 5. p. 8.

⁶² WEFFORT, Francisco. *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964*. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC, 1978. pp. 17-8.

É necessário apontar os significativos movimentos que se sucederam ao longo do período bonapartista no Brasil⁶³. As lutas sociais que permearam a sociedade brasileira na clandestinidade de 1964 até a vitória política da Aliança Democrática em 1984 revelam não só as organizações que se desenvolveram nesse período, como também a luta ideológica travada entre PCB e seus dissidentes.

Apesar das limitações teóricas de muitos dos grupos que estiveram presentes, é importante resgatá-los no sentido de demonstrar o peso das ações ditatoriais sobre os movimentos sociais.

No Brasil, as questões referentes à relação entre o Estado e o movimento operário sempre foram consideradas, ao longo das décadas de 30, 40 e 50 como “questão de polícia”. Já, no período bonapartista, os assuntos relacionados à questão social passaram a ser tratados no âmbito e sob a insígnia da Segurança Nacional.

Os movimentos sindicais, operários, estudantis, entre outros, foram alvos de intensa repressão e passaram a ser assunto prioritário da Polícia Política. Nesse contexto, o sindicalismo sofreu duras intervenções. De acordo com dados contidos nos estudos de Argelina Cheibub Figueiredo e Heloisa de Souza Martins, cerca de 73 dirigentes sindicais tiveram seus direitos políticos cassados, houve intervenção em 4 Confederações, 45 Federações e 383 sindicatos.

Em entrevista publicada na Revista Escrita/Ensaio, muitos dirigentes e participantes do movimento operário e sindical relataram os fatos ocorridos em seus órgãos representativos logo após o golpe. É o caso de Antônio Flores de Oliveira e Affonso Delellis, este último presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo nos anos de 1963 e 1964. Segundo ele:

“Na ‘revolução’ de 64 (...) só não eliminaram o Cabral porque não tiveram condições. (...) não dava pra dizer que o Brasil havia sido descoberto em 64. Tudo o que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha de ser esquecido (...). E alguns intelectuais entraram nessa reação. Descobriram uma

⁶³ RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 64: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

palavra, o populismo, que até hoje eu não consegui ninguém que me explicasse. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período uns estavam na cadeia, no exílio e outros nem na cadeia, nem no exílio. (...). Essa gente jogou sozinha e sozinha se convenceu que estava abafando (...). Eles começaram a ter dificuldades para se manter nessa linha de raciocínio. Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e querem passar para a nova geração, a pergunta é: por que deram o Golp?: Ora, se tudo era populismo, então os generais estavam todos bêbados e não tinham nada pra fazer. ‘Ah! Não temos o que fazer, vamos dar um golpe?’ E deram. A conclusão tem que ser essa. Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante”⁶⁴.

Obviamente, existiu no pré-64 uma organização operária e sindical que buscou maior status nas premissas políticas brasileiras. As manifestações desencadeadas ao longo dos anos 60, anteriores ao golpe, são exemplos que não podem ser desconsiderados, assim como a participação dos movimentos sociais do campo (Ligas Camponesas) que tinham, pela primeira vez, chegado a um patamar de organização jamais visto sob a máxima liderança de Francisco Julião.

De 1964 a 1966, a ação repressiva do governo procurou dismantelar tais organizações e neutralizar seus principais líderes e representantes. A intimidação policial e seu caráter desmobilizador “pela força” produziram um grande refluxo das greves e impulsionou as atividades clandestinas. Alguns jornais ligados a órgãos do movimento operário e sindical continuaram circulando. Mesmo assim, discussões consistentes sobre a situação da classe trabalhadora brasileira não habitavam as páginas desses periódicos. De acordo com Celso Frederico:

“Até o golpe, o PCB detinha a hegemonia no movimento operário. As demais organizações não tinham conseguido criar

⁶⁴ Revista Escrita/Ensaio, n° 6, São Paulo, 1980. pp. 20-30.

raízes no meio operário e sindical. Com a repressão que se seguiu ao golpe, a aproximação com os trabalhadores ficaria extremamente difícil. Tal situação se refletiu na imprensa partidária. Nos documentos da AP (Ação Popular), feito à época, inexistiam análises sobre a situação vivida pelos trabalhadores (ver, por exemplo, *Uma Política Revolucionária para o Brasil*, Comitê Nacional, 1965 e *Histórico*, s.n., 1966). Outros grupos, como a Polop (Política Operária), não tinham uma imprensa regular e ignoro a existência de documentos relativos à classe operária⁶⁵. (grifos do autor).

Talvez os periódicos operários clandestinos que mais tenham se destacado no período tenham sido *A Classe Operária* e *a Voz Operária*. O jornal *A Classe Operária*, pertencente ao Partido Comunista do Brasil, só voltou a ser editado em 1965.

A Voz Operária do PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi editado sob forma de circulares só voltando a categoria de periódico no ano de 1965 e procurou acompanhar, de perto, as questões referentes ao movimento operário e sindical.

Na publicação do dia 12 de dezembro de 1965, é possível encontrar a seguinte mensagem:

“O dever dos trabalhadores, hoje, é fortalecer sua organização e sua unidade, cimentando-as nos locais de trabalho e de moradia. O governo pode intervir nos sindicatos e controlar seu funcionamento, mas não pode impedir que os trabalhadores se organizem dentro de sua empresa, em cada seção, que se unam em torno da luta por suas reivindicações mais sentidas. E é, a partir daí, que devemos preparar as lutas. O próprio governo criou condições em que a batalha pelas menores reivindicações liga-se, necessariamente, à luta pelas liberdades, à luta contra a ditadura. Organizar um poderoso movimento sindical nas empresas, defender os sindicatos e fazer com que sejam instrumentos dos trabalhadores, é a

⁶⁵ FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. vol 1. Novos Rumos: São Paulo, 1987. p. 21.

grande contribuição que a classe operária pode e deve dar hoje para, somando-se ao movimento camponês, ao movimento estudantil e dos intelectuais, ao de todos os patriotas, criar as condições em que possamos varrer esse governo antipovo e antinação que aí está”⁶⁶.

Em 1966, o movimento sindical parecia esboçar uma tentativa de ressurgimento. Diante da singularidade do período bonapartista e da introdução de Projetos Econômicos que potencializavam a superexploração e o aviltamento da classe trabalhadora e sua subordinação ao capital estrangeiro por intermédio de medidas legais como a eliminação da estabilidade e a criação do FGTS, grupos ligados aos movimentos sindicais trataram de discutir os rumos do pós-64 para os movimentos sociais brasileiros.

De um lado, o Partido Comunista Brasileiro alegava que havia ocorrido um “desvio” da esquerda e este teria sido um dos principais problemas do pré-64. Entretanto, o movimento sindical e operário do pré-64, conforme já verificamos, não teria as capacidades imanentes para conduzir uma resistência ou propor uma alternativa frente ao capitalismo industrial financiado pelo capital estrangeiro e potencializado política e juridicamente ao longo de quase três décadas pelos governos brasileiros.

Mas os comunistas acreditavam ter pela frente, naquele período, a luta pela preservação do processo democrático, sugestões quanto ao caminho do desenvolvimento econômico e à luta pelas reformas de base. Projetos que não perpassavam por outras forças sociais e que, por sua vez, não abriam espaço para que outras influências e posições ideológicas pudessem somar forças.

Uma outra corrente composta por grupos heterogêneos (Polop, Ap e PC do B, principalmente), analisou o golpe de 64 como resultado de um erro cometido pela direita que via na posição do PCB uma atitude muito mais conciliadora do que uma alternativa de confronto e, conseqüentemente, incapaz de propor uma verdadeira mudança. Era uma clara crítica à “política de alianças” do PCB que, na visão desses grupos, prejudicou, sobremaneira, o conjunto do movimento operário e sindical.

⁶⁶ Jornal Voz Operária, nº 12, dezembro de 1965. In: FREDERICO, Celso. Idem, ibidem. p. 26.

As críticas em torno do PCB também caracterizavam-no como “pacifista” e “reformista”. De acordo com o professor Celso Frederico:

“em 1966 essas críticas à linha política do PCB já haviam conquistado diversos dirigentes desse Partido (como Carlos Marighela, Joaquim Câmara Ferreira, Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho) que então rompem com o Comitê Central e se lançam na preparação da luta armada. Nessa perspectiva insurrecional, a luta contra a ditadura desencadearia uma radicalização crescente nas fileiras oposicionistas. As denúncias contra as leis repressivas do governo (1964/66) cederam lugar às agressivas passeatas estudantis (1966/68). Em fins de 1968, a principal forma de resistência era a guerrilha urbana”⁶⁷.

A forma pela qual foram conduzidas as críticas em torno da prática sindical e operária do pré-64 marcariam, profundamente, a condução das manifestações e dos rumos que seriam traçados e adotados para o movimento operário. Além disso, as críticas também marcariam as análises sobre o movimento sindical do pré-64. Em torno dessas novas análises, surgiu uma maneira de qualificar os movimentos do pré e do pós-64: “Velho” e “Novo sindicalismo”. Ao velho ficava a dura marca do reformismo e do peleguismo. Ao novo, a autenticidade e a autonomia política se fariam presentes. Podemos dizer que somos herdeiros de tais análises que conduziram as problemáticas da história do movimento sindical brasileiro para uma ruptura em 1964.

No nosso entender e com as possibilidades de análise e compreensão que os tempos atuais nos ajudam, entre pré e pós 64, há muito mais traços de continuidade do que rupturas superadoras. Não querendo com isso descaracterizar os elementos novos que estiveram presentes em movimentos como os de Osasco e Contagem em 1968, tampouco os que ocorreram em fins da década de 70 no ABC Paulista. Mas é fundamental que compreendamos as particularidades históricas que deram o enredo necessário para o desenvolvimento de suas formas de atuação.

⁶⁷ FREDERICO, Celso. Idem, *ibidem*. p. 52.

É importante, portanto, recuperar essas críticas sobre o pré-64 que foram efetuadas ao longo da década de 60 pelos diversos grupos políticos existentes. Só assim, poderemos compreender os rumos do sindicalismo brasileiro, suas tendências e ações organizativas que marcaram as décadas de 70 e 80. Ao mesmo tempo, somente por essa compreensão histórica, podemos compreender os avanços e limites, assim como muitos traços de similitude, que estão presentes nos aspectos sindicais da década de 90.

O Partido Comunista Brasileiro procurou atuar pela via política e nesse plano buscou fortalecer o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que ocupava uma posição legalista frente à ditadura, no sentido de inserir os setores não privilegiados no regime ditatorial. Para o PCB, seria possível organizar, no Congresso Nacional, uma Frente Parlamentar Antiarrocho capaz de denunciar os efeitos da política econômica do governo. Mais uma vez seria estipulado um plano de ação sem considerar os diversos posicionamentos ideológicos inseridos no movimento sindical.

A criação do MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho) em São Paulo, no ano de 1967, foi uma tentativa frustrada de reativar as organizações intersindicais como o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) que existiram no pré-64. Embora tenha sido uma tentativa frustrada o MIA chegou a realizar seis encontros.

Da corrente oposta ao PCB, vinham os posicionamentos que propunham uma “guerra de movimento” e a derrubada da ditadura pela violência. Tal corrente se auto-intitulava “esquerda revolucionária” e tinham absoluta desconfiança em relação à participação nos organismos legais existentes. Por isso faziam campanhas pelo voto nulo, pois viam o processo eleitoral como uma forma de fortalecer e legitimar a ditadura.

As críticas que essa corrente realizou em relação ao Movimento Sindical do pré-64 baseavam-se em aspectos três: estrutura sindical, sindicalismo cupulista, e sindicalismo de Estado os quais obstaculizavam o desenvolvimento de um verdadeiro sindicalismo no país.

Contra essas estruturas era necessário iniciar a organização do novo movimento sindical tendo como principal caminho a organização no interior das fábricas. A principal temática das discussões e o principal aspecto a ser

combatido era o arrocho salarial, resultado da política econômica superexploradora da ditadura.

Com esses elementos, paralisações importantes ocorreram no ano de 1968: as greves de Contagem, as de São Bernardo do Campo e a famosa de Osasco.

A greve de Osasco acabou se tornando um símbolo de resistência e contestação à ditadura que deixava de ser uma reivindicação apenas econômica. O papel desenvolvido pelos organismos de base e a ocupação das fábricas foram elementos novos que deram um caráter maior a essa paralisação. Além disso, a união entre o movimento estudantil e operário foi um traço importante na época.

Apesar da derrota sofrida pelos operários em Osasco, o exemplo de luta, no período mais repressivo da ditadura militar, ficou registrado na história do movimento operário e sindical do país.

No caso do ABC Paulista, muitos aspectos se repetiram, porém, com o desenvolvimento da problemática na região, o sindicalismo voltou a estar próximo dos políticos e da política como veremos mais adiante.

O movimento expressou qualidades novas quando unificou a classe trabalhadora na luta contra a superexploração, o arrocho salarial e o aviltamento das condições de vida e a transformou no próprio sindicato fosse o lugar onde elas estivessem: na fábrica, nas ruas, em casa, nas igrejas ou na sede do sindicato. A figura do metalúrgico do ABC expressava a denúncia da realidade nacional e questionava diretamente as bases de sustentação da ditadura militar e, como consequência toda sua estrutura autocrática⁶⁸.

Com o passar do tempo, esse tipo de organização passou a dar espaço a novas estratégias muito mais dependentes das lideranças do que da classe trabalhadora. Essa força transformadora acaba sendo desperdiçada quando muitos líderes abandonam a luta pela base que se manifestava como radicalidade, na raiz que expressava a combinação das singularidades e que evidenciaram as carências, deformações, miséria e exploração da classe trabalhadora brasileira. Nas palavras de José Chasin:

⁶⁸ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista – as greves de 1978/80*. 2 ed. Unicamp: Campinas, 1992.

“As massas, muito mais do que no verbo, exibiram a chaga alargada de antiga fome e com ela derrubaram, por um momento, instituições depravadas (leia anti-greve, por exemplo) e apontaram o caminho necessário: liquidar o alicerce econômico da ditadura, despedaçar a política econômica da superexploração do trabalho, dizer não, definitivamente, ao arrocho salarial e com isto puxar o tapete sob os pés do sistema. Romper, portanto, o *politicismo*, fazendo prevalecer os *conteúdos de raiz*, na forma de um *movimento das bases*. Pela ação das bases atingir a *raiz do sistema*. E, assim, no desdobramento complexo de um complexo processo, chegar a abatê-lo. Dar-lhe fim pela combinação das exigências e prioridades autênticas das especificidades efetivas do todo concreto, resgatando desse modo, pela morte do *politicismo*, a *verdadeira prática da prática verdadeira*. Linha nova de novos conteúdos. *Política!*”⁶⁹.

O recuo do movimento sindical da década de 70 e as novas vias adotadas pelas lideranças para conduzir as problemáticas da classe trabalhadora acabou inferindo sobre sua atuação e acabou por eliminar da sua prática seu principal potencial mobilizatório na busca de uma ruptura superadora. O *politicismo*, via adotada pelas lideranças do movimento sindical, apareceu como uma estratégia às avessas. Em seus liames, é incapaz de compreender e sequer tem a intenção de solucionar as diferenças e os contrastes produzidos pelo capital na sociedade, assim como eliminar as relações de exploração que sustentam seus princípios.

“O *politicismo*, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma das

⁶⁹ CHASIN, José. *Hasta cuando?* A propósito das eleições de novembro. In: Miséria Brasileira. Ad Hominem: São Paulo, 2000. p. 126.

especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político arbitrariamente privilegiada.

Em suma, consiste na liquefação da rica carnação da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como política, enquanto não passa de uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica que, nesta distorção, nega a si mesma. Em outros termos, convertendo a totalidade estruturada e ordenada do complexo real – complexo de mediações – num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o *politicismo* configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta da bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos⁷⁰.

Nessa perspectiva, o movimento operário e sindical ressurgido no ABC Paulista e que serviu de referência de atuação para outros sindicatos espalhados pelo Brasil, ao encaminhar suas lutas específicas pela via do politicismo rompeu com a possibilidade de se manifestar e produzir as condições necessárias para denunciar não só o projeto estabelecido pelo bonapartismo, mas também para mascarar o rearranjo de forças na década de 80 que culminou no movimento Diretas Já e, posteriormente, na restauração de uma autocracia burguesa que restabeleceu forças e condicionou permanências dentro do sistema político brasileiro.

“O movimento espontâneo das massas trabalhadoras, que se verificou entre 78 e 80, ameaçou inflectir o percurso, negando o politicismo e abrindo caminhos para a política, para o historicamente novo. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram abalados. Entre a política e o politicismo prevaleceu, lastimavelmente, o segundo, o historicamente velho, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições

⁷⁰ Idem, *Ibidem*. P. 123-4.

partidárias. Predominando o velho politicismo, a travessia, partindo do bonapartismo, desemboca, sem alternativa, na institucionalização da autocracia burguesa”⁷¹.

Assim, a suposta ruptura que o termo “novo sindicalismo” carregava em si e que havia cogitado em suas análises, como particularmente oposto às tradições sindicais do pré-64, acabou não se transformando num movimento de caráter superador e entrou na década de 80 envolvendo-se com grande impulso nas questões partidárias e *politicistas*.

Toda a articulação do movimento sindical do ABC que havia, em seu processo, proposto uma ação de luta de oposição autêntica e livre das influências partidárias que por tantas vezes conduziu o movimento sindical brasileiro ao fracasso, foi sucumbido pela institucionalização aberta e proposta pela autocracia burguesa que, como expressão jurídica do politicismo, assumiu o papel de gestor dos interesses das diversas classes que compõem a sociedade, papel de representante de todas as categorias sociais na particularidade dos seus próprios interesses.

Mas essa também não é uma idéia nova. A constituição da autocracia burguesa institucionalizada e o bonapartismo se configuraram, ao longo do século XX, como formas de objetivação do capitalismo brasileiro pela via colonial que oscilaram e se alternaram em vários momentos de nossa história republicana. Como salienta J. Chasin;

“A autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, e o bonapartismo é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa

⁷¹ Idem. p. 127.

institucionalizada, como toda nossa história republicana evidencia”⁷².

A luta sindical única e ampla empunhou várias bandeiras ao longo da década de 80 e trouxe para a cena de luta categorias de trabalhadores importantes, como a dos professores e bancários. Porém, dadas as especificidades de necessidades e de desenvolvimento histórico, os debates em torno dessas questões acarretaram diversas cisões desde a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

As discussões mais relevantes sobre o mundo do trabalho e, principalmente, sobre suas transformações e tendências futuras foram praticamente abandonadas enquanto o capital e o capitalismo já mostravam sua nova face em países da Europa e nos Estados Unidos. Não tardaria para que elas chegassem ao Brasil e começassem a reorganizar e recriar suas novas estratégias de acumulação e exploração.

No que concerne ao PT, sua origem e sua consolidação viveram um desencontro. Sua politização se efetivou dos traços mais autênticos que o movimento operário e sindical conseguiu produzir desde o golpe de 64. Reduziu a ilimitada possibilidade de luta por meio das bases operárias para se debruçar no papel burocrático e minimizador da lógica do sistema autocrático burguês nacional. O Partido dos Trabalhadores passou a ser um partido em oposição ao movimento operário por limitar as possibilidades de ruptura e superação e procurando a viabilização dos conflitos de classe com projetos políticos.

“O PT, em vista da questão eleitoral, não escapou ao politicismo geral das oposições. Um politicismo forçado, pode-se talvez dizer, mas o fato é que se distanciou do movimento sindical, não procurou fazer uma campanha apoiada sobre as massas, e não atinou com as necessidades de um programa econômico de transição democrática. Suas imperdoáveis vacilações, quando à realização da CONCLAT, são disto grande e significativa evidência. A realização da CONCLAT, às

⁷² CHASIN, José. *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000. p. 128.

véspera das eleições, seria precisamente a última oportunidade para uma tentativa de modificação qualitativa do processo eleitoral. Seria a chance de tentar arrancá-lo do absoluto domínio politicista sob a qual fenece. Sucumbiu especialmente o PT quando, posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas 'ou' através da via eleitoral, mas não foi capaz de somar e articular os dois caminhos e acabou por embaraçar-se, até a alma, apenas no jogo eleitoral, soçobrando às exigências deste. E neste campo será fatalmente batido⁷³.

Resulta, daí, a fragilidade do processo democrático brasileiro que se viabilizou, principalmente, na primeira metade da década de 80. Não do ponto de vista da ruptura, pois infelizmente o movimento sindical não foi tão audacioso para se encampar, mas, na composição de forças que se processou e que agregou partidos que, supostamente, representariam as correlações de forças sociais, caracterizando uma democracia mascarada em que os rostos já eram bem conhecidos. De acordo com Florestan Fernandes:

“Todo partido contém as limitações e as grandezas da sociedade em que emerge e das classes que representa. Ele reproduziu e supera carências históricas e políticas, mas em algum ponto sofre as determinações estruturais, dinâmicas e históricas das contradições que provocam seu nascimento e crescimento. Em um país de desenvolvimento capitalista oscilante e desigual, o Partido dos Trabalhadores teria, como regra, de mergulhar a fundo em debilidades que provinham do movimento operário e sindical. Há uma relação dialética entre as forças da burguesia e a força dos trabalhadores – e ambas dependem do grau de desenvolvimento capitalista circundante⁷⁴.”

Em seu bojo, o PT carregava todo o potencial do movimento operário e sindical, principalmente os exemplos de organização do Sindicato dos

⁷³ Idem. p. 140.

⁷⁴ FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. Cortez/Editora Autores Associados: São Paulo, 1991. p. 39.

Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cujo líder Lula acabou se tornando, em 1986, o deputado federal mais votado do país com 650 mil votos.

Entretanto, ao caminhar pela via politicista, veio a se deparar com um governo e com uma burguesia que promoviam, dentro do aparelho governamental, certa reorganização capaz de garantir sua continuidade no comando político do país, apesar do período de distensão da ditadura e do ressurgimento do pluripartidarismo.

Diante da reorganização política e econômica da burguesia na década de 80, o Partido dos Trabalhadores deseja, pelo campo parlamentar, suscitar as lutas da classe operária do país. Esbarrando no limite da burocracia e nos interesses da burguesia brasileira e do capital internacional, o partido consegue avançar muito pouco no campo político e, nesse processo, cada vez mais se afastando da principal, legítima força e objetivos de luta: a classe trabalhadora. De acordo com Chasin, o politicismo conduz os movimentos sociais a uma esterilidade que não promove qualquer alteração significativa ou estrutural da realidade socioeconômica:

“Politizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional. Enquanto falsificação teórico e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo. (...). O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política (...) jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matizador do econômico em relação ao político”⁷⁵.

As origens e os atributos que formaram a perspectiva do movimento sindical da década de 70 até a consolidação do Partido dos Trabalhadores representavam a mais pura contradição de classes. Contraditório, porque nasceu com a perspectiva de ser o verdadeiro e o autêntico, oposto radicalmente às práticas do passado, principalmente por estar afastado da

⁷⁵ CHASIN, José. Idem *ibidem*. p. 123-4.

política e dos políticos. Um movimento que se orgulhava ser por de massas e para as massas. Mas, ainda, era muito cedo para denominá-lo “novo”.

Segundo Rachel Meneguello,

“O processo percorrido pelo novo sindicalismo para a redefinição do papel político do movimento como um todo deu-se através da passagem da ação sindical da arena estritamente econômica do conflito entre capital e trabalho para a arena política. O novo sindicalismo deu-se conta de que, enquanto sujeito centrado na arena sindical, não era suficientemente homogêneo para obter uma efetiva aglutinação de interesses. Por ocasião das greves de 1978, 79 e 80, e do relativo fracasso da estratégia do novo sindicalismo, essa questão topou de frente com a reorganização da arena partidária”⁷⁶.

Mesmo esbarrando no viés político do movimento, o sindicalismo do ABC e todos os outros que passaram a incrementar suas ações nesse período não poderiam, jamais, ter abandonado a luta em conjunto com a classe trabalhadora. A fragilidade que apareceu em muitas ações e o fracasso de algumas negociações deveu-se muito mais a um passado frágil que poderia agora servir de base para a construção de um sindicalismo forte e transformador. Elementos para isso, o operariado demonstrou com as paralisações no ABC e com os questionamentos diante da política econômica da ditadura militar. Mas transpor essa organização e as demandas efetivas da classe operária para o debate político e sob a responsabilidade de alguns membros do partido era:

- 1-) reduzir o potencial de luta do operariado;
- 2-) negociar as principais problemáticas da classe operária dentro da mesma esfera política de superexploração do trabalhador;

⁷⁶ MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

3-) não romper com a lógica do sistema e dela passar a fazer parte, não praticando a verdadeira política, mas sim, o politicismo que já é expressão do fracasso da luta na esfera governamental.

4-) Deixar de lado o potencial de transformação da lógica destrutiva do capital e passar a atuar dentro da mesma perspectiva.

Portanto, aquele “novo sindicalismo” com traços autênticos de luta que nascera no ABC Paulista e denominado, assim, no sentido de marcar sua total oposição às práticas do pré-64, acabou, num curto espaço de tempo, aproximando-se da política e dos políticos. O próprio Lula, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que em 77 e 78 discursava seu papel apolítico dentro do movimento, em 1980, mudou de opinião:

“Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe neste país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação a greve. Não tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então, cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiam de trabalhadores para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente”⁷⁷.

⁷⁷ Luiz Inácio Lula da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – Entrevistas e Discursos, 1980.

Nessa perspectiva, o conceito “novo sindicalismo” se desfaz porque o elemento que o caracterizava e transformava o sindicalismo do ABC oposto às ações sindicais do passado, a prática política passou a ser absorvida pelas lideranças dos movimentos e acabou desembocando, rapidamente, na constituição de um partido em 1980. Com isso não queremos dizer que o movimento sindical do final da década de 70 não tenha traços de originalidade, e, sim, apontar que a aproximação política foi uma questão de tempo e que ainda era muito cedo para chamar tudo aquilo de “novo”. O partido se configurou como resultado imediato da luta dos trabalhadores historicamente:

“O PT procede das profundezas do modo de produção capitalista oligopolista, em seu primeiro pico de crescimento e sob a industrialização maciça que ele propiciou. Ele sucedeu às antigas lutas econômicas e políticas sindicais, e vinculou-se a um ‘novo sindicalismo’, que tinha seus alicerces dentro das fábricas (e, em alguns casos, das plantações) e das comissões formadas para combater e derrotar a repressão. Ninguém podia fomentar a ilusão de que não havia ideologias contraditórias em conflito (mesmo no seio do movimento operário e sindical) e que o estilo emergente de luta de classe prendia-se a situações de interesses de classes antagônicas e inconciliáveis”⁷⁸.

Por mais que o partido se firmasse a partir de critérios democráticos de relações entre base e cúpula e se configurasse como aquele das variadas discussões, sua preparação como partido de massas de cunho operário e socialista se defrontaria com um cenário político-econômico muito articulado e escondido sob o viés da redemocratização dos anos 80. De certa forma, negou o potencial das classes dominantes e, ao se defrontar com elas no campo político precisou fazer concessões para sobreviver nessa suposta democracia.

Em relação ao cenário industrial, desde o princípio da década de 80, os processos de terceirização e automação começaram a ser discutidos e

⁷⁸ FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. Cortez/Autores Associados: São Paulo, 1991. p. 40.

inseridos pelas empresas no contexto do processo produtivo. Sem muitos incrementos e coordenação, as mudanças não foram tão drásticas como as ocorridas nos países centrais nesse mesmo período, quando o sindicalismo sofreu grandes golpes.

A sociedade brasileira passava por um período de reorganização geral: distensão política, redemocratização, abertura política, planos de estabilização financeira e um sistema de produção industrial que, apesar do atraso técnico em relação a outros países, ainda colhia frutos positivos com o mercado consumidor brasileiro.

Com o acúmulo dos anos, a reestruturação produtiva e as novas formas de gestão da mão-de-obra, a exigência de qualificação operária e a necessidade de inserção do país na economia mundial, tornaram-se imperativos. A década de 90 iniciava-se com novas prerrogativas para o mundo do trabalho, em especial para a atuação sindical. Será que o sindicalismo brasileiro tinha se preparado para essa nova etapa?

O trabalho foi se tornando cada vez mais polivalente, multifuncional e quantitativamente menos necessário por conta da reestruturação produtiva, da horizontalização das gerências e da nova divisão internacional do trabalho combinada com políticas voltadas para a abertura comercial e um “neoliberalismo” de dentro para fora (para atender as demandas do capital internacional) simultaneamente, o movimento sindical, representado principalmente pela CUT e, a partir de 1991, também pela Força Sindical⁷⁹, passou a atuar como um agente de negociação entre capital e trabalho em práticas que ficaram caracterizadas como “sindicalismo propositivo” e “sindicalismo de resultados”.

A própria orientação da CUT em 1988, no seu III Congresso, já esboçava uma mudança de perfil incorporando o discurso do sindicalismo negociador como uma estratégia política de sobrevivência da representação sindical e dos trabalhadores frente à ofensiva do capital e das mudanças das ações políticas, notadamente a partir do governo Collor.

⁷⁹ A Força Sindical empunhou a bandeira do “sindicalismo de resultados” a partir do seu surgimento em 1991. Não buscava romper com os limites consentidos pela classe dominante para a prática sindical. Promoveu um “sindicalismo de negócios”, desvinculada dos partidos operários e com o objetivo de promover a conciliação de classes.

De acordo com o DIEESE, o número de greves realizadas na década de 90 diminuiu sensivelmente ano a ano refletindo, sem dúvida, os resultados decorrentes das primeiras ações do governo Collor na economia brasileira e, também, as novas orientações da CUT em relação às novas estratégias do movimento sindical.

Recessão e desemprego, que foram resultados da implementação da política de bloqueio de valores, assim como as primeiras iniciativas de reestruturação produtiva por parte, principalmente, das grandes montadoras de automóveis do país, contribuíram para que esse quadro se manifestasse.

Diante dessa nova realidade, a prática sindical, em especial a realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sentiu mais drasticamente os efeitos das mudanças no processo produtivo e das relações de trabalho no interior das empresas. Esses aspectos serão trabalhados adiante e contextualizados para que possamos perceber os desafios, avanços, limites e mudanças do sindicalismo na década de 90 e que é, na verdade, o grande centro dessa tese.

Portanto, em relação ao nascimento de um “novo sindicalismo” é possível concluir que o historicamente novo se manifesta nas articulações realizadas no interior do movimento operário e sindical do ABC Paulista com a participação dos trabalhadores nas discussões e nas estratégias organizacionais do movimento.

A conscientização e o caráter prático estruturais das formas políticas sustentaram, ideologicamente e de maneira solidária, a união do movimento nas reuniões, nas portas de fábricas, na formação de lideranças e na criação e desenvolvimento de formas de sustentação das greves, como, o Fundo de Greve⁸⁰.

O conteúdo das discussões que atingiram diretamente a política de superexploração da classe operária era tema recorrente e causou profundas reflexões sobre as bases econômicas em que se assentavam os pressupostos de desenvolvimento da ditadura.

Ao denunciar a superexploração da classe operária brasileira em benefício do capital estrangeiro e da sua produção e reprodução, o movimento

⁸⁰ SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”*: as paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade de São Paulo, 2003.

operário e sindical do ABC conseguiu expor à sociedade as precárias condições de trabalho, salário e sobrevivência que os trabalhadores do país estavam submetidos.

Um movimento que, sem dúvidas, foi a expressão mais cristalina e autêntica da possibilidade de colocar em xeque aquela estrutura política e propor uma verdadeira transformação social.

O que não podemos confundir é a novidade que o período de 78-80 trouxe para o movimento operário e sindical brasileiro que, sem sombra de dúvidas contribuiu, para a sua trajetória e para a adoção de novas perspectivas de ação.

Um novo sindicalismo teria se configurado se os movimentos do ABC e todos os outros que se desdobraram nesse período, no Brasil, tivessem transformado o potencial de luta e organização do movimento para promover rupturas superadoras e uma nova organização política da sociedade.

Não podemos, portanto, designar o movimento sindical da década de 80 e 90 como “novo sindicalismo” porque, internamente, não se encontrava mais esse potencial transformador.

Com perfil politicista, perdeu referência e o potencial do historicamente novo se articulando dentro do sistema político e se afastando do seu papel organizatório junto às classes trabalhadoras e firmou, muito mais sua incompletude do que seu papel superador. Se o movimento sindical tivesse potencializado suas ações e concretizado uma verdadeira transformação contra a lógica do sistema, talvez pudesse ser chamado ou conhecido por essa denominação.

Capítulo 2 – A Via Colonial de Objetivação do Capitalismo no Brasil: o caminho particular da formação industrial e da força de trabalho no Brasil.

Para se compreender o caminho particular de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, precisamos nos remeter a estudos importantes, principalmente para deixar claro que nossa proposta trata de identificar aspectos peculiares da nossa sociedade que possibilitaram o avanço e os limites de nossa formação.

Para isso, iremos recorrer aos estudos de Marx que caracterizou, no século XIX, as formas particulares que determinavam cada tipo de sociedade. Assim, ele não propôs um modelo de análise e, sim, anunciou os caminhos necessários para entender as formações sociais sempre dentro de suas especificidades. Se o ser humano se diferencia pela sua práxis, as sociedades também se distinguem dentro desse contexto.

Na sociedade capitalista, o modo de produção foi responsável por agravar as contradições de classe nas quais a burguesia se sobressaiu e adotou a condição de mediadora dos conflitos produzidos.

Para tanto, é necessário considerarmos a categoria de *materialismo histórico*, pois a realidade não decorre da natureza humana, porém de uma longa história que pode vir a ser historicamente superada. Para compreender o que se passa numa sociedade, precisamos observar seu modo de produção e como historicamente foi produzido e reproduzido.

Procuraremos realizar uma análise imanente na busca das problematizações e articulações do contexto histórico brasileiro, apontando os nexos constitutivos, seus entraves, avanços e limitações, o que nos levou a recorrer a uma citação de Meszáros:

“Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaletentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com seus antecedentes históricos ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a exceção e não a regra,

no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si”⁸¹.

Assim, os contornos da objetivação do capitalismo no Brasil serão verificados a partir da categoria ontológica, cujos aspectos particulares se sobrepõem ao universal determinado e à indeterminação da generalidade, sendo possível, a partir dessa análise, perceber as determinações singulares.

Fazem necessárias as considerações de Marx acerca das singularidades que fomentam a originalidade das formas de produção e reprodução do ser social:

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. *O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade*, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.* Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. *De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformaram-se no seu entrave.* Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica se altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração

⁸¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo: São Paulo, 2002.

material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência em si; é preciso, pelo contrário, *explicar esta consciência pelas contradições da vida material*, pelo conflito que existe entre as *forças produtivas sociais e as relações de produção*⁸². (grifos nossos).

É muito comum encontrarmos análises sobre a realidade brasileira baseadas em recortes cronológicos e compreendida nos conceitos universalizantes. Ao longo de anos de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, alguns críticos se propuseram a analisar a realidade nacional para poder compreender não somente as características particulares de sua formação, mas também firmar idéias de grupos intelectuais em ascensão. Ao se comprometerem com as investigações, acabaram aplicando, sobre elas, métodos que passaram a reconhecer o desenvolvimento histórico brasileiro como consequência da expansão capitalista nos países considerados de primeiro mundo e, via de regra, dependente, em todos os expoentes, dos investimentos estrangeiros.

O capitalismo tem características universais e, em maior ou menor escala ele se desenvolve, sempre de acordo com os padrões e características peculiares de cada sociedade. Nesse sentido, não há espontaneidade do capital, mas um grau de motivação sempre expressa no grau de exploração a que as classes estão submetidas.

O desenvolvimento do capitalismo no mundo e das formas que adquire em determinadas sociedades não é um incidente: é o resultado da conduta e das formas de burocratização do Estado, do nível de desenvolvimento ou não das forças produtivas, do desenvolvimento e da experiência que os indivíduos

⁸² MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003. pp. 5-6.

sociais adquirem nesse processo, promovendo seu nível de consciência, e a criação de formas de resistência.

Dessa maneira, o capital encontra diversos terrenos para sua reprodução e, na incompletude dos desenvolvimentos sociais de determinadas sociedades, encontra o terreno mais fértil não apenas para promover o seu desenvolvimento, mas para além dele, também promover a superexploração da força de trabalho e os entraves evitando questionamentos por parte dos atingidos.

Em sociedades cujo desenvolvimento processou-se, de maneira tardia ou hipertardia como no caso brasileiro, a falta de rupturas superadoras acaba originando estados autocráticos que garantem o desenvolvimento das forças produtivas e a regulação do corpo social por meio de uma legislação trabalhista que homogeneiza as relações entre capital e trabalho garantindo certa paz social.

No caso brasileiro, não podemos deixar de destacar os caminhos distintos de como se objetivou, aqui, o capitalismo e como essa forma particular de organização do capital deu início ao desenvolvimento da força de trabalho industrial e da organização burocrática do aparelho estatal. Desse modo procuraremos compreender as possibilidades e os limites, os avanços e a lentidão da constituição social do país em relação a outras nações.

Não queremos aqui, nesse ponto, trabalhar com a noção comparativa, porém entender as condições particulares de nossa sociedade.

Diferentemente de alguns estudiosos que se limitam a explicar nossa história com conceitos restritivos, nós pretendemos, de fato, trazer o cenário que cedeu espaço ao capitalismo industrial e propiciou a formação singular da indústria brasileira, da burguesia industrial nacional e das relações estabelecidas.

Nesse sentido, adotamos a categoria de Via Colonial formulada por José Chasin que procura entender as formas típicas e particulares de formação do modo de produção capitalista no Brasil.

Partimos da análise de que a sociedade é fundamento do Estado não somente na forma de ser do Estado burocrático, mas na forma de ser de todos os componentes que engendram e atuam nessa sociedade. Tal parecer condena, radicalmente, aqueles estudiosos, sobretudo da Economia Política,

os quais consideram o Estado como uma realidade independente, que possui seus próprios fundamentos intelectuais e morais com a liberdade de exercer esse “modelo” de atuação em qualquer local onde se instalar.

A sociedade civil não pode ser entendida como uma anatomia universal; ela, desde sua origem, na raiz (radicalidade) das suas formações já é expressão genérica e expressa, nas suas contradições, sua essencialidade. Ou seja, em seus modos e estágios de desenvolvimento, em toda sua formulação para se transformar em capitalismo, vai adquirindo concreções específicas na qual um “modelo” de estado não encontra possibilidade de subsistir.

Alguns estudiosos brasileiros realizaram importantes estudos sobre a formação da sociedade e do capitalismo nacional comparando seus estágios com formações específicas européias, no caso, a via prussiana. Viram eles semelhanças entre as formas de objetivação do capitalismo na Alemanha e Itália e fizeram de suas determinações gerais traços que caracterizariam semelhanças com a formação brasileira. Algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano foram destacadas por J. Chasin:

- a-) propriedade rural: presença decisiva;
- b-) “reformismo pelo alto” que caracterizou os processos de modernização (soluções conciliadoras, que excluem rupturas superadoras);
- c-) desenvolvimento lento das forças produtivas;
- d-) implantação e progressão da indústria, das forças produtivas e do modo de produção, retardatária e tardia⁸³.

Para o autor, essas generalidades razoáveis contém, dentro de cada aspecto, o resultado de uma lógica distinta. Aquilo que aparenta ser um traço comum, é, na verdade, um complexo de determinações particulares e é exatamente esse conjunto de complexos que dá origem ao desenvolvimento dessa particularidade. Tomados do ponto de vista abstrato, tais elementos podem parecer semelhantes, jamais iguais.

⁸³ CHASIN, José. *A miséria brasileira (1964-1994: do golpe militar à crise social)*: a via colonial de entificação do capitalismo. Ad Hominem: São Paulo, 2000.p. 43.

Autores como Carlos Nelson Coutinho⁸⁴ e Luiz Werneck Vianna⁸⁵ tomaram o caminho prussiano como referencial para se compreender os processos específicos de formação capitalista brasileiro. É importante entendê-lo como modo particular de se constituir capitalismo, o que ajuda a orientar os traços singulares da formação brasileira.

Diferente da Via Colonial, caracterizada por engendrar o capitalismo industrial e, conseqüentemente, desenvolver as forças produtivas, gerar e qualificar mão-de-obra e por traduzir em revoltas e revoluções superadoras as contradições geradas por essa nova composição social e de forças, a via prussiana se absteve das fases de emancipação política (da burguesia e do proletariado) e das rupturas transformadoras tão características de países como a Inglaterra e França que tiveram, na burguesia e na classe operária, as forças necessárias para colocar em xeque e superar as monarquias absolutas ali existentes. No caso prussiano, não ocorreram, simultaneamente com os povos modernos, as fases intermediárias da emancipação política, o que impulsionou uma combinação dos aspectos do Estado moderno com características reacionárias.

No contexto da expansão das forças produtivas, a Alemanha do final do século XIX, atinge grande expressão, a ponto de alcançar traços imperialistas apesar do tipo e do nível de sua formação e, por ainda, não se constituir em nação unificada.

No caso brasileiro, a industrialização ocorre muito mais tarde, já num momento avançado da época das grandes guerras imperialistas e se constituiu em país industrial no século XX, sem nunca ter rompido com sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. Para Chasin:

“Fácil é a percepção das distinções, nas expressões concretas que assumem, em cada caso, cada uma das características abstratas que arrolamos como comum aos dois. Observação que nos conduz, portanto, à constatação não mais apenas de

⁸⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1974.

⁸⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.

uma única firma particular de constituição não-clássica do capitalismo, mas a mais de uma. No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob o universal das formas não clássicas de constituição do capitalismo, a forma particular do capitalismo prussiano, e um outro particular, próprios aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser colocada e verificada), de extração colonial. De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não-clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo pelo atraso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é nem se põe como o mesmo. Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o caminho prussiano; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de via ou caminho colonial. Expressão conveniente que tem, nos parece, a propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética⁸⁶.

Dessa forma, Chasin estabelece uma diferenciação progressiva por meio das concreções específicas de cada realidade e deixa claro o nível de diferenciação em frase que aqui ousou parafrasear: se o capitalismo objetivado na Alemanha é compreendido como tardio, o brasileiro, por suas características mais atrasadas, só pode ser caracterizado como hipertardio.

Os caminhos particulares são diversos, pois a universalidade do capitalismo vai sempre encontrar, diante de si, determinadas singularidades e, inseridos e misturados a elas, irá adquirir novos aspectos e novas capacidades e condições específicas para se produzir e reproduzir. É somente analisando, sob essas considerações, que temos condições de levar em conta e compreender as ausências de rupturas, as dependências econômicas, as formas de desenvolvimento do Estado e das condições que ele estabelece para a inserção industrial no Brasil. Assim, no início do século XX, quando as

⁸⁶ CHASIN, José. *A miséria brasileira: A via colonial de entificação do capitalismo*. Ad hominem: São Paulo, 2000. p. 45.

primeiras indústrias começam a criar novos aspectos e novas dimensões no país (vida urbana, operariado, surgimento dos bairros operários), principalmente na cidade de São Paulo, o Estado sofreu reformas no sentido de se adaptar a essa nova realidade. Mas é, a partir de 1930, que o fomento mais decisivo foi estabelecido dando, os elementos necessários para a constituição do nosso capitalismo industrial.

Ao analisarmos a Via Colônia é necessário compreender os modos pelos quais a industrialização se assentou no país e os elos débeis que configuraram sua expansão e a manutenção de velhas formas de poder, ao mesmo tempo em que há uma progressão industrial.

Essa organização do capitalismo industrial começa a adquirir afirmação e se inicia, a todo vapor, a partir de 1930. Apesar de termos passado por épocas que, constantemente, foram caracterizadas como resultado de mudanças na sociedade brasileira, eles sempre se caracterizaram como um reformismo pelo alto, nunca sendo resultado de forças de pressão das camadas populares ou por uma pequena burguesia disposta a derrubar o governo estabelecido. As supostas rupturas brasileiras ininterruptamente foram mais resultados de conciliações do que uma drástica alteração nas formas e grupos que gerenciavam a política do país. Mesmo a burguesia, nunca adquiriu caráter revolucionário e foi incapaz de romper com as antigas classes dominantes. Contrariamente, ligou-se, de forma intrínseca, a elas caracterizando-se como uma classe que jamais promoveu ou conheceu a revolução democrática burguesa.

As transformações políticas necessárias para a expansão dos negócios e dos mercados brasileiros foram realizadas pelas classes dominantes que, ao longo de sua história, ligaram-se entre si e promoveram conciliações e concessões.

O Brasil viveu, até 1930, uma fase quase ininterrupta de crescimento da economia agro-exportadora até o desequilíbrio econômico provocado pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 e, conseqüentemente, pela crise do café.

Estavam, assim, criadas as condições objetivas e necessárias para o desenvolvimento da economia mundial e o princípio do verdadeiro capitalismo no Brasil.

Até 1930, com a progressão da economia agro-exportadora, o crescimento das lavouras cafeeiras e da grande venda desse produto aos mercados europeus, o mercado brasileiro garante sua sustentabilidade e lucros cada vez maiores o que beneficiava a burguesia agrária e o Estado do país. Esse sucesso ocasiona o retardamento da implantação de formas industriais em território nacional resultando lentidão em outros níveis de desenvolvimento sociais.

Para Francisco de Oliveira, o ano de 1930 marca o fim de um ciclo da economia brasileira:

“(...) o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distintos, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo)⁸⁷.

⁸⁷ OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. Boitempo: São Paulo, 2003. pp. 35-6.

Portanto, o Estado brasileiro, a partir de Vargas estabeleceu todos os incrementos legais para favorecer a entrada de capital estrangeiro na formação de sua indústria. Uma das maneiras de promover esse incentivo foi as ações de caráter fiscal e a relação de empréstimos para o desenvolvimento da cadeia produtiva, assim como incentivo à importação de máquinas e equipamentos. O setor agro-exportador foi severamente castigado pelas novas regras do mercado que havia, agora, mudado o foco e as formas na condução do desenvolvimento do capitalismo no Brasil⁸⁸.

Para Wilson Cano, a industrialização não pôde se restringir. Era necessário responder à demanda de bens de consumo sob pena de comprometer a reprodução do capital, sendo necessário fazer um esforço interno para substituir, também, algumas importações de bens de produção e não comprometer a capacidade de importar tão necessária para a expansão da industrialização. O governo fez gestões no mercado interno para estimular ou forçar até mesmo a substituição de importação de produtos primários. Nesse sentido, a organização dessa forma de economia precisou provocar estímulos para uma resposta adequada da oferta agrícola à demanda exercida pela indústria e pela urbanização.

Na medida em que o capital industrial vai assumindo seu modelo, ele se encontra com um outro de funções invertidas e específicas funções (capital agro-exportador). No trajeto de sua evolução, ele impõe suas formas e converte o anterior em derivada e submetido a ele. Ou seja, não há uma eliminação de um pelo outro e, sim, a convergência da subordinação até pelo fato da estrutura burocrática ter se voltado a garantir a produção e reprodução do capital industrial obstaculizando, na forma de redução de financiamento, créditos e incentivos o progresso do setor agro-exportador como carro-chefe da economia brasileira.

Dentro desse complexo particular de desenvolvimento industrial, a burguesia nacional passa a adquirir status de revolucionária no bojo da grande

⁸⁸ Para Wilson Cano no período de 1929-33 altera-se substancialmente o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o “modelo primário-exportador” ou “de desenvolvimento para fora”). Ou seja: a dominância que as exportações sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria em segundo plano. A partir desse momento, seria a indústria o principal determinante do nível de atividade. CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. 3 ed. Unesp: São Paulo, 2007.

indústria como capaz de promovê-lo e, também, como consequência, o progresso social. Contudo, ela não possui esse aspecto essencial e não é a grande responsável pelo novo estágio social e econômico. Apenas corrobora, ao assumir os investimentos externos, os padrões de progresso das forças produtivas. Esses fatores vão ocasionar contradições de classe que serão assumidas em forma de pressão por parte dos movimentos sociais e sindicais e repressão (judicial ou policial) por parte do Estado.

Importante estabelecer que a burguesia nacional também se configure como parte singular na história do desenvolvimento do capitalismo industrial. Ela não almeja romper com as formas de Estado, mas pertencer ao seu processo de reconfiguração. Uma parcela significativa da burguesia industrial nascente era oriunda da burguesia agrária. A chave desse tipo particular está nas explicações de Marx acerca da sua constituição histórica:

“A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a substituir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda sua significação. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior quando esta forma superior já é conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa. Podemos compreender o tributo, o dízimo, etc., quando conhecermos a renda imobiliária. Mas não se deve identificar estas formas. Como, além disso, a sociedade burguesa é apenas uma forma antitética do desenvolvimento

histórico, há relações que pertencem a formas de sociedade anteriores que só poderemos encontrar nela completamente debilitadas ou até disfarçadas. Por exemplo, a propriedade comunal. Se portanto, é certo que as categorias da economia burguesa possuem uma certa verdade válida para todas as outras formas de sociedade, isso só pode ser admitido cum grano salis (com um grão de sal). Elas podem encerrar estas formas desenvolvidas, debilitadas, caricaturadas, etc., mas sempre com uma diferença essencial. O que se chama desenvolvimento histórico baseia-se, ao fim e ao cabo, sob o fato de a última forma considerar as formas passadas, como jornadas que levam ao seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isto em condições bem determinadas – não estão naturalmente em questão os períodos históricos que consideram a si próprios como épocas de decadência-, concebe-as sempre sob um aspecto unilateral”⁸⁹.

Sendo assim, a constituição da burguesia nacional também é resultado das formas particulares de desenvolvimento social, e seu caráter autocrático determina os tipos de dominação e exploração social. Seu caráter antitético em relação ao desenvolvimento histórico revela as formas mais vigorosas ou sutis de exploração que constituem o seu desenvolvimento em detrimento da estagnação e exploração de outras classes sociais. Caio Prado Jr, em seu livro *A Revolução Brasileira*, no capítulo sobre aspectos sociais e políticos da Revolução Brasileira destaca:

“A estrutura de classe de uma sociedade e a natureza e hierarquia de suas classes e categorias sociais refletem sempre a organização econômica que lhes serve de base”⁹⁰.

⁸⁹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003.pp. 254-5.

⁹⁰ PRADO JR, Caio. 7 ed. *A revolução brasileira*. Brasiliense: São Paulo, 2004.p. 103.

Dependendo do nível de exploração e como suas formas ocorrem (escravidão, por exemplo), essas classes sociais que se desenvolvem, à mercê da burguesia, acabam originando um corpo social incapaz de questionar ou converter a situação.

Vale lembrar que, por descon sideração das determinações específicas que entrelaçam a sociabilidade no Brasil, alguns estudiosos chegaram a afirmar que existiu feudalismo e relações feudais desambientando as existentes e propondo que as escravistas poderiam ser consideradas feudais. O que é algo bem diferente: diferente na natureza institucional dessas relações assim como as consequências de ordem econômica, social e política que se desenrolam na história brasileira e nos proporcionam a chave para compreender suas dificuldades de desenvolvimento.

No caso brasileiro, principalmente no século XIX, a burguesia agrária se beneficiou da crescente exportação cafeeira e pelo período de escravidão e imigração que abasteceram as fazendas com mão-de-obra barata. No início do século XX, com o advento das primeiras indústrias em São Paulo, a burguesia agrária passou a realizar investimentos nas capitais no setor industrial.

Esses grandes proprietários brasileiros foram moldados e condicionados pelas circunstâncias peculiares, o que, no século XX, época em que o país se voltaria para a industrialização, serviu de fator condicionante para que realizassem novos investimentos agora no setor industrial. Assim, a burguesia brasileira é moldada e, apesar do passado sem tradição, eles não deixam de ser burgueses passando, no decorrer do tempo a ocupar novos negócios que diversificaram seu campo de atividade e a atuar econômica e politicamente, ditando os rumos do nosso desenvolvimento e se transformando em autocracia burguesa bonapartista.

“Trata-se num e noutra caso de igual categoria social, e no mais das vezes até dos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada. No Brasil de hoje, e sobretudo em suas regiões de maior expressão econômica e social,

particularmente em São Paulo, é essa a situação. E ela tende a se acentuar cada vez mais. Se há alguns decênios se podia ainda a rigor falar numa categoria de proprietários rurais, os fazendeiros, estritamente situados no setor da agropecuária, isso era porque realmente o único negócio de vulto e expressão na economia brasileira era tão-somente esse. Mas com as novas oportunidades ensejadas pelo desenvolvimento do país, e em particular pelo crescimento dos centros urbanos, a industrialização e outras atividades conexas, os fazendeiros e demais grandes proprietários brasileiros, como homens de negócios, que na realidade eram, foram diferenciando suas atividades”⁹¹.

A conversão da mão-de-obra agrária para mão-de-obra industrial trouxe consigo a possibilidade de reorganização da mão-de-obra nacional e, conseqüentemente, da organização dessas em força reivindicativa.

Entretanto, essa reorganização do trabalho e do trabalhador vivenciou dias autônomos até 1930 sendo que, a partir dessa data, as leis trabalhistas deram conta de recondicionar o trabalho e o trabalhador dentro dos limites do Estado não só para atender às expectativas da industrialização brasileira como também organizar, de forma legal, a classe operária em ascensão.

De acordo com o sistema de organização do Estado, sua atuação no campo trabalhista não pode ser descartada. Todo processo de organização da mão-de-obra urbana e as leis que incidiam nessa regulamentação do trabalho propiciaram o surgimento de uma base operária contextualizada, assim como o esquema de beneficiamento e fortalecimento do capital industrial no Brasil.

“O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população afluída às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária

⁹¹ PRADO JR, Caio. 7 ed. *A revolução burguesa*. Perspectiva: São Paulo, 2004. p. 109.

do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que buscava se reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de ‘mercado livre’, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a⁹². (grifos do autor).

Essa padronização, engendrada pela organização legal do trabalho, fomentou o cenário para a introdução de um novo padrão de acumulação em que a força de trabalho já estaria recondicionada salarialmente pelo menor nível, atingindo, inclusive, os trabalhadores qualificados, dando as primeiras premissas do novo tipo de exploração. Com a possibilidade de crescimento da indústria e do operariado industrial, como conseqüência, as leis de regulamentação das associações de classe também condicionaram os trabalhadores aos limites do Estado.

Esses dados específicos na formulação das condições objetivas para o fomento da economia capitalista de base industrial muitas vezes passaram despercebidos das análises. A regulamentação da mão-de-obra e a configuração do sindicalismo de estado brasileiro não encontraram dificuldades para se estabelecer. Elas surgiram em forma de raiz. Deparou-se com uma classe operária, de maioria analfabeta e desqualificada, vinda do campo e com alguns trabalhadores com de certa experiência industrial adquirida nas

⁹² OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. Boitempo: são Paulo, 2003. pp. 38-9.

primeiras indústrias paulistas da década de 10 e 20. Eles carregavam, em seu histórico, uma certa tendência anarquista que desencadeou algumas manifestações de ordem econômica, mas sem pretensões de classe.

Em 1930, o contingente de trabalhadores, oriundos do campo, nas cidades, expressou mais uma característica particular na forma de ser do capitalismo brasileiro: com enorme contingente de trabalhadores na cena urbana, a regulamentação das leis trabalhistas operou, principalmente, na adequação dos salários e no estabelecimento de critérios para definir o mínimo ganho por cada trabalhador. Nesse processo, ao contrário dos que muitos pensam, o trabalhador qualificado acabou tendo reduzido seus valores. Outro fator particular que não podemos perder de vista é que, diferentemente dos países que passaram por rupturas superadoras e onde a classe operária já havia entrado em confronto direto com as formas de estado, a classe operária brasileira nascente não havia ainda passado por tal experiência reivindicativa de base industrial, o que deu autonomia suficiente para a autocracia burguesa organizar o trabalho e o trabalhador ao seu molde, critérios e necessidades.

Longe de ser o único papel que desempenhou na regulação da economia capitalista de base industrial, o Estado brasileiro administrou e redistribuiu ganhos entre os grupos capitalistas, promoveu incentivos fiscais e oferta de crédito aumentando seu papel e participação como organizador e gestor dessa nova forma de acumulação no país.

“A América Latina, África e Ásia – na generalidade e sob muitas singularizações, das quais não podem ser abstraídas uma infinidade de distinções qualitativas e quantitativas no traçado concreto de cada passo -, constituem o espaço induzido da efetivação capitalista: a objetivação pela *via colonial* do capitalismo, que particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistente e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua incontestabilidade, armada

sobre a *incompletude de seu capital incompletável* e, por isso, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais dominantes e, por decorrência, sobre a inorganicidade de suas categorias sociais subalternas"⁹³. (grifos do autor).

Por sua trajetória de incompletude, o capitalismo brasileiro se realiza em meio às deficiências de sua formação e na incapacidade de compreensão das suas mais singelas problemáticas. A formação social, fomentada por essa via, obstaculiza a possibilidade de rupturas e superação dessa dinâmica por intermédio das classes sociais menos favorecidas. Os movimentos sociais que muitas vezes invadiram de forma intensa a cena brasileira, acabaram partindo, sempre, de um viés econômico não tendo a capacidade de questionar e romper com a lógica do capital e tornar-se alternativa de superação política. Alguns grupos até formaram pequenas organizações paralelas de luta política, mas não como organismo superador do sistema e, sim, atuante na mesma lógica, o que não proporcionou a busca por emancipação, etc.

A problemática que se configura nesse texto é a abordagem particular das formas de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, seu caráter de incompletude, seus limites e nódulos sociais que permanecem como obstáculos no desenvolvimento social até nossos dias. Não queremos com isso dizer que continuamos a viver uma Via Colonial, mas que essa forma particular que ensejou nosso desenvolvimento, produziu heranças que carregamos e que continuam a impedir determinados avanços. A ausência de verdadeiras revoluções acabou gerando uma compulsão de rearranjos políticos que conservaram o poder nas mãos dos mesmos grupos sociais.

As lutas operárias que se articularam e procuraram alternativas sociais e políticas não conseguiram romper com essas determinações e o máximo que conseguiram, foi um espaço de atuação dentro da limitada democracia burguesa. Não intencionamos diminuir o valor das lutas sociais no Brasil, nem minimizar as potencialidades de cada grupo que articulou possibilidades de mudanças com suas manifestações, mas demonstrar que esse caráter particular de desenvolvimento social acabou singularizando a atuação dos

⁹³ CHASIN, José. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. In: Ensaio – filosofia/política/ ciência da história 17/18. Ensaio: são Paulo, 1989. p. 39.

grupos sociais e impossibilitando, até pela falta de tradição e experiência, maiores conquistas.

Podemos, dessa forma, comentar sobre os 20 anos de ditadura militar na América Latina, continente que conseguiu se recompor e, sob a ótica da democracia, avançou de modo frágil para a implementação das suas liberdades públicas sem considerar os problemas sociais existentes. Passou-se para um novo período da história sem a resolução dos problemas sociais e econômicos mais emergentes. O viés que destaca o avanço de algumas áreas e a estagnação ou retrocesso de outras tem suas raízes nessa natureza irresolutiva dos problemas brasileiros que, hoje, se conceitualiza como crescimento com miséria social.

Essa malha complexa de particularidades, formadora do cenário brasileiro, expressa suas estruturas de conexão e subordinação ao capital metropolitano que, em sua crise mais ampla, transforma-se em capital destrutivo e atua, na América Latina, de forma compulsória e aventureira causando grandes desastres na economia dos seus países.

“(...) pela via colonial da objetivação do capitalismo o receptor tem de se reproduzir sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento. Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do ‘arcaico’, para a qual todo estágio de ‘modernização’ alcançada é imediatamente a reafirmação de sua in contemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o ‘arcaico’ irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o ‘arcaico’ é a condição de existência do receptor. Por consequência, a passagem deste ao moderno só pode ser

dada pela ruptura da subordinação; se esta é impossível, a modernização efetiva é igualmente impossível”⁹⁴.

Essa colocação de Chasin, que permanece atual, demonstra muitas das facetas do capital e do modo de ser capitalista brasileiro. Baseado principalmente na entrada de capitais estrangeiros, nossa industrialização abarcou inúmeros investimentos e deu condições legais para que pudesse se reproduzir e obter grandes índices de lucratividade. Os passos da modernização industrial brasileira desde a década de 30, repetiram-se e produziram, no país, os imperativos imanentes de sua subordinação: a soma da incompletude nacional e sua subalternidade aos fluxos de capitais estrangeiros para o fomento da indústria nacional. Esta dependência apresenta-se como traço geral da burguesia do país pela dificuldade encontrada para a sua ruptura.

Atualmente, as análises entre a contraposição do arcaico e o moderno termos indicativos genéricos, quando não absolutizados na universalidade abstrata, desconsideram a postulação do capital dominante e suas várias faces de atuação. As facetas explicativas que aparecem sob a denominação de modernização acabam por suprimir, em determinados casos, as diferenças essenciais entre a completude do capital subordinante e a incompletude do capital subordinado, projetando e definindo que a solução para o desmembramento do capital atrofico pode ser realizado, à medida que o papel político, o avanço tecnológico e as revisões administrativas se integram aos novos padrões internacionais. Mais uma vez desconsideram-se as atrofias sociais irresolúveis, a postulação particular da formação do capitalismo no Brasil e sua subordinação às leis da mundialização do capital, de caráter desigual e combinado, que leva cada processo de integração do capital atrofico a se reproduzir, em novo grau, sua incompletude.

De origem conservadora ou procedência progressista, as teorias latino-americanas são marcadas por insubstâncias e descontinuidades que acabaram por prejudicar o entendimento das dimensões do particular.

⁹⁴ CHASIN, José. *A miséria brasileira: a sucessão na crise e a crise na esquerda*. Ad Hominem: São Paulo, 2003. p. 41.

A Via Colonial da objetivação do capitalismo industrial no Brasil revela as formas de existência societária do capital sem a intervenção de qualquer movimento revolucionário, o que caracteriza os traços fundamentais do modo de ser e de se desenvolver da formação brasileira, transformando-se na subsunção formal ao capital a partir da escravidão. Portanto, constitui-se um universo particular onde a falta de unicidade e de dimensão social, econômica e cultural revela sua forma desagregada de ser.

“Desprovido de energia econômica e por isso incapaz de promover a malha societária que aglutine economicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é a sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada evolução nacional”⁹⁵. (grifos do autor).

Na mazela do capital atrofico, surgem as contradições estruturais entre capital e trabalho pelo inacabamento e irresoluções das questões mais elementares da vida social. Sobre a realidade brasileira, muitos estudiosos pretenderam desenvolver conceitos absolutos que pudessem explicar nosso caminho particular, aproximando ou mesmo apontando sua total relação com eventos ocorridos na Europa, transformando-os em conceitos universais. Caio Prado Jr apontou, em seus estudos, a necessidade de sempre se levar em consideração os elos e as formas peculiares de desenvolvimento que caracterizam nossas formas de governo e o surgimento das nossas classes sociais e suas contradições. Ele afirma:

“A ideia de que a evolução histórica da Humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente

⁹⁵ CHASIN, José. *A miséria brasileira: a sucessão na crise e a crise na esquerda*. Ad Hominem: São Paulo, 2003. p. 49.

estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles povos. Analisaram a eclosão e o desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, como revolucionário, eles visavam realizar e de fato se realizou por seu ensinamento e sua ação”⁹⁶.

Por conta de equívocos analíticos e por mera transposição dos preceitos analíticos de Marx e Engels, muitas análises do caso brasileiro desconsideraram as origens do desenvolvimento do capitalismo que suscitaram formas irregulares e hipertardias em seu curso. Se procedermos transferindo modelos de análise no sentido de compreender o desenvolvimento de um país, corremos sempre o risco de entender o curso das nações como fatalidade. Uma coisa é apontar aqueles comuns, mas é estritamente necessário entender que até mesmo os traços que parecem semelhantes, são constituídos de complexos sociais diferenciados. As formas como cada pressuposto é construído na sociedade dependem de suas relações históricas particulares que sempre serão distintas.

Caio Prado Jr, insistentemente, apontou as incorreções oriundas destes ‘modelos analíticos’ que concebiam o caso brasileiro pelas mesmas regras de entendimento dos fatos históricos europeus, o que para ele e para nós, é inteiramente descabida:

“Presumiu-se desde logo, e sem a maior indagação, que no Brasil o capitalismo foi precedido de uma fase feudal, e que os restos desta fase ainda se encontravam presentes na época atual. E partiu-se dessa presunção para ir à procura, nas instituições vigentes, de alguma coincidência entre os fatos observados e o esquema presumido. Encontram-se

⁹⁶ PRADO JR, Caio. 7 ed. *A revolução brasileira*. Brasiliense: São Paulo, 2004. p. 32-3.

naturalmente algumas vagas e aparentes semelhanças, como sempre ocorre quando se lida com essa complexidade extrema, que são os fatos econômicos e sociais onde é quase impossível não se repetirem, quaisquer que sejam as situações consideradas, alguns traços comuns. Os raros traços encontrados foram logo enfocados e colocados em destaque, servindo assim para enquadrarem tudo mais que se foi por esta forma mantendo à força para dentro do esquema e do molde pré-fixado. Aquilo que de modo algum se enquadrasse nele, e que resistiria a todas as tentativas de deformação e enquadramento, se deixou sumariamente de lado e não se considerou. E assim se consumou esta estranha anticientífica maneira de interpretar os fatos”⁹⁷.

Dessa maneira, por muito tempo, os estudos sobre a realidade brasileira ficaram comprometidos e submetidos aos conceitos universalizantes que excluem toda e qualquer forma de singularidade no desenvolvimento das sociedades.

Desde a formação da classe operária brasileira à formatação da burguesia nacional e às formas como o capital se instaurou no país expressam elos singulares que explicam as dificuldades encontradas pela esquerda em suplantar a burguesia, as dificuldades da classe operária empreender, logo no princípio do século XX, formas de resistência potencialmente capazes de colocar em xeque o governo estabelecido. Assim, como na caracterização da burguesia nacional de base urbano industrial, na segunda metade do século XX, a articulação dessa nascente e crescente classe operária, na busca por espaços reivindicativos, caminha para romper com os preceitos do capitalismo subordinado brasileiro.

Até as debilidades da esquerda nacional precisam ser analisadas e compreendidas pelas distorções que ela própria realizou sobre a realidade brasileira e que ficaram evidentes no período do golpe militar.

Nessa história brasileira, verificamos que, diante da entificação do capitalismo, o processo democrático de massas ficou longe de acontecer. Suas formas particulares desconhecem rupturas, não sendo possíveis de serem

⁹⁷ PRADO JR, Caio. 7 ed. *A revolução brasileira*. Brasiliense: São Paulo, 2004. p. 35.

realizadas tanto por parte das massas quanto por parte da burguesia, permanecendo as conciliações como forma de consolidar a participação das classes nas esferas do poder, permanecendo, assim, a mesma dinâmica de produção e reprodução do capitalismo nacional.

Na particularidade brasileira, nasce uma burguesia de atuação limitada, como participante do desenvolvimento nacional, despreparada para assumir qualquer papel revolucionário. Essa burguesia promoveu e engendrou a tarefa conciliatória, produzindo e reproduzindo sua dinâmica atrofica que emergiu, principalmente, por conta de contratos e investimentos subordinados aos capitais externos em território nacional.

O caminho politicista surge como uma via que conduz a autocracia burguesa a se constituir no poder e a se reproduzir em seu interior. A fragilidade da história de classes brasileiras oportunizou esse tipo de desenvolvimento. Com a falta de elementos contestatórios e de força social capaz de frear tal ação, a autocracia burguesa foi alçando e ditando as premissas de sua organização. Dessa maneira, apesar de sua estreiteza e dos seus limites, ela não encontrou barreira social que pudesse impedir sua reprodução e o conseqüente crescimento e aprimoramento de suas formas de controle e dominação para o restante do corpo social. Nesse contexto, verificamos o surgimento de uma forma característica de dominação da burguesia brasileira que, na sua processualidade, engendrou, cada vez mais, formas autocráticas de poder, gerando dois polos de uma genuína dominação capitalista no Brasil, como informa Chasin:

“A truculência de classe manifesta e a imposição de classe velada ou semivelada, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade de hegemonia burguesa, no caso, resulta no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é sua forma em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação por via colonial, as formas burguesas de

dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a história republicana evidencia”⁹⁸.

O objetivo, aqui, foi o de recuperar a discussão sobre a singularidade de formação brasileira e os caminhos para a efetivação do capitalismo industrial no Brasil discussão teórica que não poderia faltar, dadas as perspectivas desse trabalho, seria a de considerar as características formativas do país como elementos que ainda causam reflexos nas nossas formas atuais de Estado. Através, portanto, do caminho do latifúndio particular colonial, produzida e reproduzida por relações escravistas e, por essa gênese histórica, compreendemos os desdobramentos e contradições da entificação do capitalismo industrial no princípio do século XX e sua subordinação ao capital estrangeiro recorrente nos largos anos do desenvolvimento brasileiro.

Ao trazer essas considerações à tona, estamos traçando nosso caminho teórico de compreensão das formas particulares que o capitalismo industrial brasileiro assumiu, conforme suas determinações históricas e seu modo de produção. Ao analisar as obras de Caio Prado Jr e José Chasin, procuramos abrir a perspectiva da análise e pontuar como se processou essa via de desenvolvimento. Vale destacar a explicação do prof^o Dr^o Antonio Rago Filho acerca da problemática abordadas por Caio Prado:

“A objetivação capitalista no Brasil, nesse caminho particular não se processaria por um corte no modo de produção pré-capitalista, os ‘resquícios feudais’, mas que conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio com seu sentido da colonização, voltado para fora. Daí o desenvolvimento das forças produtivas materiais, com exclusão de grande contingente da população brasileira da vida nacional. Assim, desde 1933, o marxismo brasileiro ganhava corpo, com a lucidez e padrão científico de seu maior historiador, desvencilhando-se do gradiente estalinista, que trouxe, na prática dos comunistas, as formas

⁹⁸ CHASIN, José. *Hasta cuando* – a propósito das eleições de novembro. In: *A miséria brasileira*. Ad Hominem: São Paulo, 2000. p. 128.

mais aberrantes de ignorância histórica e o taticismo político que o acompanha, repleto de suas aberrações oportunistas e sectárias”⁹⁹.

Caio Prado Jr, mesmo sendo membro do PCB e integrante da ANL, rebatia teses equivocadas absorvidas pelos comunistas brasileiros que insistiam em compreender o Brasil por meio de determinações históricas do mundo europeu assumindo conceitos para compreender o caso brasileiro. Caio Prado Jr foi um crítico contundente da adoção de modelos explicativos para o entendimento dessa realidade brasileira.

Na tentativa de entender os nexos concretos e singulares que faziam parte dela, Carlos Nelson Coutinho analisou o processo de desenvolvimento das estruturas mais complexas do capital industrial nacional, apontando ausências de revoluções e de rupturas radicais, assim como retratando os rearranjos das “velhas forças”, mediante conciliações entre o “novo” e o “velho” que caracterizaram os inúmeros “reformismos pelo alto”:

“No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um grande mundo democrático – contribuiu, em muitos casos, para

⁹⁹ RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1998. pp. 20-1.

acentuar o isolamento e a solidão, restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada”¹⁰⁰.

Para se chegar a esse nível explicativo, Carlos Nelson Coutinho adotou a problemática da via prussiana como caminho de entendimento da particularidade brasileira. Mesmo compreendendo muitas das correlações de forças embutidas no histórico brasileiro, ele não considerou que, apesar das semelhanças na fundamentação das formas de ser e vir a ser do capitalismo na Alemanha e no Brasil, elas eram resultantes de complexas relações sociais no interior de cada sociedade e que só podiam ser compreendidas, também, na particularidade de sua constituição.

Nessa singularidade de desenvolvimento capitalista que expressa subordinação, limites e permanências, sempre se faz necessário pontuar e discutir nosso caminho e nossa perspectiva analítica. Diante de tantos métodos e conceitos, formulados por grandes pensadores da história brasileira. É essencial assumir e identificar nossa linha de pensamento e a literatura e os autores que nos possibilitaram identificar as premissas singulares das raízes de desenvolvimento social que, apesar da distância temporal, ainda explicam nossos limites, permanências e, fundamentalmente, a continuidade de nossas mazelas sociais e políticas que parecem estar longe de serem solucionadas.

2.1 – Histórico 1956: a superação da economia agro-exportadora pela urbano-industrial - a indústria automobilística em formação: o metabolismo político na constituição do pilar da economia nacional

O processo de reestruturação produtiva não é novidade no campo de estudos sobre o mundo do trabalho principalmente ao que se refere às décadas de 80 e 90. Mas é sempre importante e necessário levar em consideração que esses processos que ocasionam mudanças na estrutura produtiva e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico e social,

¹⁰⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. LECH: São Paulo, 1980. p. 142.

envolvem políticas mais amplas e inserção de capital (investimentos) que se processam sobre determinadas características.

Dependendo da particularidade de formação das sociedades as transformações assumem velocidade e características distintas. Portanto, temas como reestruturação produtiva, flexibilidade, neoliberalismo e movimentos operários e sindicais, apesar de seus traços universais, precisam ser considerados mediante uma gama de complexos constitutivos que marcam as singularidades desses incrementos na sociedade brasileira.

No capítulo anterior, deixamos claras as nossas premissas constitutivas e nosso entendimento sobre o caminho particular de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a necessidade de entender essa trajetória possibilita que tenhamos critérios mais específicos na compreensão de nossa formação, carências e limites.

Nesse capítulo, pretendemos discutir a implantação e implementação da indústria automobilística no Brasil e sua estruturação como pilar da economia nacional desde a década de 50. Entendemos ser importante essa apreensão da realidade no sentido de verificar a fomentação, os benefícios e as regras legais que deram sustentação para a expansão desse setor e sua consolidação na economia brasileira. Traçando seus aspectos constitutivos, será possível perceber os elos de subordinação do estado pelo capital e os critérios legais que permitiram sua produção e reprodução em larga escala no ambiente nacional.

Desde 1930, os governos brasileiros vêm estruturando planos para lançar o país no rumo da modernização e da industrialização, redefinindo as bases da economia do país que, a partir de 1950, supera o setor agrário.

Para isso, o Ministério do Trabalho exerceu papel de gerenciador, organizando a mão-de-obra brasileira rumo ao capitalismo industrial pelo desenvolvimento, também, da legislação sindical. A intervenção do Estado na vida econômica do país se deu nos seguintes níveis:

- a-) os sindicatos atuavam diretamente na forma de corporativismo;
- b-) a Justiça do Trabalho atuava como mediadora dos direitos com base no ideal corporativista equilibrando os conflitos entre capital e trabalho.

O papel desse Estado era definir alguns caminhos para a modernização, implantar as atividades industriais no país reafirmando seu papel dominante na economia e garantindo a organização da vida política, social e econômica da nação. O ônus de toda essa problemática seria sentida pela classe trabalhadora que, carente de experiência de luta, transformou-se em mola propulsora desse projeto, mas dele só saboreou a exploração.

No governo de JK, mais precisamente a partir de 1956, a indústria automobilística, implantada no Brasil, assumiu posição de referência para o projeto de industrialização e expansão do mercado para o país. De acordo com Helen Shapiro, o projeto restringia as importações e obrigava as montadoras transnacionais a optar entre abandonar o mercado brasileiro ou iniciar, no prazo máximo de cinco anos, contando com incentivos financeiros, a produção de veículos no país que contivesse de 90 a 95% de peças nacionais¹⁰¹.

Ainda assim, a produção automobilística brasileira encontrava-se num estágio primitivo, visto que a produção de aço, no país, havia se iniciado há apenas 9 anos, antes da implantação dessa forma de indústria. Apesar das regras impostas pelo projeto brasileiro a maioria das indústrias automobilísticas internacionais aderiu a esse programa. A organização dessas indústrias no país tomou os seguintes contornos:

- Willys-Overland, Vemag e Fábrica Nacional de Motores (controladas por capital nacional);
- Mercedes Benz e Simca (50% capital estrangeiro);
- Ford, General Motors, Internacional Harvester, Scania Vabis, Volkswagen e Toyota (eram controladas por empresas estrangeiras ou de suas propriedades).

Para se entender a necessidade de criação das bases da indústria automobilística no Brasil, é interessante verificarmos que, no período final à Segunda Guerra Mundial, existia no país uma demanda reprimida por bens industriais e de consumo sendo que os veículos automotores e autopeças

¹⁰¹ SHAPIRO, Helen. *A primeira imigração das montadoras: 1956 – 1968*. In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro (orgs). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. Scritta: São Paulo, 1997.p. 23.

superaram até as importações de petróleo e trigo. Mesmo que os carros e os caminhões fossem montados no Brasil desde 1919 pela Ford e, em 1925 pela General Motors, a indústria brasileira continuava dependente de kits importados, pois não possuía empresas fabricantes de peças e componentes¹⁰².

A problemática em torno das restrições brasileiras à importação de automóveis no início dos anos 50 também dificultou a expansão dessa indústria no período. De acordo com Helen Shapiro, elas ocorreram no momento em que a competição por mercados internacionais se intensificava e a hegemonia das empresas americanas como a Ford e a General Motors estava ameaçada:

“O mercado brasileiro, o maior da América Latina, respondia por 25% dos 2,7 milhões de veículos em circulação até 1955. Motivado inicialmente por preocupações com o balanço de pagamentos, o país implementou diferentes políticas na tentativa de reduzir a importação de automóveis. A primeira foi o Aviso 288, emitido pela Carteira de exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) em agosto de 1952. O Aviso 288 proibia a importação de 104 grupos de componentes automotivos já produzidos no país. O Aviso 311, emitido em 28 de abril de 1953 pela recém criada Cacex, Carteira de Comércio Exteriores, do Banco do Brasil, foi ainda mais longe ao proibir a importação de carros montados a partir de 1º de janeiro de 1954. Esta restrição ampliou-se de forma que somente poderiam ser importados os CKD que não contivessem peças já produzidas no Brasil e que encontravam-se, portanto, incluídas no aviso 288. Em 1952, o presidente Getúlio Vargas instituiu ainda uma subcomissão para a fabricação de Jipes, Tratores, Caminhões e Carros, encarregada de desenvolver uma estratégia de industrialização para veículos motores. Em 1953, após a proibição da importação de veículos montados, a Volkswagen e a Mercedes, juntamente com a Willys-Overlan, instalaram

¹⁰² ALMEIDA, José. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*. Perspectiva: São Paulo, 1972.

montadoras que vieram a juntar-se às antigas instalações da Ford e da GM¹⁰³.

O Aviso 288, de 19/8/1952 da Cexim, liberou as importações, até então proibidas, de artigos automobilísticos não produzidos no Brasil. Tão logo passou a ser exercido, iniciou-se uma intensa pressão contra ele por parte das indústrias de autopeças.

Em 1953, a Lei 1.807 concedeu aos capitais estrangeiros um regime de privilégios, criando um mercado livre e sem quaisquer restrições à remessa de lucros, juros e dividendos. Somente com a introdução da Instrução de número 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), em 9 de outubro de 1953, é que essa situação foi parcialmente alterada apesar dos capitais estrangeiros continuarem a receber favores especiais na forma de importação a câmbio de custo.

Ao final de 1953 e principalmente em 1954, Vargas determinou a contenção à evasão de capitais. Foi o primeiro ingrediente que deu início às campanhas contra Vargas a partir de 1954. Aqui, uma clara luta entre os interesses americanos e o governo Vargas acabou por suscitar uma guerra de interesses. Em seu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta como se desenrolou essa trama de interesses:

“A revista americana *Business Week* vaticinou para o Brasil, em 1954, um ano nervoso, incerto, de instabilidade econômica e política, embora São Paulo apresentasse o maior boom do Continente. O governo de Vargas manteria, segundo ela vaticinava, sobre as importações os controles radicais que, em 1953, baixaram 55% ao comprar do Brasil nos Estados Unidos e prejudicaram o comércio americano. As perspectivas para os investimentos estrangeiros não eram mais animadoras, segundo a revista. As taxas seriam mais elevadas, os lucros, menores, surgiam conflitos operários e a inflação continuava. ‘no Rio de Janeiro’ – acrescentou – ‘o governo fala de uma alta de 100% no salário mínimo e os homens de negócio rangem os

¹⁰³ SHAPIRO, Helen. *A primeira migração das montadoras: 1956-1968*. In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro (orgs). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. Scritta: São Paulo, 1997.p.28.

dentos de impotência'. Também circulavam rumores de que Vargas preparava a nacionalização das empresas de eletricidade, Light & Power e Bond & Share, rumores que se concretizariam quando ele, em abril, encaminhou ao Congresso o projeto de criação da Eletrobrás. Tudo contribuía para aumentar a desconfiança das classes dominantes, vinculadas, por inúmeros laços de dependência, aos Estados Unidos”¹⁰⁴.

Esses foram os componentes que contribuíram para a conspiração contra Vargas que desencadeou o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. A partir daí, novos rumos seriam adotados para a viabilização do capitalismo industrial com base nos recursos estrangeiros e o ano de 1956 ficou marcado como o início de novos rumos para o setor automobilístico.

Logo após a posse de Juscelino, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) oficializou a Instrução 127 e 128 que incentivavam as empresas a aumentar o nível de nacionalização em troca de taxas de câmbio favoráveis à importação de componentes. O capital estrangeiro, parceiro nesse processo de desenvolvimento da indústria no Brasil, fazia-se cada vez mais presente nos investimentos no setor e influenciando, diretamente, as ações políticas do país. O Plano de Metas de JK, um programa de industrialização patrocinado pelo Estado, deu ao setor automobilístico uma posição de destaque na economia nacional. As corporações multinacionais passaram a influir nos negócios brasileiros por intermédio do Grupo Executivo para a Indústria Automobilística (GEIA¹⁰⁵). Vale ressaltar que o embrião do GEIA foi a Comissão Executiva da Indústria de Materiais Automobilísticos (CEIMA) criado no governo Vargas em 1954. Sua função era elaborar e submeter à aprovação do presidente da República os planos industriais para diversas linhas de fabricação de materiais automobilísticos e adaptá-los às contingências da situação econômica nacional.

¹⁰⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007. pp. 476-7.

¹⁰⁵ Criado no dia 27 de maio de 1956 com base no Decreto nº 39.412 de 16/06/1956, que estabeleceu as normas para a criação da indústria automobilística e a instituição do GEIA.

O GEIA ficou constituído inicialmente pelo Ministro da Viação, como seu presidente, pelo diretor executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), pelos diretores das Carteiras de Câmbio e do Comércio Exterior do Banco do Brasil e pelo diretor superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES.

Pelo comprometimento das várias agências em torno da criação e efetivação política do GEIA, é possível compreender o esquema político que beneficiou, nessa ocasião, a expansão da indústria automobilística no país consolidando-se, progressivamente, como o principal pilar constitutivo do capitalismo industrial brasileiro.

Os planos de incentivo às indústrias automobilísticas ficaram mais evidentes ainda quando da divulgação da Instrução 113 da SUMOC que, apesar de ter sido criada ainda no governo de Getúlio Vargas, somente foi posta em prática na “Era JK”. Os benefícios da instrução 113, concedidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito, beneficiava a indústria automobilística em geral e era responsável por quase todo o investimento estrangeiro que entrou no país no governo de Juscelino Kubitschek. As empresas estrangeiras podiam importar equipamentos diretamente enquanto as empresas brasileiras necessitavam de cobertura cambial para a de maquinários e outros equipamentos.

Em seu livro de memórias, Juscelino aborda o mento assim:

“Meu despacho de 27 de abril, autorizando a constituição de um grupo de trabalho para equacionar o problema da indústria automobilística, estourara como uma bomba. Trinta dias para a apresentação de estudos e sugestões definitivos! O ministro da Viação, Com. Lúcio Meira, procurava-se para mostrar a exiguidade do prazo. Respondi-lhe que, de fato, suas razões eram válidas, mas, se me revelasse liberal no que dizia respeito aos prazos, o Programa de Metas não seria executado. Repeti-lhe a decisão, que já havia anunciado aos norte-americanos, de que no dia 31/12/57 atravessaria a Avenida Rio Branco dirigindo o primeiro automóvel de fabricação nacional. Naquela época, o Brasil tinha condições de importar 15 mil automóveis por ano, e o total de veículos no

país era de cerca de 600 mil unidades. Apesar das reclamações dos círculos interessados, o grupo de trabalho fora criado no prazo fixado e, na reunião do Conselho de desenvolvimento do dia 8/06, que presidi, o Com. Meira fez uma exposição das conclusões a que haviam chegado aqueles técnicos e apresentou um projeto de decreto sobre a matéria, através da qual eram criadas condições cambiais e financeiras que regulariam as inversões e estimulariam o rápido estabelecimento de fábricas de jipes e caminhões no país. O projeto, convertido em decreto, após ligeiras alterações, foi por mim assinado. (...) Estava dado o primeiro passo. Dali em diante, entraríamos na fase nitidamente executiva, com a elaboração dos projetos específicos e a fixação dos objetivos que deveriam ser alcançados. Com a criação do GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística – teve início a era tecnológica no Brasil. (...) Para fortalecer essas indústrias, que seriam a base indispensável ao sucesso da nacionalização de veículos no país, o GEIA não ficaria circunscrito à aprovação de projetos, visando à fabricação de veículos, mas dedicaria especial atenção ao estudo, à negociação e à aprovação final dos diversos planos que teriam por objetivo a consolidação da infra-estrutura indispensável à concretização dos esquemas de fabricação aprovados, assegurando tanto quanto possível, o estabelecimento de uma indústria de estrutura horizontal com recursos intensivos de subcontratação”¹⁰⁶.

A partir do relato e das formas como foi conduzida a política industrial no governo de Juscelino, é possível chegar à conclusão de que, além dos “50 anos em cinco” prometidos em campanha para o avanço da economia brasileira, sua atuação ficou muito mais marcada pelo lado entreguista de seu governo do que pelo caráter desenvolvimentista como muitos insistem em afirmar. Ao compactuar com os investidores estrangeiros, oferecendo garantias e condições para sua penetração na economia nacional e, fundamentalmente, no poder político, JK contribuiu muito mais para a nossa dependência

¹⁰⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Bloch: São Paulo, 1974. p. 1112.

financeira estrangeira do que para um desenvolvimento industrial verdadeiramente nacional.

A forma como a indústria automobilística foi forjada no governo de Juscelino, calcada num modelo denominado nacionalista, nada mais foi do que a viabilização do capital estrangeiro no fomento dessa indústria que de nacional só havia o fato de estar em território brasileiro. O próprio GEIA era formado por integrantes preocupados com a inserção de seus capitais e com o desenvolvimento desse setor que, auxiliado pelo governo com incentivos e ações legislativas, seria reproduzido com total liberdade.

Já em 1955, o Conselho Monetário passou a permitir que todos os equipamentos que entrassem no Brasil como Investimento Estrangeiro Direto fosse importado sem cobertura cambial. Esse sistema abolia, principalmente, as taxas cambiais embutidas nas transações. Outros subsídios foram criados tais como taxas cambiais de terceira categoria, taxa livre, regime de cotas cambiais e importações de produtos relacionados aos automóveis com inserção tarifária e de impostos sobre vendas, assim como o oferecimento de créditos e avais concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES.

O benefício cambial decorrente da Instrução 113 da SUMOC, revelou-se como um dos mais importantes instrumentos no que concerne aos incentivos para investimentos na indústria automobilística. A instrução permitia que todos os equipamentos fossem importados sem cobertura cambial. As indústrias automobilística junto com o setor de autopeças foram responsáveis por quase a metade de todos os investimentos estrangeiros no país. Como estímulos fiscais, o governo de JK concedeu isenção de direitos e taxas aduaneiras sobre máquinas e equipamentos destinados à instalação e ampliação da indústria num prazo de trinta meses amparados na Lei nº 2993, de 6 de dezembro de 1956.

Para compreender o aprofundamento da inserção do capital estrangeiro no Brasil na política entreguista de JK, apresentamos de maneira sintetizada as empresas e os capitais nelas inseridos que constituíram o parque industrial automotivo na década de 50.

Empresas de Capital Nacional:

- Willys (jipes, automóveis de passageiros);
- Vemag (Caminhões utilitários, automóveis de passageiros);
- FNM (Caminhões, automóveis de passageiros).

50% de Capital Nacional:

- Mercedes Benz (caminhões e ônibus);
- Simca (automóveis de passageiros).

Capital Controlado do Exterior:

- Ford (Caminhões, automóveis de passageiros);
- General Motors (Caminhões, utilitários, automóveis de passageiros);
- International Harvester (Caminhões);
- Scania Vabis (Caminhões);
- Toyota (Jipes)¹⁰⁷.

Em 1966, a Crysler comprou 92% da Simca na França e a Volkswagen absorveu a Vemag. No ano seguinte, a Ford assumiu o controle da Willys e a Alfa Romeo passou a controlar a Fábrica Nacional de Motores.

Dessa maneira, as empresas de capital 100% nacional foram, com o tempo absorvidas pelos capitais estrangeiros e dominando o seguimento no país. Dadas as formas e condições de formação da indústria automobilística brasileira e por ter se tornado o setor mais importante de nossa economia, é possível compreender os absurdos níveis de superexploração que o operariado metalúrgico acabou sofrendo ao longo do seu projeto de afirmação.

A partir dessa configuração e do suporte político oferecido pelo governo de Juscelino Kubitschek com seu Plano de Metas, é possível compreender o

¹⁰⁷ LATINI, Sydney. *A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva*. Alaúde Editorial: São Paulo, 2007. p. 148-9.

papel do capital industrial no país e verificar a atuação da burguesia nacional e seu papel no desenvolvimento da industrialização no país.

Nesse contexto, percebe-se e compreende-se o processo de reorganização da economia nacional baseado no projeto de industrialização financiado, de um lado, por políticas de Estado favorecedoras e, de outro, pelo capital estrangeiro. Nessa lógica, o país, com toda uma tradição de desenvolvimento hipertardio, cederia às pressões e necessidades internacionais para implantar uma base econômica fundada no desenvolvimento industrial dependente, tendo como principal pilar a indústria automobilística.

Ao alterar os rumos do país num período bastante curto, transferindo as bases de desenvolvimento do setor agro-exportador para o urbano-industrial, os planejadores da política brasileira, desejosos de ocupar um lugar no campo da produção industrial com alta tecnologia, fizeram as alterações necessárias por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos que não protegiam nem promoviam a indústria nacional¹⁰⁸.

Dentro dessa ideia de desenvolvimento da indústria brasileira e seguindo o curso desse projeto, temos a época do regime militar. Foi nele que a indústria automobilística se concentrou e se consolidou como setor estratégico da economia nacional, independentemente da instabilidade presente no período de 1961 a 1963, em que já se colhiam os resultados amargos do excesso de capacidade produtiva e baixa demanda¹⁰⁹.

Embora o início fosse bastante conturbado, a partir de 1967, o setor se restabeleceu. Houve uma rearticulação de forças no interior das empresas automobilísticas o que redesenhou o novo quadro de montadoras no país. Das onze empresas que conseguiram se manter diante do processo de implantação e da concorrência do setor, apenas oito conseguiram se manter por serem controladas por capitais transnacionais.

¹⁰⁸ O Programa Automotivo Brasileiro diferenciava-se dos adotados na Europa, considerado berço da produção automotiva. Lá, os programas automotivos adotados, desde os anos 20 e 30, protegiam e promoviam a indústria nacional da concorrência americana.

¹⁰⁹ A capacitação produtiva versus o excesso de demanda pode ser explicada pelos investimentos descontínuos em fábricas como a de motores e estamparias. Além disso, o investimento e as políticas gerenciadas pelo GEIA fortaleciam as estratégias oligopolistas que tinham o interesse de bloquear a concorrência.

Nesse rearranjo de forças as empresas de capital 100% nacionais foram absorvidas pelas estrangeiras, principalmente pela Ford e General Motors que se consolidaram no mercado brasileiro como 2ª e 3ª grandes empresas respectivamente, ficando atrás apenas da Volkswagen. A nova reorganização de forças do mercado automobilístico permitiu ao governo e às empresas darem início ao que se convencionou chamar de “milagre econômico brasileiro”, que, de 1968 a 1973, permitiu uma crescente concentração de renda, o estabelecimento de novas regras para a aquisição de crédito ao consumidor e conseqüente aumento do consumo e aquecimento das vendas no Brasil.

Os excelentes números e bons frutos colhidos nesse período foram doces, mas somente governo e empresários puderam provar tal sabor. Para tanto, foram implantados programas econômicos destinados a cumprir objetivos específicos na economia brasileira e a promover as bases do “desenvolvimento com segurança”, lema da ditadura militar bonapartista.

O programa de Ação Econômica do Governo de 1964-1966 objetivava a estabilização financeira e a criação de condições para o desenvolvimento das “forças do mercado” acelerando o ritmo de desenvolvimento econômico do país e contendo, ao mesmo tempo, o processo inflacionário. Pelo do Conselho Nacional de Política Salarial os acordos salariais privados e públicos foram controlados rigorosamente. As Diretrizes do Governo – 1967 foram aplicadas na gestão do Marechal Arthur da Costa e Silva, tendo como principal meta o desenvolvimento e o fortalecimento da empresa privada nacional, assegurando a possibilidade de obter ou gerar recursos para a sua expansão. Também o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) apresentava expressões do caráter totalitário do governo que tinham como metas a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) exprimiam o comprometimento do Estado com as empresas privadas. As Metas de Base para a Ação do Governo (1970-1971) estabeleceram as primeiras linhas da política econômica do governo do General Emílio Garrastazu Médici. Nesses anos, floresceram as propagandas em torno do “milagre econômico brasileiro” e da idéia do “Brasil Potência”. Vale destacar as palavras de Octávio Ianni:

“A ideia de um ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, que permitiria a construção do ‘Brasil potência’ em poucos anos, era mais uma faceta de caráter fascista da ditadura. Os governantes e seus funcionários, ao se maravilharem com a idéia do ‘Brasil grande’, ‘milagre brasileiro’ ou ‘Brasil potência’, maravilharam-se com o florescimento do capital monopolista, com o lema que o próprio imperialismo tratava de propalar. Todo ‘sacrifício’ imposto ao povo brasileiro, em geral, e ao proletariado e campesinato, em particular, era visto pelos governantes e seus funcionários como o ‘preço’ do ‘milagre’, da ‘grandeza’. O que estava em causa, diziam, era a ‘criação de uma sociedade industrial nos trópicos’. Tratava-se de aproveitar a ocasião, isto é, a aliança entre Estado e o capital monopolista, para converter o Brasil em ‘potência mundial’, ou, no mínimo, ‘continental’. Para isso, abria-se ainda mais o país ao capital imperialista e acentuava-se, também, a superexploração do proletariado e do campesinato. Havia um singular tropicalismo na ditadura fascistoide instalada desde 64”¹¹⁰.

Esse “milagre”, promovido pela exclusão, pelo aviltamento da classe trabalhadora brasileira, no campo e na cidade e, conseqüentemente, pelo processo de desenvolvimento da sociedade, era o mais profundo reflexo da autocracia praticada no país. Os mecanismos de controle dentro das empresas garantiam as altas taxas de produtividade/lucratividade associadas a superexploração. Fora das indústrias, o governo viabilizava as condições necessárias para que os setores privados pudessem continuar seus planos de exploração apoiados nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e pelas leis que condicionavam os trabalhadores e mantinham-nos em níveis cada vez mais degradantes.

A crise do “milagre” evidenciou a linha tênue que separava os objetivos governamentais e empresariais da força de trabalho empregada nas indústrias utilizadas para sustentar o ciclo virtuoso de lucros, o monopólio internacional e a autocracia bonapartista brasileira. Momento que se revelou repleto de novas

¹¹⁰ IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1981.p. 11.

prerrogativas, questionamentos e, principalmente, de pretextos mais do que significantes para que o movimento operário e os sindicatos retomassem seu poder de luta e mobilização e passassem a questionar a lógica da economia brasileira. A superexploração e a miséria a que a classe operária estava submetida foram os ingredientes mais do que justos que impulsionaram a retomada das mobilizações e trouxeram para o sindicalismo brasileiro novos atributos.

Na década de 70, temos grandes exemplos da reorganização do sindicato e das movimentações dos trabalhadores em torno de questões que, no princípio, apresentavam-se como específicas de cada empresa, mas que, no decorrer das paralisações e assembléias, passaram a adquirir um alto grau de unicidade transformando a classe metalúrgica do ABC Paulista em exemplo de luta e organização.

A resistência operária e o nível de organização estratégica adquirida, com o passar dos anos, transformaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em referência. Suas estratégias e o engajamento dos trabalhadores metalúrgicos transformaram o movimento sindical daquele período. Esse período da história sindical brasileira tornou-se tema de inúmeros estudos¹¹¹ que revelaram não somente as características específicas do movimento, como também as político-organizacionais e as inovações das funções do sindicato, revelando traços importantes da configuração e do nascimento do Partido dos Trabalhadores, o PT e, ao tempo, da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Em termos econômicos, o período, após as décadas de 70 e 80 começa com recessão e, juntamente, com transformações importantes no cenário internacional: desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados e do comércio internacional assim como a diminuição das formas de financiamento de maior estabilidade. Para a periferia

¹¹¹ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista – as greves de 1978/80*. 2 ed. Unicamp: Campinas, 1992.

SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”*: as paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2003.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez São Bernardo*. Unicamp: Campinas, 1999.

do mundo capitalista esses foram os resultados da degradação da ordem internacional de Bretton Woods¹¹².

A resposta brasileira para a crise capitalista da ordem internacional veio pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que despertou, na época, inúmeras controvérsias, pois o aparelho estatal continuava a serviço da acumulação monopolista, preservando e agravando a superexploração em detrimento da facilitação da produção e reprodução do capital estrangeiro:

“Utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infra-estrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) -, ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros. Decisão de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial, sem as quais dificilmente construiremos, em prazo relativamente curto, uma potência industrial moderna. Aqui se coloca, obviamente, o problema de ajustar as multinacionais à estratégia nacional. A atual fórmula da política salarial deverá ser mantida para os reajustes em acordos e subsídios coletivos, bem como para os aumentos salariais nas empresas controladas ou subsidiadas pelo Governo Federal” (República Federativa do Brasil *Apud* Ianni, 1981: 13-4).

Em linhas gerais o Plano consistia em um amplo investimento para transformar a estrutura produtiva do país e superar os desequilíbrios vividos pelas economias internacionais, o que conduziria o Brasil a uma condição de potência intermediária no cenário internacional. De acordo com o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Ricardo Carneiro:

¹¹² A Conferência de Bretton Woods (Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas) ocorreu na cidade que dá nome à Conferência em julho de 1944. Lá estiveram representantes de 44 países, para planejar e estabilizar a economia internacional e as moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados nessa Conferência, tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

“Do ponto de vista de concepção, o II PND se inscreve na tradição dos planos de desenvolvimento progressos sob a égide dos quais realizaram-se importantes modificações da estrutura produtiva. Propunha-se, desta feita, a realização de um bloco de inversões concentrado temporal e setorialmente, abarcando os segmentos de bens de capital e bens intermediários. Mais ainda, perseguia-se também a transformação das matrizes energéticas e de transporte, de forma que estas últimas, aliadas à implantação de bens intermediários, criasse a demanda capaz de viabilizar os novos segmentos da indústria de bens de capital”¹¹³.

Essa transformação, na dinâmica econômica do país, também alterou a relação da burguesia nacional com o governo, pois o empresariado nacional, há décadas, um papel subordinado ao capital monopolista, passaria a ter papel principal ao assumir os novos segmentos decorrentes do novo Plano Nacional reservando a estes uma área nobre de desenvolvimento. Portanto a burguesia nacional que esteve o tempo todo ao lado da autocracia governamental assume sua “fatia no bolo” do crescimento industrial brasileiro. Nesse sentido, o rearranjo de forças que se dará na década seguinte, é fundamental para que possamos entender as permanências e o agravamento de certas tendências políticas no poder.

A década de 80 também teve seus aspectos singulares. Após a “crise do milagre” e das inúmeras paralisações, congressos e questionamentos acerca da política superexploradora da ditadura militar, manifestações de estudantes e até mesmo as ações da igreja católica, o projeto da ditadura cada vez mais era colocado em xeque: Um novo rearranjo de forças parecia ser fundamental, a fim de não perder o controle da situação e para se fazer da transição política um alicerce seguro garantindo a continuidade do projeto, ainda que fosse pelo braço civil da ditadura: a ARENA.

Seria a distensão lenta e gradual que provocaria a abertura do regime sem perder o controle sobre ele. Assim, Geisel buscou impedir as vitórias eleitorais do MDB mudando as regras eleitorais: Lei Falcão (1976); Pacote de

¹¹³ CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Editora da Unesp: Campinas, 2002, p. 60.

Abril (1977); Lei Orgânica dos Partidos (1979). Já na época de Figueiredo, o período, conhecido como estagflação (estagnação econômica com recessão) principiou a propalada “Abertura Política”, embora o presidente continuasse a lançar mão de instrumentos repressivos sobre atividades grevistas e tendo mandado prender militantes do PCB e do PC do B, além de expulsar padres estrangeiros que colaboravam com a luta camponesa pela reforma agrária. Foi ele, também, responsável por mudanças na Constituição e pelo enquadramento dos estudantes na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1979, a Lei Orgânica dos Partidos extinguiu o bipartidarismo, e as novas regras eleitorais passaram a vigorar. Continuariam a existir a eleição indireta do presidente da República da figura do Senador Biônico.

O Partido Democrático Social (PDS), liderado por José Sarney, era extremamente forte nos estados do Norte e Nordeste carentes e dependentes das verbas federais fortalecendo este grupo no Congresso Nacional e no Colégio Eleitoral, o que provocava a vitória e a manutenção de muitos dos princípios das regras ditatoriais.

E, para que houvesse uma efetiva mudança na sociedade brasileira, era essencial que essas regras fossem modificadas. Dante de Oliveira, deputado do PMDB, propôs uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para presidente. Se dois terços do Congresso votassem a favor, a Constituição poderia ser alterada e o povo, por fim, teria o direito de escolher seu presidente. Em 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi votada resultando em: Sim, 298; Não, 65 e Ausências, 112. Faltaram 22 votos para a vitória. A Emenda fora derrotada.

O ano de 1984 ficou marcado como o ano das “Diretas Já!”. Dissidentes do PDS, liderados pelo senador José Sarney, formaram a Frente Liberal. De acordo com as regras políticas, José Sarney precisava filiar-se a um partido e foi pelo PMDB que ele se candidatou à chapa de Tancredo Neves. Deputados e senadores que também tinham rompido com o PDS fundaram, a partir do grupo da Frente Liberal, o PFL – Partido da Frente Liberal¹¹⁴.

Após a vitória de Tancredo Neves e do fim da ditadura militar no Brasil, mais um período de mudanças e adaptações permearam a vida do país.

¹¹⁴ FERREIRA, Jorge, NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

Tancredo nem sequer chegou a exercer o cargo de presidente da República. Após sua morte, José Sarney, como vice da chapa, assumiu a presidência e deu início à sua trajetória política como primeiro presidente civil após largos anos de regime ditatorial.

Era necessário reorganizar, novamente, a economia, o que gerou uma sucessão de novos planos econômicos na tentativa de estabilizar a inflação:

a-) Em 1986 – Plano Cruzado (decreto-lei nº 2.283, de 27/2/1986) com o ministro Dílson Funaro do PMDB: o plano consistia em oito medidas básicas:

- congelamento de preços, inclusive preços dos serviços;
- alteração da unidade do sistema monetário;
- substituição da ORTN, instituída em 1964 pela OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), cujo valor foi fixado em Cz\$ 106,40, congelado por um ano;
- congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses;
- congelamento do salário mínimo em Cz\$ 804,00;
- Com a desindexação da economia, instituiu-se uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas numa economia com inflação muito alta, em uma outra em que a inflação fosse praticamente nula;
- criação de uma espécie de seguro desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas;
- os reajustes salariais passariam a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro inflação”, que estabelecia o reajuste automático de salários sempre que a inflação alcançasse 20%.

b-) Em 1987 Plano Bresser com o Ministro Luis Carlos Bresser: incorporava características do Plano anterior, mas com implementos para tentar debelar o processo inflacionário. Cinco foram as metas básicas desse Plano:

- congelamento geral de preços e salários por um prazo de 90 dias, com o propósito de baixar a inflação para patamares inferiores aos existentes;
- flexibilização dos preços com reajustes mensais de preços e salários, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios herdados da fase anterior;
- após ajustes na fase de flexibilização, o plano estabelecia a liberação de preços que passariam a ser definidos pelas forças do mercado;
- criação de um novo indexador, a URP (Unidade de Referência de Preços), que serviria para o reajuste de salários e preços;
- adoção de uma política monetária e fiscal na tentativa de reduzir o déficit público .

Houve, então, uma enorme pressão internacional sobre a economia brasileira, e a inflação chegou a atingir 366%.

c-) Em 1989 Plano Verão com o Ministro Maílson da Nóbrega: responsável pelo Plano Verão que primou pelo corte nos gastos públicos e a contenção do consumo, o que gerou forte recessão. Por meio do recurso constitucional da medida provisória, o Plano pôde adotar uma série de providências para frear a inflação. As mais emergenciais foram:

- congelamento de preços (com prazo indefinido);
- extinção da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) e da Unidade de Referência de Preços (URP);
- criação do Cruzado Novo (valendo mil cruzados antigos);
- desvalorização do câmbio em 16,3805%.

Diante desse cenário de incertezas, era difícil pensar na possibilidade de alteração das formas de produção e de gestão da mão-de-obra no país. A entrada de novas tecnologias também foi freada pela própria instabilidade nacional e pelas dúvidas de que o Brasil proporcionava aos grandes investidores internacionais. Enquanto a Ásia e a Europa já praticavam a reestruturação produtiva e aplicavam novas técnicas de gestão do trabalho, o Brasil aguardava que os rumos da economia se estabilizassem para que o

terreno voltasse a ser compensador e lucrativo para as multinacionais. Era necessário, portanto, aguardar a estabilização da economia brasileira a fim de que o capital internacional pudesse implementar novos investimentos no país.

Os ajustes políticos e econômicos da década de 80 obstaculizaram a modernização da indústria brasileira, mas, diante da particularidade de desenvolvimento do país, o mercado interno ainda dava conta de absorver a produção e a utilização da mão-de-obra ainda agia, com eficiência, dentro dos chãos-de-fábrica.

A indústria automobilística continuava sendo o principal pilar da economia nacional e, apesar das incertezas econômicas aqui vividas nesse período, não houve uma estagnação nas formas de produção assim como a redução do consumo interno foi menor do que esperado. Assegurado o consumo interno, as indústrias continuaram a reproduzir sua lógica de exploração e suas formas de produção e introdução de novas tecnologias e mudanças no gerenciamento da mão-de-obra chegaram, mas não atingiram, substancialmente, a estrutura produtiva das grandes montadoras de automóveis. As novas formas de produção e gestão da mão-de-obra, adotadas em países europeus e asiáticos desde o final da década de 70, no Brasil, foram adotadas apenas parcialmente.

O processo de produção fordista/taylorista ainda era o cenário mais forte no interior das empresas, e os trabalhadores metalúrgicos, protagonistas do processo formava um contingente não preocupante. Na ocupação fabril, a empregabilidade contava com altos patamares.

Mas a década de 80 revelou e protagonizou, além dos rearranjos políticos e dos problemas econômicos aqui apontados, os desdobramentos sindicais e do movimento operário da década anterior. A organização e a atuação sindical encontraram terreno fértil para o desenvolvimento de novas representações operárias no interior das empresas e em escala nacional como foi o caso da Central Única dos Trabalhadores. No caso do interior das fábricas, o Plano de Organização de Fábricas, criado em 1983, destacava a importância dos grupos de discussões, da implantação do delegado sindical,

das CIPA's, das comissões de mobilização e de outras formadas no interior das empresas¹¹⁵.

O poder de negociação e os avanços no plano dos direitos sociais foram possíveis graças ao cenário de incertezas, crise econômica e transição política que atingia o país. Claro que inúmeras contradições eram iminentes e, por conta delas, as manifestações metalúrgicas e de outras categorias profissionais povoaram as ruas e as manchetes dos jornais. Nesse período as convenções e os acordos coletivos tornaram-se volumosos, ocorrendo, principalmente, uma pulverização das centrais sindicais para o gerenciamento de negociações de caráter nacional. As reivindicações não só se limitavam aos aspectos puramente econômicos como também consideravam, debatiam e requeriam conquistas políticas e organizacionais¹¹⁶.

Dentre as mudanças de perspectivas reivindicativas que o movimento operário passa a ter na década de 80, a temática da automação passa a fazer parte dos debates sindicais. Apesar da década não ter se revelado como o momento que caracterizou a reestruturação produtiva no Brasil, os programas de qualidade e o tão propalado just-in-time passaram a ser questionados neste período. Na primeira CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) em 1983, temáticas sobre questões tecnológicas apareceram nas pautas de discussões.

Ainda em 1983, o DIEESE incorporou, em seu boletim, a seção “Linha de Produção” e pesquisas especiais passaram a ser elaboradas sobre os impactos sócio-econômicos da automação microeletrônica. A CUT também se manifestou e, em 1985, criou a Comissão Nacional de Tecnologia e Automação.

Diante à política, então, adotada, o governo preocupou-se em atrair investimentos para provocar um significativo crescimento dos diversos setores, pela necessidade de se criar novos postos de trabalho, e de garantir uma produção cada vez maior.

¹¹⁵ Para mais ver BRESCIANI, Luis Paulo. *Na zona do agrão: a nova agenda da negociação coletiva*. In: ARBIX, José, ZILBOVICIUS, Mauro. De JK a FHC: a reinvenção dos carros. Scritta: São Paulo, 1997.

¹¹⁶ Para mais ver OLIVEIRA, Marco Antonio de. *Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil*. In: ARBIX, José, ZILBOVICIUS, Mauro. De JK a FHC: a reinvenção dos carros. Scritta: São Paulo, 1997.

Ainda que a modernização tecnológica e organizacional da indústria automobilística na década de 80 fosse incipiente, os avanços ocorridos ficaram mais presentes na introdução de equipamentos microeletrônicos, sistemas mais automatizados e prensas automáticas, informatização dos meios administrativos, reorganização do processo produtivo como estratégias organizacionais tais como just-in-time/kanban, do CEP – Controle Estatístico de Processos, TQC – Controle de Qualidade Total, SEM – Sistema de Estoque Mínimo e formas de gestão participativas como o “skokai” (sistemas de reuniões matinais) ou os CCQ’s – Círculos de Controle de Qualidade.

Mas, a introdução dessa nova perspectiva de indústria deparava-se com um ambiente social heterogêneo que esbarrava nos limites da capacidade produtiva, no tipo de mão-de-obra utilizada e nas perspectivas das próprias indústrias automobilísticas em relação à economia nacional. Embora o governo brasileiro introduzisse a exportação e estimulasse a consolidação de investimentos no sentido de modernizar a execução dessa reestruturação, o movimento conjuntural assegurava um mercado interno vantajoso e seguro, independentemente da defasagem técnica. Para Afonso Fleury, a idéia de modernização da década de 80 significou muito mais um “modismo” do que uma profunda alteração das formas de produção no país. Agregavam-se ideias como “qualidade” e técnicas como o “kanban” sobre uma estrutura antiga e com funcionamento completamente distinto. Veja:

“Pode-se dizer que para a maioria das empresas brasileiras, a década de 80 foi de uma transição extremamente confusa entre uma situação de não-competição, que só veio a ser efetivamente implantada no início da década de 90. Neste período, a não ser nas empresas que partiram decididamente para o mercado externo, as questões de qualidade, produtividade e competitividade podem ser melhor caracterizadas como modismo. Por exemplo, quando a idéia de qualidade se configurou como importante, a relação das empresas locais foi formar círculos de controle de qualidade, dentro de um formato peculiar, sem maiores alterações nas estratégias ou no resto da organização. O Brasil, em 1982, era o segundo país do mundo em números de CCQ’s, vindo depois

do Japão. Quando a ideia de Kanban aportou no país, algumas empresas que detinham condições privilegiadas de barganha passaram a exigir de seus fornecedores entregas no momento e na quantidade que quisessem, para só pagarem quando seus produtos estivessem vendidos. Assim, a década de 80 pode ser caracterizada por uma situação confusa de competitividade: sabia-se que as coisas estariam para mudar, mas isso não ocorreu de fato. A propalada automação de base microeletrônica é um exemplo concreto. Novas ideias administrativas foram introduzidas, sem muita análise e sem maiores consequências ; qualidade foi uma delas”¹¹⁷.

Entre as montadoras, estava assegurada parte do mercado interno e em relação ao mercado externo, a competição praticamente inexistia. A máxima produção ainda contava, na década de 80, com um agente importante nesse processo: o trabalhador – cidadão pouco qualificado, e, em muitas etapas da produção, atuava como trabalhador braçal, com salários compatíveis com as pretensões das montadoras. Somente a fábrica da Volkswagen contava, no início da década de 80, com cerca de 30 mil funcionários na sua sede em São Bernardo do Campo¹¹⁸, apesar do cenário de instabilidade econômica, transição política e atuação vigorosa do sindicalismo na região.

Para as crises do período, porém, o governo também lançou mão de alternativas. A recessão econômica brasileira, vivida principalmente entre os anos de 1981 e 1984, trouxe várias conseqüências para a indústria automobilística, obrigando parte dela buscar parceiros na produção e novos mercados para a exportação.

Uma das alternativas foi o programa BEFLEX (Programa de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação) que abriu os caminhos da produção de peças e veículos produzidos no Brasil no mercado internacional. O Programa de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação foram criados no início dos anos 70 e combinavam isenções de tarifas e de impostos

¹¹⁷ FLEURY, Afonso. *Qualidade e produtividade na estratégia competitiva das empresas industriais brasileiras*. In: CASTRO, Nadya Araújo de (org). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995. pp. 96-7.

¹¹⁸ Informação obtida na revista Economia e Negócio – FOCO. 1º de dezembro de 2006, ano 2, nº 44.

como o IPI (Imposto sobre Produtos Importados) e ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), com o objetivo de garantir a exportação de parte da produção. Essa política produziu alguns resultados nos investimentos e permitiu que as exportações aumentassem sobremaneira até o final da década de 80.

Num primeiro momento, a Scania utilizou os recursos do Programa para tentar uma integração produtiva junto à Argentina¹¹⁹. Em 1986 foi a vez da Fiat e da Autolatina¹²⁰ iniciarem o intercâmbio de produtos como partes e componentes. As tentativas de integração já ocorriam, mas, ainda existia na América Latina, um amplo debate acerca da cooperação entre as empresas do setor no cone sul.

Algumas delas foram para de estabelecer um comércio mais aberto entre os países da América Latina¹²¹ e, dentre esses esforços, vale lembrar a criação da Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, e a Aladi - Associação Latino-Americana de Integração¹²².

Essas são demonstrações do interesse que existia por uma política mais integrada de ação, como as de Figueiredo e Videla ao assinarem, em maio de 1980, um acordo que estabelecia onze áreas de cooperação, e as dos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín da Argentina, em 1985, ao firmarem a Ata de Iguaçu¹²³.

Em 1986, foi criado o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil – Argentina (PICE), com o objetivo de alcançar uma etapa de desenvolvimento baseado na integração setorial e na complementaridade comercial e produtiva. O documento enfatizou a consolidação do processo

¹¹⁹ RUÉ, Pablo Alá, LAVERGNE, Nestor Pablo. *Integración Argentina Brasil*. Fundación Friedrich Ebert – Cises: Buenos Aires, 1991.

¹²⁰ Criada pela Ford e Volkswagen em 1987.

¹²¹ Para mais ver OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. Unesp: São Paulo, 2003.

¹²² Em 1980 foi criada a Aladi pelo do Tratado de Montevideú, que incentivou um primeiro processo de integração regional. Em relação a Alalc, adotou-se como meta um processo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano por meio de estímulos e arranjos bilaterais que não se estenderiam aos demais países membros.

¹²³ Para mais ver Cristina Comin, D.: (2008) As relações argentino-brasileiras: identidade coletiva e suas implicações no processo de construção do Mercosul, Edición electrónica gratuita. Texto completo en www.eumed.net/libros/2008a/377/

democrático, a união de esforços na defesa conjunta dos interesses de ambos os países nos foros internacionais e aproveitamento dos recursos comuns entre eles¹²⁴.

Logo após esse Programa, a Ford e a Volkswagen desenvolveram uma *join venture*¹²⁵ para o desencadeamento de uma estratégia produtiva de complementação entre as duas subsidiárias. De acordo com a professora Leila Blass, nesse período:

“A participação das montadoras no mercado interno oscila entre três e quatro pontos percentuais, sem qualquer aumento significativo. Em alguns momentos, a participação da Ford e da Volkswagen no mercado interno diminuía, aumentando o grau de ociosidade na sua capacidade instalada. No momento de formação da Autolatina, a Ford detinha 21% e a Volkswagen 34% das vendas no mercado interno; depois, juntas, passaram a controlar ‘no Brasil, 60% do mercado e, na Argentina, 30%’ (Exame, 10/12/1986). O principal seria racionalizar a capacidade física já instalada na Ford e da Volkswagen, complementando atividades e custos operacionais, reduzindo investimentos e buscando, obviamente, assegurar a lucratividade máxima dessas empresas no Brasil. Os resultados são quase imediatos devido à redução no pagamento de impostos, ao uso mais eficiente das instalações de produção, dos recursos disponíveis e dos serviços oferecidos aos clientes. Conforme o jornal Gazeta Mercantil (2/11/1991), a integração da Ford e da Volkswagen proporcionou ‘substancial economia tributária e redução de custos operacionais para as duas empresas’¹²⁶.

¹²⁴ HIRST, M. *Contexto e estratégia do programa de integração Argentina –Brasil*. Revista de Economia Política, v.8, nº3, 1988.

¹²⁵ A *join venture* se caracteriza por um investimento conjunto, uma associação de empresas, não definitiva e com fins lucrativos para explorar determinados negócios, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. No caso da Autolatina (união entre a Ford e a Volkswagen), criada em 1987 durou até 1996. A VW ofereceu à Ford os motores AP-1600, AP-1800 e AP-2000 e a plataforma do sedã Santana, que originou o Versalhes e o Royale. A Ford, em contrapartida, compartilhou com a VW a plataforma do Escort, que originou os modelos Apollo, Logus e Pointer.

¹²⁶ BLASS, Leila Maria da Silva. *De volta para o futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. Educ/Fapesp/Cortez: São Paulo, 2001. pp. 47-8.

Existia, na Autolatina, uma divisão interna de funções e responsabilidades. A função de vice-presidente técnico ficou sob a responsabilidade da Volkswagen e a parte de manufatura, ao encargo da Ford. A gestão financeira, ficou a cargo da Ford. Com o tempo, foi possível compartilhar uma gama de elementos como motores, chassis e câmbios, o que proporcionou o desenvolvimento e lançamento de carros semelhantes pelas duas empresas. Foi o caso do Apollo/ Verona, Quantum/Versailles-Royalle. Motores como o CHT da Ford e o conjunto AP da Volkswagen foram usados em modelos como Gol e Escort.

Com o objetivo de aumentar a eficiência das instalações de produção e recursos e reduzir a capacidade ociosa, introduzindo novas tecnologias e melhoria na qualidade para aumento da competitividade, no mercado interno e externo, a Volkswagen e a Ford, portanto, uniram-se, para enfrentar num nível diferenciado, as turbulências da economia nacional¹²⁷.

Ainda não significava uma reestruturação produtiva, mas uma etapa que antecedeu este processo como alternativa de aumentar as vendas no nosso nacional e aumentar a participação do produto brasileiro no mercado internacional. Diante de tantas turbulências políticas, a indústria automobilística criou estratégias para retomar seu crescimento e, principalmente, sua lucratividade que não era ainda, como ocorreu na Europa, uma fase mais avançada de reestruturação da produção e do gerenciamento da mão de obra, que aqui só aconteceria na década de 90 e que será temática importante que discutimos nessa tese.

Vale lembrar que o sindicalismo brasileiro, na década de 80, também deu passos importantes em seu desenvolvimento e, diante desse cenário, foi capaz de inovar a lógica das negociações e seu alastramento no cenário nacional. Procuraremos discutir esses aspectos no próximo capítulo.

¹²⁷ Para mais ver SALERNO, Mario Sérgio. *A trajetória histórica e as perspectivas de desenvolvimento da Autolatina no Brasil*. In: CASTRO, Nadya Araújo de. (org). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

Capítulo 3 – Sindicalismo em ascensão: o rearranjo de forças do sindicalismo brasileiro na década de 80 - entre a efervescência e a estagnação

Depois dos grandes movimentos operário e sindical realizados no ABC Paulista, entre 1978 e 1980, o sindicalismo brasileiro adotou novos rumos e consolidou sua força e seu papel na luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores. Obviamente muito se esperava desse sindicalismo que se propunha “novo” e “autêntico” e muitas apostas recaíram sobre ele. Uma delas de, verdadeiramente, exercer um papel transformador na sociedade brasileira, alterando suas formas de atuação e ampliando a luta estritamente econômica para o campo político também. Entretanto, a política que se pretendia que esse sindicalismo alcançasse era a de um movimento superador e emancipatório e não apenas o de cumprir um papel político dentro das instâncias políticas, já existentes, e subordinadas a um tipo de prática historicamente conhecida em nosso país. Esperava-se que ele, que tinha posto em xeque as estratégias de desenvolvimento econômico baseado no arrocho salarial e na superexploração da mão-de-obra e exposto a atrofia de seu sistema, também fosse capaz de romper com as práticas políticas autocráticas que habitaram o espaço governamental desde tempos longínquos.

“As massas, muito mais no ato que no verbo, exibiram a chaga alargada de antiga fome e com ela derrubaram, por um momento, instituições depravadas (lei antigreve, por exemplo) e apontaram o caminho necessário: liquidar o alicerce econômico da ditadura, despedaçar a política econômica da superexploração do trabalho, dizer não, definitivamente, ao arrocho salarial e com isso puxar o tapete sob os pés do sistema. Romper, portanto, o politicismo, fazendo prevalecer os conteúdos de raiz, na forma de um movimento das bases. Pela ação das bases atingir a raiz do sistema. E, assim, no desdobramento complexo de um complexo processo, chegar a abatê-lo. Dar-lhe fim pela combinação das exigências e prioridades autênticas das especificidades efetivas do todo

concreto, resgatando, desse modo, pela morte do politicismo, a verdadeira prática da prática política verdadeira. Linha nova de novos conteúdos. Política!¹²⁸.

O potencial reivindicativo contestador das massas abriu possibilidades para a superação do politicismo e acabou sendo absorvido pela transição política do início da década de 80. Ela deixou, para trás, o bonapartismo para a consolidação da autocracia burguesa institucionalizada. E, nesse momento, apesar das inflexões do movimento operário de massas da década anterior e da força contestatória que surpreendeu a muitos, porque estavam à frente dos partidos políticos, a mobilização operária e sindical teve seus esforços completamente abalados.

O rompimento com as instâncias do poder mais uma vez não se mostrou tarefa fácil e, apesar da criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, surgido dessa confluência de forças do sindicalismo brasileiro da década de 70, não foi possível transformar o potencial político e reivindicativo desses movimentos em possibilidade de ruptura e superação do *politicismo* brasileiro.

Por sua singularidade, a década de 80 constituiu-se diferente dos países considerados centrais, principalmente no que se diz respeito aos rumos políticos adotados e no nível de reestruturação produtiva e de gestão. No caso brasileiro, apesar da implantação de alguns novos conceitos produtivos, não houve uma implementação combinada de elementos que pudesse configurar uma mudança substancial nas formas produtivas brasileiras.

Mas no que tange ao movimento sindical brasileiro, as particularidades, dessa época, deu a ele um status imperativo na luta pela democracia e pela abertura política. Alguns indicativos das problemáticas são:

- 1-) passar pela distensão da ditadura militar que, embora afrouxada, ainda se valia de inúmeros instrumentos legais para impedir manifestações e atividades grevistas;
- 2-) iniciar o processo de organização para a democracia, levando-se em consideração a organização dos próprios partidos e seus princípios de atuação;

¹²⁸ CHASIN, José. *Hasta cuando?* – A propósito das eleições de novembro. In: *A miséria Brasileira*. Ad Hominem: São Paulo, 2000. p. 126.

- 3-) reorganizar os movimentos sindicais em caráter nacional;
- 4-) criar estratégias para sair e superar os graves problemas econômicos.

Em diversos países, a década de 80 representou o refluxo do movimento sindical e trouxe como pauta de discussão, temas como mudanças nas formas de produção, des-sindicalização, declínio das atividades grevistas e descrença em relação às práticas sindicais. A Europa viveu de forma antecipada os resultados da reestruturação produtiva e das novas formas de organização política adotadas por importantes países na escala internacional. Já, no Brasil, a década de 80 foi um período de intensa atividade grevista, tanto no setor público como no setor privado e obteve, no plano econômico, algumas importantes vitórias. De acordo com Maria Hermínia Tavares de Almeida:

“Entre 1978 e 1984, o sindicalismo brasileiro descreveu uma trajetória ascendente. A política de confrontação deu bons resultados e fez dele uma força social de importância indiscutível. Além de reforçar os laços de solidariedade e auto-identificação de um movimento social em construção, a estratégia alicerçada na mobilização grevista e na oposição sistemática ao governo teve impacto político inequívoco. Em primeiro lugar, foi por meio daquela política que se afirmaram e projetaram as correntes renovadoras do sindicalismo, cujo aparecimento foi, simultaneamente, sintoma e catalisador da crise do sistema de relações trabalhistas brasileiro. Em segundo lugar, o movimento sindical inscreveu as demandas sociais na agenda política de transição. Até 1978, o temário oposicionista restringia-se à demanda de direitos civis e políticos bloqueados pelo regime autoritário. Além de menção significativa, porém vaga, à necessidade de reorientar o modelo de crescimento de modo que propiciasse maior justiça social. Depois das greves no coração do parque industrial brasileiro, a discussão sobre a democracia teve de incorporar referências mais concretas a direitos sociais e trabalhistas. Em particular, ao próprio direito à greve e à liberdade e autonomia sindicais. Em terceiro lugar, a rearticulação do movimento sindical e, particularmente, a retomada da atividade grevista

puseram em xeque a política trabalhista do regime autoritário e as disposições legais que lhe definiam o perfil¹²⁹.

Para entender a particularidade que concerne ao movimento sindical brasileiro do período levantamos alguns dados em relação aos encontros e congressos realizados que foram responsáveis por conduzir ideologicamente, os movimentos e, por originar novos grupos e novas tendências no movimento operário e sindical.

No ano de 1980, foi realizado na cidade mineira de Monlevade, um dos primeiros encontros entre líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, grupos de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais e diretores dos sindicatos oficiais. O propósito básico do encontro era a discussão em torno da luta pela democratização da estrutura sindical, o fim da CLT e sua substituição por um Código de Trabalho que estabelecesse contratos coletivos, liberdade e autonomias sindicais como os estabelecidos pela Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)¹³⁰, fim da restrição ao direito de greve, além da possibilidade de negociação direta entre empregados e empregadores sem intermédio do Estado.

Nesse primeiro encontro, não ficaram claras as posições ideológicas e o tema Reforma Agrária sequer foi mencionado. Os debates realizados também ficaram marcados pelas discussões em torno da união entre sindicatos rurais e urbanos assim como a união das associações ligadas à Igreja e aos movimentos de bairro.

No mesmo ano, foi realizado o chamado “Encontro de São Bernardo” que, apesar do nome, aconteceu em Taboão da Serra por conta da intervenção federal no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cerca de 50 entidades assinaram o documento de São Bernardo.

¹²⁹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica & interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. Edusp/Fapesp: São Paulo, 1996. pp. 55-6.

¹³⁰ A Convenção 87 da OIT estabelecia a convenção sobre liberdade sindical e proteção aos direitos sindicais. A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho ocorreu em São Francisco e foi convocada pelo conselho de administração do Secretariado Internacional do Trabalho no dia 17 de junho de 1948. Nela, adotou-se, sob forma de convenção, diversas propostas relativas à liberdade sindical e à proteção do direito sindical com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores e de garantir a liberdade de expressão das associações como condição indispensável ao constante progresso.

Muitas organizações tinham um viés católico e, juntamente com as pastorais operárias e os movimentos ligados à terra, formaram a base desse encontro.

Nele um conjunto mais amplo de temáticas foi abordado, discutido e analisado e questões como a luta pela posse da terra não foram esquecidas. O documento redigido alertava os trabalhadores para o risco de tornar a luta numa luta parlamentar, insistindo em que o partido político deveria respeitar a autonomia dos movimentos operários, sindicais e populares, não devendo a luta partidária se confundir com as atividades deste ou daqueles grupos. Ficou claro que era imprescindível que a luta nas fábricas, nos sindicatos, nas igrejas e nos bairros era fundamental na articulação de reivindicações e conquistas¹³¹.

Seguindo essa trajetória, foi criada a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), pois as discussões do encontro privilegiaram a pauta de unificação dos movimentos sociais com o sindicalismo, enfatizando a necessidade de aproximação deles. Os participantes se manifestaram a favor da criação de uma central única de trabalhadores e de uma estrutura sindical de caráter autônomo e democrático, pela formação de intersindicais reunindo trabalhadores urbanos e rurais.

Já, em 1981, o encontro aconteceu em Vitória e foi denominado III Encontro Nacional. Cerca de 130 delegados de 18 estados se fizeram presentes. Da reunião, saiu a aprovação de elementos significativos como reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a realização de uma greve geral envolvendo não só os movimentos sindicais, mas todas as associações e movimentos das cidades e do campo, estabilidade no emprego, fim da estrutura sindical, formação de uma central única dos trabalhadores, entre outros. Os sindicalistas da ala reformista do PCB não compareceram, demonstrando que as diferenças de atuação e pensamento já começavam a entrar em descompasso e que toda a unidade sindical desejada, aos poucos, começava a se fragmentar.

Em agosto de 1981, ocorreu a I CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), primeiro grande evento que congregou iniciativas regionais, de nível intersindical. Por meio dela, ocorreu uma grande convergência de pensamentos e sua tarefa de construir uma unidade orgânica

¹³¹ Cadernos CET – Centro de Estudos do Trabalho – Documentação de São Bernardo. Setembro, 1980.

deu os primeiros passos. O programa aprovado correspondia aos objetivos dos trabalhadores e expressava os anseios das camadas populares, o que acabou constituindo um conjunto de propostas referentes à política econômica e social, melhorias nas condições de vida e de trabalho, a reforma agrária e a democracia.

Em 1982, a ANAMPOS se reuniu em Goiânia para o IV Encontro Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais. Já com rompimentos de alguns grupos, principalmente da ala mais reformista do PCB, o número de participantes chegou a 113 delegados vindos de 18 estados. O encontro foi centrado na necessidade de se evitar o adiamento do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também sob a sigla CONCLAT, e da criação da CUT pela Base, evitando a formação de uma central baseada apenas nos sindicatos da estrutura oficial e, em especial, nas federações e confederações. Mais uma vez a proposta de união aos movimentos populares foi abordada.

Assim, sob a influência de intelectuais e ativistas ligados à Igreja Católica (ou às organizações de orientação católica progressista), esboça-se uma teoria da união dos movimentos populares urbanos e rurais com o sindicalismo na qual às organizações sindicais caberia o papel de vanguarda¹³².

No documento redigido na ocasião ficou estabelecido que os movimentos populares romperiam,

“(...) a barreira de suas próprias reivindicações localizadas por melhorias nas condições de vida, acompanhando as lutas gerais das classes trabalhadoras do país. Assumindo bandeiras de lutas conjuntamente com os movimentos sindicais, os movimentos populares podem unificar suas lutas em cima de reivindicações pouco assimiláveis pela própria estrutura do Estado e do Sistema. Os movimentos populares, articulados aos movimentos sindicais, não terão dificuldade de assumir a luta pela construção de uma Central Única dos

¹³² RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências na formação das centrais sindicais*. In: BOITO JR, Armando (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

Trabalhadores como instrumento que também representa a luta por seus interesses”¹³³.

Apesar dos esforços para criar uma central que unificasse os movimentos populares e sindicais, com o tempo, percebeu-se a dificuldade que seria reunir todos os representantes e lidar com suas inúmeras especificidades de cada movimento. No caso brasileiro seria até arriscado unir todos os movimentos populares e sindicais existentes numa única central em um país com problemas sérios de desemprego, subemprego e com um sindicalismo ainda atrelado à estrutura do Estado. Era necessário, inclusive, preservar esses movimentos populares fora da estrutura para não esvaziar sua representação nos estreitos da vida cotidiana e para não tirar a autonomia que existia em seus grupos.

Outros encontros e congressos importantes ocorreram em 1979 e 1980. Dentre eles, destacamos o Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, em abril de 1979; o Encontro Nacional das Oposições Sindicais – ENOS, no início de 1980; e o encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, em setembro de 1980, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Nesse último, estiveram presentes, além de militantes das oposições de diferentes tendências, vários membros de diretorias sindicais consideradas combativas, grupos de trabalhadores combativos, comandos de greves, comissões de empresas, etc. Cerca de 500 delegados de 15 estados. Suas propostas giravam em torno da agregação de todas as forças não comprometidas com o governo e com os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estivessem de acordo com a transformação urgente do modelo sindical em vigor, de modo a somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático.

Desde as paralisações metalúrgicas do ABC Paulista do final da década de 70 e nos vários encontros e congressos realizados na sequência, a formação de um partido que conglomerasse o sindicalismo e os movimentos populares na busca de uma representação no Congresso Nacional fazia-se

¹³³ “Por que articular os movimentos sindicais com os movimentos populares?”. Documento preparado pela Secretaria da ANAMPOS e distribuído aos participantes do encontro de Goiânia.

presente. Lula apontava para a necessidade de formação de um partido de trabalhadores desde o ano de 1978. Benedito Marcílio, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, em 1979, apontava para a mesma necessidade.

A formulação, o desenvolvimento e o nascimento do Partido dos Trabalhadores não podem ser visto, só como fruto do movimento sindical. Ele nasceu da convergência de tendências e de grupos dos mais variados, sendo que sua formação viria acentuar ainda mais as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. Em torno do partido, conglomeraram sindicalistas, políticos, intelectuais, organizações de esquerda e movimentos populares urbanos que consolidaram seus objetivos no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo¹³⁴.

Após a formação do Partido, os comunistas e outros dirigentes sindicais mostraram-se favoráveis à criação de uma central especificamente sindical, pois não viam com simpatia, o surgimento de um novo partido que disputasse com os PC's o controle dos movimentos trabalhistas.

Já no final da década de 70, no princípio da abertura política, o PC do B passou a defender uma posição de unidade, na formação de uma frente ampla de combate à ditadura. Tal posicionamento tornou-se importante com o fim do bipartidarismo. O PC do B via na mudança da legislação eleitoral uma manobra da ditadura para enfraquecer as oposições que surgiam no país. O PC do B também via como oportuno a unidade da oposição em torno do PMDB. Em relação às outras forças de esquerda, o PC do B agiu tecendo enormes críticas. Em relação ao Partido Democrático Trabalhistas (PDT), Leonel Brizola afirmava ser um partido ligado à social democracia europeia, reformista, que reunia setores da burguesia e da classe média que se propunha a servir como auxiliar do governo¹³⁵. Em relação ao Partido dos Trabalhadores o PC do B teceu profundas críticas, principalmente em torno dos seus objetivos:

“O PT surge dentro da área proletária como agrupamento reformista com linguagem classista. Reflete, em certa medida,

¹³⁴ MENEGHELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

¹³⁵ SALES, Jean Rodrigues. *Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República*. In: Revista Scielo, V. 26, nº 2, 2007.

a aspiração dos trabalhadores de ter o seu próprio partido, distinto dos partidos da burguesia. No entanto, não é um partido proletário, sua ideologia não é proletária e seus objetivos não são fundamentalmente os da classe operária, isto é, a revolução proletária e o socialismo científico. Este partido, que atrai uma parcela da classe operária e também da classe média, conta com o apoio de vários sindicalistas, de um setor da igreja, das correntes trotsquistas, do chamado grupão de esquerda e de democratas antes ligados ao MDB¹³⁶.

Leôncio Martins Rodrigues caracterizou em seu estudo, quatro grandes tendências às vésperas da realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT):

a-) Unidade Sindical – que reunia sindicalistas seguidores das orientações do PCB, do PC do B e do MR-8. Além de ser contra a criação do PT, essa tendência insistia na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais de forma a garantir a transição democrática, que consideravam fundamental;

b-) Bloco dos sindicalistas “independentes”, “autênticos”, “combativos” – pertenciam a esse grupo sindicalistas que tinham entrado em conflito direto com o Ministério do Trabalho, desencadeando várias greves e levando outras reivindicações que contrariavam a política salarial do governo;

c-) Oposições Sindicais – reunia militantes sindicais que estavam em oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. A composição das oposições era heterogênea;

d-) Extrema Esquerda – grupos de ativistas sindicais (ou militantes políticos) dos pequenos partidos de orientação leninista. As pequenas organizações que integravam esse bloco tinham como objetivo a luta pelo socialismo por meio de

¹³⁶ Situação brasileira, tarefas e propostas políticas do P.C. do Brasil. A classe operária. Maio-junho de 1980. In: SALES, Jean Rodrigues. *Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova república*. In: Revista Scielo, Vol 26, nº 2.

uma prática radical destinada permanentemente a um conflito social acutíssimo¹³⁷.

Mesmo contendo inúmeras diferenças e divergências, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro participaram conjuntamente, em agosto de 1981, da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em Praia Grande. A primeira e a última grande conferência em que participaram, praticamente, todas as facções militantes do meio sindical.

Foram 480 sindicatos urbanos servidos de 3108 delegados sindicais; 384 sindicatos rurais, contando com 969 delegados; 32 associações de funcionários públicos com 49 delegados; 176 associações pré-sindicais com 875 delegados; 33 federações urbanas com 90 delegados; 17 federações rurais contando com 134 delegados e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1126 entidades com 5247 delegados participantes¹³⁸.

Durante o regime bipartidário, pessoas e grupos ligados às tendências de esquerda e que estavam sob a ilegalidade, ocuparam as direções do sindicalismo oficial contando com uma infra-estrutura administrativa e com recursos que permitiam passar para uma nova etapa de reorganização dos movimentos em escala nacional, da qual a CONCLAT acabou tornando-se um marco.

Suas principais reivindicações estavam pautadas na estabilidade no emprego, na redução da jornada de trabalho sem perdas salariais, na reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), no direito de greve e na sindicalização dos funcionários públicos. Além disso, temas como liberdade de organização partidária, anistia, reforma agrária, autonomia sindical diante do Ministério do Trabalho também foram tratadas como problemáticas emergenciais. No entanto, a pluralidade sindical não foi aprovada.

¹³⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: BOITO JR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

¹³⁸ MENEZES, Clarice M., SARTI, Ingrid. *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. ILDES: Rio de Janeiro, 1983.

Na época, foi eleita uma comissão nacional Pró-CUT formada por uma chapa única com 56 sindicalistas rurais e urbanos de todas as tendências. Essa coordenação deveria preparar para o ano seguinte (1982), um novo Congresso para a formação de uma Central Única dos Trabalhadores.

A partir daí, os conflitos tornaram-se inevitáveis, o que acabou impossibilitando a realização do II Congresso no ano seguinte. Esse conflito, dentro do grupo formado, significou uma das rupturas que o sindicalismo sofreria ao longo da década de 80, o que expôs, ainda mais, as diferentes concepções políticas e doutrinárias no interior do movimento sindical, que, portanto, passava a deixar, de lado, suas aspirações pela unicidade e pluralidade.

“As eleições de 1982 tornaram-se um ponto de polêmica de tal proporção que praticamente se inviabilizou seu funcionamento e aplicação do programa aprovado, não apenas pela questão do adiamento do Congresso na data prevista, mas também pela polarização das duas grandes forças que compunham sua direção. Os que eram favoráveis à realização do Congresso na data prevista se identificavam, majoritariamente, com o Partido dos Trabalhadores. O outro bloco de posições, da Unidade Sindical, centralmente com o PMDB, estando parcelas menores filiadas ao PTB e ao PDS. O acirramento das posições levou as forças da Unidade Sindical a se retirarem da direção eleita no Congresso Estadual de 1982, ficando esta composta, quase exclusivamente, pela outra corrente”¹³⁹.

O bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que também recebeu o nome de CONCLAT (praticamente anulando o congresso anterior). Ele ocorreu sem a participação dos sindicalistas da Unidade Sindical e de outras tendências mais moderadas, mas apesar disso, reuniu 5.059 delegados de 912 entidades. O Congresso agregou um número elevado de participantes apesar do rompimento da Unidade Sindical.

¹³⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O movimento operário em São Paulo – 1970-1985*. In: SADER, Emir (org). *Movimentos sociais na transição democrática*. Cortez: São Paulo, 1987. p. 36.

As reivindicações aprovadas tinham caráter político e sindical: reforma agrária radical, ampla e massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores; não pagamento da dívida externa; rejeição das privatizações das estatais; eleições diretas para presidente da república; direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindicais e reconhecimento da Central Única dos Trabalhadores como órgão máximo de representação da categoria.

O bloco contrário que não participou da CONCLAT em 1983 acabou convocando o seu próprio congresso igualmente denominado de CONCLAT, para o mesmo ano. Por isso, precisamos observar com cuidado, esses vários congressos que receberam o mesmo nome para não confundir as tendências e as orientações discutidas e aprovadas por elas. No caso da CONCLAT do bloco contrário participaram 4234 delegados de 1243 entidades. Cerca de três anos depois, em março de 1986, a CONCLAT realizou outro congresso que resultou na formação da Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

A CGT, portanto, reunia um conglomerado de tendências que dificilmente poderiam resistir ao tempo. O dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo na época, Luis Antônio Medeiros, aliou-se a Antônio Rogério Magri para implementar a proposta do “sindicalismo de resultados” completamente oposto ao sindicalismo pretendido pela CUT, de caráter reivindicativo e contestatório. Nesse “sindicalismo de resultados”, priorizavam-se as mobilizações por categorias e acordos isolados preferindo-se a negociação ao confronto direto em favor da “economia de mercado”.

No interior da CGT, a dificuldade em lidar com as várias tendências passou a ser um obstáculo para o desenvolvimento e alargamento da central. As disputas internas entre os que defendiam o “sindicalismo de resultados” e os comunistas do PCB e do PC do B ocorriam com frequência. Mas, no princípio de 1988, em plenária realizada em São Paulo, o grupo liderado por Medeiros e Magri suplantou os comunistas que se retiraram da plenária e do interior da Central¹⁴⁰.

Em 1989, ocorreu o segundo Congresso da CGT e, com a vitória de Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo,

¹⁴⁰ O PC do B criou em agosto de 1988, em São Paulo, a Corrente Sindical Classista e realizou, no ano seguinte, seu primeiro congresso no Rio de Janeiro. Em 1991, no IV Congresso da CUT, a Corrente Sindical Classista optou por aderir à CUT.

mais uma cisão no interior da Central acabou por acontecer. O grupo derrotado, liderado por Joaquim dos Santos Andrade, conhecido como Joaquinção, fundou um “novo” CGT (Central Geral dos Trabalhadores) enquanto a CGT de Magri continuaria adotando o nome de Confederação Geral do Trabalho.

Assim, apesar da vitória de Antônio Rogério Magri para a presidência da Central, ela parecia ficar cada vez mais enfraquecida por conta das inúmeras cisões que sofreu desde sua existência. Era, portanto, necessário encontrar uma nova alternativa para fortalecer o movimento e organizar os critérios fundamentais de atuação. Nesse sentido, em março de 1991, aconteceu o congresso de fundação de uma nova entidade chamada Força Sindical. Nela, estiveram oficialmente presentes 1793 delegados representando 783 sindicatos. Em seu estatuto de fundação, a Força Sindical pretendia:

“O ideal que emanou desse I Congresso da Força Sindical – a nova bandeira que surgia – era o de lançar o movimento dos trabalhadores brasileiros à modernidade, para construir uma central forte, capaz de endurecer quando preciso, mas também de saber negociar, autônoma, livre, pluralista, aberta ao debate interno e com a sociedade. E, principalmente, com um projeto bem definido por um Brasil melhor, mais justo, solidário e que saiba promover o bem estar social entre seus filhos”¹⁴¹.

A Força Sindical, em seus estatutos e resoluções, assumiu uma postura de luta em favor do capitalismo oposta àquela da CUT que propunha um sindicalismo reivindicador e classista, como indicam os professores Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso:

“Aceitando a economia de mercado, buscando modernizar o capitalismo e defendendo o pluralismo político, o programa da Força Sindical afasta-se consideravelmente dos de outras centrais sindicais, do passado e do presente. Em termos de seu conteúdo formal, a proposta pragmática da Força Sindical – que reflete basicamente as ideias defendidas há alguns anos

¹⁴¹ Força Sindical, ano I, nº 1, junho de 1991.

por Medeiros – fica entre a liberal-democracia e a social-democracia. Não queremos dizer que a proposta socialista tenha sido, sempre, colocada, explícita ou implicitamente, pelas centrais anteriores e outros organismos de cúpula do movimento sindical, mas sim que nunca o liberalismo econômico, o pluralismo e a democracia representativa tinham sido afirmado tão vigorosamente no interior do sindicalismo brasileiro por uma central da importância da Força Sindical¹⁴².

A necessidade de formação de centrais sindicais no Brasil, na década de 80 e as diversas cisões que ocorreram no período são elementos essenciais não só no exercício do poder sindical como também expressão e tentativa de organização do sindicalismo brasileiro na tentativa de ocupar espaço na vida política nacional. Num período considerado fértil no que concerne aos movimentos operários e sindicais no país e das possibilidades de estabelecer novos projetos e campos de atuação, foram inúmeras as rivalidades que acabaram traduzindo esse momento, e o surgimento de várias centrais e de grupos intersindicais expressam essa problemática em torno da dificuldade de realmente existir unicidade sindical. Não estamos dizendo, com isso, que as diferentes concepções não são importantes e sua rivalidade no campo ideológico demonstra, também, um avanço das reflexões em relação às organizações, aos partidos e às ideologias acerca deles. O que podemos considerar é que essas várias rupturas e o surgimento das centrais conduziram o sindicalismo brasileiro por linhas diferentes abandonando, passo a passo, a atuação nas bases operárias e os debates no interior de cada sede sindical. A luta cupulista acabou enfraquecendo aquilo que o sindicalismo da década de 70 soube extrair de melhor: a participação massiva dos trabalhadores, a colaboração de classe, as grandes assembleias e um tipo de união de classe sem precedentes.

E, mesmo com a atuação de outras parcelas da sociedade, como professores e funcionários públicos, o sindicalismo brasileiro caminhava muito mais para uma fragmentação do que para a sua unificação. Portanto, a divisão das centrais sindicais, o surgimento de novas tendências organizativas e o

¹⁴² RODRIGUES, Leôncio Martins, CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993. pp. 19-20.

aparecimento de outras categorias com reivindicações e formas específicas de atuação são problematizações que ajudam a explicar esse contexto de fragmentação desse movimento no período, além do surgimento de novas perspectivas de luta menos classistas e mais voltadas e propensas à negociação.

A reorganização sindical brasileira se deu muito mais por entidades de formação político-partidárias, algumas, inclusive, anteriores ao golpe militar. Outras se organizaram no processo de luta contra a ditadura, como foi o caso do sindicalismo metalúrgico do ABC no final da década de 70, e com as guerrilhas, como foi o caso do PC do B. A pluralidade sindical estava dada, a unidade era, apenas, uma possibilidade.

Capítulo 4 – A mundialização do capital e a universalização do trabalho: o Brasil no contexto da reestruturação produtiva e da reorganização do capitalismo na década de 1990

Desde o início da década de 1990 o Brasil vem aperfeiçoando seu desenvolvimento tecnológico e inserindo nas cadeias produtivas o que há de mais moderno em termos de equipamento e, também, nos aspectos que envolvem a gestão da força de trabalho, capacitação técnica e formação de grupos permanentes de melhoria (Comissões de Avaliação Permanente). Assimilando novas tecnologias e aprimorando as relações entre funcionários em empresas, foi possível criar um ambiente de gestão de pessoal mais eficiente do que o próprio sindicato na gerência dos conflitos entre capital e trabalho.

A mundialização do capital universalizou as formas de produção, a organização da produção e o relacionamento dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Ela é apenas uma parte das transformações ocasionadas por essa mundialização lembrando que existe uma teia complexa de inter-relações que não podem ser desconsideradas.

A reconfiguração do capitalismo sucedeu em momentos diferentes em cada país. Na Europa e nos Estados Unidos, ocorreu após as Conferências de Bretton Woods que deram origem ao Acordo de Bretton Woods assinado em 1944 definindo as regras e procedimentos para regular a economia internacional por meio de organismos como o BIRD e o FMI. Mais tarde, o fim da Guerra Fria e os governos de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, e de Ronald Regan, presidente dos Estados Unidos, reconduziram a política internacional não somente contra o comunismo, mas como política de ajustamento interno e avanço na economia internacional. Para François Chesnais, essa reconfiguração do capital, sob forma de mundialização, é o resultado de dois movimentos conjuntos, intimamente ligados, porém distintos. O primeiro caracteriza-se por uma longa fase de acumulação ininterrupta do capital iniciada em 1914. A segunda diz respeito às políticas de liberalização, privatizações, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e

democráticas, que foram desenvolvidas e aplicadas desde o princípio da década de 80 sob o impulso dos governos Regan e Thatcher¹⁴³.

Entretanto, não podemos ter uma visão homogênea dos fatos. É preciso considerar que o avanço ou retrocesso do movimento sindical assim como a reconfiguração do capital ocorrem de maneira distinta. Na década de 80, é possível verificar uma redução nos níveis de sindicalização em países como Estados Unidos e França. As quedas foram assustadoras em países como Alemanha e Inglaterra. Ao longo das décadas de 70, 80 e 90, o Canadá manteve praticamente os mesmos níveis de sindicalização e, nos países escandinavos, os níveis de sindicalização cresceram.

“O resultado final desses movimentos de refluxo, na América, no Japão e na Europa Ocidental, e de ascenso, em grande parte da Ásia e Europa Oriental, foi, no balanço final, um enfraquecimento do movimento sindical. Isso porque, enquanto uma crise e um refluxo prolongados predominam nas regiões onde o sindicalismo era, até um passado recente, muito forte, enquanto isso, a ascensão desse movimento ocorre em países nos quais ele ainda se encontra num nível inferior de organização, de luta e de influência política. Apenas devido a esse quadro geral criado por tais movimentos opostos - o sindicalismo cai onde era muito forte e cresce onde ainda está fraco - é que é legítimo afirmar que o refluxo é a característica dominante da situação atual do movimento sindical em escala internacional”¹⁴⁴.

Dadas as condições, o capital e o capitalismo encontram suas contradições históricas que podem ou não favorecer seu pleno desenvolvimento. Na década de 80, as instituições governamentais passam a estabelecer tarefas mínimas, mas atuando para viabilizar investimentos e concessões para a expansão capitalista. Os novos projetos rompem as barreiras nacionais expandindo seus negócios e explorando cenários pouco

¹⁴³ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Xamã: São Paulo, 1996.

¹⁴⁴ BOITO JR, Armando. *O sindicalismo tem futuro?* In: Para onde vai o sindicalismo. PUC Viva – Revista da APROPUC, nº 11. Janeiro/ Março, 2001.

protegidos ou sem tradição de luta operária. Nesses locais, os investimentos capitalistas e a lucratividade obtida representam altos valores e os níveis de exploração da força de trabalho e a falta de proteção legal trabalhista são fatores que auxiliam e aprofundam esses processos.

Algumas permanências, nas formas particulares de desenvolvimento capitalista no Brasil, são responsáveis por uma determinação histórica na concepção industrial e no processo de crescimento da força de trabalho. No seu caminho particular de desenvolvimento, sem ter vivido experiência revolucionária, conduziu a história da industrialização, da força de trabalho e dos movimentos operários e sindicais por vias segmentadas.

De forma alguma queremos indicar que vivemos ainda a Via Colonial, mas, sim, a objetivação do capitalismo brasileiro ocorrido por intermédio dessa particularidade é compreender os traços fundamentais do nosso desenvolvimento conservando, nesse processo, estruturas jamais superadas e que se beneficiaram dos rearranjos políticos e de forças para promover a manutenção de seus restritos interesses.

Por isso, hoje, o sindicalismo brasileiro, que teve um momento em que a superação da lógica do capital apontou-se como possível (1979-1983), acabou transitando pelo caminho das conciliações e da opção negociadora para subsistir dentro do rearranjo de forças do capital na década de 90.

Nessa singularidade, a forma como se processa o desenvolvimento econômico traz a sensação de crescimento, mas, na verdade, o avanço das forças produtivas, dentro da mundialização do capital nesse cenário particular, como no caso brasileiro, neutraliza os processos de contestação e ruptura.

Os países que passaram pelos seus processos de reestruturação produtiva, já na década de 80, imprimiram um novo ritmo e uma nova referência de produção ao reorganizarem o processo produtivo dentro da perspectiva toyotista. Tal fato forçou, com o tempo, os países que estavam fora do centro político e econômico a seguirem essa tendência no plano da produção, gestão da força de trabalho e nos padrões internacionais de produção. De acordo com François Chesnais:

“A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a

emergência da 'globalização financeira', acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços. O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos 'novos países industrializados', que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento"¹⁴⁵.

De fato, durante certo momento, os países que ainda não haviam reconfigurado sua dinâmica produtiva aos moldes da reestruturação toyotista, passavam por certa exclusão do mercado internacional e sobreviveram, no caso brasileiro, a um mercado interno que ainda absorvia a produção de forma equilibrada. Esse período de reorganização dos países centrais e dos Estados Unidos remodelou as formas de produção e o relacionamento entre capital e trabalho. Assim, eles criaram metodologias e padrões internacionais que deveriam ser absorvidos pelos outros países se eles quisessem participar da competição pelos mercados internacionais.

O processo de mundialização do capital reorientou a produção industrial e exigiu um novo tipo de relacionamento com o Estado. A viabilização legal de suporte financeiro, para que as empresas pudessem adquirir equipamentos e ajustar a produção aos programas internacionais de qualidade, e as legislações auxiliaram o desenvolvimento desse processo como facilitador e incentivador da reestruturação.

Quando se fala de um mundo, caracterizado pela multiplicação de novas tecnologias, globalizado e de intensa concorrência de nível nacional e internacional, muitas vezes desaparecem os custos que essas mudanças ocasionam em uma sociedade. Ao buscar novos mercados e maiores resultados, esse mundo demonstrou o vigor das novas redes de informações, dos pactos comerciais e dos intercâmbios industriais, mas é importante lembrar que os países, obrigados a superar suas deficiências técnicas e gerenciais

¹⁴⁵ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Xamã: São Paulo, 1996. p. 33.

para adquirir capacidade industrial de concorrência internacional, sofreram grandes modificações em termos políticos e econômicos.

Com a abertura política e econômica, houve a facilitação das operações financeiras e alfandegárias referentes aos grupos industriais multinacionalizados. O processo de mundialização acelerou as mudanças nas formas de internacionalização, sobretudo no que diz respeito à desregulamentação financeira, às novas formas de relacionamento entre capital e Estado e da inserção e utilização de novas tecnologias.

No princípio, a “rede de transformações” aconteceu pela desregulamentação política e pela desindexação econômica na internacionalização dos investimentos que auxiliaram na construção de uma nova estrutura de produção em que predominava o intercâmbio de bens e serviços. Mas, como se trata de uma “rede”, repleta de intersecções e congruências, não demorou muito para que essa reorganização interna servisse de parâmetro e condições para que os outros mercados garantissem seus espaços na concorrência internacional:

“Embora os progressos tecnológicos e certas políticas, especialmente a desregulamentação de mercados, tenham impulsionado a globalização desde fim da década de 1970, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, uma forma particular, hoje o determinante essencial é a transformação em profundidade do modo predominante de organização do trabalho” (OMAN *apud* CHESNAIS, 1996:27).

A desregulamentação dos Estados, a introdução de tecnologia e novos modelos de organização da produção, combinados, aumentam a capacidade de investimentos do capital produtivo, pois, a partir da liberalização e da desregulamentação, ele se torna “descompromissado”. O capital, portanto, fica, à vontade, para praticar e impor a concorrência no preço da força de trabalho entre os países e atuar em países onde a proteção social, benefícios e incentivos sejam proporcionados, a rigor, sem obstáculos.

Nesse sentido, a combinação da desregulamentação dos Estados com as novas tendências de produção e gestão, além das tecnologias de

informação denominadas tele-informáticas permitiu às grandes empresas, instituições financeiras e bancárias, um maior controle de seus ativos em escala internacional e sem reforço de suas operações mundialmente. Além disso, o desenvolvimento das redes de comunicação possibilitou o estreitamento entre elas, apesar das distâncias geográficas, promovendo, principalmente, a fragmentação dos processos de trabalho. Ao que diz respeito à força de trabalho, esse tipo de tecnologia influenciou diretamente a produção das empresas: redução dos estoques intermediários (*just-in-time*), redução de estoques e encurtamento dos prazos de entrega.

“A implementação da ‘produção sem gorduras de pessoal’ *não elimina* o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios polos ‘triádicos’”¹⁴⁶. (grifos do autor).

Nesse processo, a esmagadora maioria dos Estados perdeu boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente auto-centrado e independente. Essas mudanças de fora para dentro repercutem de forma singular, nas localidades, dada as suas particularidades de desenvolvimento. No Brasil, a trajetória de desregulamentação da economia e da política no início da década de 90, evidenciou a fragilidade do país e trouxe, à tona, uma nova gama de questões acerca do mundo do trabalho e das relações capitalistas no país. Se a reorganização capitalista na Europa e nos Estados Unidos impôs a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários, que dirá os efeitos que a liberalização econômica e dos movimentos dos capitais causaram no caso brasileiro.

¹⁴⁶ CHESNAIS, François. *Ibidem*. p. 35.

É nesse sentido que se torna importante verificar, na peculiaridade brasileira, as formas singulares da Abertura Comercial, dos processos de desregulamentação da economia e os efeitos causados no mundo do trabalho, fundamentalmente no movimento sindical do ABC Paulista.

4.1 – A tecnologia e as relações capital x trabalho

É evidente que as mudanças tecnológicas, combinadas com as novas formas de gestão da força de trabalho, imprimiram no processo de reestruturação produtiva as características necessárias para a produção e reprodução do capital em escala mundial. A combinação desses fatores resultou no redimensionamento da produção no setor de manufaturas e, principalmente, nas atividades industriais.

A inserção do Toyotismo também contribuiu para um novo metabolismo social que proporcionou a reestruturação das formas de produzir e as relações adjacentes entre trabalhadores, Estado, sindicatos e indústria. As relações sugeridas por esse novo processo produtivo vão além das mudanças organizacionais e tecnológicas no interior das empresas. Fora delas, novos relacionamentos econômicos são propostos e novos resultados são colhidos.

Como bem lembrou Benjamin Coriat:

“O essencial das pré-condições almejadas diz respeito, através do sistema das ‘relações industriais’, ao jogo dos compromissos (explicitamente negociados ou não) estabelecidos em função do trabalho”.¹⁴⁷

Em seu trabalho, Coriat também sinaliza as formas altamente específicas que o ohnismo adquiriu nos espaços sociais mais diversos. Esses aspectos são identificáveis quando se fala de Fordismo ou Taylorismo apesar dos traços universais que carregam em si. Ocorre igualmente com o ohnismo

¹⁴⁷ CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. UFRJ/Revan: Rio de Janeiro, 1994. p. 83.

em que as contribuições universais da escola japonesa são identificáveis na transferência de processos organizacionais e relacionais, que têm a particularidade de permitirem correlacionar produtividade, flexibilidade e inovações tecnológicas que garantem as mudanças necessárias. Mas para isso Coriat nos chama a atenção para o seguinte aspecto que corroboramos:

“Não nos esqueceremos, em todo caso, que há uma ‘razão’ própria (e ‘universal’) na escola japonesa, sua prática e sua difusão internacionais *se farão necessariamente em condições sociais sempre particulares, distintas umas das outras e distintas, evidentemente, das condições que – no Japão – assistiram ao seu nascimento*”.¹⁴⁸ (grifos do autor)

No caso brasileiro, as indústrias automobilísticas que se constituíram ao longo da história industrial do país, como peça chave de nosso desenvolvimento, foram as que mais precisaram de ajustes e parcerias com o Estado para redimensionar sua estrutura produtiva e, conseqüentemente, transformar as relações entre capital e trabalho no país. As ações reestruturadoras, caracterizadas pela mundialização do capital, impôs adaptações e mudanças na cadeia produtiva brasileira, mas fundamentalmente, alterou as relações da indústria, do Estado e das relações de trabalho.

Cada passo dado na implementação de novas formas de produção e de gestão ajudou no solapamento das formas estruturais anteriores e no enfraquecimento da resistência operária e da atuação sindical.

O modelo japonês de produção baseado no *lean production*¹⁴⁹ (produção enxuta), sem “gordura” de pessoal, passou a dominar os conceitos de gestão, planejamento e produção, o que gerou a eliminação de setores internos de produção dando início à terceirização e livrando as empresas de alguns custos

¹⁴⁸ CORIAT, Benjamin. Idem *Ibidem*, pp. 166-7.

¹⁴⁹ O *Lean Production* é uma estratégia de produção utilizada pelas companhias multinacionais que tem interesse por locais de produção de baixos salários. O efeito combinado das novas tecnologias com as novas formas de gestão da força de trabalho impõe modificações nas formas de relacionamento com os grupos operários. No tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, proporcionou aos grupos americanos e europeus a possibilidade de construir, com ajuda dos Estados, zonas de baixos salários e reduzida proteção social.

de encargos sociais. Tal situação forçou as pequenas empresas produtoras de peças e equipamentos a reduzirem valores o que foi provocando, conseqüentemente, a precarização e o rebaixamento de salários.

Mas precisamos pensar no que vai além da inserção tecnológica e dos processos de organização “à japonesa” e verificar os processos mais amplos de modernização. Muito além dos Programas de Qualidade Total, just-in-time (JIT), Controle Estatístico de Processos (CEP), dos Sistemas de Estoque Mínimo (SEM), Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e dos Programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), entre outros, todas as técnicas universais do toyotismo procuram capturar a subjetividade operária realizada por meio da lógica do capital. A lógica toyotista carrega em si muito mais do que seus programas de organização da produção e gestão da força de trabalho. Ela procura fragmentar as organizações de classe propondo um sindicalismo de empresa que conduz à solução de conflitos internos para melhorar as taxas de produtividade rompendo com o sindicalismo classista que procurava resolver os conflitos entre capital X trabalho.

Giovanni Alves considera que a nova lógica da produção enxuta constituiu um toyotismo sistêmico que instaurou uma nova relação do capital no Brasil ao longo da década de 1990, com a adoção das políticas neoliberais a partir de Collor, como observaremos no próximo capítulo, quando houve a possibilidade da reestruturação do capital no país, onde o conjunto de ações adotadas debilitou ainda mais o sindicalismo brasileiro.

“O processo de racionalização da produção impulsionou o crescimento do desemprego industrial, o que contribuiu para deliberar o poder de barganha – e a ideologia de classe – do sindicalismo. Deste modo, criaram-se as condições propícias para o aumento da capacidade de superexploração do trabalho (o crescimento da intensidade do trabalho e de horas extras na indústria brasileira atingiram níveis impressionantes)”.¹⁵⁰

¹⁵⁰ ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo: São Paulo, 2000. p. 228.

É, nesse processo, que o movimento do capital procura incrementar suas inovações sociais, políticas, tecnológicas, organizacionais e culturais. Essa ofensiva do capital e os resultados produzidos no interior da sociedade brasileira só podem ser compreendidos pela sua natureza histórica. A apreensão da subjetividade operária e a supressão do sindicalismo nacional muito têm a ver com a particularidade de desenvolvimento e com as condições sócio-históricas de desenvolvimento operário e sindical.

4.2 – A “década dos Fernandos”: “neoliberalismo” e sindicalismo de Collor a FHC

O tema reestruturação produtiva ganhou fôlego durante a década de 90 no Brasil pelos estudos que procuravam não apenas compreender a nova dinâmica econômica que o país estava inclinado a efetuar como também as significativas alterações que ocorreram no campo da produção com a introdução de novas tecnologias no aprimoramento da fabricação dos produtos, na aplicação das regras internacionais sobre padrões de qualidade, na utilização de trabalhadores com maior nível de qualificação e a horizontalização dos níveis de gerência.

No entanto, o impacto mais significativo desses novos processos foi a relação que passou a estabelecer com o mundo do trabalho e, fundamentalmente, na fragmentação que provocou no sindicalismo brasileiro.

Já fragilizado e revendo suas formas de atuação no princípio da década de 90, o sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista reapareceu como fruto da multiplicidade de tendências e com uma atuação que pouco se assemelhava com seu histórico de lutas. Os primeiros embates no governo Fernando Collor de Mello e a luta contra o fechamento da Fábrica de Motores da Ford foram os primeiros exemplos dos novos desafios que seriam enfrentados. Foram os primeiros solavancos de uma série de especificidades que recheariam toda a década de 90. Os conflitos do mundo do trabalho, as mudanças de conduta do sindicalismo metalúrgico do ABC e o menor poder de luta diante das empresas e do governo trouxeram, à baila, novas questões e novas adversidades.

Como já foi abordada anteriormente essa onda de modificações que conduz essa nova fase da economia nacional provoca, aqui, resultados singulares. Por essa razão tornou-se importante compreender a via de objetivação do capitalismo brasileiro e a trajetória da indústria automobilística no Brasil. O resultado de suas particularidades também poderá ser observado no entendimento das especificidades da década de 90, no Brasil.

Na Ásia e na Europa a reestruturação produtiva e as mudanças decorrentes da flexibilização das leis trabalhistas começaram uma década antes e trouxeram para o campo sindical uma série de dificuldades na luta pelo emprego e contra a precarização. No Brasil, o movimento operário e sindical desencadeados no ABC Paulista nos anos de 1978, 1979 e 1980, deu contornos importantes ao sindicalismo tendo em Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente da República, seu maior expoente.

A luta contra a estrutura política repressiva da ditadura em conjunto com as denúncias de manipulação dos índices de reajuste salarial, assim como o caráter explorador da política econômica do governo foram fatores que impulsionaram as movimentações na região e que auxiliou no desenvolvimento de uma organização mais politizada cujo objetivo seria colocar em xeque a autocracia governamental.

Em relação à estrutura sindical¹⁵¹, formulada na década de 30 na ditadura Vargas e oficializada pela Carta Constitucional de 1934, foi, durante muitos anos, a base legal do sindicalismo brasileiro e, na ditadura militar, permaneceu praticamente esquecida e intacta. Nem os movimentos operário e sindical da década de 70 foram capazes de alterar, significativamente, a estrutura sindical do país.

Sobre a questão industrial brasileira na década de 80, já foi neste trabalho, as formas de produção permaneceram quase intactas embora alguns novos equipamentos e algumas novas técnicas de gestão tenham sido absorvidos por algumas empresas, mas sem qualquer combinação técnica que pudesse gerar uma profunda alteração no sistema de administração e relacionamento fabril. Talvez a mudança mais significativa tenha sido o surgimento das CIPA's. A estagnação econômica da época, marcada por

¹⁵¹ Um livro que oferece boas referências sobre esta questão: MAGNANO, Octávio Bueno. *Organização sindical brasileira*. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1981.

profunda recessão, e a reorganização do capitalismo mundial, restringiram o ímpeto da reestruturação no país limitando os impactos das novas tecnologias e das novas formas de organização de produção sobre o mercado de trabalho.

De acordo com Adalberto Moreira Cardoso, houve um crescimento da ação sindical nessa fase:

“O número de sindicatos cresceu perto de 50% até 1989. O orçamento global das instituições oficiais e não-oficiais chegava perto de um bilhão de dólares. Este dinheiro financiou a ação de mais de 10 mil sindicatos, representando 18 milhões de trabalhadores e mais de 30 mil negociações coletivas por todo país. Trinta por cento dos empregados formais eram filiados a sindicatos, e quatro centrais sindicais disputavam sua lealdade: CUT- Central Única dos Trabalhadores, CGT- Central Geral dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores (também CGT) e a União Sindical Independente (USI)”¹⁵².

A economia brasileira em recessão e as políticas adotadas pelo governo eram grandes motivações das paralisações nessa época. As taxas crescentes de inflação, políticas públicas de controle da inflação baseadas no congelamento de preços e contenção de salários foram os aspectos que estimulavam os sindicatos e as Centrais na realização de protestos que não só permeavam as esferas econômicas, mas também tinham um conteúdo político bem arraigado em seu contexto.

Um outro fator bastante interessante para a época é a taxa de desemprego. De acordo com resultado da Pesquisa Mensal de empregos (PME) que se encontra no banco de dados da IEPERJ, entre 1983 e 1989, as taxas médias de desemprego estivera sempre muito baixas, variando de 2,9% a 4% ao mês. Elas contribuía no poder de barganha do trabalhador e reduziam os medos e as incertezas de participar de uma greve e, conseqüentemente, perder o emprego.

¹⁵² CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003 p. 34.

No setor público, a insatisfação também era grande. Com os serviços cada vez mais sucateados, de baixa qualidade e com os salários dos servidores degradados pela inflação, não tardou a desencadear uma organização coletiva no setor que foi responsável por grandes paralisações entre 1987 e 1988, as mais longas do país.

No final da década de 80, o funcionalismo público federal e os trabalhadores das empresas estatais compunham a segunda maior força no interior da Central Única dos Trabalhadores. Uma das principais conquistas da época foi a legitimação do Direito de Greve, votada e aprovada pela Assembleia Constituinte de 1988.

Neste processo a CUT adquiriu caráter de Central confiável e com posicionamentos bem claros quanto ao governo e quanto às empresas. Criada em 1983, a CUT tinha, até o final de 1989, quase dois mil filiados e representava 8 milhões de trabalhadores de todos os setores da economia, o que fez dela uma instituição de referência no sindicalismo brasileiro¹⁵³. Já a CGT não conseguiu aumentar o número de filiados nessa década. Em 1989, dividiu-se em duas, ambas nomeadas CGT. Teve tímida ação política e não ousou em renovar-se até que, em 1991, uma nova central foi constituída dando origem à Força Sindical.

A partir do governo de Fernando Collor de Mello, mais precisamente no dia 15 de março de 1990, o pacote econômico formulado e nomeado Plano Brasil Novo entrou em vigor e, com ele, o objetivo de pôr fim à crise econômica, ajustar a economia e elevar o país do Terceiro para o Primeiro Mundo. Mais uma mudança na moeda aconteceria. Dessa vez o Cruzado Novo seria substituído pelo Cruzeiro e, além de causar grande impacto na população, o fato do bloqueio dos saldos das contas correntes, cadernetas de poupança e demais investimentos superiores a CR\$ 50.000,00, por 18 meses, causou medo e transtornos no país.

Os preços passaram por um tabelamento e foram liberados gradualmente. Os salários, por sua vez, passaram por uma pré-fixação e, depois, seriam negociados diretamente entre patrões e empregados. Impostos

¹⁵³ Idem. p. 38

e tarifas aumentaram e foram criados novos tributos. Em contrapartida, foram suspensos os incentivos fiscais não garantidos na Constituição.

Na sequência ainda foram anunciados cortes nos gastos públicos, reduzindo os custos do Estado com demissão de funcionários e privatizações de empresas estatais. O Plano também previa a abertura do mercado interno, com redução gradativa das alíquotas de importação.

No início do Plano Collor, a inflação chegou a patamares surpreendentes de redução, muito mais por conta da radicalidade do plano que tirou grandes somas de dinheiro de circulação. Porém, com a queda da inflação, o país iniciava o período de maior recessão de sua história. Os resultados não tardaram a aparecer: desemprego, empresas fechando as portas e considerável diminuição da produção. As empresas foram obrigadas a reduzir a produção, a jornada de trabalho e os salários, ou demitir funcionários.

Com essas medidas, o Produto Interno Bruto, que em 1989 estava na casa dos US\$ 453 bilhões caiu, no ano seguinte para US\$ 433. A inflação reaparece com um índice mensal de 19,39% em dezembro de 1990 e o acumulado do ano chega à casa de 1.198%, obrigando o governo a adotar novas medidas.

É formulado o Plano Collor II em janeiro de 1991. Objetivava controlar a circulação financeira extinguindo operações de overnight e criando o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) que centralizava todas as operações de curto prazo; acabava com o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf) que era usado pelo mercado financeiro para indexar preços. Para isso passou a ser utilizada a Taxa Referencial Diária (TRD) com juros pré-fixados. Também foi aumentado o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O governo praticou uma política de juros altos fazendo um grande esforço para desindexar a economia tentando mais um congelamento de preços e salários. Um índice de correção das flutuações monetárias foi criado para determinar o preço real dos produtos para contratos com vencimentos após 1º de fevereiro. O governo entendia que, aumentando a concorrência no setor industrial, conseguiria superar a inflação e criar um cronograma de redução de tarifas de importação que ocasionaria a queda inflacionária no país.

Somente no final de 1992, a economia iniciou seu processo de recuperação e as indústrias brasileiras, que haviam iniciado a reestruturação

produtiva com a inserção combinada de tecnologia e gerenciamento, deram os primeiros passos e contribuíram para a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional com os mesmos padrões de qualidade exigidos pela indústria internacional.

A abertura do mercado brasileiro para os produtos importados forçou a indústria nacional a investir pesado na modernização de suas cadeias produtivas. Certificações internacionais de qualidade e lançamentos de novos produtos no mercado foram a chave para se desenvolver um melhor relacionamento com o mercado interno e externo. As empresas que quisessem sobreviver nesse mercado deveriam adotar novos padrões de produção, investir em tecnologia e buscar as certificações internacionais que lhes garantissem a inserção competitiva no mercado nacional e internacional.

A Abertura Comercial e os programas de incentivos à reestruturação assim como o projeto de estabilização da economia contribuiu, sobremaneira, para que o setor automobilístico continuasse a se destacar no país e para que pudesse voltar a investir em suas cadeias produtivas. Esses são aspectos cruciais para se discutir o neoliberalismo brasileiro. Aqui, como em qualquer outra particularidade, o neoliberalismo tomou contornos próprios e o afastamento do Estado das relações de mercado, conceito que caracteriza a denominação neoliberal, na verdade se conduziu sob outras prerrogativas: a dos financiamentos e dos ajustamentos para fortalecer a base econômica nacional e transformá-la em competitiva internacionalmente.

Esses investimentos organizados na esfera Estatal auxiliaram a reestruturação produtiva das principais indústrias automobilísticas do país: Ford, General Motors e Volkswagen. E, no decorrer dos anos 90, possibilitaram a descentralização da produção com os incentivos fiscais recebidos de outros estados, o que gerou o surgimento de novos e importantes complexos industriais no Brasil¹⁵⁴.

Essa nova configuração do setor automobilístico no país que, durante décadas, concentrou-se na região do ABC Paulista, contribuiu para o

¹⁵⁴ Esse período de descentralização se tornou possível não somente por conta dos incentivos fiscais oferecidos por prefeituras e governos estaduais, mas também pelos novos processos de produção, de gestão da força de trabalho e, fundamentalmente, pela implementação de novas redes de informática e transportes (logística) que, em harmonia com os novos processos produtivos, minimizam problemas de distância e estoques, forçando as empresas terceirizadas que participam do processo, a adotarem os mesmos padrões produtivos e de qualidade.

surgimento de uma massa operária mais qualificada e, ao mesmo tempo, para a fragmentação do trabalho e do trabalhador.

No plano das novas tendências de produção, as empresas direcionaram sua reestruturação para o caminho da redução de gastos, da racionalização das atividades e do aumento da variedade de produtos. Um bom exemplo são as várias versões de motorização e de equipamentos internos adicionais que podemos encontrar e escolher nas concessionárias.

A adequação da produção aos novos padrões internacionais de qualidade¹⁵⁵ (QS) garantiu o saneamento e o desenvolvimento de novos projetos e, também, a inserção ou a elevação da participação dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Para verificarmos os investimentos, o crescimento e a descentralização do setor automotivo na década de 90 é interessante observar o seguinte levantamento realizado pela Anfavea e pelo BNDES:

Fabricante de Veículos: Informações Gerais (Base 1997)						
Empresa	Unidade da Federação	Produtos	Área Total/Área construída (mil m ²)	Número de concessionárias	Faturamento Líquido em 1997 (R\$ Milhão)	Número de empregados (31.12.97)
Agrale	Rio Grande do Sul	Caminhões/Ônibus	192/47	192	48	505
Fiat	Minas Gerais	Veículos de passeio/comerciais leves	2.246/562	421	6.265	23.908
Ford	São Paulo	Veículos de passeio/comerciais leves/caminhões/ônibus	2.953/717	387	3.934	11.183
GM	São Paulo	Veículos de passeio/comerciais leves/caminhões	3.235/819	494	6.650	21.411
Mercede-Benz	São Paulo	Caminhões e ônibus	2.696/713	327	2.607	11.360
Scania	São Paulo	Caminhões e ônibus	350/130	35	900	2.922
Toyota	São Paulo	Comerciais leves	1.747/84	133	314	735

¹⁵⁵ Requisitos da QS: responsabilidade da administração; sistemas de qualidade; análise crítica de contrato; controle de projeto; controle de documentos; aquisição; controle de processos; inspeção e ensaios; controles de equipamentos de inspeção, medição e ensaios; situação de inspeção e ensaios; controle de produto; ação corretiva e preventiva; manuseio, armazenamento, embalagem, preservação e entrega; controle de registros de qualidade; auditorias internas de qualidade; treinamento; serviços associados; técnicas estatísticas.

VW	São Paulo/RJ	Veículos de passeio/comerciais leves/caminhões e ônibus	15.301/1.581	815	7.086	32.909
Volvo	Paraná	Caminhões e ônibus	1.290/84	79	648	1.367

Novas Plantas	Unidade da Federação	Produtos	Área Total/Área Construída (mil m²)	Investimento (US\$ Milhão)	Empregos Diretos
Chrysler	Paraná	Comerciais Leves	950/25	315	400
Ford	Bahia	Veículos de passeio	-/-	1.300	2.500
GM	Rio Grande do Sul	Veículos de passeio	-/-	700	1.300
Honda	São Paulo	Comerciais leves/Caminhões	1.700/100	150	400
Iveco	Minas Gerais	Veículos de passeio	2.000/ -	240	2.000
Mercedes Benz	Minas Gerais	Veículos de passeio	2.800/120	820	1500
Peugeot-Citroën	Rio de Janeiro	Veículos de passeio	3.000/150	600	2.500
Renault	Paraná	Veículos de passeio	2.500/105	1.000	2.000
Toyota	São Paulo	Veículos de passeio	-/-	150	350
VW/Audi	Paraná	Veículos de passeio	-200	700	1.500

Fonte: Anfavea e BNDES.

Ao adotar a descentralização, as empresas desenvolveram novos conceitos de logística e aprofundaram a terceirização. Nessas novas fábricas foram empregados sistemas de integração, de estoques, de produção e distribuição. Dessa maneira, os investimentos maiores foram aplicados na linha de montagem e nos processos de controle de qualidade, requisito fundamental para a inserção do produto no mercado internacional.

Os impactos causados pelo aprofundamento da mundialização e da desverticalização na produção de veículos e da transferência de setores de engenharia para os fornecedores levou, a cabo, o desenvolvimento da terceirização no Brasil. Políticas de produção como do *follow sourcing* e do *single sourcing* mudaram, substancialmente, a dinâmica de fornecimento e transferência de produção. As novas exigências pretendiam manter a eficiência dos produtos e da produção transferindo para os setores terceirizados a responsabilidade das adequações necessárias para fazer parte do sistema. Alguns dos aspectos básicos:

Saúde Financeira: custos transparentes e capacidade de investimento
Certificação (ISO e QS 9000) e Sistemas de Auditoria das próprias montadoras (Sistema de Qualidade)
Parcerias com sistemistas, outros fornecedores (nacionais e internacionais) e instituições tecnológicas (divisão responsabilidades/riscos/ganhos)
Integração eletrônica (informatização interna e externa)
Desenvolvimento conjunto e rápido de novos produtos, processos e sistemas (co-design)

Padrões internacionais de custo, qualidade, quantidade e preço
Logística — flexibilidade de fornecimento (confiabilidade e prazo de entrega)
Qualificação básica de mão-de-obra
Redução de desperdícios: resíduo zero, defeito zero, estoque zero

Fonte: Autopeças Março/99, p.11

Dessa forma, as indústrias automobilísticas forçaram a dinâmica de fornecimento e as empresas produtoras de peças e equipamentos também implantaram, na sua cadeia produtiva, os critérios técnicos, gerenciais e metodológicos necessários para garantir o fornecimento de produtos com certificações internacionais de qualidade. Assim, todo o processo produtivo, os internos e os terceirizados, obedeciam às mesmas regras e aos mesmos padrões.

Com a descentralização das montadoras e com a adoção de novas estratégias de produção e saneamento dos gastos, uma gama de empresas menores de autopeças e equipamentos deslocou-se para atender à demanda desses produtos originando um “cinturão de fornecedores”.

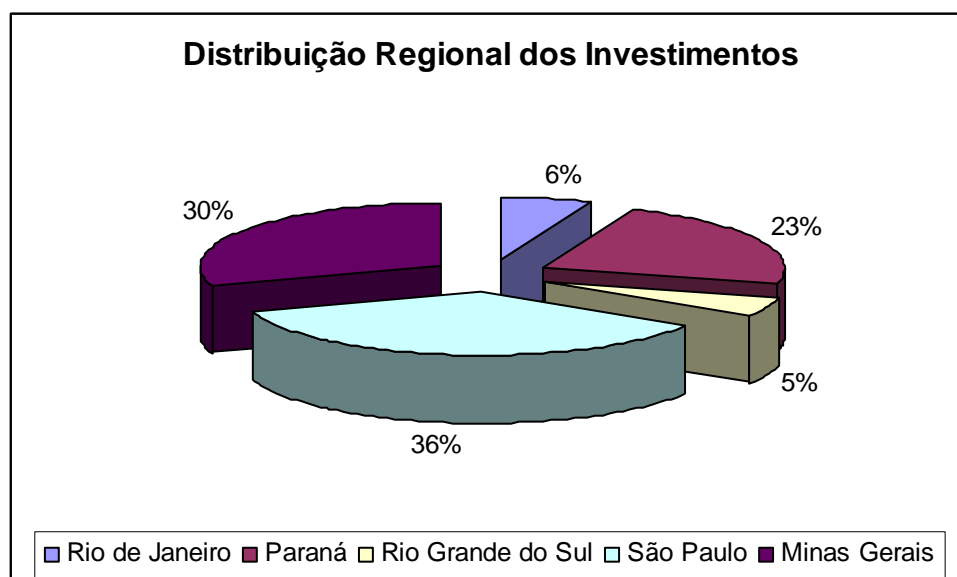
Na busca de adequação aos padrões de qualidade e de produção internacionais, as empresas terceirizadas precisavam ter as mesmas tecnologias que os fornecedores estrangeiros. Nesse momento, muitas empresas brasileiras acabaram firmando acordos tecnológicos ou de capital com empresas estrangeiras e até mesmo passaram a incentivar a vinda delas para atender o setor e a demanda. Muitas empresas de autopeças acabaram se desnacionalizando, permitindo a realização do *join ventures* e a entrada, no país, dos grandes fabricantes multinacionais detentores de tecnologia.

Com esse novo cenário industrial na década de 90 e da alteração nas formas de produção e inserção cada vez maior da automação no processo produtivo, a realidade do ABC Paulista mudou. Historicamente, o crescimento industrial da região e a concentração de empresas do ramo da metalurgia deram início ao surgimento de uma massa operária qualificada para os níveis de exigência das empresas durante algumas décadas. Mas, na década de 90, os novos rumos da economia do país e a incorporação da reestruturação produtiva provocaram, na região, grandes problemas quanto aos níveis salariais, ao emprego, à empregabilidade e à sindicalização.

De acordo com os dados do relatório setorial do BNDES a entrada de grandes investimentos, principalmente nas formas de automação, repercutiu em ganhos crescentes na qualidade e na produtividade; entretanto, ocasionou o surgimento de uma superoferta de trabalhadores qualificados para as novas necessidades das montadoras e também de uma reconfiguração geográfica do parque industrial automotivo brasileiro:

“Os resultados, especialmente pela rapidez com que foram implementadas essas mudanças, foi o crescimento irreversível do desemprego industrial na região. Muitas empresas encerraram suas atividades no ABCD, transferindo-se para o interior do Estado ou para o sul de Minas Gerais. Apesar disso, a maior parcela dos recursos dos recentes investimentos das montadoras foi destinada ao Estado de São Paulo, visando, sobretudo, à modernização das plantas existentes”¹⁵⁶.

De acordo com a Anfavea, os investimentos dessa década estão distribuídos da seguinte forma:



Fonte: Anfavea

¹⁵⁶ SANTOS, Ângela Maria Medeiros M., PINHÃO, Caio Márcio Ávila. *Polos automotivos brasileiros*. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, nº 10, set/1990, p. 179.

Os impactos causados por esses investimentos no Estado de São Paulo e também no restante do país causaram danos irreversíveis no nível de emprego, da empregabilidade e na participação dos trabalhadores do ABC Paulista na produção total de veículos no país.

O Brasil se tornou cenário perfeito e país estratégico na produção de automóveis. Além de possuir um papel importante na América Latina, destacava-se (e assim continua) pelo baixo nível de proteção social, alto processo de desregulamentação das leis trabalhistas e um grande facilitador da entrada de investimentos por meio de isenções e incentivos fiscais. Nossas fragilidades se traduziram em ganhos e possibilidade de reprodução permanente do capital.

O BNDES, durante toda a década de 90, preocupou-se em dar suporte e favorecer a aplicação de projetos de implantação, expansão e modernização de montadoras e fabricantes de autopeças. Veja:

“Esses investimentos comprovam a importância estratégica do Brasil, em particular, e do Mercosul, em geral, para alguns dos maiores fabricantes mundiais, não só pelo potencial existente de mercado, mas também por ser uma região de cultura ocidental, com mão-de-obra qualificada, disponibilidade de matérias-primas, capacidade exportadora e um grande parque mecânico instalado”¹⁵⁷.

Independentemente do grande destaque dado ao “potencial existente” e caracterizando o Brasil como estratégico, não podemos deixar de salientar os esforços realizados pelo governo para a efetiva reestruturação produtiva do setor automotivonacional. Esse é o caráter mais importante do neoliberalismo brasileiro. Apesar da abertura de mercados e a pretensão de realização de um mercado de concorrências, o governo criou uma série de programas de apoio à indústria que garantiram os incentivos técnicos, financeiros e legais para a adaptação/reestruturação das grandes indústrias brasileiras.

¹⁵⁷ Idem, p. 198.

4.3 – Os caminhos do “neoliberalismo” brasileiro

Mudanças significativas ocorreram na condução da política interna e externa nesse período. O processo de integração comercial que entrava em vigor por conta da nova dinâmica da economia mundial, propiciou o surgimento de uma série de acordos bilaterais e multilaterais, caracterizando a quebra de fronteiras legais para a reestruturação econômica industrial interna e a viabilização externa do mercado para o avanço dos investimentos, das vendas e dos lucros. A esse novo ambiente de comércio os economistas deram o nome de “Novo Regionalismo”. Assim, nasceram as chamadas zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e os mercados comuns. A implementação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e os debates em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foram temas recorrentes na década de 90.

Num misto de protecionismo e liberalidade, o Brasil adotou no início da década um novo rumo político e um novo papel na economia mundial. Mas não se tratava simplesmente de adotar um “modelo” político e econômico para o país.

O Brasil carregava em seu histórico (como ainda carrega) uma série de particularidades em sua formação que acarretou, ao longo do seu desenvolvimento, uma infinidade de projetos políticos de favorecimento ao capital estrangeiro no fomento e no sustento da indústria nacional. Por seu caráter hipertardio na objetivação do capitalismo industrial, pelo perfil do trabalho e do trabalhador ao longo do século XX, o país não experimentou períodos de contestação e ruptura que pudessem colocar em xeque as estruturas de poder.

A burguesia que, no caso brasileiro, nunca foi uma classe revolucionária, passou a participar da produção política e da reprodução do capitalismo de maneira colaborativa, mantendo uma política voltada para o implemento do capital. De acordo com Caio Prado Jr., os processos revolucionários brasileiros não absorviam os anseios das classes populares tampouco propunham

mudanças drásticas na esfera política, sendo apenas uma luta pelo poder dos quais a burguesia agrária e, ao tempo, a urbana já vinham se beneficiando¹⁵⁸.

As décadas subsequentes carregaram, em seu bojo, transformações incompletas e, nessas fissuras de incompletude, apareciam as fragilidades da estrutura governamental que se rendia aos acenos do capital externo a ele concedendo todo e qualquer tipo de benefício. À classe operária em formação coube o papel auxiliar nesse processo, trabalhando em função do aprimoramento e reprodução do capital e conquistando benefícios muito limitados, se comparados a todo o processo exploratório de fixação e expansão de seu poder no país. A legislação trabalhista desenvolvida a partir da década de 30, tinha apenas o interesse de organizar as novas formas de trabalho a fim de evitar qualquer conflito que pudesse colocar em risco essa nova etapa econômica brasileira.

Por esse motivo, é importante analisar a década de 90 a partir dessa dada particularidade, já que o projeto de Abertura Comercial, impulsionado a partir do governo de Fernando Collor de Mello, deu início à reestruturação industrial e econômica para a chamada “modernização” e inserção no mercado internacional.

Porém, a estrutura revelou as fragilidades e a vulnerabilidade da legislação trabalhista, das relações de trabalho e do trabalhador, dos órgãos de proteção sindical e de toda a teia de relações desencadeadas por esses novos rumos assim como todo o suporte financeiro concedido pelo governo para auxiliar as grandes montadoras de automóveis a atravessar e superar essa fase de adaptação.

De acordo com o economista do BNDES-PNUD André Averbeg, o processo de abertura comercial foi gradual e contou com várias ações de cunho governamental para a sua viabilização. Entre elas, a alteração da estrutura tarifária e a estabilidade das alíquotas de importação:

“Entre 1988 e 1993, realizou-se um amplo processo de liberalização comercial no qual se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não-tarifárias e reduziram-se

¹⁵⁸ PRADO JR, Caio. 7 ed. *A Revolução Brasileira*. Brasiliense: São Paulo, 2004.

gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Entre 1988 e 1989, a redundância tarifária caiu de 41,2% para 17,8%, foram abolidos os regimes especiais de importação (excetos os vinculados ao drawblack, ao desenvolvimento regional, ao incentivo às exportações, ao governo, ao Benfiox e a acordos internacionais), unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local, com a tarifa média passando de 51,3% para 36,4% a modal de 30% para 20% e a amplitude de 0-105% para 0-85%”¹⁵⁹.

Com o desenvolvimento, em 1990, da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, houve a extinção de grande parte das barreiras não tarifárias ainda provenientes das décadas de 60 e 70.

Desde a década de 50, muitos trabalhos se propuseram a analisar processos de integração regional, formação de páreas preferenciais de comércio e fluxos bilaterais e multilaterais de produtos. Esses estudos foram impulsionados pelo período de pós-guerra e procuravam buscar alternativas plausíveis para a recuperação econômica e a busca de novos mercados para recompor seus projetos de expansão comercial¹⁶⁰.

Já na década de 80, países como Estados Unidos, Canadá e a consolidação da União Européia iniciaram uma nova etapa no seu desenvolvimento. Reestruturação produtiva e a busca de áreas preferenciais de comércio se fizeram presentes na pauta de ajustes da economia. No Brasil, essa nova investida encontrou diversas barreiras, entre elas, o período de distensão política, isso logo no princípio da década, além de uma maior atuação dos movimentos operários e sindicais e do processo de redemocratização em 1984/1985. A partir daí, uma sucessão de planos econômicos foram aplicados propondo uma recuperação da economia

¹⁵⁹ AVERBUG, André. *A abertura e a integração comercial brasileira na década de 90*. Texto de discussão. BNDES, 1999.

¹⁶⁰ Nos trabalhos nessa área destacam-se: MEADE, J.E. *The theory of international economic policy: the balance of payments*. Machimillan & Co: London, 1952. VINER, J. *The customs union issue*. Camerigie Endowment for international peace: New York, 1950. VANEK, J. *General equilibrium of international discrimination*. Havard University Press: Cambridge, 1965.

nacional. Somente em 1988, a partir da Nova Carta Constitucional, é que o país passou a ter condições de iniciar a quebra das barreiras legais que impediam a entrada de novos fluxos de capitais e de produtos importados. Assim, teve início a política voltada para o comércio bilateral e multilateral que encerraria o ciclo da política de substituição de importações abrindo o país aos investimentos diretos, aos acordos regionais e à crescente liberalização comercial.

Em relação à formação e implementação do Mercosul é necessário fazer um resgate histórico no sentido de observar que, já na década de 50, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, defendia a ideia de uma maior integração e cooperação regional. Oficialmente, o Mercosul se consolidou em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção¹⁶¹, instituindo a zona de livre comércio e a criação da união aduaneira.

De acordo com Elba Cristina Lima Rego, o Tratado de Assunção prevaleceu com os seguintes tópicos:

- programa de liberalização comercial baseado em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas e na eliminação de restrições comerciais de qualquer natureza, com a zeragem das tarifas para o comércio intra-regional (área de livre comércio);
- no estabelecimento de uma tarifa externa e de políticas comerciais comuns, propiciadoras do aumento da competitividade dos quatro países (união aduaneira);
- coordenação gradual das políticas macroeconômicas e setoriais;
- adoção de acordos setoriais;
- fixação, durante a constituição do mercado comum, de um regime geral de origem, de cláusulas comuns de salvaguarda e de um sistema provisório de solução de controvérsias;
- harmonização legislativas em áreas pertinentes¹⁶²;

¹⁶¹ Esse tratado previa a formação de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira e a constituição de um mercado comum entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Os principais objetivos eram o de promover o comércio intra-regional, modernizar a economia local e projetar a região de forma competitiva no mercado internacional.

¹⁶² REGO, Elba Cristina Lima. *O processo de constituição do Mercosul*. Texto para discussão: BNDES: Brasília, 1995.

A constituição de suportes legais para a viabilização da Abertura Comercial e, conseqüentemente, da reestruturação produtiva foi de suma importância para a alteração da economia brasileira, baseada na substituição de importações e organizada legalmente para o implemento dessa organização econômica.

Mas o que queremos apresentar é como se deu esse processo de abertura e quais foram as medidas adotadas pelo governo para proteger e resgatar o potencial produtor das indústrias brasileiras, principalmente a automobilística. É, nesse sentido, que procuraremos mostrar o tipo de rearranjo econômico e político que foi praticado no Brasil na Era Collor.

4.4 - O “projeto neoliberal” brasileiro

Desde a Abertura Comercial, iniciada pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello, uma série de dispositivos legais foram criados e implementados para compensar a indústria brasileira e auxiliá-las no processo de reestruturação. Apesar de, conceitualmente, o neoliberalismo expressar a não interferência do Estado no desenvolvimento e na economia, no Brasil os mecanismos de proteção e salvaguarda às indústrias prevaleceram e continuaram a interferir na promoção do desenvolvimento do país, principalmente ao que concerne à indústria automotiva, desde a década de 50, o setor mais protegido da economia nacional.

O início do implemento desses dispositivos legais que ofereceram respaldo às grandes indústrias e ao setor agropecuário ocorreu com a aprovação das *Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior*. Assinadas pela então Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, as diretrizes aprovadas no Decreto nº 99.244 de maio de 1990 e alteradas pelo Decreto nº 99.267 de 29 de maio do mesmo ano, dispunham sobre as estratégias para o setor industrial e agropecuário, sobre o papel do Estado, do capital privado nacional e do capital estrangeiro, de seus mecanismos, da disposição de programas de

competitividade industrial e de qualidade e apoio à capacitação tecnológica, para que as indústrias pudessem receber auxílio na adaptação aos novos mecanismos de competição internacional.

O governo Collor iniciou, assim, a implementação dos programas como meio de atingir um novo padrão de desenvolvimento, redefinir o papel do Estado na condução e gestão da economia nacional. No Diário Oficial da União, publicado em 26 de junho de 1990, registraram-se os objetivos dessa plataforma política:

“A Política Industrial e de Comércio exterior tem por objetivo o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante a modernização e a reestruturação da indústria, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Neste sentido, a Política Industrial e de Comércio Exterior atuará em 2 (duas) direções, a saber: -na modernização industrial e comercial, consubstanciada pelo aumento da produtividade e por padrões internacionais de qualidade, a serem alcançados com base na crescente capacitação tecnológica; -na implementação de modernas estruturas de produção e consumo de bens e serviços em todo o espaço econômico nacional, pela difusão de novos padrões tecnológicos”.¹⁶³

Dessa maneira, criavam-se as condições para o início do processo de reestruturação do parque industrial brasileiro por intermédio de incentivos não apenas financeiros como também na execução de processos que favorecessem a introdução de novas tecnologias e, com elas, novos modelos de utilização e gestão da força de trabalho.

Diferentemente do processo de substituição de importações, a nova Política Industrial e de Comércio exterior buscava a transformação do mercado interno por meio das “forças de mercado” a fim de induzir as alterações necessárias para a modernização do parque industrial e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento das formas de organização da produção e gestão da força de trabalho.

¹⁶³ Diário Oficial da União publicado em 27/06/1990, seção I, p. 12.367.

Foram cinco as estratégias fundamentais no projeto que adotava a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária eliminando a distribuição indiscriminada de incentivos e subsídios, o que criaria um ambiente mais competitivo e, de acordo com o governo, salutar em termos de desenvolvimento para o país. Mas, no nosso entender, por esses novos planos de incentivo à capacitação tecnológica das empresas nacionais, elas receberiam os incentivos para a sua modernização e proteção tarifária seletiva de segmentos das indústrias de tecnologia de ponta.

A partir daí, o Estado passou a propor um novo papel e expunha suas responsabilidades na condução desse projeto de reformulação da economia nacional pelo processo de reestruturação produtiva e abertura do mercado à competição internacional. Para ele, significava a inserção favorável da economia brasileira no mercado externo, a melhoria contínua dos padrões de qualidade e competitividade da produção, dos produtos e dos preços no mercado interno, aumentando a competição nos setores oligopolizados. Na redefinição dos papéis, ficava claro que:

“A principal responsabilidade do Estado nesta fase do desenvolvimento industrial brasileiro é garantir a estabilização macroeconômica e a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos em geral, com o estabelecimento de regras claras e estáveis para a vida econômica. Dedicado exclusivamente às suas funções básicas e recuperada sua capacidade de poupar, o Estado deixará de absorver o esforço de poupança nacional, abrindo espaço para que o capital privado exerça plenamente seu papel de principal agente do processo produtivo. A participação crescente do setor privado como produtor de bens e serviços básicos (energia, transporte, portos, armazéns, siderurgia de planos, petroquímica, fertilizantes, telecomunicações e outros) reduzirá a responsabilidade do setor público enquanto produtor nessas atividades e redefinirá o ambiente econômico em que operam as grandes companhias estatais”.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Diário Oficial da União publicado em 27/06/1990, seção I, p. 12.367.

O papel do Estado passa a ser o mais enxuto possível em relação ao mercado, característica da tendência neoliberal. Mas esse afastamento da gestão e da coordenação do processo econômico do país realizou-se de modo bem diferenciado. Ao mesmo tempo em que o Estado redefinia sua atuação no setor econômico, regulou e administrou as contradições e mudanças por ele provocadas. As grandes empresas, base da economia nacional, foram auxiliadas e levadas, pelas políticas viabilizadoras, aos patamares de reestruturações necessárias para sua adaptação e inserção na economia internacional.

Em relação às privatizações, o governo iniciou a entrega do patrimônio público aos setores privados. Nesse sentido, o fim da tutela do Estado na condução da economia nacional e dos bens públicos mudou a direção dos investimentos permitindo que o capital estrangeiro assumisse, também, setores estratégicos do país. Mas tal ação particular que dá as bases e as características desse período resultou de uma conjuntura histórica de ordem política e econômica que também propiciou a adoção de uma nova conduta interna, como afirma Armando Boito Jr.:

“A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nesta conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado e desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns desses fatores são de longa duração, outros circunstanciais – como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989. Não é possível, portanto, explicar a vitória do neoliberalismo recorrendo a uma explicação estritamente econômica, como fazem os autores que se contentam em falar no ‘esgotamento do modelo de substituição de importações’. Tampouco nos parece correto o determinismo que decorre

desse economicismo. É certo que a situação do início dos anos 90 impelia o Estado brasileiro para a política neoliberal”.¹⁶⁵

Esse caráter particular do neoliberalismo brasileiro gerou muitos debates entre os estudiosos da temática. Alguns livros importantes foram lançados na perspectiva de analisar o caráter destrutivo das novas formas de acumulação do capital no país. A dinâmica desses debates será analisada aqui, nas perspectivas de análise inseridas em que iremos propor uma nova forma de entendimento sobre essa questão, já que a proposta de discussão sobre o neoliberalismo desencadeia a análise das dificuldades e fragilidades do movimento sindical do ABC no mesmo período.

Apesar do propalado distanciamento que o Estado assumiu a partir desse novo projeto, ele ainda articulava os mecanismos que viabilizavam suas metas. Os Programas de Competitividade Industrial e o Programa de Qualidade e Produtividade eram formas de interferir na condução da reestruturação e de encaminhar os incentivos financeiros e fiscais para a elaboração e execução do projeto.

O Estado continuou a exercer as interferências necessárias peos GEPS – Grupos Executivos de Política Setorial, que tinham por objetivo discutir e submeter à decisão governamental as medidas relacionadas à aplicação dos mecanismos e instrumentos da Política Industrial e de Comércio exterior, também cabendo a ele estimular a interação das várias empresas e entidades atuantes em cada complexo industrial.

Nesse sentido, também foram instituídos instrumentos legais e administrativos com o objetivo de evitar práticas contrárias ao livre funcionamento do mercado que serviria como órgão regulador e fiscalizador. Assim, a Lei nº 4.137 de 1962 que dispunha sobre a legislação antitruste, responsável por criar o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, foi substituído por uma nova proposta do Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica que deu autonomia para se desfazer, de imediato, ações ou condutas contrárias à livre concorrência.

Em relação ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, o objetivo era o apoio à modernização das grandes indústrias

¹⁶⁵ BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã: São Paulo, 1999. p. 122.

brasileiras, pela da absorção de programas internacionais de qualidade e produtividade para que os produtos brasileiros adquirissem certificação para competitividade no âmbito internacional. No Programa, era abarcada uma série de subprogramas que difundiam métodos modernos de gestão empresarial e de capacitação de recursos humanos, principalmente na reestruturação da infra-estrutura. Mais uma vez o Estado deixava claro seu papel diante dessas alterações:

“O gerenciamento do Programa tem como pressuposto básico a atuação harmônica e coordenada do Estado, do empresariado, da classe trabalhadora e do consumidor. Ao governo caberá os papéis de coordenador em nível estratégico e de articulador para a execução e avaliação dos resultados. A execução dos subprogramas e projetos será fortemente descentralizada, tendo no empresariado seu maior agente. Em virtude de sua abrangência, que envolve empresas industriais, entidades de ciência e tecnologia, instituições de proteção ao consumidor, o PBQP está sendo formulado em conjunto com o Ministério da Justiça, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e Secretaria de Ciência e Tecnologia. Está sendo encaminhada a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, a Exposição de Motivos e os Termos de referência instituindo o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade”¹⁶⁶.

Dessa forma, independentemente da aparente distância que o governo propunha às novas correlações de forças da economia, ele ainda mantinha papel estratégico e de controle sobre a absorção do desenvolvimento industrial acerca da modernização tecnológica e de gestão da força de trabalho em setores estratégicos.

As grandes indústrias nacionais, no campo e na cidade, receberam atenção especial no cumprimento dessa tarefa. A política neoliberal, praticada no Brasil, adquiriu traços específicos por conta do seu processo hipertardiado de desenvolvimento e adaptação aos preceitos do mercado internacional. No

¹⁶⁶ Diário Oficial da União publicado em 26/06/1990.

início da década de 90, quando o país iniciou sua trajetória em busca não somente da sua parcela no mercado internacional, mas principalmente da reestruturação interna para essa inserção, o governo precisou conduzir essa caminhada muito próxima do que se apresenta. Os programas especiais abandonaram os pequenos empresários que estiveram ao lado dos grandes industriais no implemento de seus setores e no incentivo à reprodução de seus capitais e interesses no Brasil.

Os investimentos realizados nesses setores estratégicos foram amplos e as gerências governamentais atuaram no sentido de desenvolver mecanismos de captação de recursos para viabilizar os investimentos necessários à reestruturação da economia brasileira:

“No que se refere ao financiamento do aumento da produtividade, racionalização e modernização do parque industrial, as modalidades de crédito, subscrição de valores mobiliários e prestação de garantia serão aplicadas em condições preferenciais. Nos investimentos voltados para o aumento da capacidade instalada, ênfase especial será dada à maior participação do mercado privado de capitais, cabendo ao sistema oficial de financiamento uma atuação de forma complementar, sempre em consonância com a Política Industrial e de Comércio Exterior”.¹⁶⁷

Nesse período, por conta do descompromisso com as pequenas e médias empresas, muitas acabaram passando por um momento extremamente difícil, sendo que algumas tiveram que fechar suas portas por conta da impossibilidade de concorrer com os produtos estrangeiros que passaram a povoar nossa economia. Enquanto as empresas maiores estavam sendo preparadas para se deparar com esse tipo de concorrência utilizando as mesmas armas com o auxílio dos programas de crédito do governo, as empresas de pequeno e médio porte não conseguiram competir com o mesmo nível.

¹⁶⁷ Diário Oficial da União publicado em 26/06/1990.

As agências oficiais de recursos foram criadas no sentido de promover os investimentos em capacitação tecnológica nas seguintes modalidades:

- Capital de risco: atendia às empresas nascentes de alta tecnologia, em implantação, possibilitando o atendimento a projetos em fase de concepção;
- Fundos de Riscos Compartilhados: com o objetivo de apoiar o processo de inovação, inclusive despesas relativas a etapas precedentes à industrialização ou à comercialização de uma inovação;
- Fundo de Apoio à Pesquisa Tecnológica: tinha como pressuposto facilitar e acelerar a implantação de uma política nacional de pesquisa e desenvolvimento – P&D;
- Fundo de Apoio à Formação e ao Desenvolvimento de Recursos Humanos: que visava ao apoio da formação e ao aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada nas empresas e universidades¹⁶⁸.

Dessa forma, criavam-se as condições financeiras necessárias para o investimento e desenvolvimento da reestruturação. Outra barreira quebrada pela política de Collor foi em relação à Política de Importações. Em 15 de março de 1990, foram eliminados os controles quantitativos representados pelos programas de importação e o fim da proibição de importar mais de 1.200 produtos que vigorava desde 1975. Ela propunha, como uma meta para ser atingida em quatro anos, a redução das tarifas aduaneiras gradualmente até o nível de 0%. Veja:

“(...) as máquinas, equipamentos, partes, peças e componentes, assim como matérias primas e produtos intermediários, sem produção nacional, que hoje dispõem de níveis de proteção menor ou igual a 20% (vinte por cento), passarão a ser gravados com 0% (zero por cento) de Imposto sobre a Importação, já a partir de 1º de julho de 1990. No segundo semestre de 1990, continuará em vigor a estrutura

¹⁶⁸ Para mais ver: LAPLANE, Mariano, COUTINHO, Luciano, HIRATUKA, Célio. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. Unesp/Unicamp: Campinas, 2003.

tarifária vigente, sem controles qualitativos e administrativos sobre as importações. As alterações se limitarão a corrigir as tarifas que impliquem proteção exagerada. Novos estudos setoriais servirão de base para estabelecer a velocidade de redução das tarifas, cujas medidas anuais, para o período 1991/1994, deverão ser anunciadas no final do ano, para implementação a partir de 1º de janeiro de 1991. Será criada a Comissão Consultiva de Revisão Tarifária, formada por representantes dos produtores e do governo, com a finalidade específica de opinar sobre a proposta de reforma tarifária. Especial ênfase será dada na legislação de defesa da concorrência para a criação de mecanismos que protejam a indústria nacional de práticas desleais de comércio, como o 'dumping'¹⁶⁹.

Por intermédio desses mecanismos, o Governo propunha a entrada de tecnologia na intenção de oferecer subsídios técnicos e de equipamentos para que as grandes indústrias pudessem ter condições de implementar suas linhas de montagem. Mesmo com todos esses aparatos legais para subsidiar a introdução de inovações tecnológicas para a indústria, a economia, de uma forma geral, sofreu grande abalo. Abalo que foi sentido pelas pequenas e médias empresas que não foram prioritariamente beneficiadas com tais incentivos e que também teve grandes repercussões na sociedade, atingindo em cheio a organização dos trabalhadores.

Implantando novos conceitos de gestão da força de trabalho e as novas exigências em relação à qualificação modificaram, mais uma vez, as relações entre capital X trabalho. Nesse processo de modernização e inovação ao que concerne à mão-de-obra, a busca passa a ser uma diminuição da quantidade de trabalhadores, a inserção de políticas de treinamento, e no enxugamento de cargos e salários bem como das estruturas hierárquicas. Essas mudanças que alteraram as relações no interior das empresas, passaram também a focalizar

¹⁶⁹ Diário Oficial da União, publicado em 26/06/1990. p. 12.367. Esses trechos fazem parte do texto que compõe as Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior – Portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento nº 365 de 26/06/1990. É possível ter acesso a esse material por meio do site do Ministério da Ciência e Tecnologia www.mtc.org.br

apenas seu principal produto, terceirizando todos os serviços de apoio. Alguns importantes estudos sobre essa temática foram realizados ao longo da década de 90, abordando a inserção das técnicas japonesas na reorganização do trabalho no interior das indústrias¹⁷⁰.

Essa reestruturação em cadeia, que atingiu os níveis de produção introduzindo novas tecnologias e o desenvolvimento de novos produtos, abdicou de setores produtivos que foram fechados e substituídos pela terceirização. Como muitas etapas de produção deixaram de existir no interior das indústrias, o desemprego passou a ser um problema também ocasionado por essa nova conduta empresarial, e as relações de dependência entre grandes empresas e terceirizadas premeditariam, simultaneamente, a reestruturação industrial de outros setores econômicos importantes como as auto-peças. Assim, as empresas eliminaram parcelas de seus trabalhadores e os encargos sociais produzidos por eles, e forçaram as empresas terceirizadas a introduzir aspectos como as normas de qualidade para que pudessem ser aprovadas pelo corpo técnico das empresas maiores e passar a fazer parte dos “fiéis fornecedores”.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria serviria de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (C&T), que incluía:

“A montagem e o fornecimento de Redes de Informações Tecnológicas, com o objetivo de difundir informações relevantes sobre inovações tecnológicas junto a potenciais usuários; essas redes deverão fortalecer e integrar as diversas instituições locais que atuam nesse tema e também realizar um permanente sensoriamento e captação de informações tecnológicas no exterior; a utilização da infra-estrutura tecnológica, compreendendo a modernização dos institutos de

¹⁷⁰ LEITE, M. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. Scritta: São Paulo, 1994.
HUNPHREY, J. *O impacto das técnicas “japonesas” de administração no Brasil*. Novos estudos Cebrap: São Paulo, nº 38, 1994.

GITAHY, L, LEITE, M, RABELO, F. *Reestruturação produtiva e a empresa: programas de qualidade, política de gestão de recursos humanos e relações industriais*. Texto elaborado para o projeto Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Bloco Temático V: Condicionantes Sociais da Competitividade, Estudos Temáticos 3, 1993.

CASTRO, Nadya Araújo de. *A máquina e o equilibrista: inovações da indústria automobilística brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

pesquisa, laboratórios, centros de pesquisa universitários e eventual criação de novos institutos em áreas emergentes, bem como o fortalecimento da consultoria tecnológica privada; a formação e o desenvolvimento de recursos humanos para a capacitação tecnológica, de maneira a compreender: a adequação qualitativa e quantitativa da formação de técnicos e operários às metas da Política Industrial e de Comércio e a formação/reciclagem de pesquisadores requeridos pela atuação da infra-estrutura tecnológica, além da reciclagem da mão-de-obra especializada da empresa”¹⁷¹ .

Os investimentos em setores estratégicos assim como a re-capacitação da força de trabalho proposta pelo projeto adequariam o trabalhador às novas exigências do capital. Verificamos que esse processo ocorreu de forma incipiente. Mais do que preocupação em re-capacitar pessoal, as empresas passaram a buscar profissionais mais qualificados para a execução de determinadas funções, o que foi dando ao operariado uma nova configuração: um operariado jovem e qualificado - o que também ajudou a fragmentar as relações de classe e, fundamentalmente, as relações entre os chãos-de-fábrica e o sindicato.

Os demais, ao tempo, ficaram fadados ao desemprego ou em número bastante reduzido no interior das fábricas, mudando as relações entre operários/empresas e operários/sindicato. Essas novas características operárias e a atuação sindical do período serão verificadas, com maior vigor, na sequência deste trabalho.

Para compreender como as pequenas e médias empresas seriam absorvidas pelos novos incrementos da Política Industrial é interessante observar as propostas de difusão do uso das subcontratações que serviriam de subsídios produtivos para as grandes empresas. As pequenas e médias empresas, portanto, seriam as terceirizadas, se fossem tecnologicamente dinâmicas. Mas nem todas tiveram recursos suficientes para introduzir novas tecnologias e absorver os novos métodos qualitativos de produção. Por isso, muitas empresas entraram em falência ou simplesmente fecharam suas portas.

¹⁷¹ Diário Oficial da União publicado em 26/06/1990.

Em 1993, já com Itamar Franco à frente da Presidência da República, o Decreto nº 949 de 5 de outubro de 1993 assinalava sobre os incentivos fiscais para o desenvolvimento e aprimoramento da capacitação tecnológica da indústria e do setor agropecuário. Os dois programas lançados e denominados PDTI – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e o PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário articulavam o desenvolvimento endógeno de inovações tecnológicas, selecionando, licenciando, absorvendo, adaptando, aperfeiçoando e difundindo tecnologias nacionais e importadas. Seu objetivo específico era a geração de novos produtos ou processos e o aprimoramento de suas características que ocorreriam mediante a execução de programas de pesquisa ou desenvolvimentos próprios. Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 2º informavam:

“1º Por gestão tecnológica entende-se a administração do desenvolvimento de um conjunto de habilidades, mecanismos e instrumentos organizacionais, compreendendo aspectos estratégicos, gerenciais, culturais, tecnológicos de estrutura e de serviços, necessários para a sustentação da capacidade de gerar, introduzir e apropriar inovações tecnológicas de produtos, de processos e de gestão de modo sistemático e contínuo, com vistas a maximizar a competitividade da empresas. 2º Os Programas poderão ser postos e executados por empresas isoladas, associações entre empresas ou associações de empresas com instituições de pesquisa e desenvolvimento”.¹⁷²

Com o passar do tempo, o fomento para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro foi aumentando, e as estratégias adotadas fragmentavam ainda mais a classe trabalhadora. As oportunidades de produção e reprodução do capital eram viabilizadas pelos programas de incentivo do governo que, apesar de tratados como ações neoliberais ou neoliberalizantes, possibilitavam o rearranjo de forças do governo com as grandes empresas, favorecendo a aplicação de técnicas e tecnologias eficientes e aumentando a possibilidade de

¹⁷² Diário Oficial da União publicado em 06/10/1994, Seção I, p. 14.893.

entrada e concorrência maior no contexto internacional. A reestruturação em larga escala era ampliada e a inclusão do país no mercado internacional foi uma questão de tempo. As normas técnicas, a inserção de novas tecnologias e a aplicação de novas formas de gestão e gerenciamento da força de trabalho conduziram as grandes indústrias brasileiras a novos patamares econômicos e a introdução de seus produtos em novos mercados. Em contrapartida, os efeitos dessa reorganização da economia para a classe trabalhadora foram cruéis: os níveis de emprego caíram assustadoramente e as novas exigências em relação à qualificação também contribuíram para esse processo, além de proporcionar uma nova configuração dessa classe operária que, jovem e qualificada, se afastaria cada vez mais das atividades sindicais. Esse novo cenário das relações entre indústria X operários X sindicato conduziu a um reordenamento do movimento sindical. Uma nova dinâmica na condução das lutas e reivindicações, da mesma forma, acabou ficando circunscrita às mudanças do capital no Brasil e essa temática fará parte do nosso próximo capítulo.

As empresas, em contrapartida, qualificaram-se, receberam os incentivos do programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e contaram com subsídios paralelos que beneficiaram a aplicação de seus projetos. No artigo 13, ficam claras as características dos incentivos que seriam concedidos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT):

“I – Dedução, até o limite de oito por cento do Imposto de Renda – IR devido, de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto à soma dos dispêndios com atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário, incorridos no período-base, classificáveis como despesas pela legislação desse tributo, inclusive pagamento a terceiros, na forma prevista no art. 8º, podendo o eventual excesso se aproveitado no próprio ano-calendário ou nos dois anos-calendários subseqüentes; II – isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre equipamentos, máquinas aparelhos e instrumentos, bem como sobre acessórios, sobressalentes e ferramentas que, em quantidade normal, acompanhem esses

bens, destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico; III – depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida (...); IV – amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período-base em que foram efetuados (...); V – crédito de 50% do IR retido na fonte e redução de cinquenta por cento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários – IOF, incidentes sobre valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de 'royalties', de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados nos termos do Código de Propriedade Industrial; VI – dedução, pelas empresas industriais ou agropecuárias de tecnologia de ponta ou de bens de capital não seriados, como despesa operacional, da soma dos pagamentos em moeda nacional ou estrangeira (...)"¹⁷³.

Esses programas objetivaram a reorganização da economia nacional, propuseram uma alteração substancial nas formas de produção e gestão da força de trabalho e ofereceram as bases legais e creditícias para as grandes indústrias se adaptarem aos novos parâmetros de produção e continuarem a ditar o ritmo da economia do país.

Os incentivos legais e fiscais propostos a partir do governo de Fernando Collor de Mello, auxiliaram nessa transição colaborando na absorção de tecnologia e no incremento dos novos padrões de qualidade e produtividade. O governo, ao adotar os programas de incentivo, tornou possível às grandes indústrias a compatibilização de procedimentos e exigências com as normas internacionais, preparando terreno para que a base econômica nacional não sofresse perdas nesse período transitório.

Ao abrir a perspectiva da modernização, o governo precisou ajustar sua linha de atuação. Sob um viés 'neoliberal', o governo reorganizou a política no sentido de facilitar a entrada de investimentos estrangeiros e dos recursos necessários para o ajustamento tecnológico das indústrias. Iniciou, também, os

¹⁷³ Diário Oficial da União publicado em 01/10/1993, seção I, p. 14.893.

projetos de privatização das empresas estatais no intuito de sanear os gastos públicos e forçar a reestruturação desses setores privatizados.

Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolveu programas de fomento ao investimento tecnológico que foram executados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Os incentivos fiscais garantidos na Lei nº 8661, de outubro de 1993, por intermédio do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) auxiliaram na criação e desenvolvimento de projetos e produtos. Em 1997, os investimentos e resultados desses programas eram os seguintes:

- R\$ 2,2 bilhões de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, beneficiando 130 empresas, no âmbito de 79 programas, que contaram com incentivos de R\$ 536 milhões;
- para cada real de renúncia fiscal, as empresas investiam em média R\$ 4,09 milhões;
- das empresas participantes do programa, 42% eram de capital nacional, 41% de capital estrangeiro e 17 % de empresas estatais;
- os programas aprovados se dividiram em 87% para a indústria e 13% para a agropecuária¹⁷⁴.

Foram criadas redes nacionais de pesquisa cujo objetivo era o de consolidar as malhas de comunicação eletrônica, os investimentos diretos nas empresas e a integração universidade-empresa. Vinculados à Política Industrial a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a verba para as pesquisas vinham de seu próprio orçamento e os financiamentos, realizados com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), provenientes do Tesouro Nacional.

Em relação à integração universidade-empresa, a FINEP promoveu a formação de redes de instituições de pesquisa em torno de projetos cooperativos que se desdobraram nas seguintes linhas: Programa de

¹⁷⁴ Dados obtidos pelo site do Ministério da Ciência e Tecnologia. www.mct.org.br

Desenvolvimento das Engenharias (PRODENGE); Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho.

O Programa de Desenvolvimento de Engenharias dividiu-se em duas ações principais: Reengenharia de Ensino de Engenharia (REENGE) e as Redes Cooperativas de Pesquisa (RECOPE). Seus objetivos eram os de apoiar a modernização e a capacitação das escolas e departamentos de engenharia e incentivar a realização de projetos de pesquisa. Desse projeto participaram 43 das 159 escolas de engenharia existentes no Brasil. Os recursos disponibilizados serviram para equipar laboratórios nas disciplinas básicas (Física, Química, Biologia, Matemática e Informática).

Para a inserção de redes de comunicação que facilitassem os processos internos de produção, de gestão de equipamentos, estoques, transportes e etc., foi criado o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho. Ele proporcionava aumento da competitividade das empresas brasileiras por meio da utilização de supercomputadores no desenvolvimento de produtos e na solução de problemas tecnológicos. Para a aplicação desses projetos foi necessário o apoio financeiro à implementação de infraestrutura de rede de computadores como CENAPAD – Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho, NAR – Núcleos de Atendimento Remoto, LSE – Laboratório para a prestação de Serviços Técnicos Especializados. Na época de sua criação, empresas como a Bosch, Mercedes-Benz, Cosigua, Aços Piratini e Petrobrás foram as primeiras a serem atendidas pelo sistema.

No texto que regulamenta a Política Industrial no país a partir de 1997, fica clara a importância da indústria automobilística no contexto da modernização e como setor estratégico para a economia do país. Aliás, nada muito diferente da importância que sempre teve, desde a década de 50, e por ter se configurado, desde então, como o setor que mais recebeu incentivos e ajustes fiscais para sua manutenção e reestruturação. Em uma das frases do texto da Política Industrial, sua importância recebe posição de destaque:

“O Regime Automotivo Brasileiro consiste numa política de objetivos de médio prazo, indutora de investimentos e de equilíbrio na balança comercial setorial. Envolvendo peças e veículos. Esta iniciativa foi desenhada a partir do

reconhecimento do importante papel estratégico do setor automotivo no processo de desenvolvimento da economia brasileira e sua inserção no mapa econômico do mundo”¹⁷⁵.

Devido ao processo de reestruturação produtiva que atingiu o Brasil de maneira vigorosa na década de 90 passamos a verificar com mais ênfase, como a mundialização das formas tecnológicas e de produção provocaram uma reorganização das ordens jurídicas e encaminharam o Estado para a aquisição de novos tipos de comprometimento com o capital. Todas essas ações que verificamos desde o governo Collor até o Governo de FHC são relevantes, para que possamos mensurar os encaminhamentos legais e financeiros, realizados em forma de programas de incentivos, auxiliaram as grandes empresas e, fundamentalmente, as indústrias automobilísticas na busca de capacitação tecnológica e das certificações internacionais que garantiam o acesso dos produtos brasileiros no mercado internacional. Até mesmo as escolas técnicas passaram a receber subsídios na formação da força de trabalho qualificada para lidar com as novas configurações do mundo do trabalho.

Mas, nesse processo que envolveu mudanças jurídicas e a liberação de créditos para o grande projeto de reestruturação não contemplou a classe trabalhadora. Pelo contrário, quanto mais as indústrias se readaptavam à mundialização mais os trabalhadores sofriam com a precarização e com o desemprego. Assim o neoliberalismo brasileiro atuava com dois pesos e duas medidas: em relação aos ajustes tecnológicos ele foi o facilitador jurídico e financeiro colaborando com a absorção de novas tecnologias e modelos de gestão e impulsionando as grandes empresas a expandir seus negócios interna e externamente em relação ao trabalhador, o Estado se manteve praticamente neutro e a negociação foi a palavra chave para minimizar os conflitos entre capital X trabalho.

Termos como “inovações tecnológicas” ou “novas tecnologias” vêm sendo utilizados por inúmeros autores. Os efeitos do processo da reestruturação política e da economia brasileira na década de 90 e seus

¹⁷⁵ Política Industrial Brasileira – texto disponível no site do Ministério da Ciência e Tecnologia. www.mtc.org.br

impactos no mundo do trabalho receberam atenção especial de diversos deles. Mas, vale destacar os estudos realizados por Karl Marx acerca da categoria trabalho e das especificidades que as correlações de forças adquirem nas diversas sociedades. É por esse motivo que fundamentamos esta pesquisa na análise imanente, pois entendemos que só podemos verificar as particularidades, os nódulos históricos e o desenvolvimento social de um dado local considerando os indivíduos, suas ações e suas condições materiais de vida, conforme Marx afirma:

“Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. (...) Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história”.¹⁷⁶

Os problemas resultantes da aplicação de um novo padrão político assim como o processo de reestruturação produtiva que atingiu a sociedade brasileira revelaram a fragilidade das relações trabalhistas e as dificuldades do sindicalismo brasileiro se projetar como setor combativo. Por isso, fez-se necessário compreender a formação do capitalismo brasileiro, em sua particularidade, e os caminhos do desenvolvimento da classe operária e do sindicalismo em nosso país.

As formas específicas de objetivação do capitalismo brasileiro desenvolvidas por José Chasin e pelas análises de suas particularidades desenvolvidas por Caio Prado Jr sobre as formas típicas da sociedade brasileira revelam que a constituição hipertardia do capitalismo industrial fomentou uma classe operária no mesmo ritmo e que encontrou muitas dificuldades, pela sua própria história, de encaminhar uma luta para além das esferas econômicas.

¹⁷⁶ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Boitempo: São Paulo, 2007. p. 87.

Nesse curso, o sindicalismo burocrático-repressivo brasileiro que nasceu na ditadura Vargas, obteve vitórias que consideramos importantes ao longo da história, mas nunca conseguiu se projetar como organismo emancipador da classe trabalhadora do país.

É, nessa relação histórica, que procuraremos compreender os caminhos do sindicalismo metalúrgico do ABC na década de 90, verificando suas mudanças ideológicas e seus projetos de luta em favor dos trabalhadores.

Diante desse cenário político de reestruturação, de um governo que deu bases financeiras e legais para a implementação da indústria moderna, pretendemos analisar a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC frente a dessas mudanças que tanto afetaram o operariado brasileiro.

Analisaremos, então, a década de 90 sob duas intervenções. A primeira concerne ao período que vai de 1990 a 1994 e que chamaremos de Transição. Nele, a Câmara Setorial Automotiva serviu de organismo centralizador das discussões sobre as transformações e dos impactos ocorridos por conta da mudança do perfil político e dos padrões de produção e gestão da força de trabalho. O outro período que vai de 1995 a 2000 compreende o governo de Fernando Henrique Cardoso quando é implantado o Novo Regime Automotivo e é efetuada a extinção das Câmaras Setoriais.

A importância do estudo justifica-se pela alteração das formas de atuação da Central Única dos Trabalhadores e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diante do novo cenário político e econômico. Historicamente as duas entidades sempre tiveram grande valor representativo e de atuação junto à classe operária e, na década de 90, passa a ter um papel muito mais negociador e colaborativo que nada lembra suas ações do passado recente. A partir de 1995, após cinco anos de reorganização do capitalismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República. Ex-Ministro da Fazenda e maior responsável pela implantação do Plano Real, Fernando Henrique era visto pelo empresariado como aquele que levava adiante o projeto de modernização neoliberal.

Com a adoção de uma nova moeda, a partir de 1º de julho de 1994, a candidatura de FHC para a presidência do país deslanchou. Próximo às eleições, o cenário econômico era o seguinte: inflação próxima a zero, atividade econômica em ascenso, poder aquisitivo dos salários em um bom

patamar, uma parcela significativa de baixa renda livre de impostos inflacionários e utilizando a possibilidade da compra por prestação.

Já no Governo, FHC mostrou sua habilidade ao lidar com um leque de alianças políticas que lhe garantiu governabilidade. Prova disso foi a rapidez com que seu governo conseguiu aprovar, logo no primeiro ano, reformas constitucionais da ordem econômica como a quebra de monopólios estatais, igualdade de tratamento entre as empresas nacionais e estrangeiras e a desregulamentação de atividades econômicas consideradas estratégicas.

Mas é preciso destacar os impactos que o ajuste da moeda e das variações cambiais teve sobre os empregos. As flutuações econômicas do período causaram impactos que se fizeram sentir ano a ano. Para Jorge Filgueiras:

“Esse impacto negativo se fez sentir, ano a ano, numa taxa de crescimento do produto medíocre, com períodos de estagnação e recessão aberta, que levou ao aumento das taxas de desemprego, em virtude do fechamento de postos de trabalho na indústria ou do crescimento insuficiente da ocupação no comércio e nos serviços, tendo em vista o aumento de 2,7% ao ano da população economicamente ativa do país, com a entrada de 1,5 milhão de novas pessoas, todo ano, no mercado de trabalho, cuja absorção demandaria um crescimento do PIB a uma taxa média entre 6% e 7% ao ano”.¹⁷⁷

No princípio do Plano Real, a taxa média de desemprego teve uma queda, mas ao longo de quatro anos de existência do Plano, é possível verificar sua gradual elevação. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE constatou esses índices. Apesar dos índices distintos entre as regiões metropolitanas, pode-se compreender que esses resultados expressam uma nova situação estrutural do mercado, profundamente marcada pela abertura comercial e conseqüente reestruturação produtiva que engloba inserção de avanços tecnológicos e a introdução de novas formas de produção e

¹⁷⁷ FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. 3 ed. Boitempo: São Paulo, 2006. p. 149-150.

organização da força de trabalho, com destaque ao processo de terceirização. Vejamos:

Evolução da taxa de Desemprego aberto (%)
Médias anuais - 1990-1998

MESES	BRASIL*	RMSP	RMS
1989	3,35	3,44	4,37
1990	4,28	4,55	5,39
1991	4,83	5,52	5,91
1992	5,8	6,6	7
1993	5,32	5,74	6,61
1994	4,96	5,42	7,05
1995	4,64	5,17	6,72
1996	5,46	6,29	6,84
1997	5,66	6,6	7,73
1998	7,59	8,58	9,27

Fonte: IBGE - PME

* Regiões Metropolitanas: SSA, SP, RJ, PA, BH e RE.

Um outro fator é que os empregos criados nesse momento, muitos deles sazonais, contribuíam para a queda das taxas de desemprego e não para uma queda real desses números. O IBGE apontou em suas Pesquisas Mensais de Emprego (PME/IBGE) a baixa qualidade dos empregos gerados nesse período. Esse movimento evidencia que a desregulamentação do mercado de trabalho, que já vinha ocorrendo desde 1992, acentuou-se não apenas pelo crescimento do desemprego, mas também pela maior precarização das ocupações existentes. O problema, portanto, tem duas dimensões: insuficiência na criação de novos postos de trabalho, que, com a reestruturação e novos programas de gestão e organização do processo produtivo, foram gradualmente eliminados e a criação de empregos de má qualidade.

Outro aspecto de relevância é que, entre 1994 e 1998, os empregos com carteira assinada diminuíram em 1,6% e os empregos “sem carteira” e os “por conta própria” cresceram em 15,7% e 10,8% respectivamente de acordo com dados de Flávio Benevett Fligenspan.¹⁷⁸

¹⁷⁸ FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre - RS, v. 26, n. 2, 1998.

Tabela 3: Taxa de Desemprego Total

Ano	Total	Masculino	Feminino
1985	12,2	10,1	15,5
1986	9,6	7,6	12,7
1987	9,2	7,3	12,2
1988	9,7	8,1	12,1
1989	8,7	7,5	10,6
1990	10,3	9,1	12,1
1991	11,7	10,8	13,0
1992	15,2	13,9	17,1
1993	14,6	13,4	16,3
1994	14,2	12,7	16,4
1995	13,2	11,8	15,3
1996	15,1	13,5	17,2
1997	16,0	14,2	18,3
1998	18,2	16,1	21,1
1999	19,3	17,3	21,7
2000	17,6	15,0	20,9

Fonte: SEADE/DIEESE. PED, 1985 a 2000.

Ao que concerne às montadoras, a redução dos níveis de emprego aparece bem mais drástica. Além dos processos de reestruturação produtiva e das novas formas de gestão da força de trabalho, a terceirização e o surgimento de postos de trabalhos precários contribuíram para um aprofundamento dos problemas relacionados ao emprego no Brasil. E o período de aprofundamento são os últimos anos da década de 1990 correspondentes ao primeiro governo FHC e à implantação de um novo regime automotivo.

Não podemos nos esquecer de que as medidas, adotadas por FHC, atingiram várias instâncias do país que afetaram diretamente nos níveis de empregabilidade. A desestatização de uma parcela significativa de empresas também contribuiu para um saneamento dos postos de trabalho e consequente aumento das taxas de desemprego, de ocupações precárias e do aumento de trabalhadores sem carteira assinada.

Se analisarmos os dados sobre o número de empresas brasileiras, compradas por estrangeiros, perceberemos a influência que esse processo terá nos níveis de emprego do período.

Número de empresas Brasileiras Compradas por estrangeiros 1990-1998*

1990	38
1991	33
1992	48
1993	58
1994	63
1995	80
1996	119
1997	177
1998	237

Fonte: PricewaterhouseCoopers

* Não inclui joint ventures, acordos ou corporações

Entretanto, o que é mais importante ressaltar nesse período é a implantação do Novo Regime Automotivo em 1995. Com ele, a indústria automobilística vai obter grandes vantagens e incentivos, assim como serviu de atrativo para a vinda de novas montadoras para o país, o que provocou a reconfiguração geográfica da produção automotiva brasileira permitida pela própria medida provisória, depois transformada em Lei.

Instituído pela medida provisória nº 1.024/95 pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio foi convertida em Lei em março de 1997, após inúmeras reedições. Os anos que separam a introdução da medida provisória e sua transformação em lei foram de muitos debates e ajustes. Dentre seus objetivos principais, um deles se destacava: atrair novos investimentos para o setor e estimular a exportação de veículos e autopeças. Mas o grande impasse estava na concentração produtiva da região Sudeste e dos incentivos prioritariamente recebidos pelo governo. Governadores de outros estados e a comunidade política, em geral, não aprovavam o fato dessa região receber e ser subsidiada pelas demais.

O Novo Regime Automotivo nasceu para consolidar e atrair novos investimentos. Ele foi inspirado no Regime Automotriz Argentino. O governo brasileiro via nas grandes montadoras os principais instrumentos para a reestruturação tecnológica e, conseqüentemente, a entrada definitiva do país no mercado internacional. Outra característica fundamental foi o abandono total da possibilidade de investir e expandir as empresas de capital nacional.

Em dezembro de 1996, foi editada uma nova Medida Provisória (nº 1532) instituindo o Regime Automotivo Especial que beneficiava as *newcomers*¹⁷⁹ que se estabelecessem, fundamentalmente, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Além dos benefícios concedidos pelo Novo Regime Automotivo, sua aplicação desencadeou o que chamamos de desconcentração regional e a concorrência fiscal entre os Estados da federação.

De acordo com os estudos de Glauco Arbix e Andrés Rodrigues-Pose, o resultado da introdução dessa política foi rápido:

“A partir de 1996, dezesseis grandes montadoras, 150 empresas de autopeças e 29 firmas de outros setores produtivos aderiram ao Novo Regime Automotivo. Além dessas diretrizes, o Novo Regime permitiu uma concentração de poderes inédita nas montadoras, que tiveram ampliada sua capacidade de interferir nos rumos das políticas fiscal e tributária do governo, no perfil do setor de autopeças (inclusive de seus sobreviventes), nas relações de trabalho e, com a guerra fiscal, nas políticas de desenvolvimento regional e municipal”¹⁸⁰.

O que se faz necessário esclarecer é que, nesse período, muito se falou sobre a fuga das empresas metalúrgicas do ABC por conta das frequentes paralisações desencadeadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região. Foi uma justificativa que povoou os jornais e estiveram presentes nos debates políticos, quando, na verdade, a fuga e a descentralização da indústria metalúrgica deveu-se a uma legislação que favorecia, sobremaneira, as indústrias e sua migração para novas regiões.

¹⁷⁹ *Newcomers* é a designação adotada pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio para indicar as “novas empresas” ou “empresas iniciantes” que vieram implantar suas montadoras no país à partir dos incentivos proporcionados pelo Governo Federal e pelos Estados da Federação. Nesse período, novas empresas se instalaram em diferentes localidades do país por conta dos benefícios oferecidos pelos estados o que gerou uma concorrência entre eles.

¹⁸⁰ ARBIX, Glauco, RODRIGUES-POSE, Andrés. Estratégias do desperdício: a guerra fiscal e as incertezas do desenvolvimento. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 54, São Paulo, Cebrap, julho de 1990. p. 10.

No mesmo estudo de Arbix e Rodrigues-Pose, observamos os investimentos atraídos por tal política e os territórios onde foram integrados e desenvolvidos:

Tabela 1
IDE, Novas Marcas e Novas Plantas
1996-2001

Local	Montadora	País de Origem	Data de Operação	Investimento Previsto (milhões US\$)	Capacidade Anunciada
São Paulo Área Metropolitana					
São Bernardo do Campo	BMW/Rover	Alemanha	1998	150	15.000
Restante do Estado de São Paulo					
São Carlos*	VW	Alemanha	em operação	250	300.000
Mogi das Cruzes**	GM	EUA	paralisada	150	--
Indaiatuba	Toyota	Japão	1999	150	15.000
Sumaré	Honda	Japão	em operação	100	30.000
Itu	Kia	Coréia	paralisada	50	10.000
Bahia					
Camaçari	Ford	EUA	2000	1.300	250.000
Goiás					
Catalão	Mitsubishi	Japão	1998	35	10.000
Paraná					
São José dos Pinhais	Renault	França	1999	750	100.000
São José dos Pinhais	VW/Audi	Alemanha	1999	600	120.000
Campo Largo*	Chrysler/BMW	EUA/Alemanha	2000	600	400.000
Campo Largo	Chrysler	EUA	1998	315	12.000
Minas Gerais					
Juiz de Fora	Daimler	Alemanha	1999	820	70.000
Betim*	Fiat	Itália	1998	500	500.000
Sete Lagoas	Iveco	Itália	1998	250	20.000
Belo Horizonte	Fiat	Itália	1999	200	100.000
Rio de Janeiro					
Porto Real	Peugeot	França	2000	600	100.000
Resende	VW	Alemanha	em operação	250	50.000
Rio Grande do Sul					
Gravataí	GM	EUA	1999	600	120.000
Caxias do Sul	Navistar	EUA	1998	50	5.000

Fonte: Rodríguez-Pose e Arbix (1999), MICT, Anfavea, Panorama Setorial/*Gazeta Mercantil*, julho de 1999. Dados de IDEs são aproximados.

* Produção de Motores.

**Produção de autopeças.

Dessa forma, podemos concluir que o Novo Regime Automotivo financiou a modernização de um setor cujo centro estratégico e decisório está fora dos limites nacionais. Ao privilegiar, mais uma vez, o capital estrangeiro, o governo brasileiro abriu mão do controle estratégico do setor e deu autonomia para às indústrias para barganharem, cada vez mais, espaços e privilégios em território nacional.

Os desdobramentos provocados pelo Novo Regime Automotivo de FHC, apesar de não ter sido concebido como uma política de descentralização

industrial, acabou promovendo incentivos para que as novas empresas pudessem fluir para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, despertou uma voraz concorrência entre os Estados da Federação a fim de atrair as montadoras com o oferecimento de incentivos como isenção de impostos como IPTU e ISS.

Assim, o mapa da descentralização das novas plantas automotivas originaram novos complexos automotivos e novas relações operárias e sindicais:



Com os incentivos arquitetados e postos em prática pelo Novo Regime Automotivo vários resultados foram colhidos. O Brasil passava por um ajuste de sua economia, principalmente, pelas variações cambiais do período que encareciam a importação e, conseqüentemente os preços dos produtos no mercado interno. Entretanto, o pilar da economia nacional foi remodelado e assumiu um novo padrão de produtividade, de gestão da força de trabalho e de participação na economia nacional. Com as tabelas acima, verificou-se que muitos investimentos foram atraídos e os capitais, aplicados numa variedade de locais. A descentralização da economia automotiva propiciou o surgimento

de novos polos produtivos ao mesmo tempo em que contribuiu, efetivamente, para a fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento do movimento sindical. Muitas dessas empresas estabeleceram-se em locais sem a mínima experiência sindical. Dessa maneira, a implantação de novos regimes de gestão da força de trabalho e os problemas, oriundos da relação capital e trabalho, foram resolvidos no âmbito da fábrica e, muitas vezes, tendo como resultado as demissões.

No caso do ABC, apesar da diminuição dos investimentos no setor automotivo, ainda assim continuou a ser uma referência na produção de automóveis e uma referência, também, nas questões relativas ao movimento sindical e operário.

Muito embora o período demonstre um arrefecimento das lutas no ABC Paulista, o histórico de manifestações e conquistas da década de 70 fizeram dessa localidade uma referência de atuação sindical. Na década de 1990, o sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista assumiu um novo perfil de atuação. Além das mudanças na estrutura econômica do país, iniciada principalmente com a política de abertura econômica do governo Collor e potencializada por Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995, a reestruturação do país se deu em todos os níveis.

Por essa razão, quando falamos de reestruturação produtiva, não podemos nos limitar ao âmbito fabril nem apenas almejar falar de toyotismo. A reestruturação, nesse país, atingiu uma dimensão muito além das fábricas e dos sindicatos.

Capítulo 5 – A Câmara Setorial do Complexo Automotivo no processo de reestruturação: a negociação da força de trabalho como transição para o silêncio

Diferente do que alguns pensam, as Câmaras Setoriais foram criadas, ainda na década de 80, no governo de José Sarney como fóruns bipartites. A primeira experiência foi iniciada com a publicação do decreto nº 96.056 de 19 de maio de 1988 que organizou o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) que por sua vez deu origem à Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI) representada por órgãos governamentais e da iniciativa privada. O objetivo era formular propostas políticas e de programas setoriais integrados para o fomento de indústrias cada vez mais fortes e preparadas para enfrentar as novas tendências mundiais.

Com o passar dos anos, as Câmaras Setoriais passaram por reformulações e redefinições de ordem estratégica, mudando de funções e de propostas. No governo de Fernando Collor de Mello, as Câmaras foram substituídas pelos Grupos Executivos de Política Setorial, conhecido por GEPS, cujas características diferenciavam-se dos fóruns criados no governo anterior.

Em março de 1991, no Congresso Nacional, a Lei 8.178/91 criou Câmaras Setoriais como instâncias de resoluções de conflitos quanto à política de preços. Essa Lei estabeleceu regras sobre preços e salários e, também, a constituição de Câmaras Setoriais destinadas a analisar a estrutura de custos e preços em setores e cadeias produtivas específicas. Objetivava assessorar os Ministros da Economia, Fazenda e Planejamento na monitoria da flexibilização dos preços que passavam a estar congelados a partir daquela data.

Caberia ao Ministro definir as competências e abrangências das Câmaras designando, pelas portarias, os representantes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP), dos empregadores e trabalhadores. Em junho de 1991 foi definida, pela da portaria nº 463 do MEFP, uma política de preços para produtos e serviços, controlados, monitorados e liberados para serem discutidos nas Câmaras Setoriais para a elaboração de cartas-compromissos. Essas cartas continham os pressupostos para o

desenvolvimento dos programas elaborados pelo governo Collor: PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade; PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica Industrial; PCI – Programa de Competitividade Industrial. Além disso, foram definidas as referências de implantação, definição de prazos e critérios de avaliação do desempenho.

Somente em agosto desse mesmo ano uma portaria ministerial (portaria nº 762 de agosto de 1991) delegou à Secretaria Nacional de Economia (SNE) a definição da competência e abrangência das Câmaras Setoriais, assim como a designação de seus membros. Em 1992, a Câmara Setorial Automotiva foi implantada.

Essas foram as medidas que ampliaram o campo de atuação e as perspectivas das Câmaras Setoriais, pois passaram a abordar questões estruturais de médio e longo prazo e não apenas elementos acerca de negociação e gestão de preços. Questões ligadas ao comércio exterior, ao sistema tributário, à desregulamentação e às relações entre capital-trabalho foram problemáticas inseridas e contextualizadas no âmbito dessas Câmaras. Dessa forma foi possível desenvolver uma ação conjunta com a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC) que, posteriormente, foi substituída pelo Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (CONCEC).

No Governo Collor, as Câmaras receberam novas atribuições. De fórum bipartite elas passaram a discutir com o governo, os empresários e os sindicatos os mecanismos e as estratégias econômicas para o ajustamento do mercado. As Câmaras começaram a atuar como um organismo articulado e regulador de preços e salários e passaram a ser, a partir de 1992, um fórum tripartite de negociações.

Qualitativamente, as Câmaras assumiram uma nova dinâmica que permitiu com que três setores interessados (governo, empresários e trabalhadores) pudessem ampliar os debates e constituir novos espaços de discussão e ajustes diante das mudanças estruturais causadas pela Abertura Comercial e pelas novas exigências do mercado internacional.

O primeiro grande acordo da Câmara Setorial Automobilística ocorreu em março de 1992. Nele, aspectos como a redução da carga fiscal sobre os automóveis, a retomada de investimentos, a manutenção do nível de emprego e a reestruturação produtiva do setor estiveram em pauta. Assim, o chamado

Acordo das Montadoras foi assinado e passou a ser o resultado imediato das discussões realizadas no interior da Câmara. Elas se caracterizavam como representação de interesses e, apesar de romper e inaugurar uma nova dinâmica de convergência, esse mecanismo não foi capaz de propor uma mudança efetiva na estrutura política-econômica responsável por precarizar o trabalho e diminuir postos de emprego. Pelo contrário, a Câmara Setorial serviu como organismo de negociação da transição política-econômica do país. Uma forma de adaptar o cenário brasileiro às exigências internacionais assim como uma maneira de propor a negociação dos impactos que, com o tempo, seriam produzidos e sentidos principalmente pela classe trabalhadora.

Ao abrir as portas para que os sindicatos participassem das estratégias reestruturadoras do setor, fazia-se mais um frágil pacto com os trabalhadores, e percebia-se a total ausência de discussões que pudessem apontar a superação ou a minimização dos dilemas do mundo do trabalho.

Já estava claro que o processo de reestruturação produtiva causaria nas relações trabalhistas, no emprego e na força de trabalho um processo destrutivo.

Montadoras como a Ford, General Motors e Volkswagen já haviam passado por essas mudanças uma década antes em suas matrizes (América do Norte e Europa) e, portanto, sabiam que a iniciativa de incorporação de novas tecnologias, associadas às formas de gestão da força de trabalho, acarretaria na demissão de uma parcela substancial de trabalhadores e que as conseqüências disso no Brasil seriam muito mais danosas do que foi na Europa devido a nossas deficiências legislativas e da particularidade das lutas sociais brasileiras.

As demissões, a exigência de profissionais qualificados, o desaparecimento de determinadas funções por conta da inserção de novas tecnologias, o processo de terceirização como forma de diminuir custos e como método de transferência de responsabilidades técnicas e logísticas imprimiriam um novo padrão produtivo altamente moderno em contraste com uma sociedade com leis frágeis, com um Estado cada vez mais se isentando de suas tarefas e pouco investimento em setores primordiais (educação e saúde). A mundialização das formas de produção encontra, no Brasil, um terreno singular.

Entende-se a entrada dos sindicatos nesses fóruns como um pacto para que os prejuízos pudessem ser administrados nesse período de transição já que a reestruturação era um caminho inevitável. Para Adalberto Moreira Cardoso e Álvaro Comin:

“O Acordo das Montadoras, realizado no interior da Câmara Setorial do Complexo Automotivo, significa uma ruptura com os padrões históricos de relações entre capital, trabalho e Estado no país, desde pelo menos dois pontos de vistas: de um lado, nega-se na prática o padrão corporativo de negociação, com o Estado aparecendo como parte interessada e não mais como tertius cuja tarefa fosse apaziguar conflitos sociais. De outro lado, constitui-se uma esfera pública em que os interesses do capital e do trabalho emergem como medida um para o outro, inaugurando um antagonismo de classe não mais baseado na perspectiva da destruição do adversário (padrão prevalecente desde o ressurgimento do sindicalismo em 1978), mas sim na perspectiva da constituição de regras democráticas de luta política e econômica”.¹⁸¹

As mudanças nas formas de relacionamento e o grau de negociação entre as partes responderam às alterações desencadeadas pela propositura política de Collor. Entretanto, a nova dinâmica de relacionamento entre Estado/Indústrias/Trabalhadores, sem a perspectiva e a prerrogativa de paralisações por parte dos sindicatos, não apontou para soluções dos problemas em torno do emprego, da empregabilidade, etc. Processou-se um novo rearranjo de forças, um pacto dos três setores, para enfrentar o mercado internacional e colocar a indústria nacional dentro dos novos padrões mundiais.

As empresas se reestruturaram, inseriram novas tecnologias e métodos japoneses de controle de produção, estoques e gestão da força de trabalho, mas não minimizaram, de forma alguma, os impactos que essa gama de novos elementos causaria no mundo do trabalho e no mundo do emprego.

¹⁸¹ CARDOSO, Adalberto Moreira, COMIN, Álvaro. *Caminhos cruzados: o “acordo das montadoras” e as relações de classe no Brasil contemporâneo*. Trabalho apresentado no Seminário Brasil em Perspectiva. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 25-27 de agosto, p. 3, 1993.

As mudanças nas formas de negociação se inserem nessa nova dinâmica de exploração, em que a modernização e a mundialização das formas produtivas fragmenta e precariza o trabalho enfraquecendo a luta coletiva. Com as mudanças de orientação cutista no final de 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC adotou o discurso do Sindicalismo Propositivo que privilegiava as negociações e abandonava o confronto direto com a realização de paralisações como mecanismo de luta contra a opressão capitalista.

O abandono do seu papel articulador junto à classe trabalhadora imprimiu um novo rumo para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, muito oposto àquele historicamente vivido nas duas décadas anteriores.

Os anos que vão de 1992 a 1994 quando a Câmara Setorial Automotiva funcionou foi o período de transição no qual o capital absorveu os impulsos creditícios do governo e negociaram diretamente com o Sindicato as perdas em relação aos postos de trabalho, demissões, salários, terceirização.

De acordo com os estudos do IPEA, o nível de emprego durante toda a década de 90 sofreu grande queda notadamente nas empresas instaladas no Brasil há mais tempo. A partir de 1995 com o Novo Regime Automotivo do Governo de Fernando Henrique Cardoso, novas empresas aparecem no cenário de montadoras o que ajuda a aumentar a oferta de postos de trabalho. Mas não significa, entretanto, um alento em relação às melhorias já que essas empresas acabam buscando melhores condições fiscais nos estados para efetuarem a sua instalação.

É possível verificar as reduções dos postos de trabalho na década de 90 pelo estudo produzido pelo IPEA:

Indústrias Automobilísticas

Produção Anual (em unidades)	Nível de Emprego	Massa salarial versus Receita líquida
---	-------------------------	--

Ano	Total	Por empreg.	Médio Anual	(em %)
1980	1.179.419	8.8	133.641	18.6
1981	780.883	6.6	118.776	19.6
1982	859.295	7.8	109.780	18.6
1983	896.469	8.3	107.493	16.1
1984	864.654	8.1	106.618	13.0
1985	966.708	8.1	119.357	13.6
1986	1.056.332	8.3	127.133	17.3
1987	920.071	7.7	120.121	12.3
1988	1.068.756	9.4	114.019	10.1
1989	1.013.252	8.8	114.955	10.1
1990	914.466	7.7	118.183	11.0
1991	960.219	8.7	110.954	12.5
1992	1.073.861	10.0	107.682	10.4
1993	1.391.435	13.1	106.227	8.8
1994	1.581.389	14.8	106.613	12.9
1995	1.629.008	15.1	107.874	10.2
1996	1.804.328	17.4	103.545	9.4
1997	2.069.703	19.6	105.641	8.5
1998	1.573.106	16.1	97.452	8.7
1999	1.345.515	15.9	84.632	8.0

Fonte: Subseção DIEESE - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Para Glauco Arbix¹⁸², na década de 80, a configuração das Câmaras Setoriais levou em consideração somente o setor empresarial e governamental, não no desenvolvimento de objetivos e estratégias de política industrial, mas apenas como mecanismo de troca entre o Estado e as elites empresariais.

Nessa primeira fase das câmaras, os sindicatos e as centrais sindicais estiveram de fora por entender que os objetivos do governo estavam restritos ao controle dos preços e que esse mecanismo de discussão não propunha qualquer poder decisório, mas apenas uma aliança estratégica do empresariado. Já na década de 90, os organismos que substituíram as Câmaras, os Grupos executivos de Política Salarial, também não foram capazes de superar os limites das discussões sobre o controle de preços.

Com o fracasso dos planos econômicos propostos nos primeiros meses do governo Collor, surge a necessidade de reconfigurar o papel das Câmaras Setoriais e elevá-las a uma nova fase para traçar novas estratégias e campos de atuação. Era necessário administrar a saída do congelamento de preços e os impactos produzidos pela implementação de novas tecnologias no interior das grandes empresas.

Pela primeira vez, a Câmara Setorial adquiriu status de fórum tripartite congregando representantes da classe empresarial, dos sindicatos e do governo representados pelo Ministério da Economia. Em 17 de dezembro de 1991, a Câmara Setorial Automotiva foi instalada, de acordo com Patrícia Anderson:

“Neste período passaram a ser elaboradas cartas de compromissos para cada setor que incluíam o desenvolvimento de programas do governo, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI) no âmbito dos setores. Passaram a ser elaborados também termos de referência com previsões de implantação de projetos que se enquadravam naqueles programas, assim como começaram a ser definidos prazos e critérios de avaliação do desempenho na execução

¹⁸² ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria brasileira*. São Paulo: Scritta, 1996.

das etapas estabelecidas. Com isso o escopo das câmaras foi ampliado e, aos poucos, as cartas-compromissos foram substituídas por acordos setoriais, que visavam a tratar de assuntos que não se limitavam apenas a negociações de preços, mas abordavam questões estruturais de médio e longo prazos¹⁸³.

Nesse mesmo ano de 1991, as reduções nos níveis de emprego no setor automotivo e o anúncio do fechamento da fábrica de Motores da Ford de São Bernardo do Campo fizeram com que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tomasse sua posição de negociador no interior da Câmara. Da parte do Sindicato algumas medidas foram tomadas, dentre elas a visita de Vicente de Paula, o Vicentinho, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em Detroit, Estados Unidos, para conversar diretamente com a direção da Ford. A ideia era tentar reverter a decisão da empresa quanto ao fechamento da fábrica e, assim, manter os empregos na região. Mas a visita acabou não gerando os resultados esperados.

Mesmo tentando reverter a situação, as discussões em torno de temáticas como emprego e desenvolvimento da indústria automotiva brasileira continuaram sendo debatidas. Com Itamar Franco na presidência, as Câmaras retomaram a órbita de poder do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e tiveram, novamente, suas atribuições redefinidas com o objetivo de colocar em prática a reestruturação dos complexos industriais e a modernização das relações de trabalho.

5.1 - A Organização da Câmara Setorial do Complexo Automotivo

Dentro do âmbito da negociação, vale destacar os importantes grupos que se fizeram presentes nos debates acerca dos caminhos e das perspectivas que foram adotadas no processo de Abertura Comercial e reestruturação

¹⁸³ ANDERSON, Patrícia. Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados – 1991/95. Texto para discussão nº 667. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. p. 1.

produtiva no Brasil. Aqui, iremos destacar as representações empresariais e as dos trabalhadores que se fizeram presentes nos debates na defesa de seus interesses.

Representantes dos empresários:

- A-) Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA;
- B-) Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos/ Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ/SINDMAQ;
- C-) Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica – ABINEE;
- D-) Federação Nacional dos Revendedores de Veículos – FENABRAVE;
- E-) Associação Brasileira das Indústrias de Fundição – ABIFA;
- F) Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças – SINDIPEÇAS.

Representantes dos Trabalhadores:

- A-) Centrais Sindicais: CUT, CGT e Força Sindical;
- B-) Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de Betim, de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, São Paulo e de Taubaté, além dos técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE.

No interior da Câmara Setorial 7, grupos de trabalhos foram definidos com o objetivo de estabelecer critérios e estratégias de implementação do processo de reestruturação do setor:

- 1-) Grupo Coordenador – dirigido pela Secretaria Nacional de Economia (SNE);
- 2-) Grupo de Trabalho 1 – Desenvolvimento do Mercado Interno – Coordenado pela FENABRAVE;
- 3-) Grupo de Trabalho 2 – Promoção de Exportações – Coordenado pelo SINDIPEÇAS;
- 4-) Grupo de Trabalho 3 – Tecnologia, Qualidade e Produtividade – Coordenado pelo Sindipeças;
- 5-) Grupo de Trabalho 4 – Carga Tributária – Coordenado pelo SINDIPEÇAS;
- 6-) Grupo de Trabalho 5 – Investimentos – Coordenado pela ABIFA;

7-) Grupo de trabalho 6 – Contrato Coletivo de Trabalho – Coordenado pela ANFAVEA e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

A partir da definição dos grupos de trabalho, de seus temas e respectivos coordenadores compreende-se o papel restrito ocupado pelo Sindicato dos Metalúrgicos na discussão e verdadeira atuação dos aspectos fundamentais do trabalho e da qualificação profissional. Em aspectos como introdução de novas tecnologias e a conseqüente anulação de postos de trabalho, o sindicato sequer participou. A relação negociadora proporcionada no âmbito da Câmara Setorial permitiu apenas contratos para a manutenção dos níveis de emprego com data de validade. As negociações ficaram restritas às conseqüências da reestruturação como redução de níveis de salário e emprego e tampouco tocaram nos aspectos que realmente desencadeavam novos níveis de exploração, precarização e eliminação de postos de trabalho: a política imposta pelo governo que, mais uma vez, privilegiou o desenvolvimento e a reestruturação do capital internacional no país.

A estratégia da Câmara Setorial não foi combinada e, sim, restrita. A ênfase que estudiosos deram para essa nova forma de negociação que, na prática, significava uma redução na taxa de conflito e definição de metas em comum, resultou na retomada do desenvolvimento e reestruturação do capital em detrimento de ações frágeis e instáveis em relação ao operariado metalúrgico.

O primeiro acordo setorial automotivo foi assinado em 26 de março de 1992¹⁸⁴ e dispunha, basicamente, sobre a redução de tributos e margem de lucros. Veja:

- redução de 6% do I.P.I.;
- redução de 6% do I.C.M.S.;
- redução de 4,5% nas margens de lucro das montadoras;
- redução de 3% nas margens de lucro das autopeças;
- redução de 2,5% na margem de comercialização das revendas.

¹⁸⁴ BEDÊ, Marco Aurélio. *A política automotiva nos anos 90*. In: De JK a FHC: a reinvenção dos carros. Scritta: São Paulo, 1997. p. 365.

Nas relações capital x trabalho ficaram acordados os seguintes aspectos:

- correção mensal e integral de salários a partir da data do acordo;
- manutenção do nível de emprego até 30/06/92 (posteriormente estendida até 31/07/93, com base no patamar de 27/03/92);
- prorrogação da data-base (de abril para julho de 1992);
- criação de um grupo de trabalho para discutir o tema “Contrato Coletivo de Trabalho”;

Em julho de 1992, a Câmara Setorial renovou o primeiro acordo, encerrando essa primeira fase do processo de reestruturação negociada na industrial.

Após o tumultuado processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello que paralisou as atividades do Poder Executivo e Legislativo, as Câmaras Setoriais foram retomadas, mas com alguns prejuízos, já que nesse período, muitos dos acordos acabaram simplesmente não ocorrendo. Somente em novembro de 1992, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo retomaram as atividades dando início à formulação do que seria o segundo acordo, sob um novo governo e sob uma nova perspectiva econômica.

O segundo acordo foi firmado em 15/02/1993, dessa vez contando com a presença da segunda maior central sindical do país, a Força Sindical. Nesse acordo, novas metas foram traçadas principalmente em relação aos impostos, aos financiamentos e, fundamentalmente, às questões trabalhistas. Dessa vez, no âmbito econômico, ficaram acordados os seguintes aspectos:

- redução de 36% para 30% do I.P.I. para veículos com potência superior a 100HP;
- redução de 31% para 25% do I.P.I. para veículos com potência inferior a 100HP e com mais de 1000 cilindradas;
- redução de 14% para 8% do I.P.I. para veículos com menos de 1000 cilindradas;

- redução de 10% para 8% para comerciais leves.

Em relação às alíquotas de I.C.M.S. foram acordados:

- redução de 12% para 9% o I.C.M.S. dos veículos com menos de 1000 cilindradas;
- manter 12% o I.C.M.S. para todos os demais veículos, inclusive comerciais leves e ônibus;
- reduzir para 7% o imposto para caminhões e máquinas agrícolas.

Sobre a redução das margens de lucros:

- montadoras 3%;
- autopeças 1,2%;
- distribuidores 0,8%.

Sobre a relação capital-trabalho:

- aumento real dos salários de 20%, escalonados em 3 parcelas de 6,27% nos meses de abril dos anos subsequentes, começando em abril de 1993;
- ampliação do nível setorial de emprego;
- extensão do acordo para as bases de trabalhadores de São Paulo, Osasco e Guarulhos, visando à unificação de todas as datas-bases metalúrgicas do estado em 1/11/95¹⁸⁵.

Nos anos de 1992 e 1993 foram esses os resultados obtidos dentro da Câmara Setorial do Complexo Automotivo que estabeleceram os rumos que o governo, empresários e trabalhadores adotariam em relação ao processo de reestruturação no país.

¹⁸⁵ Idem BEDÊ, Marco Aurélio, p. 366.

Na seqüência, um novo acordo seria firmado fora do âmbito da Câmara Setorial o que, a nosso ver, foi o primeiro passo para sua dissolução e eliminação em 1995.

Foi assinado, em 19/04/1993, pelo então Presidente da República Itamar Franco, o Acordo do Carro Popular que causou um descompasso em relação aos pontos firmados no primeiro e segundo acordos automotivos anteriores, não seguindo as regras e, tampouco, surgiu do resultado de um processo de negociação. Tal acordo acabou sendo realizado fora do âmbito da Câmara Setorial, entre as montadoras e o desejo do presidente de retomar a produção de carros populares, principalmente do modelo Fusca.

Em fevereiro de 1993, foi assinado entre o governo e as montadoras um protocolo de intenções que previa a fabricação dos modelos populares com uma alíquota simbólica de 0,1% de IPI. Para Alexandre Comin:

“O protocolo opõe-se à trajetória anterior em sua forma: o ‘acordo’ foi costurado nos bastidores, a partir de negociações diretas entre o Presidente e as montadoras, sem nenhuma participação dos demais interesses organizados de trabalhadores, demais esferas de governos e do restante do setor privado. Retomou, portanto, a velha tradição brasileira de relacionamento direto entre o Estado e o grande capital, jogando por terra o tremendo avanço que os acordos setoriais significaram em termos de democratização e transparência na condução da política pública”¹⁸⁶.

Nesse momento, o presidente Itamar Franco abdicou das negociações junto à Câmara Setorial negociando diretamente com as montadoras. Essa atitude já significou uma quebra de protocolo e um indicador do verdadeiro objetivo da Câmara: negociar as perdas para os trabalhadores.

A procura de soluções à margem da Câmara Setorial e seus movimentos nos bastidores provocaram uma deterioração da sistemática da Câmara como fórum privilegiado para a busca de soluções. Mas, nesse processo, ficou claro o papel do Estado como agente indispensável.

¹⁸⁶ COMIN, Alexandre. *De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90*. CEBRAP/ Annablume/FAPESP: São Paulo, 1999. p. 54.

A partir de 1994, com o advento do Plano Real e da retomada das negociações em torno dos preços e dos salários e por conta dos rumos adotados pelas partes interessadas, a Câmara Setorial Automotiva encerra-se pelo mais profundo esvaziamento. Reflexo disso são as paralisações que ocorrem no primeiro semestre de 1994 nas montadoras do ABC Paulista. Os desvios e os recuos deferidos por todas as partes que compunham a Câmara acabam por decretar o seu fim entre os anos de 1994/1995, quando é anunciado pelo então Presidente da República eleito, Fernando Henrique Cardoso, um Novo Regime Automotivo, que regularia as atividades econômicas do setor e redimensionaria as práticas de exportação.

“FHC iniciou, em 1994, simultaneamente ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como consequência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo do país. O Programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi replantado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, ‘integração’ servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos país cassino financeiro internacional”.¹⁸⁷

Para o sindicalismo metalúrgico do ABC, o período de 1995 á 2000 representaria a auto-conformação e o engessamento das perspectivas de uma atuação transformadora. Algumas paralisações ocorreram, principalmente, nos anos de 1998 e 1999, porém não apresentaram nenhum tipo de inovação organizativa e coletiva de grande porte na busca da reconquista de seu poder de negociação e da aproximação das bases operárias. Os cinco últimos anos da década de 90 são expressão e resultado dos caminhos traçados e percorridos pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC desde o final da década de 80. Ao optar pelo sindicalismo propositivo e pela negociação direta com empresários e governo, o trabalho junto aos trabalhadores,

¹⁸⁷ ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)*. Autores Associados: Campinas, 2004. p. 37.

principalmente os novos operários que estavam formando um novo perfil de trabalhador naquele período, foi abandonado sugerindo, inclusive, que os conflitos internos das empresas fossem lá solucionados pelos serviços de Recursos Humanos. A falta de coletivização dos problemas acarretou na individuação e na fragmentação da classe operária.

A partir de 1995, portanto, o governo brasileiro adota novos pressupostos de orientação para a indústria automobilística produzindo uma Nova Política Industrial e um Novo Regime Automotivo.

A Medida Provisória nº 1024/95 dispôs sobre as novas regras para o setor automotivo, marcando na prática o fim das Câmaras Setoriais. Foram estabelecidas cotas para a importação de veículos, redução de alíquotas para a importação de peças e componentes. Essa medida provisória foi reeditada dezesseis vezes, finalmente tomando o formato de Lei em 1997 (Lei 9.949/97).

O setor automotivo foi o único que contou com uma política específica de incentivos desde a Abertura Comercial imposta por Collor, nunca deixando de ser um setor estratégico e privilegiado na economia brasileira. Para Glauco Arbix o Estado permaneceu atuando como gestor das relações econômicas na década de 90, contrariando conceitos neoliberais sobre as forças do mercado. Para ele, existe, nesse período, um 'neocorporativismo' que reconfigura as ações do Estado, mas não tirando dele o papel de mediador:

“O Estado opera, em geral, de modo a proteger a acumulação do capital. No entanto, por ser distinto de um ‘comitê executivo da burguesia’, o Estado precisa legitimar a sua intervenção junto aos representantes tanto do capital quanto do trabalho”¹⁸⁸

Mas, a partir de 1995, em resposta ao crescimento das importações de veículos, o governo procura alternativas para reequilibrar o mercado interno. A medida provisória nº 1024 ocasionou problemas no relacionamento econômico entre Brasil e Argentina que alegava que a medida rompia com acordos firmados no âmbito do Mercosul. A Organização Mundial do Comércio também se manifestou. Por esse motivo, a medida provisória passou por várias

¹⁸⁸ ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria brasileira*. Scritta: São Paulo, 1996. p. 108.

alterações. Mas, diante das suas várias reedições, uma acaba se destacando: a Medida Provisória 1.532/96 que criou incentivos especiais para as firmas que se instalassem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país que ficaram conhecidas como Regime Automotivo Regional ou Especial. De acordo com a diretoria do IPEA, o Regime Automotivo Regional Especial se configurava pelos seguintes pressupostos:

“O regime especial permite a importação de peças e componentes com a redução de 90% do II até o ano de 1999. Está previsto nesse regime que as aquisições de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil dão direito a um bônus de 200% para importação e, no caso de aquisições de ferramentas fabricadas no Brasil, de 150%. Os bônus de importação estarão vigorando durante toda a vigência do regime. O regime especial isenta do IPI as aquisições de máquinas e equipamentos até 1999 e reduz em 45% o IPI nas aquisições de matérias-primas e insumos. Além desses incentivos, isenta tais aquisições do Imposto de Renda calculado com base no lucro da exportação do empreendimento, do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante e também do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de câmbio realizadas para pagamento dos bens importados. Até o final de 1998, essas medidas não forem eficientes na atração de investimentos para a região de cobertura”.¹⁸⁹

Dessa maneira, desenha-se uma nova configuração na instalação de novos projetos automotivos no país. Por conta dos novos incentivos, novas empresas se instalam no Brasil e descentralizam a produção de automóveis no país. Essas medidas provocaram uma guerra fiscal e uma disputa acirrada dos governos estaduais para atrair as grandes montadoras para suas regiões.

¹⁸⁹ DE NEGRI, João Alberto. *O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro*. Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA, 1999. www.ipea.gov.br.

De acordo com a Revista Brasileira de Comércio Exterior da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior por meio dos estudos de Regis Bonelli e Pedro da Motta Veiga, afirma:

“Em nenhum segmento industrial os incentivos foram tão extensos e a política setorial tão explícita, na década de 90, quanto no caso do setor automotivo. Este segmento, além de gozar de proteção efetiva muito elevada, dispõe de incentivos fiscais e financeiros estaduais e, especialmente, de um regime automotivo em nível federal que lhe é vantajoso e que permitiu um acelerado crescimento do intercâmbio de autos e peças com a Argentina na década de 1990, até o começo de 1999. O acordo automobilístico que havia sido proposto em 1995 foi visto como peça final de estímulo à indústria de automóveis no Brasil”.¹⁹⁰

Novos espaços produtivos aparecem e novos complexos industriais automotivos passam a se destacar na produção automobilística nacional. Entretanto os custos dos governos sem dúvida foram muito maiores do que os benefícios que estas indústrias trouxeram para as regiões. Essa reestruturação e reconfiguração geográfica da produção automotiva no Brasil não significaram um grande aumento de oportunidades de empregos nessas regiões. Elas chegaram e implantaram suas células de produção com base no *lean production* (produção enxuta), ou então adotando os condomínios industriais e consórcios modulares¹⁹¹ no desenvolvimento da produção. Os empregos que criaram ficaram muito abaixo das expectativas.

¹⁹⁰ BONELLI, Regis, VEIGA, Pedro da Motta. *A dinâmica das políticas setoriais no Brasil na década de 90: continuidade e mudança*. Revista Brasileira de Comércio Exterior/ FUNCEX. Rio de Janeiro, nº 75, abril, 2003. p. 6.

¹⁹¹ O condomínio industrial é uma configuração, no qual alguns fornecedores escolhidos pelas montadoras se instalam junto às plantas das indústrias automotivas, objetivando reduzir custos em estoques, processos, transporte e facilitar a integração entre os parceiros. Inicialmente, essas empresas faziam entregas em pequenos lotes (just-in-time). Posteriormente, foram chamadas para participarem dos projetos, gerando um relacionamento de parceria entre as partes. No Consórcio Modular os fornecedores, além de produzirem os componentes, participam diretamente da montagem dos veículos, ou seja: a Volks não possui funcionário próprio na linha de montagem, essa função é de responsabilidade dos parceiros sendo internamente chamados de “modulistas” pela empresa.

Estudos realizados pelo DIEESE sobre as taxas de empregos no Brasil no período FHC: 1994/1999 indicam um aumento considerável nas principais cidades do país. Veja:

Taxa de desemprego total - Região Metropolitana de São Paulo 1994 -1998	
1994	14,2
1995	13,2
1996	15,1
1997	16
1998	18,3

Fonte: DIEESE/SEADE - PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: Médias anuais

Em um estudo comparativo o DIEESE/SEADE também estabeleceu a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas no ano de 1998:

Taxa de Desemprego total - Regiões Metropolitanas - 1998 (em %)	
São Paulo	18,3
Porto Alegre	15,9
Distrito Federal	19,5
Belo Horizonte	15,9
Salvador	24,2
Recife	21,6

Fontes: DIEESE/SEADE

Obs: médias anuais

Outra tabela interessante informa o tempo médio de procura de trabalho ao longo do governo FHC na região metropolitana de São Paulo e nas principais regiões metropolitanas do país:

Tempo Médio de procura de trabalho Região Metropolitana de São Paulo 1994-1998 (em semanas)	
1994	25
1995	22
1996	24
1997	28
1998	36

Fonte: DIEESE/SEADE - PED: Pesquisa de emprego e Desemprego

Obs: médias anuais

Tempo Médio de Procura de Trabalho - Regiões Metropolitanas 1998 (em semanas)	
São Paulo	36
Porto Alegre	40
Distrito Federal	52
Belo Horizonte	37
Salvador	42
Recife	40

Fontes: DIEESE/SEADE

Obs: médias anuais

Com o incremento das políticas industriais e as novas articulações de beneficiamento do setor automotivo, estabeleceu-se uma nova dinâmica de produção e, também, uma nova relação com as questões referentes à força de trabalho. A nova organização da economia e as novas estratégias competitivas para o setor automotivo reconfiguraram o setor, descentralizaram a produção, intensificou o processo de terceirização, o que proporcionou um aumento real no grau de importância do setor de serviços.

Os impactos causados por essas transformações no mundo do trabalho foram precarizantes. Além da eliminação de uma parte substancial de setores produtivos no interior das montadoras, as novas exigências técnicas transformaram-se numa capacitação que nem todos os trabalhadores detinham. Muitos eram dispensados por não reunirem as qualidades técnicas necessárias para operar um determinado tipo de equipamento, o que também ocasionou uma mudança no perfil do operariado metalúrgico do ABC Paulista.

Muitos, recém-saídos dos cursos técnicos passaram a assumir funções dentro das empresas da região. Esses jovens operários eram, da mesma maneira, frutos de uma década de pouca atividade sindical, e o passado heróico do sindicalismo metalúrgico do ABC estava muito distante dos seus referenciais de formação sindical. Esses novos referenciais da atuação sindical, que preteriu as negociações em torno da Câmara Setorial entre 1992 – 1994, a partir de 1995 preocupava-se em oferecer cursos técnicos e de recapacitação para abastecer o Novo Mercado de Trabalho da Região.

É, por esse motivo, que, no próximo capítulo, analisaremos a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista na década de 90, procurando salientar suas orientações ideológicas e suas vias de negociação ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva reconfigura o mercado de trabalho na

região e promove uma mudança no perfil do operariado. As mudanças, de um lado do Sindicato, e de outro no perfil do operariado gerou a barreira que impossibilitou um sindicalismo transformador na década de 90 e, hoje, em 2008, colhemos os resultados dessa acomodação.

Capítulo 6 – O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista e os Novos Paradigmas do Mundo do Trabalho na década de 1990

Nesse caminho de integração do Brasil no cenário capitalista, a mundialização das forças produtivas e os impactos gerados por conta da inserção de novas tecnologias, novas formas de produção e gestão da força de trabalho aliadas às novas exigências de qualificação profissional atingiram, de forma peculiar, o sindicalismo Cutista e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A reestruturação produtiva do capital ampliou sua lógica destrutiva de viés neoliberal que, na particularidade brasileira, assumiu novas feições revelando suas contradições: crescimento industrial, equiparação tecnológica/produtiva, modernas formas de articulação e gestão dos recursos humanos, logística, etc., em contradição com o pouco avanço social, com a deterioração, cada vez maior, dos serviços de saúde e educação, assim como a acentuação da precarização e da superexploração do trabalho.

A precarização dos empregos e a redução gradativa dos salários aumentou a desregulamentação, a redução de direitos sociais, essencialmente nos setores terceirizados que utilizaram, em volume assustador, a legislação trabalhista que atua sobre a contratação temporária.

As formas subjetivas de como o capital vai reorganizar os processos produtivos alteram a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil dentro da sua particularidade, pois essa nova fase da divisão do trabalho determina, também, as relações dos indivíduos uns com os outros. Assim, vale lembrar Marx e Engels:

“As relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas, a divisão do trabalho, o intercâmbio interno. Esse princípio é, em geral, reconhecido. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, como também toda a estrutura interna dessa mesma nação dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. A que ponto as forças produtivas de uma nação

estão desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Cada nova força produtiva, na medida em que não é mera extensão qualitativa de forças produtivas já conhecidas, tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho”¹⁹².

As mudanças objetivas nas formas de produção e nas orientações políticas que viabilizaram a adoção de um novo padrão industrial de desenvolvimento provocaram mudanças na subjetividade operária. O produto dessas mudanças nas formas de trabalho e na consciência de classe é exatamente uma relação historicamente estabelecida que, embora modificada pela geração operária dos anos 90, determina suas condições de desenvolvimento:

“Essas condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria ‘produção da vida’ que ainda vigora”¹⁹³.

Dessa maneira, a classe trabalhadora brasileira enfrentou muito mais uma degradação contínua do mundo do trabalho e a fragmentação da sociabilidade do trabalho do que estimulou uma atuação revolucionária da Central Única dos Trabalhadores e do sindicalismo brasileiro de modo geral.

A ofensiva do capital dinamizou as formas produtivas e, ocasionada da inserção de novas tecnologias, alterou, significativamente, o perfil do trabalhador metalúrgico. A partir da exigência de maiores qualificações para assumir certas funções, o quadro empregatício das grandes montadoras

¹⁹² MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Boitempo: São Paulo, 2007. p. 89.

¹⁹³ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Idem* p. 43.

mudou em relação ao número (quantidade de funcionários) e em relação às exigências técnicas (qualificação profissional).

Em seu livro *“Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da Globalização”*, Giovanni Alves destaca que a lógica do toyotismo é uma nova forma de organização da produção capitalista que busca construir uma captura da subjetividade da força de trabalho, um novo tipo de envolvimento estimulado, adequada à nova base técnica de produção de mercadorias. Além disso, gera uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja nos aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos¹⁹⁴.

Para Ricardo Antunes, o toyotismo tem a capacidade de conglomerar padrões antigos de produção com aspectos novos e, fundamentalmente, substituir totalmente esses padrões. Assim, é possível encontrar formas transitórias de produção, cujos desdobramentos atingem diretamente as questões relacionadas ao mundo do trabalho, fundamentalmente: direitos do trabalho, desregulamentação, flexibilização, substituição e eliminação:

“Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias”¹⁹⁵.

A força do toyotismo, na cena brasileira na década de 90, impulsionou as políticas governamentais em relação à criação de novos cursos profissionais presentes a partir de 1994 com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 1996, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR¹⁹⁶ cujo objetivo era a democratização do acesso à qualificação, mas

¹⁹⁴ ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Práxis: Londrina, 1999.

¹⁹⁵ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6 ed. Cortez: São Paulo, 1999. p. 16.

¹⁹⁶ Para mais ver BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul*. São Paulo em Perspectiva. Vol. 18, nº 4, São Paulo, Out/Dez, 2004.

que contribuiu, substancialmente, para a difusão dos conceitos toyotistas no país.

A redefinição de políticas educacionais e pedagógicas estabeleceram uma nova lógica relacional entre trabalhadores e empresas na coordenação sistêmica de esforços em vários planos: organizacional e individual; estratégico e operacional¹⁹⁷. De acordo com Giovanni Alves:

“Governo, escolas e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, em torno do conceito de ‘empregabilidade’, as noções de competências e novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias para a nova produção capitalista. Constitui-se todo um complexo de aparelhos ideológicos provados e públicos que buscam disseminar, através de cursos e treinamentos, a ‘nova racionalidade’ da produção capitalista sob a mundialização do capital, o que implica na construção de uma nova linguagem e sintaxe das práticas do trabalho. Na verdade, o objetivo, em última instância, é capturar a subjetividade do trabalho e não apenas a consciência de classe”¹⁹⁸.

Em nossa realidade, os objetivos do toyotismo produziram uma subjetividade regressiva e não a possibilidade de uma contenção dessas estratégias por parte da classe trabalhadora e dos seus órgãos representativos. A adoção de novos rumos para o sindicalismo brasileiro assim como a mudança do perfil do operariado metalúrgico na década de 90 produziram um cenário distinto: a possibilidade da **reestruturação** do capital a todo vapor e a adoção da **negociação** como minimizador da degradação do trabalho e a fragmentação da subjetividade operária.

No caso do sindicalismo, a adoção de ações negociadoras contribuiu, sobremaneira, para a reestruturação do capital e condenou o sindicalismo a se

¹⁹⁷ Para mais ver TERRA, José Cláudio C. *Gestão do conhecimento: aspectos conceituais e estudos exploratórios sobre as práticas de empresas brasileiras*. Doutorado em Engenharia de Produção. USP – Escola Politécnica, 1999.

¹⁹⁸ ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Práxis: Londrina, 2001. p. 39.

estabelecer dentro da mesma ordem. A luta de classes se transformou em colaboracionismo, o que evitou confrontos e questionamentos em torno das formas como estavam sendo conduzidas as transformações no mundo do trabalho na sociedade brasileira. A década de 90 foi não só o ambiente dessa mudança de perspectiva do sindicalismo brasileiro, mas também o resultado de como ele foi construído e conduzido ao longo de sua existência.

A falta de rupturas e de uma posição crítica frente à organização e atuação da política brasileira fez com que esse sindicalismo, ao longo da década de 80, se aproximasse, cada vez mais, do espectro *politicista* do que questioná-lo e superá-lo. Ele não se colocou como alternativa política de superação, mas como alternativa dentro da ordem. Apesar de todos os problemas que o sindicalismo enfrentou ao longo das décadas de 60 e 70, ainda assim ele conseguiu propor e atuar dentro de uma perspectiva de mudança. De acordo com Ricardo Antunes:

“Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que ainda é mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente a onda privatista é expressão do que estamos nos referindo”¹⁹⁹.

¹⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed. Cortez: São Paulo, 1999. p. 35.

No caso brasileiro as particularidades do nosso sindicalismo e da nossa classe trabalhadora apontam os caminhos singulares apesar dos traços de confluência com as tendências européias e norte americanas de reestruturação e de crise do sindicalismo desde as décadas de 70 e 80.

O professor Ricardo Antunes também destaca três tendências relevantes na crise sindical dos anos 80 e 90. Nos anos 80, recorrentes nos países de capitalismo avançado e, na década seguinte, em países do Terceiro Mundo de significativa industrialização, como é o caso do Brasil:

“1-) Crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e estes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada;

2-) Uma fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo duramente as conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações;

3-) O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nessa última década, em boa medida, pelo sindicalismo de participação e que agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura – dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos.”²⁰⁰

Nessa linha de análise, podemos salientar que sob a perspectiva de reorganização do capital no mundo por meio da reorganização das estratégias de produção, na gestão da força de trabalho e no relacionamento com o Estado, o sindicalismo reagiu dentro da ordem do capital e foi incapaz de formular estratégias para além dele.

Sua burocratização e institucionalização causaram um profundo distanciamento da massa operária e das estratégias de conscientização. Como

²⁰⁰ ANTUNES, Ricardo. Idem, *ibidem*. p. 65.

organismo burocrático acabou abandonando as formas de resistência e gerando apenas formas de sobrevivência dentro da lógica do capital. E, diante das particularidades históricas do desenvolvimento dos movimentos de resistência oriunda dos trabalhadores e do sindicalismo nacional, os órgãos de proteção do trabalho e do mundo do trabalho acabaram desviando sua tradicional rota de tentativa e questionamento da lógica capitalista. O caminho dotado acabou primando na maneira pela qual o sindicalismo poderia sobreviver e atuar dentro da nova ordem capitalista.

Nesse trabalho, pudemos identificar as vantagens competitivas oferecidas pelo Estado para facilitar o processo de reestruturação produtiva, principalmente no mais importante pilar da economia brasileira desde a década de 50, a indústria automobilística.

Com recursos advindos do BNDES e dos programas que foram criados ainda no governo Collor, as grandes montadoras puderam remodelar suas plataformas produtivas. Contaram com incentivos fiscais que auxiliaram num aumento de vendas no mercado interno além de dar o suporte necessário para sua expansão no mercado internacional, precisamente no que diz respeito ao cone sul.

Somado a essas estratégias de cunho econômico de intervenção financeira, creditícia e por meio de suportes técnicos, o governo atuou, também, sobre a Educação, primando pelos cursos técnicos e tecnológicos no intuito de formar mão-de-obra qualificada para abastecer esse novo mercado de trabalho que estava sendo formado.

No plano das indústrias automobilísticas, a inserção de novas tecnologias, combinadas com novas exigências profissionais e novas formas de gestão da força de trabalho, alterou substancialmente o perfil operário e deslocou discussões que, antes, eram encaminhadas pelos sindicatos para o interior das empresas, nas CIPAS e outros Grupos de Qualidade. Resolver os problemas imediatos no interior das empresas reduziu, sobremaneira, os conflitos entre capital e trabalho e colaborou para o esvaziamento sindical e para a fragmentação da classe operária.

No plano sindical, conforme já descrito, a atuação tendeu para um perfil negociador, de pouco confronto e dentro da ordem. Sua reorganização influenciou

significativamente na diminuição dos confrontos contribuindo, ainda mais, para uma reestruturação pacífica do capital na década de 90 no Brasil.

Mas é preciso compreender o movimento do capital e o processo de modernização capitalista como resultado histórico e particular para compreender nossas múltiplas contradições. As mudanças nos padrões de produção que se fizeram presentes, ao longo das décadas de 70 e 80 na Europa e Estados Unidos, somente desembarcaram em território nacional no início da década de 90.

É normal observarmos, em alguns estudos, que o processo de reestruturação produtiva no Brasil tenha iniciado sua trajetória na década de 80. Entretanto, as mudanças que originaram mudanças complexas nas nossas organizações (Estado, Indústrias e Sindicatos) serão mais precisas e pontuais apenas na década de 90.

A mudança da produção fordista para a implementação de formas toyotistas de produção implicou transformações que não apenas alteraram as formas de produção e gestão da força de trabalho, mas também transformações sócio-políticas e culturais que atingiram inúmeros mecanismos de regulação social. Nas palavras de David Harvey:

“A acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”.²⁰¹

²⁰¹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 13 ed. Loyola: são Paulo, 2004. p. 140.

Nesse novo movimento provocado pela introdução do toyotismo, o movimento do capital tende a incrementar um complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que reestruturam todas as formas de organização da sociedade. A reorganização do capital sob a forma do toyotismo inaugurou um novo modo de sociabilidade humana. No caso brasileiro, em sua forma sócio-histórica, o capital recria novas formas de subordinação, de exploração e, praticamente, sem nenhuma resistência.

Por esse motivo é que somente poderemos entender essa nova forma de subordinação se analisarmos os fundamentos ontológicos da forma de ser capitalismo industrial no Brasil. Nossas bases ontológicas nos forneceram os nexos causais que explicam os avanços, os limites e as impossibilidades de ruptura e superação dessa nova ordem. Fez-se, então, importante iniciar este trabalho elucidando as formas de objetivação do capitalismo industrial no Brasil a partir da Via Colonial desenvolvida por José Chasin.

Giovanni Alves, na introdução de seu livro *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*, indica:

“Na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter ‘neutro’ na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. É nesse contexto sócio-histórico particular que tendem a se desenvolver, com vigor, estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção”.²⁰²

²⁰² ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Boitempo: São Paulo, 2000. p. 9.

Diante desse cenário de precarização e tendências, a nova classe operária adquiriu uma nova subjetividade diante das mudanças até pelo fato de transferir para o trabalhador o ônus e as responsabilidades quanto à sua qualificação/requalificação. Estar fora do mercado de trabalho significava não ter se qualificado ou não ter as competências necessárias para continuar na ativa. Aqui, a individualização dos sucessos e a coletivização dos fracassos começam a tomar maior visibilidade.

Muito se argumentou sobre os níveis de qualificação dos trabalhadores e da necessidade de se implementar planos educacionais que possibilitassem a adequação do cidadão para esse novo mercado de trabalho fomentado pelo capital. O empresariado se lançou no discurso em torno de projetos de melhoria educacional como caminho para superar a falta de qualificação e o desemprego. Durante a segunda metade da década de 90 o governo, empresários e sindicatos uniram-se em torno da temática com o discurso de que a reestruturação do projeto educacional do país seria a estratégia mais eficaz para se enfrentar as novas demandas advindas da reestruturação produtiva.

O que se praticou, na verdade, foi uma substituição dos trabalhadores menos qualificados pelos qualificados. Com os novos cursos de qualificação e requalificação oferecidos pelos sindicatos e pelas escolas técnicas públicas, ocorreu uma maior oferta de força de trabalho qualificada, resultando no rebaixamento gradativo dos salários e na exclusão de grande parcela de trabalhadores²⁰³.

No período que corresponde ao governo Fernando Henrique Cardoso, a discussão em torno da qualificação profissional toma novos rumos e a reforma do ensino técnico-profissionalizante, no Brasil, acaba regulamentada pela Lei 9394/96. O Decreto-Lei 2208/97 transformou-se no principal instrumento jurídico-normativo das reformas do ensino técnico-profissional e ficou diretamente ligado ao Banco Mundial e financiado pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dessa forma, o Ensino Técnico foi reestruturado em três níveis:

²⁰³ POCHMANN, Marcio. *Mudanças na ocupação e formação profissional*. In: VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Anais. 1999. pp. 765-790.

- Básico, Técnico e Tecnológico;
- Básico: destinado à qualificação, requalificação e re-profissionalização de jovens e adultos;
- Técnico: alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio proporcionando qualificação profissional;
- Tecnológico: alunos egressos do Ensino Médio e Técnico visando à formação de tecnólogos em curso de nível superior.

De acordo com Helena Hirata²⁰⁴, com essa nova qualificação, as formais, expressas nas formas tradicionais de descrições de cargos passaram a ser mais genéricas alterando esse sistema para o de Competências, em que a polivalência do trabalhador, sua multifuncionalidade acaba assumindo um papel estratégico no interior das empresas.

A professora Dr^a Acácia Zeneida Kuenzer²⁰⁵ também aponta que o processo de reestruturação produtiva no país provocou a emergência de uma nova contradição entre trabalho e educação e que apesar da simplificação de tarefas por conta da inserção de novas tecnologias, a exigência de novos conhecimentos aumentou.

Essa nova organização do mundo do trabalho reestruturou a educação brasileira que passou a atuar no sentido de satisfazer as necessidades do capital industrial. No entanto, esse cenário, por sua vez, revelou incompatibilidades. Pochmann destaca que a utilização de trabalhadores mais qualificados foi viabilizada, mesmo em setores com menos exigências profissionais, o que originou um processo de exclusão daqueles menos qualificados e o rebaixamento de salários mesmo dos que tinham qualificação. Assim, a oferta de força de trabalho mais qualificada foi crescendo, o que manteria os níveis salariais em patamares baixos, dada à oferta de mão-de-obra qualificada.

²⁰⁴ HIRATA, Helena. *Da polarização das qualificações ao modelo de competências*. In: FERRETTI, Celso João et al (orgs). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2 ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1994. pp. 124-142.

²⁰⁵ KUENZER, Acácia Zeneida. *Educação profissional: categoria para uma nova pedagogia do trabalho*. Boletim técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, p. 19-29, maio/ago. 1999.

Com a separação entre ensino médio e ensino profissionalizante cravam-se as condições necessárias para abastecer a reestruturação produtiva e interferir na escala de salários, mantendo-os em níveis baixos.

Esses elementos de mudança dos aspectos educacionais correlacionados com as estratégias da reestruturação produtiva no aspecto da organização e gestão da força de trabalho alteraram, substantivamente, a subjetividade operária.

“O toyotismo pressupõe certas pré-condições institucionais, capazes de potencializar, no nível da consciência contingente, a captura da subjetividade operária pelo capital. O essencial é destacar o jogo de compromissos ‘institucionais’ – explicitamente negociados ou não – instaurados entre o capital e o trabalho assalariado, materializado no sistema de relações industriais. São inovações ‘institucionais’ voltadas para a obtenção do envolvimento dos assalariados através de um controle social de novo tipo (no caso do Japão, eles eram baseados em três aspectos principais: o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicalismo ‘de empresa’)”²⁰⁶.

Mas, é importante salientar a contribuição que o Estado oferece para que essas novas estratégias de produção, gerenciamento e condicionamento da força de trabalho e da subjetividade operária ocorram. A colaboração do Estado com as montadoras que passam a se utilizar desses novos mecanismos é fundamental para o aprimoramento e aprofundamento das novas relações entre capital e trabalho. No plano de desenvolvimento brasileiro da década de 90, a Educação atuou como aspecto estratégico. As mudanças que, aqui, já foram abordadas, deram o suporte necessário para que as empresas pudessem contar com mão-de-obra qualificada e ao mesmo tempo barata.

O toyotismo, pelos seus vários dispositivos organizacionais, impulsiona e desenvolve uma nova relação de produção e fez surgir uma nova classe operária imbuída de novos preceitos. O toyotismo não pode ser considerado a

²⁰⁶ ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2 ed. Práxis: Londrina, 1999. 118.

causa central de todas essas transformações numa sociedade, mas é um elemento que contribui para uma nova lógica de racionalização do trabalho, gerando novas prioridades e novas necessidades em relação ao tipo de força de trabalho.

É, nessa lógica, que o trabalhador, cada vez mais, assume postos de polivalência dentro das indústrias sendo exigidas uma renovação contínua de seus conhecimentos.

“O operário polivalente do toyotismo permanece ainda, e mais do que nunca, à mercê do processo de valorização. Ainda que os novos operários polivalentes possuam um alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, tornando-se ‘guardiães’ da máquina, mantendo-se ao lado do sistema de máquinas e não submetidos a ela (como na grande indústria), eles ainda permanecem ligados a um trabalho “estranhado”, pois a lógica do capital os impede de controlar o processo produtivo, no sentido geral de estabelecer e autodeterminar os objetivos de suas atividades produtivas (o que surge, através de seus resultados contingentes, como sendo uma irracionalidade social que contrasta com a racionalidade intrafirma). É um aspecto do novo estranhamento sob o toyotismo. É isso que determina o tipo de vínculo de dominação do capital sob a pós-grande indústria (é por isso que o toyotismo tende a operar a hegemonia do capital a partir da fábrica ‘racionalizada’)”²⁰⁷.

No Brasil, a década de 90 representou a assimilação de uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial que se convencionou chamar de mundialização do capital. A esse novo contexto de reestruturação das ações capitalistas no Brasil é profundamente viável fazer uma análise dos caminhos pelos quais o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sindicato e sindicalismo reconhecidos pelos eventos da década de 70 marcantes em todo seu contexto, neste período, quando as novas determinações obrigaram-no a mudanças na sua forma de compreender e conduzir o movimento sindical na região.

²⁰⁷ ALVES, Giovanni. Idem, *Ibidem*. p. 146.

Além disso, a importância recai também no fato das ações sindicais desse órgão incidir sobre a indústria automobilística, principal pilar da economia nacional desde a década de 50.

Nessa tríplice relação que contém Sindicato, Estado e Empresários uma nova configuração do capital foi responsável por alterar os seus perfis. Mas, a maior alteração ocorreu, mesmo, no mundo do trabalho que se tornou complexificado, fragmentário e heterogêneo.

Esse movimento só é compreensível se analisarmos as bases ontológicas do processo de modernização capitalista no sentido de apreender suas conexões causais originárias para, daí sim, determinar seus impactos. Precisamos ver o processo de modernização capitalista como um produto histórico-ontológico, pois somente no movimento e desenvolvimento do capital é que podemos perceber o desdobramento do criar e recriar formas de sociabilidade.

Uma das preocupações de Marx era demonstrar que o capital era uma forma sócio-histórica, um modo de sociabilidade humana e que dentro das determinações de cada sociedade se produziria e reproduziria, criando inúmeras contradições.

O movimento do capital procura, em seu processo contraditório, incrementar uma série de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que vão se renovando na mesma velocidade das necessidades do capital. Por essas razões, o processo de modernização capitalista assume esta nova organização e, por meio dos resultados a evolução sócio-histórica, revela suas múltiplas contradições e, fundamentalmente, as possibilidades inerentes a luta de classes.

Ao longo do século XX, esses movimentos do capital e suas articulações logísticas foram interpretados por diversos estudiosos, muitos deles responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de teorias que procuravam explicitar as etapas de desenvolvimento desses ciclos de reorganização capitalista.

A Escola da Regulação Francesa, tendo como principais representantes Anglietta²⁰⁸, Boyer²⁰⁹ e Lipietz²¹⁰, procuraram analisar o descompasso temporal

²⁰⁸ ANGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. 5 ed. XXI Editores: México, 1991.

entre as estruturas econômicas e seus elementos de regulação. Nesse sentido os aspectos relacionados aos anos 60 baseados na acumulação fordista tais como acordos salariais coletivos e sistemas de proteção social, começaram a ser estudados por essa Escola para compreender as mudanças ocorridas na década seguinte nos países centrais.

A crise do modelo fordista na década de 70, decorrentes de uma alteração progressiva da estrutura macroeconômica e da diminuição dos lucros de produtividade, representava o primeiro passo para uma recomposição organizacional do Estado e das formas produtivas e à internacionalização crescente, que chamamos de mundialização do capital.

Nesse sentido, os estudos de David Harvey sobre a acumulação flexível ajudam a compreender os elementos de transformação, principalmente no que concerne às alterações políticas e culturais que provocam na sociedade e que, de acordo com suas determinações histórico-ontológicas, produzem um determinado resultado:

“A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (...). Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível

²⁰⁹ BOYER, R. *Dois desafios para o século XXI: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização*. Nexos Econômicos. Revista do mestrado de economia da UFBA, Salvador, v. 1, nº 2, dez, 1999.

²¹⁰ LIPIETZ, Alain. *Urdidura e regulação: um instrumento para as ciências sociais*. Revista Sociedade e Estado, v. 4, jul/dez, 1989.

em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas”²¹¹.

Essas características, apontadas por David Harvey, expressam a nova configuração do capital mundializado e a forma como atinge sociedades de desenvolvimento industrial e proteção social restritas.

Já, para Ricardo Antunes, o processo de mundialização do capital atua numa ofensiva que vai, principalmente, contra o trabalho assalariado, uma ofensiva do capital sobre a produção que debilita, de forma substancial o movimento operário provocando, inclusive, sua desintegração e colocando novos desafios para o novo mundo do trabalho que emerge desse processo, um mundo do trabalho cada vez mais complexificado, fragmentado e heterogeneizado²¹².

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Giovanni Alves acentua que o toyotismo foi capaz de criar as pré-condições para potencializar, no nível da consciência contingente, a captura da subjetividade operária pelo capital. Para ele, é essencial destacar o jogo de compromissos “institucionais”, explicitamente negociados, ou não, que foram instaurados entre capital e o trabalho assalariado:

“Apesar disso, o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. Enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas, mantendo viva a “tensão produtiva”. Além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis

²¹¹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13 ed. Loyola: São Paulo, 2004. pp. 140-1.

²¹² ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6 ed. Cortez/Unicamp: São Paulo, 1999.

momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, intrínsecos à própria objetivação da relação social que instaurou o processo de valorização”.²¹³

Convém ressaltar que a ofensiva do capital sob a caracterização do toyotismo só pode ser compreendida por meio de sua natureza histórica. Por esse motivo, as características do toyotismo procuram apreender a subjetividade operária assumindo, assim, particularidades sócio-históricas. No caso brasileiro, os aspectos universais do toyotismo adquiriram suas particularidades.

Diante da debilitação do mundo do trabalho, das alterações do relacionamento entre Estado e Indústrias e, fundamentalmente, no novo perfil assumido pelo sindicalismo, a precarização do trabalho, a fragmentação e a perda do potencial reivindicador por parte do sindicato, alterou sobremaneira as relações entre capital e trabalho brasileiras na década de 90.

Neste sentido, ressalta Giovanni Alves:

“Muitas vezes, a sociologia do trabalho deixa de salientar que a construção do toyotismo é decorrente – ou é resultado sócio-histórico – de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção”.²¹⁴

Assim, os resultados das dimensões reestruturadoras da década de 90 revelam as particularidades de formação capitalista brasileira, assim como os limites de atuação do sindicalismo nacional. As características adotadas pelo sindicalismo a partir da década de 1990 expressaram a corroboração ao movimento de reestruturação da política, da economia e da produção do que uma crítica as mudanças e à degradação das condições de vida e trabalho do operariado brasileiro.

²¹³ ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2 ed. Práxis: londrina, 1999. p. 119.

²¹⁴ ALVES, Giovanni. *Idem*, *Ibidem*. pp. 128-9.

6.1 - Da noite da vigília rumo ao século XXI: o sindicalismo Metalúrgico do ABC na década de 1990: histórias, desafios e formas de ação

“Quando o trabalhador chega ao mercado de trabalho para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho”. (Karl Marx – O Capital)

Não podemos iniciar esse capítulo sem fazer as menções que consideramos primordiais em torno da categoria trabalho. Portanto, torna-se impossível não citar a obra de Marx para caracterizá-la e dar forma ao nosso trabalho e às pretensões dessa pesquisa. Apesar da distância temporal e das particularidades inerentes de nosso país, a força de trabalho continua sendo a matéria-prima na qual gira todas as formas de apropriação e todas as correlações de forças com o capital. Por isso vale aqui citar um trecho de O Capital:

“A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecerem mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente que considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada”²¹⁵.

²¹⁵ MARX, Karl. *O Capital*. 22 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004. p. 211.

Independentemente da particularidade de desenvolvimento da força-de-trabalho, há uma universalidade na forma de apropriação dessa força. A venda dela, assim como o domínio do tempo de trabalho, por parte do capitalista em suas formas universais, revelam seu poder, quando analisadas nas singularidades, nas formas particulares e no grau de desenvolvimento de uma nação.

Mas a grande problemática dos dias atuais parece estar na questão que envolve a inserção de novas tecnologias no processo produtivo. Tecnologias que substituem o trabalho do homem e que alteram as formas do trabalhador ao se relacionar com ela. Se, antes, o trabalhador se apropriava do conhecimento prático para lidar com as máquinas para tirá-la da inércia, hoje, essa máquina exige muito mais do que a prática diária. Ela requer conhecimentos específicos e trabalhadores qualificados para desempenhar a função de manuseá-las. É fundamental entender os apontamentos de Marx:

“Uma máquina que não serve ao processo de trabalho é inútil. Além disso, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora das forças naturais. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não se emprega na produção de tecido ou de malha é algodão que se perde. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-la de sua inércia, de transformá-las de valor-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes de seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as tornam elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção”²¹⁶.

O que discutimos hoje é que o trabalho passou a exigir pré-requisitos do trabalhador que, em algumas sociedades, provoca a exclusão de grande

²¹⁶ MARX, Karl. O Capital. p. 217

parcela das massas trabalhadoras. Ao exigir maiores recursos técnicos para que o trabalhador lide com as novas tecnologias desenvolve-se um novo processo: exclusão daqueles que já adquiriram certa idade e que não conseguem se inserir em planos de recapacitação profissional e inserção de uma gama de novos trabalhadores que se qualificam para as novas funções concorrendo entre si por uma vaga de trabalho. Agora, há uma nova concorrência: de trabalhadores mais qualificados, que não serão, contudo, melhores qualificados por conta disso. O capital cria as condições e novas formas de se apropriar do trabalho, de forçar um processo de qualificação e, ainda assim, manter o salário em níveis compatíveis com suas pretensões desencadeando, na sociedade um processo de precarização do trabalho.

Marx não deixou de abordar esse aspecto em seus escritos. Veja:

“Voltemos ao nosso capitalista em embrião. Deixamo-lo depois de ter ele comprado no mercado todos os elementos necessários ao processo de trabalho, os materiais, ou os meios de produção, e o pessoal, a força de trabalho. Com sua experiência e sagacidade, escolheu os meios de produção e as forças de trabalho adequados a seu ramo especial de negócios: fiação, fabricação de calçados etc. Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho. Evidentemente, não muda a natureza geral do processo de trabalho executá-lo o trabalhador para o capitalista, e não para si mesmo. De início, a intervenção do capitalista também não muda o método de fazer calçados ou fiar. No começo, tem de adquirir a força de trabalho como a encontra no mercado, de satisfazer-se com o trabalho da espécie que existia antes de aparecerem os capitalistas. Só mais tarde pode ocorrer a transformação dos métodos de produção em virtude da subordinação do trabalho ao capital e, por isso, só trataremos mais adiante”²¹⁷.

²¹⁷ Idem, *Ibidem*. p. 218.

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo adquirem qualidades e especificidades. Podemos falar de um modelo de produção que se universalizou, mas não podemos perder a perspectiva de que ele, em algumas partes do mundo, por estar sendo usado mesclado com estratégias utilizadas anteriormente. Até hoje, a linha de produção da Mercedes-Bens em São Bernardo do Campo alterna essas técnicas. Porque não importa, no Brasil, apenas a soberania dos avanços tecnológicos, mas também, a compreensão de que o mercado brasileiro ainda absorve produtos originários dessa forma de produção.

Portanto, não podemos nos dar por satisfeitos ao compreender as mudanças ocorridas no país, a partir da década de 90 pela implantação de modelos e projetos globais de desenvolvimento. Obviamente que eles, mas sempre adquirem particularidades decorrentes de uma forma singular de desenvolvimento da burguesia, do Estado, do campo, da cidade, das indústrias e, fundamentalmente, das questões que envolvem a formação do povo brasileiro. Desconsiderar esses aspectos é passar por cima de fatores que, de fato, explicam o aprofundamento da desigualdade, da miséria e da opressão que vigoram desde sempre em nosso país e que, sob o Marketing da modernidade e dos avanços da economia tão propagandeados pelos governos neoliberais, ficam submersos e esquecidos até mesmo pelos que sofrem todo dia com os limites impostos pelo capital.

Nesse sentido, é indispensável realizar uma ampla análise sobre os passos dados pelo sindicalismo metalúrgico do ABC durante a década de 90, para que possamos entender como a luta dos trabalhadores operou suas estratégias diante das mudanças e adaptações realizadas pelos governos que se estabeleceram nesse período e pelas grandes indústrias que se beneficiaram com projetos de financiamento ofertados pelo governo.

É evidente e estudado por muitos que o movimento sindical sofreu duro golpe nessa época e que, para suportar tamanhas mudanças, precisou, também, alterar suas formas de luta. Mas por que o movimento sindical, tão combativo e presente nos anos 80, não chegou à década seguinte em condições de reagir significativamente a tais mudanças? O que faltou ser realizado na década anterior para garantir um sindicalismo forte, participativo e combativo nos anos 90?

São essas as perguntas que impulsionam nossas discussões e, a partir delas, tentaremos compreender esse caminho de mudanças e conversões.

Dessa forma, não podemos perder de vista as prerrogativas apontadas pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, estudada por vários autores, dentre eles o profº Drº Iram Jácome Rodrigues²¹⁸, Armando Boito Jr²¹⁹. No entanto, gostaríamos de afirmar que este trabalho tem por objetivo entender a repercussão dessa nova agenda e atuação sindical especificamente no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, outrora foco do ressurgimento das lutas operárias no país e, agora, palco da luta pela sobrevivência sindical.

Sendo assim, trabalharemos com os diversos materiais produzidos pelo sindicato e pela subseção do DIEESE durante o período, procurando compreender sua atuação em dois momentos. O primeiro compreender o surgimento das Câmaras Setoriais e a inserção do Sindicato nesse fórum tripartite de discussão (1991-1994). O segundo refere-se ao período subsequente em que as Câmaras Setoriais foram banidas e que faz parte do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2000).

Nesse sentido, procuraremos compreender a nova postura do sindicato e sua atuação na Câmara Setorial do Setor Automotivo como canal de negociação e, após, com a extinção dessa via de discussão, as formas que o sindicato adotou de reivindicar suas problemáticas. Entendemos que, assim, será possível ter uma visão ampla sobre os encaminhamentos das lutas sindicais no ABC e seu processo de fragilização diante das transformações ocorridas na postura governamental, nas formas de produção e gestão da mão-de-obra e, fundamentalmente, do trabalho e do trabalhador no Brasil.

Com essa alternância, de um sindicalismo classista para um sindicalismo propositivo muitos foram os fatores que influenciaram as mudanças de estratégias diante das novas correlações de forças impostas pela nova configuração da sociedade brasileira e do mundo do trabalho. Essa discussão precisa ser verificada do ponto de vista do politicismo. Muitos dos líderes sindicais que se destacaram no final da década de 70, por meio das paralisações metalúrgicas do ABC e nas movimentações ocorridas em todo o

²¹⁸ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. FAPESP/Scritta: São Paulo, 1997.

²¹⁹ BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2 ed. Xamã: São Paulo, 1999.

país durante a década de 80, promoveram seu próprio deslocamento para as fileiras petistas nas diversas esferas do poder. A mudança de via na atuação deixou de ser o campo sindical próximo aos trabalhadores e, promovendo conscientização e movimentação, passou a ser a via política. No entanto as mudanças práticas desenvolvidas por essa via, não se mostraram eficientes e o movimento sindical deixou sua tarefa de base acreditando ser possível realizar um projeto de benefício aos trabalhadores a partir do PT e da CUT. Os anos subsequentes acabaram revelando que os efeitos políticos não operaram grandes transformações e que o trabalho de base e a atuação próxima aos trabalhadores haviam sido abandonados.

Muitos poderão dizer: Como, se o sindicato promoveu cursos e recapacitação de pessoal? O sindicato abandonou sua tarefa fundamental e passou a promover estratégias não para questionar a lógica opressiva do capital, mas para sobreviver diante dela. Mudou do confronto/resistência e da crítica para a negociação/participação e adaptação.

E são esses os padrões que aqui queremos destacar. Não podemos dizer que há ou haverá uma extinção do movimento operário e do sindicalismo, mas precisamos atentar para a nova configuração que esses dois elementos adquiriram frente às transformações no Brasil.

Diante da aplicação das estratégias que revigorou a economia brasileira e atendeu aos interesses do grande capital e da burguesia brasileira, o sindicalismo passou a rever suas formas de luta. As ofensivas do sindicalismo que ressurgiram, no final da década de 70 no ABC Paulista, impulsionadas pelos metalúrgicos dessa região, tinham direção própria: denunciar o aviltamento, as condições de trabalho e a depreciação dos salários, causados pela política econômica do governo militar que produziu seu milagre apenas para os grandes industriais. O ônus do milagre era vivido, diariamente, por milhares de trabalhadores que perdiam, de modo gradual, as condições necessárias para viver e trabalhar com dignidade.

No romper da década, as ações sindicais acabaram centralizadas no Partido dos Trabalhadores e, fundamentalmente, na Central Única dos Trabalhadores – CUT que nasceu em 1983. A politicização dos movimentos acabou desarticulando as concepções e atuações mais originais dos movimentos dos metalúrgicos. Todas as ações que caracterizaram o

ressurgimento sindical e operário, na década anterior, como conscientização de classe, piquete nas portas das fábricas, fundo de greve e reuniões constantes no sindicato, foram, aos poucos, sendo abandonados para seguir as orientações da Central Única dos Trabalhadores. Apesar das inúmeras paralisações, ocorridas na década de 80, envolvendo uma diversidade de categorias, os rachas no interior da Central e o surgimento de novas concepções sindicais desencadearam muito mais uma disputa pelo poder do que uma luta em prol da classe trabalhadora brasileira. Se verificarmos a quantidade de ex-líderes sindicais que foram eleitos nos níveis municipais, estaduais e federais nesse período poderemos compreender que, por muitos momentos, o objetivo era alçar novas esferas de poder e não a luta concreta e objetiva da Central diante das ofensivas do capital.

Nesse caminho, a CUT e os sindicatos acabaram não recebendo as reformulações necessárias para enfrentar as mudanças que já vinham sendo operadas na sociedade brasileira desde o governo de José Sarney.

No limiar da década de 90, frente às mudanças desencadeadas pelo governo Collor o movimento sindical estava sem uma direção clara da CUT em relação a essas transformações e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não tinha mais o mesmo poder mobilizatório de outrora, pois o trabalho sindical de base já havia sido abandonado fazia algum tempo. Devido às demissões provocadas pelo fechamento da fábrica de Motores da Ford é que se começa a pensar em rever posições e estratégias de atuação dentro da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Diante da ofensiva neoliberal, o lema não era mais resistir e, sim, negociar.

A partir de então, foi dada vazão para o surgimento do chamado “sindicalismo propositivo” cuja bandeira de atuação seria erguida nas bases da negociação e da participação.

É essa perspectiva que o estudo estará inclinado a compreender.

Ao longo dos quatro primeiros anos da década de 90, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passou a atuar, quando foi aberta a possibilidade, como a chamada Câmara Setorial do Complexo Automotivo que se destacou em grau de importância por conta das grandes montadoras e autopeças que, há muito configuraram-se como base importante para a economia nacional.

Não podemos esquecer que as Câmaras Setoriais já existiam desde 1988 como fóruns bipartite de negociação entre governo e empresários e, até 1992, assim se manteve organizando questões como tarifas e preços. Somente a partir dessa data é que os sindicatos foram chamados para participar dos fóruns como forma de negociar, agora, as questões referentes aos salários, às demissões e à qualificação profissional. Desse modo, abriu-se a possibilidade de encaminhar as discussões em torno das prováveis demissões e das novas exigências técnicas em relação à mão-de-obra.

Após organizar estratégias de reestruturação produtiva, incentivos fiscais e de implementar programas de inserção de tecnologia e padrões de qualidade, as Câmaras Setoriais atuaram na negociação do trabalho e do trabalhador para que eles se organizassem a fim de atender à nova dinâmica de produção e fossem as vítimas econômicas das perdas possíveis desse processo de mudança. As Câmaras Setoriais serviram muito mais para dividir os prejuízos da nova configuração política e econômica do país do que para se traduzir em ações eficazes que melhorassem as condições do trabalhador brasileiro.

Por intermédio dos documentos anuais e dos acordos gerados pelas Câmaras Setoriais do setor Automotivo, pretendemos destacar os níveis das negociações, os pontos firmados e relacioná-los com os índices de desemprego e des-sindicalização no ABC Paulista mostrando as perdas em relação às conquistas.

Em seguida, observaremos como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC reagiu diante da extinção das Câmaras Setoriais pelo governo FHC e quais os procedimentos adotados frente à ofensiva do capital e da precarização do trabalho no setor e na região.

6.2 - A redefinição custista e os novos caminhos do sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista na década de 1990

O texto que ora desenvolvemos, não se compromete a fazer um estudo aprofundado das origens e do processo de desenvolvimento da Central Única

dos Trabalhadores nos anos 1980. De certa forma, essa temática já foi mencionada em capítulos anteriores apontando não somente seus aspectos constitutivos como sua trajetória ao longo de sua primeira década de existência. Então, qual seria o propósito de nossos apontamentos?

Nesse momento, nossos estudos permearam os aspectos intrínsecos que conduziram a Central Única dos Trabalhadores a uma conversão na sua postura sindical frente às inúmeras mudanças sociais, políticas, econômicas e também, por conta das contradições internas que marcaram presença nos debates cutistas desde o final da década de 80.

De acordo com os estudos do Professor Dr^o Iram Jácome Rodrigues a CUT, nascida no ano de 1993, teve uma representatividade significativa no movimento sindical brasileiro e se constituiu-se numa das entidades mais atuantes participando intensamente de acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país e influenciando diretamente os vários setores sindicais a ela filiados²²⁰.

É sempre bom salientar que, no início da década de 90, a CUT compunha uma significativa base representativa e chegava, com grande força política, para enfrentar as novas demandas. Muitos dirigentes sindicais que compuseram suas fileiras, ao longo da história da CUT, conseguiram se eleger para cargos representativos em vários municípios, estados e até mesmo para os cargos do governo federal.

Mas, após a histórica trajetória dos anos 80 em que vinha desenvolvendo e atuando de maneira significativa nas problemáticas dos vários setores da classe trabalhadora, ela também realizava, em paralelo, uma administração de seus conflitos internos. De seu surgimento em 1983 até 1991, alguns importantes afastamentos ocorreram. Foi o caso da cisão que deu origem à CGT e, mais à frente, àquela que originou a Força Sindical.

Essas contradições internas ficaram explícitas e marcadas nos vários congressos cutistas que se sucederam ao longo da década de 80 (Congresso de Fundação em 1983; Segundo Congresso em 1986 e, fundamentalmente, no III Congresso em 1988).

²²⁰ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. Scritta/ Fapesp: São Paulo, 1997.

O III Congresso foi o último que conglomerou as massas. A participação e a organização foram intensas, antecedidas por inúmeros congressos e assembleias sindicais em vários estados e municípios que deram os pressupostos e serviram de preparação para o grande evento em Belo Horizonte.

Porém, num Congresso e que a organização e a atuação das massas foi tão expressiva era de se estranhar que o tema predominante nas discussões fosse a mudança estatutária:

“Teriam direito a participar dos congressos da CUT os delegados das entidades sindicais filiados e das oposições sindicais ‘reconhecidas e acompanhadas’. De outra parte, o número de representantes por entidade sindical será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados. No que tange a participação das oposições, o III CONCUR deliberou o seguinte: 1-) aquelas que participaram da última eleição do sindicato poderão escolher um número de representantes proporcional aos votos conseguidos no último escrutínio; 2-) caso não tenham participado das últimas eleições sindicais, poderão tão-somente enviar delegados em número nunca superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT; 3-) já aquelas que tenham participado de eleições consideradas não democráticas terão delegações ao congresso de acordo com os critérios decididos pela CUT”²²¹.

Essa era uma forma de reconduzir os Congressos restringindo o número de participantes ao mesmo tempo que se limitaria, também, os grupos divergentes. A nova organização estatutária da CUT a conduzia para uma representação mais burocrática de estrutura mais verticalizada. Ela se tornava um aparelho administrativo-institucional que objetivava a participação dos trabalhadores na busca pelas soluções de seus problemas pela via política.

Nessa nova perspectiva e apesar de reafirmar em sua resolução os objetivos da Central, o III Congresso da CUT transformou-se num marco da adoção dos novos rumos da entidade. Vale ressaltar, também, os grupos que

²²¹ RODRIGUES, Iram Jácome. Idem. pp. 113-114.

se formaram no interior da Central que se contrapuseram a esses novos rumos, pois se torna importante, a título de especificação, os embates internos e como a CUT delineia seu caminho na década seguinte.

Nessa CONCURT de 1988, três chapas disputaram a direção da Central e a eleição de uma delas definiria os rumos do movimento sindical no país:

Chapa 1 – Cyro Garcia do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro – representava a chapa da Convergência Socialista e outros grupos de menor expressão;

Chapa 2 – Jair Meneguelli com o lema “Por uma CUT classista, democrática e de massas” que representava a corrente da Articulação Sindical;

Chapa 3 – Durval de Carvalho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, sob o lema “Construir a CUT pela base”.

O resultado das eleições para a direção da Central apontou Jair Meneguelli como vencedor. Para a corrente Articulação a vitória de Meneguelli foi extremamente importante para a condução da CUT e para sua reorganização estatutária. A estratégia de diminuir a influência das correntes opositoras e tornar a CUT um organismo mais institucional foi motivo de diversos debates e rupturas no interior do movimento que, de certa forma, ajudam a compreender seus caminhos e definições adiante.

De 1988 a 1991, a Central Única dos Trabalhadores passou por intensa redefinição de seu papel no interior do movimento sindical e operário. O início desse processo acontece quando o então Presidente da República, José Sarney, convoca as entidades de classe a participar de um Pacto Social. Em seu 3º Congresso, realizado de 7 a 12 de setembro de 1988 em Belo Horizonte, a Central Única dos Trabalhadores definiu sua posição debatendo a crise econômica do país e negando a união com o governo para a superação da crise:

“O 3º Concut propõe que, juntamente com outras entidades populares, devemos pressionar os partidos de oposição à

esquerda do governo no sentido de encontrar um denominador comum, tanto em nível programático quanto no de ação prática imediata, voltando-nos para a inviabilização política do governo Sarney através de uma plataforma política democrática e popular que apresente pontos como estatização do sistema financeiro, reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores, democratização dos meios de comunicação, não-pagamento da dívida externa, saúde e educação pública e gratuita, habitação e transporte a baixo custo”²²².

A Central posicionou-se de forma firme e consciente contra qualquer Pacto Social proposto pelo governo, deixando absolutamente claro seus propósitos reivindicativos e de luta:

“Com o aprofundamento da crise econômica e social no país, provocado pela incapacidade do projeto da burguesia de dar respostas aos anseios da população, mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, em que a burguesia e o governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, agentes do capital no seio do movimento operário.

A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder.

Por isso a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas. Apesar de todo este esforço da burguesia, não foi possível deter o avanço das lutas e da CUT. Mesmo diante deste quadro extremamente desfavorável, agravado ainda mais pela crise econômica, as greves e mobilizações continuam, indício importante do ascenso das lutas sindicais”²²³.

²²² Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, 1988.

²²³ Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, 1988.

No 3º Congresso Cutista, ainda eram visíveis as noções de movimentação e crítica intensiva às formas do governo e também um posicionamento claro em relação às novas vertentes sindicais que propunham um sindicalismo de negociação.

No debate amplo realizado em Belo Horizonte, a central orientou os participantes em relação à campanha eleitoral e às eleições de 15 de novembro de 1988 para as prefeituras e câmaras municipais como um grande momento de mobilização, organização e radicalização da classe trabalhadora:

“As eleições municipais deste ano vão se constituir, de fato, num grande momento e numa grande arena de embate político de mobilização dos trabalhadores. De luta de classe, enfim. Embora as eleições, municipais ou outras, não substituam as lutas políticas e econômicas populares que se dão no cotidiano das fábricas, dos escritórios e do campo, constituem um momento privilegiado para que a classe trabalhadora dê um salto de mobilização, organização e radicalização”²²⁴.

Essa definição do papel da Central e sua postura analítica, diante da crise econômica e da possibilidade de um pacto social, chamam bastante a atenção. Uma análise baseada na profunda diferença existente entre as classes sociais e principalmente as diferenças em relação aos seus objetivos, apontando a impossibilidade de um acordo entre os desiguais. Outra posição firme da Central é a forma como procura se diferenciar das novas correntes sindicais como a CGT que, em 1991, transforma-se em Força Sindical²²⁵ e propõe um sindicalismo de resultados.

Nesse Congresso, a CUT reafirmou sua posição classista e o combate ao sindicalismo reformista que propunha uma conciliação com os governos:

“A CUT nasce como desdobramento de todo um ciclo de grandes greves dentro da necessidade da classe trabalhadora de unificar as suas lutas, no campo e na cidade, e dar um salto

²²⁴ Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, 1988.

²²⁵ Para mais ver RODRIGUES, Leôncio Martins, CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-político*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

de qualidade na sua organização sindical. Mas a CUT, desde a sua origem, nasce classista e comprometida em articular nas lutas os objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. O sindicalismo classista não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical. O sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora da riqueza social. Por isso, a luta reivindicatória mais imediata não é um fim em si mesma, porque ela reproduz o trabalho assalariado e, com ele, a exploração capitalista. São duas as características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT:

- 1) a luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores;
- 2) a capacidade de organizá-los, em oposição à classe burguesa.

Portanto, o caráter classista da CUT implica articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. E, nesta condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que nem sequer chegaram ainda ao sindicato, e que, infelizmente, em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe²²⁶.

Mesmo mantendo posições firmes em relação à luta de classes e à continuidade do sindicalismo classista no interior da Central, alguns estudiosos apontam que, nesse período, a CUT começava a adotar novas prerrogativas para a condução do movimento operário e sindical, pois, apesar da resolução do Congresso indicar um plano de lutas contra o capital, um tema bastante discutido foi a modificação estatutária da central, e elas representaram as primeiras mudanças significativas na condução do sindicalismo brasileiro. Segundo Irá Jácome Rodrigues:

²²⁶ Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, 1988.

“O III CONCURTO representou, com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção movimentista para uma visão mais organizativa da Central Única dos Trabalhadores. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira, da CUT- Movimento; a segunda, da CUT- Organização. Esta venceu... Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma organização complexa e, neste sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade”²²⁷.

É, sob esse contexto, que a Central adentra na década de 90 e redefine, drasticamente, seu papel em 1991, no IV Congresso, influenciando diretamente sobre os posicionamentos e estratégias do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, maior ícone do movimento sindical desde o final da década de 70 e principal sindicato cutista.

Nesse Congresso, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, a CUT realizou um balanço político da sua atuação na década de 80 apontando suas lutas históricas sobre o não-pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a luta pela jornada de trabalho pelas 40 horas semanais, liberdade sindical, pela livre negociação e o contrato coletivo de trabalho e a luta contra todas as formas de discriminação.

Entretanto, desse encontro, pode-se compreender as estratégias e as proposituras assumidas. Fonte de inúmeros debates, a IV CONCURTO também passou a ser um “divisor de águas” no movimento sindical brasileiro: a CUT Classista assumiria, a partir de agora o caminho propositivo: da CUT de massas para uma CUT institucional.

O IV Congresso teve, como principal aspecto, a luta pelo controle da Central que acabou ficando camuflada pelos debates em torno das questões estatutárias e administrativas. As divergências, em torno dos rumos da CUT, ficaram ainda mais definidas no aparecimento de dois grandes blocos divergentes: a Articulação que já estava na direção da Central desde o

²²⁷ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. Scritta/Fapesp: São Paulo, 1997. p. 117.

Congresso de 1988 com Jair Meneguelli e que compunha forças com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical; do outro lado estavam a Corrente Sindical Classista, a Convergência Socialista, a força Socialista assim como outros pequenos grupos.

Diferentemente dos congressos anteriores, o IV encontro apresentou proporções muito menores até pelo fato de estar colocando em prática as definições estatutárias definidas no congresso anterior, o que diminuiu sobremaneira o número de participantes no evento de 1991. Mas, a principal questão, além da eleitoreira e da luta pela direção da entidade, o Congresso definiria os rumos de atuação da CUT diante das transformações já sentidas em relação à política e à econômica do país. Considerando a eleição de Collor e os rumos adotados por ele e seus ministérios, caberia à Central adotar um posicionamento para que sua atuação continuasse a ser ativa e decisiva no país.

A definição das novas atribuições da CUT e suas novas estratégias de articulação com a base operária, Estado e patrões precisava ser pontuada. Negociação e confronto foram palavras, freqüentemente, utilizadas no Congresso. Precisava-se continuar com um trabalho que levasse em conta a atividade de base, historicamente consolidado, ou adotar a via política como possibilidade de luta e campo fértil, já que muitos dirigentes sindicais haviam sido eleitos vereadores, deputados, prefeitos e governadores.

Os embates, no Congresso, chegaram a consequências jamais esperadas. O grau de politização era grande, mas não impediu que os assuntos acabassem sendo definidos por meio de pancadaria como indica o jornal *O Globo* de 1991:

“A pancadaria no último dia de Congresso da CUT começou quando o ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Cyro Garcia, invadiu o palco onde estava a mesa diretora dos debates e tentou arrancar à força o microfone de um dos mediadores. Logo, outros sindicalistas invadiram o palco e houve troca de chutes, tapas, puxão de cabelo e muito choro”²²⁸.

²²⁸ Jornal *O Globo*, 9 de outubro de 1991.

Além dos problemas ideológicos no interior do Congresso muitos outros ocorreram no decorrer das eleições programadas para definir o grupo que assumiria o comando da Central. Assim, as duas chapas foram inscritas e foi aí que uma grande polêmica ocorreu.

Antes das duas chapas serem apresentadas para a votação, a mesa diretora anunciou que o prazo de inscrição de novas chapas para concorrer às eleições havia sido encerrado. Já que somente a Articulação tinha sido inscrita, seria uma eleição de chapa única. A partir daí, foi feita uma grande pressão da oposição para que o prazo de inscrição fosse alargado. Depois de muitas discussões e pancadaria, a mesa optou por aceitar a solicitação e abriu novamente um prazo de inscrição para que outras chapas pudessem se inscrever. Segundo alguns, essa foi uma estratégia da Articulação para assegurar sua continuidade à frente da entidade.

Outro aspecto polêmico do Congresso foi a filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres – CIOSL, considerada por muitos de tendência social-democrata e pró-capitalista.

“Mais que os congressos anteriores, este foi um encontro de tendências políticas representadas pelas diretorias sindicais, com uma parcela insignificante de delegados independentes e de representantes da base sindical. Por isso, as questões que apareciam como meramente administrativas possuíam um conteúdo altamente explosivo para o conjunto dos militantes que participavam do IV CONCURT²²⁹.”

Apesar dos entraves, as tendências que chegaram à disputa eleitoral da entidade chegaram a um consenso sobre as principais questões que norteavam os caminhos da CUT e produziu, como sinal desse entendimento, uma “trégua” num documento intitulado “Bases Para Um Compromisso”. Ele afirmava a consolidação da centralidade na luta que se apresentava no seu caráter pluralista e democrático, conglomerando as diversas visões táticas e

²²⁹ RODRIGUES, Iram Jácome. Idem. p. 187,

estratégias com que se constituíram, defendendo, ainda o direito à manifestação dessas diferenças.

Dessa trégua, ficou decidido que a Oposição comandaria a Secretaria de Política Sindical, dirigida por Durval de Carvalho da CUT pela Base e a Secretaria de Imprensa, por Sérgio Barroso da Corrente Sindical Classista.

Percebe-se, portanto que a pluralidade alcançada pela CUT significou muito mais a perda de identidade do que uma real definição de estratégias. Foi uma forma de evitar mais rupturas e a fragilização da central junto aos seus representados. Demonstrou, também, a corrida pelo domínio de setores estratégicos dentro da instituição, e o abandono do trabalho junto às bases operárias passaria a ficar absurdamente mais claro a partir das decisões acordadas nesse período.

As orientações cutistas, como não poderia ser diferente, influíram diretamente nas formas de condução dos sindicatos filiados. Essas entidades passaram a ser as sessões menores que reproduziam as resoluções e os acordos cutistas firmados em 1991 levando em consideração um sindicalismo propositivo que, em suas veias, circulava muito mais o desejo de negociação do que uma prática reivindicativa de massas.

Nesses termos, destacamos o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o principal sindicato Cutista e o principal suporte ideológico da entidade. Procuramos analisar suas atividades na década de 90, verificando suas formas reivindicativas do início da década, os choques práticos com as propostas da CUT e, na seqüência, a adoção de um sindicalismo propositivo que acabou descaracterizando o sindicato e a região historicamente significativos para o movimento operário e sindical brasileiros.

As Campanhas Salariais do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema sempre foram referências para a compreensão das reflexões do sindicato e das demandas dos trabalhadores. Pela sua contextualização é possível traçar um caminho para o entendimento das ações sindicais na região, das problemáticas que esses passaram a enfrentar diante da mudança da economia brasileira a partir de Collor.

Partiremos da Campanha Salarial de 1990 para compreender as ações e as mudanças que ao longo da primeira parte da década de 90, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista sofreu, seu grau de entendimento e,

principalmente, o direcionamento cutista que ele levou a cabo. Assim, poderemos ter uma visão não só das mudanças como também da fragilidade que esse sindicalismo e esse sindicato sofreram ao longo da década de 90.

6.3 – O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na década “neoliberal”: ações e reações na prática sindical dos anos 1990 – os caminhos da auto-conformação

Em 1990, a Campanha Salarial dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema começou com uma reunião com representantes do Grupo 19 da Fiesp.

Diante da depressão salarial e dos novos rumos políticos que começavam a ser adotados pelo ministério de Fernando Collor de Mello, os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores exigiam que os salários fossem pagos e reajustados, semanalmente, dado os altos índices de inflação e os contínuos remarques de preços que ocorriam diariamente.

Com isso, os sindicatos pretendiam que os salários acompanhassem a subida dos preços do custo de vida. Ainda dentro das reivindicações dessa campanha, estavam o pagamento de salário adicional e a antecipação do 13º salário.

Na assembleia, realizada no dia 2 de fevereiro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ficou decidido que os trabalhadores estariam em mobilização permanente e com a orientação de não cumprirem nenhuma hora-extra.

Mas, o dia 15 de março de 1990 ficaria marcado na história como o início de um governo que mudaria, não só naquele instante mas também a seu tempo, as formas como a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC encaminhariam suas demandas e a própria forma de ser do sindicalismo brasileiro.

Alguns dias depois da posse do novo Presidente da República a equipe econômica do governo baixou uma série de medidas que pretendiam

reorganizar a economia e dar um rumo internacionalista para o país. As negociações entre os Sindicatos e a Fiesp foram suspensas por 120 dias.

O Sindicato e a Central tinham plena noção das transformações advindas das novas formas de produção e gestão da força de trabalho e que as alterações encaminhadas e estimuladas pelo governo provocariam a violação das garantias dos trabalhadores. Para minimizar os danos e evitar demissões em massa era necessário controlar as ações das empresas por meio de dados que seriam fornecidos pela Fiesp. Desse modo, seria possível prever e conter o avanço indiscriminado da inserção tecnológica e da eliminação de funções e, ainda mais, transformar o rigor técnico e os novos equipamentos em formas de eliminar os trabalhadores menos qualificados.

Por esse motivo, contavam da pauta reivindicativa da Campanha Salarial de 1990 os seguintes pontos:

1-) Até primeiro de setembro e primeiro de março de cada ano, a Fiesp fornecerá ao Departamento, informações globais setorializadas, referentes ao exercício de janeiro a junho e julho a dezembro, sobre os seguintes projetos:

- produção;
- mão-de-obra empregada;
- faturamento;
- investimentos para novas plantas (máquinas e equipamentos);
- importação;
- exportação;
- índice de capacidade ociosa;
- programas de profissionalização por regiões.

2-) Até primeiro de dezembro e 1º de março de cada ano, os sindicatos patronais, fornecerão ao Departamento, informações globais das empresas metalúrgicas de janeiro a dezembro de 1989, sobre:

- relação das empresas associadas;
- número de trabalhadores envolvidos;

- programas que comportem novos investimentos;
- critérios gerais de instalações.

3-) No curso desse Contrato, será fornecido pela Fiesp, ao Departamento, informações gerais referentes ao andamento produtivo, das previsões da ocupação da mão-de-obra e as condições ambientais das instalações, especificando setores:

- automobilístico;
- autopeças;
- máquinas;
- eletromecânico;
- siderúrgico.

4-) Modificações tecnológicas, organizativas, produtivas e controle do processo de produção - as empresas que adotam ou venham a adotar inovações tecnológicas, que acarretem racionalização e aumento do ritmo de trabalho, devem:

- constituir Comissão Paritária para discutir as inovações;
- garantir o emprego e salários durante o período das discussões;
- distribuir ganhos relativos ao aumento da produtividade;
- enviar ao Sindicato e a CF, com antecedência de 12 meses, o plano diretor de informática e automação.

5-) Mobilidade de mão-de-obra - as empresas que alterarem as funções e os locais de prestação de serviços de seus trabalhadores, em função de investimentos e mudanças no processo produtivo, deverão submetê-las ao exame e aprovação dos respectivos sindicatos de trabalhadores;

6-) Relação de empregados - as empresas enviarão mensalmente, cópia da documentação a que se refere o parágrafo do art. 1º da Lei nº 4.923 de

28/12/65. Quando do recolhimento da contribuição sindical, as empresas enviarão relação dos empregados conforme Portaria 3.233 de 29/12/1983;

7-) Relação anual de informações - as empresas fornecerão aos Sindicatos, e afixarão em lugar visível aos trabalhadores, quadros demonstrativos de cargos, funções, padrões, salários, reajustamentos, aumentos, adicionais, prêmios e suas alterações²³⁰.

Fundado em 1955 por lideranças sindicais o DIEESE – Departamento Intersindical e Estudos Sócio-Econômicos caracterizara-se, nas décadas de 80 e 90, como organização que atendia às necessidades técnicas do sindicalismo e dava suporte de informação, constatação e denúncia. O objetivo sempre foi a produção de informações e conhecimentos que permitissem apreender a realidade dos trabalhadores. Nesse momento, teria mais uma vez atuação estratégica de fiscalização em relação à reorganização do capital e o advento da reestruturação produtiva²³¹.

Em Assembleia, no dia 6 de abril de 1990, o Sindicato e os metalúrgicos redefinem as propostas da Campanha Salarial. Mas, no dia 10 de abril, o Congresso Nacional votaria e estabeleceria novos critérios em relação aos ajustes pela Medida Provisória 154:

- abril-maio-junho: aumento de 5% no salário mínimo (a partir daí, o salário mínimo teria aumento de 6,09% ao mês);
- prefixação dos preços no primeiro dia do mês;
- no dia 16 de cada mês, seria estabelecido o índice de reajuste salarial²³².

A partir de então, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, juntamente com o Departamento Estadual da CUT,

²³⁰ Essas informações encontram-se disponíveis no site www.abcdelutas.org.br

²³¹ Para mais ver CHAIA, Miguel. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE – 1955-1990*. Humanidades: São Paulo, 1992.

²³² Texto da Medida Provisória 154 de 15 de março de 1990, convertida na Lei nº 8.030 de 1990 instituindo nova sistemática para reajuste de preços e salários. Diário Oficial da União 13/04/1990.

continuou suas negociações com a Fiesp exigindo 166,9% de reajuste além do cumprimento da decisão do Tribunal do Trabalho quanto ao pagamento da produtividade de 2% referentes a 1986.

Em 1990, começaram as movimentações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema para que a Fiesp voltasse a negociar. Em reportagem ao Jornal Gazeta Mercantil, é possível compreender a articulação das comissões de fábricas para paralisar as principais empresas e os principais setores como forma de forçar uma nova reunião entre Sindicato e Fiesp:

“Nesta semana, a mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista poderá intensificar-se. Para segunda-feira, já estão previstas greves setorializadas na Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, onde poderão parar a linha de caminhões, com 160 funcionários, e o setor de exportação, com 200 funcionários, considerados os departamentos vitais das empresas. A comissão de fábrica da Mercedes-Benz ainda não sabe exatamente quais setores serão afetados pela greve, já que, por uma questão estratégica, eles podem ser modificados na última hora. O principal objetivo é avaliar os serviços essenciais e levar à greve somente parte dos 14.800 funcionários da empresa. ‘Desta forma, evitaremos o desgaste do movimento e os trabalhadores em greve poderão receber uma parcela dos dias parados, através da contribuição dos que continuaram trabalhando’, afirmou Adi dos Santos Lima, coordenador da comissão de fábrica. Nesta segunda-feira, estão previstas também assembleias na Metal Leve e Scania, que já marcaram um indicativo de greve para esta segunda-feira, caso não seja apresentada nenhuma nova proposta, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Vicente de Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato, acredita que, juntamente com o crescimento do movimento, aparecerão novas propostas por parte da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP) e pelas empresas. ‘Eles já estão percebendo que o movimento vai durar’, afirmou Vicentinho, referindo-se às

primeiras sinalizações da FIESP demonstrando interesse em retomar as negociações e melhorar a proposta de antecipação de 11,42%, ante a reivindicação dos 166,89% dos metalúrgicos”²³³.

Cinco dias após as paralisações iniciadas na Mercedes-Benz, os metalúrgicos ocuparam a Ford de São Bernardo do Campo em protesto contra 100 demissões²³⁴. A Autolatina (“bolding” que administrava a Ford e a Volkswagen naquele período) informava que há dias, os representantes das comissões de fábricas vinham prevenindo a todos os funcionários que estivessem alerta pois uma ocupação da fábrica poderia ocorrer²³⁵. O que se pretendia era que os funcionários estivessem devidamente avisados que, por conta da pressão que o Sindicato e as empresas que já estavam paralisadas estavam fazendo para que as negociações com a Fiesp fossem retomadas, a Ford, em colaboração, também poderia paralisar suas atividades.

No mês seguinte, as greves continuaram a se desenrolar no ABC Paulista. No dia 3 de junho, aconteceu uma reunião de negociação entre as partes. Após três horas de reunião, muitas pendências ainda estavam sem solução e os metalúrgicos, sob a liderança de Vicentinho, decidiram dar continuidade às paralisações:

“Apesar da assembléia, os metalúrgicos das montadoras optaram por continuar com o movimento em razão do desconto dos dias parados e ainda porque há uma insatisfação geral com o índice, que na prática representa em média 32% já que há descontos”²³⁶.

A opção pela continuidade da greve desencadeou a última grande paralisação do ABC Paulista na década de 1990. Após ela as manifestações na

²³³ Gazeta Mercantil – Metalúrgicos do ABC tentam ampliar adesões - 18/06/1990.

²³⁴ Gazeta Mercantil – Operários ocupam Ford do ABC contra demissões de grevistas - 25/06/1990.

²³⁵ Folha de São Paulo – Metalúrgicos ocupam a Ford em protesto contra demissões - 23/06/1990.

²³⁶ O Estado de São Paulo – Ford não consegue parar greve - 04/07/1990.

região adquiriram outras conotações e a negociação tripartite marcaria mais uma mudança no perfil de atuação do sindicalismo nacional.

6.4 – Os “Golas Vermelhas”: a última grande greve do ABC Paulista

A greve dos “golas vermelhas” pode ser considerada uma das últimas grandes paralisações do ABC Paulista na década de 1990. Começou na Ford como forma de solidariedade com os funcionários demitidos da Mercedes-Benz e acabou desencadeando um movimento que chama a atenção pela radicalidade e pela quantidade de dias que os funcionários mantiveram a greve.

Após 41 dias de paralisação, os funcionários receberam seus vales com os descontos dos dias parados. Cerca de mil trabalhadores iniciaram uma assembleia no interior da fábrica e, depois, concentraram-se em frente ao prédio do Departamento de Relações Industriais da Ford. O protesto foi relatado pela imprensa da seguinte forma:

“Um protesto de trabalhadores da Ford em São Bernardo do Campo contra os descontos em seus salários dos 18 dias em que não compareceram à fábrica e nada produziram, devido à greve de 900 operários dos setores de ferramentaria e manutenção, terminou com a depredação de várias dependências da empresa e mais de duas dezenas de carros destruídos, 241 policiais militares participaram da operação que pôs fim ao conflito, iniciado às 21:45, na troca de turnos. A Ford está paralisada há 41 dias”²³⁷.

A greve iniciada na Ford foi apelidada de “Golas Vermelhas” pelo uso dos uniformes nos setores onde a greve se iniciou. Ela deu vazão para que o movimento se estendesse e se transformasse numa movimentação sindical sobre a Autolatina.

²³⁷ Folha de São Paulo – Grevistas da Ford ocupam fábrica com violência e incendeiam carros - 21/07/1990.

Embora tenha sido uma greve que atingiu inicialmente um grupo de operários, a organização grevista dos “Golas Vermelhas”, em 1990, refletiu muitas das qualidades do movimento operário e sindical dos metalúrgicos do ABC e transformou-se num dos últimos movimentos dessa qualidade na região diante dos novos condicionamentos econômicos adotados pelo governo brasileiro.

Essa paralisação eclodiu fora das discussões relativas à Campanha Salarial para o ano e envolveu os funcionários da ferramentaria e manutenção, setores estratégicos das montadoras automotivas.

Começou em 11 de junho e terminou em 30 de julho. Foram quase 50 dias de paralisação que ficaram marcados muito mais pelos conflitos do que por efetiva negociação.

Já nos primeiros dias da paralisação, a empresa, com o objetivo de desarticular o movimento, suspendeu todos os membros que compunham a Comissão de Fábrica e demitiu outros funcionários, numa atitude radical e completamente fechada, para qualquer tipo de negociação ou acordo. Além disso, a Ford passou a divulgar, em jornais de grande circulação, a abertura de novos postos de trabalho e novas contratações, uma atitude que revelava ameaça por parte da empresa.

Nesse momento, os grevistas percebem a necessidade de intensificação do movimento e passam a adotar estratégias organizativas a fim de firmar a manutenção do movimento. Os grevistas criam formas de arrecadação de fundos e distribuição dos recursos obtidos por meio de um rígido controle da presença diária dos grevistas na fábrica. Guardadas as devidas proporções, uma forma muito semelhante à que foi usada com o Fundo de Greve em 1979 e 1980, quando das grandes e históricas paralisações na região do ABC Paulista²³⁸. Utilizando desse recurso de organização financeira, os grevistas chegaram a receber cerca de 30% de seus vencimentos.

Mas o final do mês de junho revelaria o período mais conturbado do movimento. A empresa, como forma de dismantelar a paralisação e romper com a ação organizativa financeira dos grevistas, decidiu que também não

²³⁸ Para mais ver em SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”*: as paralisações de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2003.

pagaria aos trabalhadores que estavam exercendo suas funções normalmente, pois eram eles que contribuíam financeiramente para que os grevistas resistissem ao movimento. Em texto publicado pelo Diário do Grande ABC sobre os 15 anos da greve da Ford, percebeu-se a dimensão que essa atitude acabou tomando:

“A Ford interrompeu o pagamento de todos os 9,6 mil funcionários da unidade numa tentativa de extinguir o movimento. Revoltados, os trabalhadores começaram a se articular. Surgiram novos personagens dentro da fábrica que lideraram a categoria para o confronto. Um deles foi o ex-membro da comissão de fábrica e hoje aposentado João Ferreira Passos, o Bagaço. ‘Os diretores da empresa não acreditavam que aconteceria aquilo tudo. Apostaram errado. Mas isso serviu para melhorar o relacionamento entre patrão e empregado’²³⁹.

Não podemos deixar de considerar que essa atitude, por parte da empresa, foi o estopim para a radicalização do movimento. A da Ford foi respondida na mesma moeda.

Os trabalhadores revoltados com tal decisão, começaram um quebra-quebra generalizado: destruíram os carros dos diretores e das gerências que estavam estacionados no interior da empresa, depredaram prédios e invadiram o Departamento de Relações Industriais da Ford. Nesse momento, a Ford acionou a força policial para conter os grevistas, a fim de que os diretores fossem retirados do interior da fábrica e a ordem fosse restabelecida.

Os trabalhadores do período noturno foram impedidos de entrar, o que também provocou revolta e fez com que esses funcionários se juntassem àqueles que estavam em greve efetiva. O quebra-quebra tornou-se ainda maior.

A maior greve da história da Ford terminou com um saldo nada positivo: três depredações e cerca de 150 carros de chefes e supervisores destruídos

²³⁹ Diário do Grande ABC – Greve que mudou a Ford faz 15 anos – 19/06/2005.

contabilizando um prejuízo de US\$ 300 milhões juntando o fato de terem deixado de produzir, no período, 25 mil veículos.

De acordo com a Professora Dr^a Leila Blass, os grevistas defrontaram-se, ainda com a orientação dos dirigentes sindicais, embora muitos grevistas afirmassem que a greve havia se constituído numa iniciativa exclusiva, sendo um movimento que começou no interior da fábrica com várias lideranças²⁴⁰.

Mas Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, declarou em entrevista ao jornal do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, sua participação nesse movimento:

“Desenvolvi minha liderança no conflito e já fui considerado um radical. Em 1990, por exemplo, houve um quebra-quebra dentro da Ford; eu era presidente do sindicato, estava liderando o movimento. Talvez a diferença estivesse na maneira como eu me colocava à opinião pública. Nesse episódio, o Miguel Jorge – na época vice-presidente da Autolatina – mentiu dizendo que a gente tinha colocado uma bomba que ia destruir o bairro inteiro. Eu respondi convidando a imprensa para mostrar que as máquinas e os carros da linha de produção tinham sido protegidos; os carros virados eram apenas os dos gerentes”²⁴¹.

Na mesma entrevista, Vicentinho deixa claro que o Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema participou, intensamente, da condução da paralisação:

“Na greve da Ford, paramos a fábrica, o patrão trancou as portas, queríamos entrar com o carro de som, e esse companheiro liderava a greve. Arrebentamos os cadeados na marra, a direção da empresa viu e determinou que o guarda

²⁴⁰ BLASS, Leila Maria da Silva. *Alcances e limites da reestruturação negociada*. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v. 12, n. 1, jan-mar, 1998.

²⁴¹ Revista do IBADE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Publicado em 30/04/2004. www.ibade.br

abrisse a porta para não ter um conflito maior. Quando o guarda foi abrir a porta, um companheiro disse: ‘Tá vendo, vagabundo! Agora, seu desgraçado, abre pra gente entrar’. Coitado do guarda, um trabalhador! Assim, mandei que parasse com aquilo”²⁴².

Entretanto, essa mobilização mostrou-se um tanto singular em relação às demais paralisações concebidas pelas lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e manifestou-se como importante no sentido de revelar o potencial de luta e organização que sempre se fizeram presentes nas manifestações metalúrgicas do ABC Paulista. Equivocada ou não, e, mesmo extremada em alguns aspectos, a greve dos “Golas Vermelhas” acabou se transformando numa das últimas manifestações que permitiu no, seu bojo, a participação e a organização efetiva dos trabalhadores pelos seus direitos. Uma manifestação que revelou potencial do operariado da região e um não às formas de opressão que os trabalhadores sentiam diariamente no interior da empresa.

O poder de pressão das greves mostrou-se importante para a retomada das negociações e um instrumento que continuava na ordem do dia para pressionar as grandes empresas a estabelecer, pelo menos, uma negociação. Tão logo as paralisações começaram a ganhar força nas principais indústrias do ABC, a Fiesp voltou a negociar com o Sindicato chegando ao estabelecimento de um acordo.

Em acordo judicial de 3 de julho de 1990, ficaram estabelecidas 76 cláusulas que abordavam desde reajustes e aumentos reais de salários até aspectos voltados à estrutura das empresas, uniformes e cartões de ponto. Esses termos contribuíram para uma organização e aplicação dos direitos dos trabalhadores no interior das empresas, dando a eles garantias dentro e fora das fábricas.

No ano seguinte, 1991, muitos foram os confrontos ideológicos vividos entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e a Central Única dos Trabalhadores. Em janeiro daquele ano, foi realizado o 6º

²⁴² Idem.

Congresso da categoria cujos temas debatidos foram Previdência e Saúde; Justiça do Trabalho; Cultura e Novas Tecnologias.

No mês seguinte, a demissão de 3.550 trabalhadores da fábrica da Volkswagen e da Ford em São Bernardo do Campo exigiu atenção dos sindicatos da região. Huguiberto Della Bella Navarro, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, afirmava que uma greve poderia ajudar as empresas já que os pátios das montadoras estavam repletos de veículos. Era necessário encontrar uma estratégia plausível para conduzir o movimento. Em matéria do Jornal do Brasil, a ação do sindicato e dos metalúrgicos era tratar o movimento como **manifestação** e não como **greve**:

“No ABC, onde já houve uma paralisação ontem, não se chama o movimento de greve, mas sim de manifestação. O cuidado é óbvio. A margem de manobra dos sindicalistas é estreitíssima. Além disso, a greve, agora, pode ajudar a empresa, segundo analistas sindicais do ABC. A missão dos líderes dos trabalhadores agora é aproveitar o alto nível de mobilização e politização dos seus associados para avaliar o número de veículos que está realmente nos pátios das empresas (...). Segundo um sindicalista, esse é o resultado de a montadora ter insistido em manter uma estratégia contrária ao que o mercado vinha pedindo. Apesar dessa leitura, os trabalhadores sabem que têm que tomar uma decisão. E só têm duas ações, segundo entendem. Não fazer greve ou radicalizar, ocupando a empresa e produzindo normalmente, inclusive com a participação dos demitidos”²⁴³.

Vicentinho mostrava não saber a reação dos trabalhadores ao verem seus nomes nas listas de demitidos e que a radicalização do movimento poderia relembrar os fatos que marcaram as depredações na Ford no ano anterior. O gerente de Imprensa da Autolatina, Luiz Carlos Secco, procurou

²⁴³ Jornal do Brasil – ABC Ainda não sabe se faz greve - 19/02/1991.

argumentar afirmando que o relacionamento entre a companhia e os trabalhadores era dos melhores²⁴⁴.

No dia 19 de fevereiro de 1991, uma passeata no Km 23 da Via Anchieta reuniu milhares de trabalhadores da Volkswagen, interrompendo o acesso a Santos e a São Paulo das 8 h às 9:30 h. O protesto marcou o segundo dia de manifestações dos trabalhadores da Ford e da Volkswagen contra o anúncio das 5.110 demissões anunciadas pela Autolatina. A posição de Vicentinho em defesa dos empregos, na região, ficou clara em entrevista para o jornal Diário do Grande ABC:

“O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, disse que as demissões – que somadas ao voluntariado vão representar uma redução de 8.111 postos no quadro de 54 mil funcionários das sete unidades da holding – poderiam ser evitadas. Só em São Bernardo serão afastados 5.490 operários (3.550 pela empresa e 1.940 pelo voluntariado. ‘A Autolatina precisa ter um comprometimento social e, mesmo com prejuízos, não deve demitir pois, neste momento, não será fácil encontrar trabalho’ – afirmou o sindicalista, que propõe a redução da jornada sem diminuição dos salários”²⁴⁵.

A greve continuou no dia 20 de fevereiro e após assembléias realizadas em frente às fábricas da Ford e da Volkswagen, os trabalhadores seguiram até o prédio da Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp onde pediram a intervenção da entidade para reverter o quadro de demissões.

No dia 25 de fevereiro, a Autolatina, após reunião com representantes dos Sindicatos de São Bernardo do Campo e Diadema e São Paulo, decidiu suspender as demissões de 5.110 trabalhadores metalúrgicos pelo menos até o dia 23 de março quando novas negociações seriam retomadas. Em acordo

²⁴⁴ Diário do Grande ABC – Reação será imprevisível - 20/02/1991.

²⁴⁵ Diário do Grande ABC – Passeatas de metalúrgicos para a via Anchieta - 20/02/1991.

com os representantes dessas entidades, o plano de demissão voluntária ainda ficaria aberto e os dias parados seriam descontados em duas parcelas²⁴⁶.

Após a reunião, realizada entre as entidades e a Autolatina, Vicentinho foi para Brasília na tentativa de cobrar do governo uma solução para o caso dessa empresa junto à Ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, e os presidentes do Congresso, Mauro Benevides, e da Câmara, Ibsen Pinheiro.

Após as discussões em torno dos problemas com a Autolatina, era momento de viabilizar as principais resoluções do 6º Congresso da categoria em que foram aprovados a criação do conselho consultivo para a ampliação das comissões de fábricas, o início do processo de unificação dos sindicatos metalúrgicos do Grande ABC e a greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores para o dia 15 de março.

Mas a greve geral, marcada para o dia 15 de março, gerou discórdia entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, e a CUT.

Após terem enfrentado diversos problemas em relação à Autolatina nos três primeiros meses do ano e que proporcionaram a eclosão de greves e assembleias, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema viam ser propício o desenvolvimento de uma greve geral no dia 15 de março, data que completaria um ano de governo Collor e que significaria o posicionamento da classe trabalhadora brasileira contra as medidas adotadas por aquele governo. A CUT Nacional foi contra a greve.

Para Vicentinho a negativa da CUT, quanto à greve geral no dia 15, atrapalharia os planos do Sindicato na região que, ao longo dos dois primeiros meses de 1991, havia realizado seu VI Congresso além da condução das paralisações em protesto às demissões da Autolatina. Para Vicentinho, mesmo com a falta de apoio da CUT, a greve geral ocorreu.

“(...) no dia 15 de março, São Bernardo do Campo e Diadema estavam inteiramente paralisadas. Não só essas duas cidades, mas também vários trabalhadores aqui da região e metalúrgicos do estado. Qual não foi a frustração quando no

²⁴⁶ Diário do Grande ABC – Autolatina suspende demissões; nos pátios, 10 mil carros estão parados - 26/02/1991.

dia percebemos que os metalúrgicos do país que haviam defendido aquela idéia, não paralisaram. Os trabalhadores do estado de São Paulo, orientados pela CUT, também não entraram em greve. Foi uma frustração²⁴⁷.

Essa luta por posicionamentos dentro e fora da Central Única dos trabalhadores refletia o clima que seria levado ao seu IV Congresso em setembro. As correntes que já se manifestavam no interior da Central e deparavam-se com uma CUT que partiria para a institucionalização-burocratização.

Em setembro, as determinações do IV Congresso influenciaram de vez as mudanças nas ações dos sindicatos ligados a ela. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi o maior exemplo dessa mudança. Com uma base composta por cerca de 137 mil trabalhadores, ele alteraria definitivamente as suas formas políticas e organizativas nos anos subsequentes.

A Noite da Vigília, ocorrida no mês de dezembro de 1991, marcou os protestos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema contra o governo Collor e passou uma forma diferenciada de protesto e um novo campo da ação sindical dos metalúrgicos:

“A idéia de realizar essa atividade surge no bojo de um debate interno sobre o esgotamento da greve, enquanto forma de pressão, e os limites políticos de uma prática sindical centrada, exclusivamente, nas questões econômicas e fabris²⁴⁸.”

O ano de 1991 encerrou, no ABC Paulista, as atividades grevistas de grande porte. As orientações da CUT para a disseminação de um sindicalismo propositivo, que mesclava reivindicação com negociação, era a plataforma estratégica a ser seguida pelos sindicatos filiados. Ao sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, principal membro da

²⁴⁷ VENCESLAU, Paulo de Tarso. *Trabalhadores: entrevista Vicentinho – Greve tem hora*. Revista Teoria e Debate. nº 15, ago/set/out, 1991.

²⁴⁸ BLASS, Leila Maria da Silva. *Idem*. p. 80.

entidade, caberia redefinir seus rumos e servir de exemplo no desencadeamento de novas relações entre patrões e metalúrgicos e capital e trabalho.

6.5 – 1992 e os caminhos do sindicalismo propositivo no ABC Paulista

“Fica claro que não são otimistas as previsões para a indústria automotiva brasileira, se não for implantada com urgência uma nova política industrial no nosso país. Nossos empregos e salários, já há muito fortemente afetados, poderão sofrer agressões ainda maiores”²⁴⁹.

Já na apresentação do documento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de março de 1992, as primeiras preocupações em relação aos rumos do setor automotivo na região começam a ser discutidas e aprofundadas. Depois de inúmeras reuniões com membros do DIEESE, Comissões de Fábricas, Sindicatos do setor e especialistas ligados a universidades, um documento foi produzido no sentido de abordar o histórico da indústria no país e as mudanças ocorridas que aprofundaram as problemáticas sobre a força de trabalho:

- aumento do desemprego;
- início das exigências na qualificação de profissionais;
- perdas salariais;
- terceirização, entre outras.

Nesse mesmo documento aparecem as primeiras discussões quanto à necessidade de participação na Câmara Setorial Automotiva, já discutida histórica e estruturalmente nesse trabalho.

²⁴⁹ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial. Março de 1992, p. 5.

Agora, iremos fundamentar os caminhos que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema percorreu para, definitivamente, concordar em fazer parte dessa junta negociadora.

Conforme nos informa o documento, essas mudanças provocaram a entrada do Sindicato na Câmara Setorial como alternativa e forma de discutir a reestruturação do setor com o seguinte direcionamento:

“Esperamos que tais propostas suscitem debate na sociedade em geral. A indústria brasileira necessita se modernizar para sobreviver, mas essa modernização deve ser sinônimo de avanço, resultando na melhoria das condições de vida da população em geral, e não o seu contrário”²⁵⁰.

Com diversos seguimentos auxiliando a CUT e o Sindicato a entender a nova fase da indústria automobilística nacional, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em seu II Congresso Nacional, realizado no ginásio do Pacaembu, debateram o panorama da economia mundial e os aspectos da particularidade brasileira.

A compreensão da crise internacional da década de 80, a crescente internacionalização da produção e o paradigma japonês de produção e produtividade anunciavam as mudanças que ocorreram mundialmente e indicavam a ascensão e a expansão de indústrias provindas do Japão, Coréia do Sul e Taiwan. O acirramento da concorrência mundial e a descentralização da produção em busca de novos mercados, principalmente em regiões com capacidade de consumo e mão-de-obra barata, fomentou uma nova geografia em termos de produção.

Diante desse novo contexto, Estados Unidos e Europa se resguardaram criando os chamados “Acordos de Restrição Voluntária” como forma de proteger seu parque industrial.

Assim, a chegada dessas empresas em território latino-americano não tardaria.

Além dos objetivos mais aparentes já citados, outros, preocupantes, estavam embutidos na sua descentralização: o barateamento dos custos, a

²⁵⁰ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992. p. 6.

racionalização de gastos e o desenvolvimento de novos projetos. Em países cuja proteção social e legislação são frágeis, esse tipo de indústria acabaria conquistando, principalmente no plano político, um grande poder de negociação e, como consequência, a obtenção de garantias, privilégios e incentivos para viabilizar seus projetos.

O Sindicato apontou dados nos quais constavam que tais modificações na produção entre 1981 e 1988, elevou em 41,2% contra 8,6% o emprego nos Estados Unidos; na Bélgica, o resultado foi o crescimento de 37,6% contra 8,4% na elevação da taxa de emprego e na Alemanha, crescimento de 19,5% contra 10,6%. Em países, como França, Itália, Inglaterra e Brasil, houve redução absoluta no número de trabalhadores²⁵¹.

Esses estudos indicaram outras dificuldades para os países latino-americanos: o Mercado Comum Europeu, o bloco EUA, Canadá e México e o grupo formado pelo Japão com os outros países asiáticos poderiam dificultar as exportações da América Latina. Para tanto, apontavam-se críticas em relação à tentativa de formação de um programa de desenvolvimento da América Latina constituindo o bloco latino-americano – Mercosul:

“Isto porque este programa não se insere numa estratégia de desenvolvimentos mais ampla para estes países – estratégia esta que enfatize a preocupação com a retomada do crescimento econômico. No atual contexto, a integração proposta serviria tão somente para favorecer a geração de divisas em ambos os países, sendo exatamente o incremento das exportações um dos principais objetivos apontados. Em suma, o objetivo maior tem sido até agora que estes países cumpram com seus compromissos da dívida externa”²⁵².

Ao traçar a crise internacional, compreendem-se as particularidades que o setor automotivo e o sindicalismo brasileiro vivenciaram na década de 80.

Tal situação remete-nos a pensar nas plataformas Cutistas e do próprio Sindicato dos Metalúrgicos do São Bernardo do Campo e Diadema na década

²⁵¹ Dados apontados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Subseção do DIEESE. Março de 1992. p. 8.

²⁵² Idem. março de 1992. p. 10.

de 80 quando se propuseram a discutir perdas salariais sem questionar o estrangulamento e o baixo nível de investimentos em plataformas produtivas mais modernas assim como a qualificação profissional tão necessária para a permanência ou inserção de novas forças produtivas no setor.

O estudo apontou o esgotamento do “padrão de crescimento brasileiro” que condicionou a economia do país desde a década de 50 com o seu ápice no período chamado “milagre econômico brasileiro” na década de 70.

Após considerar o panorama da década anterior, o Sindicato dos Metalúrgicos traçou suas justificativas em relação à sua participação na Câmara Setorial Automotiva.

Consideramos dois marcos importantes para a guinada de direção do sindicalismo brasileiro: o primeiro, o IV Congresso da CUT em 1991; o segundo, a entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no fórum tripartite – a Câmara Setorial Automotiva.

Sobre o primeiro já fizemos nossas considerações. Sobre o segundo procuraremos apresentar os materiais produzidos pelo próprio Sindicato em conjunto com o DIEESE que procuraram justificar suas mudanças e suas novas opções.

Ao nosso ver, começa, dessa perspectiva, o abandono de sua postura classista e sua atuação como entidade de negociação dessa primeira parte da década de 90 que consideramos um período de transição da reestruturação produtiva e, portanto, um período de ajuste e de negociação das perdas para a etapa seguinte.

A tendência de negociação, a partir da Câmara Setorial, acabou revelando não um fator positivo das lutas sindicais, mas um sindicalismo que, para sobreviver em meio às mudanças do mercado, alterou seus objetivos e, principalmente, abandonou a condução do trabalho de base conscientizador colocando-se cada vez mais próximo da oferta de cursos de capacitação e qualificação.

Citaremos, aqui, vários trechos do informe produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC justificando sua atuação no interior da Câmara Setorial Automotiva e, dessa maneira, propomos uma discussão ampla para caracterizar as mudanças ocorridas no sindicato brasileiro mais representativo: O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

“Diante do diagnóstico geral bastante desfavorável apresentado anteriormente, o Movimento Sindical tem buscado discutir saídas negociadas para a reestruturação da indústria automobilística brasileira. É claro que para nós a persistência do atual quadro no setor automobilístico significará a continuidade das reduções da produção e conseqüentemente redução dos postos de trabalho e dos níveis de renda. A Câmara Setorial representa uma alternativa como fórum de discussões amplas, onde, a despeito das inevitáveis divergências de diagnósticos e propostas entre os vários segmentos que compõe o setor, existe a perspectiva de significativo avanço. Isto, tanto no que se refere ao retorno do crescimento do setor quanto no que trata as relações de trabalho e rendimento dos trabalhadores”²⁵³.

A existência das Câmaras Setoriais, desde 1988, como fóruns bipartites de negociação de incentivos fiscais para a expansão dos vários setores produtivos brasileiros já é por nós conhecido. A entrada de um novo setor (sindicatos), estratégico para a negociação da reestruturação da força de trabalho no interior dos segmentos, era a forma mais adequada de negociar as inevitáveis perdas (eliminação de postos de trabalho, exigência de qualificação profissional, redução de salários, etc.) para os trabalhadores. O período que vai de 1992 a 1994 pode ser compreendido como uma fase reestruturadora e negociadora das perdas para os trabalhadores, já que os inúmeros programas desenvolvidos e aprimorados pelo governo davam o suporte financeiro e legal para que as empresas pudessem passar por esta etapa de modificações sem muitas perdas. No caso da força de trabalho, que sofreria uma baixa e, aliada às novas exigências em termos de qualificação, seria um aspecto a ser negociado no interior das Câmaras como forma, inclusive, de evitar manifestações e greves que pudessem atrapalhar esse período de transição da indústria brasileira.

Um fato marcante dessa época foi o fechamento da fábrica de Motores da Ford que soou como mais um alerta para o Sindicato dos Metalúrgicos de

²⁵³ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992. p 15.

São Bernardo do Campo e Diadema. Para tentar evitar o fechamento e as demissões desencadeadas por esse processo, Vicentinho e outros sindicalistas resolveram ir até a matriz da empresa em Detroit com o objetivo de evitar tal acontecimento. As dificuldades vividas pela Ford de Detroit fez com que os sindicalistas compreendessem que, apesar das particularidades da realidade brasileira, as dificuldades do setor eram mundiais. Sem ter conseguido solucionar a problemática, Vicentinho volta para São Bernardo para dar os primeiros passos rumo às negociações junto à Câmara Setorial. Em entrevista concedida por Luiz Marinho ao jornal Vale do Paraíba, ele esclarece:

“Comparamos as horas de greves após o ano de 92 e os anos anteriores e chegamos ao resultado de que houve redução de 77% das greves. Quero entretanto, ressaltar, que nós falamos das greves dos anos 70 e 80 com muito orgulho, porque essas greves foram elementos responsáveis pelo enfrentamento e derrota da ditadura militar e levaram à conquista do processo democrático do país. Mas voltando à redução das greves, tenho que me reportar ao ano de 92, que foi quando Vicentinho esteve nos estados Unidos, discutindo com a direção mundial da Ford a não desativação de uma das unidades no ABC. Em seguida a essa viagem dele, nós conseguimos uma audiência com o Ministro da Economia, o Marcílio Marques Moreira e ainda era o governo Collor, e solicitamos a implantação da Câmara Setorial do setor de automotivos. No mesmo ano de 92, nós conseguimos concretizar a Câmara Setorial. Foi um acordo muito positivo, pois impediu muitas demissões nas montadoras e na cadeia produtiva do setor, e gerou mais empregos e mais salário. Foi a partir dali também que as empresas passaram a dialogar mais com os trabalhadores, conversando mais através das comissões de fábricas e do sindicato. De forma concreta, havia sido criado um canal de negociação que viabilizou que se fizesse menos greve”²⁵⁴.

²⁵⁴ Luiz Marinho em entrevista a Iara de Carvalho do jornal Vale Paraibano. 18 de maio de 1997.

O que estava se desenhando era um novo modelo de negociação que firmaria uma parceria com o capital. Os questionamentos e as estratégias de paralisação seriam “aposentadas” para que a negociação pudesse solucionar as problemáticas que a classe trabalhadora viveria por conta da realização da reestruturação produtiva no país. A defesa do emprego, em detrimento às críticas à lógica destrutiva, seria abandonada sem que se pudessem evitar a precarização e o desemprego, descaracterizando e enfraquecendo, contudo, a maneira de ser e os propósitos do sindicalismo.

A justificativa do Sindicato legitimou sua participação na Câmara Setorial frente à sua base, porém a condução das problemáticas dos trabalhadores, em seu interior, ocorreu de forma muito diferente do que havia sido planejado.

A Câmara Setorial Automotiva, seguindo sua própria condição e características, atuou para viabilizar uma forma particular e crescente de um novo modelo de produção e gestão da força de trabalho no país. Nela foi realizada a **Transição Negociada** de maneira que o movimento sindical, embutido nesse novo processo e optando por atuar dentro desse sistema, acabou mudando o panorama do sindicalismo brasileiro na década de 90. Verifiquemos a concepção:

“A avaliação realizada pelo Sindicato indicava que nossa participação era importante, no mínimo pela possibilidade de apresentarmos nossas posições sobre os temas abordados, e como sinal claro da concretização de uma *nova forma de ação sindical*. Esta alia a luta nos locais de trabalho e as mobilizações da categoria à negociação permanente, ocupando-se assim novos espaços na sociedade. Isto exige a realização de propostas por parte do movimento sindical em áreas que, dadas as circunstâncias políticas e econômicas existentes até então, eram pouco exploradas pelo conjunto das entidades sindicais. Esse enriquecimento da luta sindical – ou “*nova estratégia sindical*” – já havia sido *aprovado pelo último Congresso da categoria* metalúrgica de São Bernardo do

Campo e Diadema em 1991, e *também pelo IV Concut*, de 1991”²⁵⁵. (grifos nossos).

Realmente, o Congresso da Categoria em 1991 havia sido um divisor de águas. As particularidades do Congresso, as disputas internas e a própria negociação de espaços de interesse, dentro da Central Única dos Trabalhadores, já haviam imprimido as características fundamentais da sua mudança ideológica. Uma Central que deixava de lutar pelos interesses reais da classe trabalhadora e passava a atuar para defender seus interesses particulares. Em entrevista concedida ao professor Dr^o Iram Jácome Rodrigues um membro da Articulação declarou:

“Nós estamos perdendo muito mais tempo na luta interna do que na organização dos trabalhadores; ou se resolve isso agora, nesse mandato, ou nós vamos lamentavelmente fechar a CUT, lamentavelmente a CUT vai perder espaço para a Força Sindical. As ‘picuinhas’ é que estão nos matando aos poucos, o sectarismo de todos os lados tem levado a uma destruição interna da CUT. Ou as correntes pensam nisso ou estamos fadados a perder terreno para a Força Sindical”²⁵⁶.

As entidades da base, fundamentalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, estratégico e simbólico pela sua história de luta e por ter sido mola propulsora para o desenvolvimento da CUT, não poderiam deixar de seguir à risca suas orientações.

A opção por um sindicalismo negociador e cupulista remodelou as estratégias de luta e aproximou-se de certa forma, da atuação e concepção sindical da Força.

Na primeira reunião do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na Câmara Setorial, as principais temáticas discutidas relacionavam-se a preços e salários. Na segunda, as temáticas giraram em torno do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Temas como

²⁵⁵ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992. p. 16.

²⁵⁶ RODRIGUES, Iram Jácome. Idem. pp. 160-1.

reestruturação e modernização só passaram a ser discutidos após uma reunião entre a direção do Sindicato e o então Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em novembro de 1991.

A partir daí, foram retomadas as discussões e a temática principal passou a ser “Modernização e Reestruturação do Complexo Automotivo”. Empresários, governo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, única associação que compareceu ao encontro, definiram os cinco grupos de trabalhos no interior da Câmara. O objetivo específico do Sindicato girava em torno da retomada da produção, mudança no “mix” de veículos, redução dos preços reais, manutenção e recuperação dos níveis de emprego e salários. Os grupos que se formaram no interior da Câmara foram os seguintes:

- Desenvolvimento do Mercado Interno;
- Promoção de Exportações;
- Tecnologia/Qualidade/Produtividade;
- Carga Tributária;
- Investimentos.

A participação solitária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, respaldada pela executiva nacional da CUT, definiu os aspectos importantes que consolidariam a Câmara como fórum tripartite de negociação.

Para consolidar o debate a ser implementado no interior da Câmara, o Sindicato preparou um documento chamado “Diretrizes Básicas do Sindicato na Câmara Setorial: Emprego, Salário, e Novo Modelo Para a Indústria Automobilística”. No documento, constam os critérios adotados pelo Sindicato para sua intervenção no debate sobre a reestruturação do complexo automotivo.

Seus principais aspectos centraram-se na recuperação dos níveis de emprego e de salários do setor, oposição às propostas de ajuste neoliberal, reestruturação por meio de políticas que garantissem a retomada do crescimento (articuladas com um projeto global de desenvolvimento para o

país), democratização das relações de trabalho e melhoria das condições no interior das fábricas.

Além dos critérios estabelecidos, duas considerações importantes foram incorporadas ao texto:

“Primeira: temos clareza de que o projeto de reestruturação global do setor automobilístico exige o fim da recessão, viabilizando-se as condições econômicas para a retomada do crescimento. A segunda diz respeito ao alcance dos interesses em jogo nesta câmara. O setor automobilístico é, sem dúvida, o carro-chefe da industrialização brasileira, sendo o suporte de uma série de atividades correlatas e complementares. Logo, *a intervenção do movimento sindical nesse fórum deve considerar a articulação dos interesses setoriais com os impactos para o conjunto da classe trabalhadora*. O diagnóstico traçado na parte inicial deste trabalho somente poderá ser modificado se a luta sindical estiver articulada com as lutas da sociedade civil, de modo a gerar propostas concretas para uma verdadeira política industrial, em bases democráticas. Se o movimento sindical não for capaz de formulá-las e apresentá-las ao debate na sociedade, os setores dominantes continuarão detendo a iniciativa, restando para nós *a desgastada posição reativa, de críticos*. E o que é pior: *surgirá mais um modelo excludente de desenvolvimento no Brasil*”²⁵⁷. (grifos nossos).

Mesmo com os direcionamentos que buscaram fazer a crítica ao neoliberalismo no interior da Câmara e das considerações feitas na sequência, o movimento sindical, ao abandonar a característica classista e a efetiva luta de classes, já operava nos limites do governo neoliberal, quando aceitou a Câmara Setorial como canal exclusivo de negociação, articulando seus interesses ao lado dos empresários. Dessa forma, uma nova etapa capitalista excludente desenvolvia-se no Brasil tendo o movimento sindical em seu bojo, não o impedindo, mas ajudando-o na transição desse processo.

²⁵⁷ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992. p. 20.

Palavras como articulação, viabilidade e eficácia são utilizadas nos documentos produzidos pelo DIEESE e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC referindo-se à política industrial, aos mecanismos de desenvolvimento de um novo padrão industrial como redução de tarifas, produtividade, carga tributária, abertura de mercados, o que demonstra a necessidade da reestruturação para que se possa inserir o Brasil no mercado mundial. Entretanto nesse mesmo documento intitulado “Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial”, não se discute, efetivamente, a questão do desemprego.

Quando o tema é abordado, somente se leva em consideração o contingente de desempregados e não aqueles que ficarão desempregados por conta do incremento da indústria com a inserção de novas tecnologias e novas estratégias de gestão. Interessante verificar como o próprio Sindicato aponta as alternativas para a adoção de estratégias tecnológicas e organizacionais:

“O aumento da capacidade de produção do setor automotivo tem ocorrido através de três alternativas mais freqüentes. A primeira corresponde às fábricas tradicionais, com muita automação eletromecânica (fixa). A segunda é o paradigma japonês, da fábrica com equipamentos flexíveis e novos esquemas organizacionais. A terceira envolve os grupos semi-autônomos e as experiências de montagem em ‘docas’, que evoluem principalmente nas indústrias suecas da Volvo. O que importa aqui é mostrar que há alternativas do ponto de vista tecnológico e organizacional, e que a modernização não necessariamente tem um único sentido, ou se limita a uma única opção. Cada uma dessas alternativas tem um significado em termos de volume de investimentos, nível de emprego, qualificação necessária, formação profissional, e organização nos locais de trabalho”²⁵⁸.

A elaboração de uma série de propostas feitas pelo Sindicato reafirmava seus objetivos em torno da recuperação de empregos e dos salários

²⁵⁸ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992. pp. 25-6.

articulados com propostas de incremento da produção e das vendas como caminho para atingir a reestruturação do setor rumo à modernização e competitividade internacionais. Dentre as três alternativas propostas pelo Sindicato estava a organização técnica e de gestão da fábrica da Volvo na cidade de Uddevalla, na Suécia.

A fábrica da Volvo em Uddevalla iniciou suas atividades em 1989. Antes de sua implantação, ocorreram amplos debates e estudos conjuntos entre o Grupo Volvo, Governo da Suécia e setores organizados da sociedade, com grande participação dos sindicatos. O sistema que resultou desse processo dava maior importância ao ser humano do que os outros sistemas desenvolvidos durante o século XX, como os de Ford e Toyota. Uddevalla funcionou dentro do procedimento originalmente concebido até 1992, quando foi fechada, mas muitos dos seus princípios continuam servindo de modelo para as indústrias contemporâneas²⁵⁹.

Mas, no Brasil, as condições históricas e a realidade do sindicalismo na década de 90 faziam parte de uma diversidade em que tornava-se impossível chegar ao grau de organização do sindicalismo sueco, até porque as formas históricas de sindicalismo, na Suécia, emergiram sob outros padrões e outras perspectivas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema estabelece sete propostas de curto prazo rumo à modernização do setor:

- a-) determinação de uma política de preços para os veículos;
- b-) determinação de um novo “mix” de produção;
- c-) incentivos às exportações associados ao crescimento do emprego e recuperação do poder aquisitivo;

²⁵⁹ O sindicato estabeleceu quatro condições consideradas fundamentais para o funcionamento adequado da planta fabril: montagem dos veículos estacionária, sem esteira móvel ou rolante; ritmo de trabalho não fixado pelas máquinas; ciclo de trabalho com um máximo de 20 minutos cada um e; processo de montagem dos veículos não excedendo 60% do tempo de trabalho, exigência que não foi efetivamente atendida. A planta industrial da Volvo em Uddevalla iniciou as suas operações na primavera de 1988 (primeiro semestre no hemisfério norte). O planejamento dos recursos humanos foi uma constante preocupação no planejamento geral da produção da indústria. A preocupação com o conforto (ergonomia) e a saúde (salubridade) dos operários na linha de montagem foi integral. Por situar-se em um mercado de trabalho complexo, a Volvo adequou-se a dois fatores fundamentais: internacionalização da produção e a democratização da vida no trabalho. Para mais ver CLETO, Marcelo Gechele. A gestão da produção nos últimos 45 anos. FAE Business, nº 4, dez, 2002. pp. 38-41.

- d-) política gradual e seletiva de rebaixamento de barreiras às importações;
- e-) nova política de financiamento ao consumidor;
- f-) recuperação gradativa dos níveis de produção e emprego;
- g-) política de recuperação gradativa das perdas salariais²⁶⁰.

Esse foi o projeto que conduziu as discussões sindicais no ano de 1992. Os documentos produzidos possibilitam-nos verificar, nas ações mais práticas desse movimento, as mudanças na conduta em relação às problemáticas da classe trabalhadora. As consequências desses novos encaminhamentos foram colhidas nos anos subsequentes quando a introdução de novas tecnologias e a aplicação de novas técnicas de gerenciamento tornaram-se realidade. O desencadeamento do processo de terceirização começaria a fazer suas primeiras “vítimas” no ano seguinte.

Observamos que o Sindicato está sempre em busca de minimizar os danos causados pelo processo de modernização que ele mesmo levou a cabo, procurando, freqüentemente, atenuar os efeitos do processo de reestruturação. Isso é verificável nas discussões sobre terceirização, redução da jornada de trabalho, reorganização do tempo de trabalho que se fizeram presentes no contexto de debates do ano de 1993.

Nesse ano, não só o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema mas também o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, sob o lema “Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, rumo à Unificação” e sob o respaldo da CUT procuraram diagnosticar e propor ações conjuntas. Já, na apresentação do documento, o termo Sindicalismo Propositivo passa a ser utilizado e justificado por essas entidades:

“Este documento contendo o nosso diagnóstico e propostas frente à Terceirização é prova, uma vez mais, do esforço que tem feito este Sindicato visando consolidar um sindicalismo de resistência ao mesmo tempo que propositivo. De resistência, porque buscamos permanentemente colocar barreiras contra as agressões realizadas aos trabalhadores por este selvagem

²⁶⁰ Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Março de 1992, p 27.

capitalismo brasileiro. E propositivo, porque procuramos, sem abrir mão dos nossos princípios, formular propostas concretas de intervenção na política industrial e na política sócio-econômica em geral do país. Ambas as ações com um objetivo único de construir uma sociedade mais justa e democrática”²⁶¹.

Resultado de um seminário que contou com a participação da militância e da base sindical, além da assessoria do DIEESE, do Departamento Jurídico, de Saúde do Trabalhador e Assessoria Política, o documento, fruto das discussões entre os envolvidos, passou a discutir, fundamentalmente, o tema Terceirização.

Muito diferente dos anos anteriores em que o Sindicato elaborou propostas e sugeriu a implementação de novas tecnologias e organização industrial, agora, com os resultados dessa transição consolidando-se, começam a aparecer os resultados negativos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora.

No texto sobre os rumos da Terceirização, fica clara a importância dessa temática para o movimento sindical:

“O estudo aborda um tema da ordem do dia para o movimento sindical. Ultimamente estamos ouvindo cada vez mais relatos de fábricas que ‘emagrecem’ através da transferência de atividades para outras empresas, geralmente menores, conhecidas como sendo ‘terceiros’. Junto com a introdução de novos equipamentos, novos métodos de organização e gerenciamento do trabalho, surge como uma tendência perseguida principalmente pelas empresas mais organizadas, competitivas e/ou líderes de mercado. Sem desconsiderar a parcela de ‘modismo’ que está por trás da recente onda de terceirização, o fato é que ela está em muitos casos inseridas no contexto de mudanças estruturais bastante abrangentes, especialmente no que diz respeito à constituição de um novo padrão, ainda perverso, de competitividade do conjunto das

²⁶¹ Os trabalhadores e a terceirização: Sindicato dos metalúrgicos do ABC rumo à Unificação. Fevereiro de 1993. p 9.

empresas que participam da produção industrial e de todo complexo econômico brasileiro”²⁶².

É necessário que possamos compreender essa tendência de terceirização, mas não vê-la como “modismo” como anuncia o texto. Vale lembrar que empresas asiáticas e européias vêm, desde o final da década de 70 e fundamentalmente na década seguinte implementando novas formas de produção e gestão do trabalho, o que provocou uma descentralização das atividades produtivas delas minimizando custos de produção.

O deslocamento começa ocorrendo para outras empresas e chegou a romper barreiras nacionais. Na década de 80, o sindicalismo europeu sofreu duros golpes por conta dos novos projetos governamentais que viabilizavam a reestruturação e o crescimento industrial.

A terceirização não pode ser vista como um “fenômeno”, mas, sim, como um elemento de suma importância dentro do complexo de reestruturação produtiva. O imediatismo do sindicalismo brasileiro também o acometeu da falta de perspectivas. A ausência de preparo e de entendimento das mutações capitalistas, suas reestruturações e as misérias por ele produzidas, tornou o sindicalismo uma presa fácil na década de 90 e forçou-o a mudar e, inserir-se dentro de suas determinações.

Verificando o conteúdo do caderno sobre Terceirização produzido pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, encontramos os aspectos que fizeram parte de um amplo debate sobre o tema em fevereiro de 1993, mesmo ano em que foi firmado na Câmara Setorial Automotiva um acordo com as montadoras e governo. Os aspectos tratados foram:

- a-) redução do número de empregos, que acontece em primeiro lugar na empresa que sub-contrata;
- b-) em relação a falta de regulamentação sobre o impedimento à demissão imotivada, aprovado pela Constituição;
- c-) ausência de negociação diante de eventuais planos de terceirização e de reestruturação produtiva em geral;

²⁶² Os trabalhadores e a terceirização: as propostas dos metalúrgicos do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/ DIEESE, fevereiro de 1993, p. 9.

- d-) degradação do meio ambiente e das condições de trabalho geralmente presentes em empresas sub-contratadas;
- e-) criação de uma situação em que é possível que o quadro de funcionários com vínculo empregatício seja minoritário em relação ao das empreiteiras. As dificuldades para as negociações sindicais tendem a tornarem-se maiores.

Ao mesmo tempo em que a CUT e o Sindicato discutiam as problemáticas da terceirização em 1993, eles também se propunham a negociar o problema por meio da Câmara Setorial. Mais uma vez a denúncia, a fragilidade, a fragmentação e a precarização da força de trabalho seria colocada em pauta com os setores do patronato e do governo.

Nesse processo, a reformulação da força de trabalho, as novas condições e a exigência de maior qualificação alteravam o perfil do operariado brasileiro enquanto o Sindicato se afastava dessa nova realidade e aproximava-se, cada vez, mais dos entendimentos, das negociações e dos acordos no interior da Câmara Setorial, mais uma vez para minimizar as perdas e não para exercer um papel crítico diante de tais mudanças.

Normalmente, o Sindicato e a CUT se propuseram a negociar a terceirização sem impedir que a modernização da indústria ocorresse e primando pelo desenvolvimento de uma política industrial democrática:

“Destacamos mais uma vez nossa disposição em debater todas as grandes questões relacionadas à construção de uma política industrial para o Brasil, ao mesmo tempo em que reafirmamos nossos princípios de luta pela democratização dos locais de trabalho, e do conjunto da sociedade. Neste sentido, reafirmamos também de forma clara que continuaremos a lutar firmemente não apenas pela manutenção, como pelo avanço dos direitos e conquistas dos trabalhadores. ***Nosso Sindicato tem buscado negociar os processos de terceirização, discutindo-os, em busca de uma efetiva modernização industrial e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.*** Os trabalhadores já se mobilizaram contra algumas experiências e propostas de terceirização que perceberam prejudiciais, chegando em alguns casos até a

greve. Em algumas empresas, como em algumas montadoras da base, já obtivemos avanços importantes, garantindo-se a negociação prévia de qualquer transferência de atividades para terceiros. Por tudo isso, e visando intervir de modo mais expressivo sobre o processo de terceirização, parte de uma ampla reestruturação da economia brasileira, elaboramos nosso diagnóstico e, definimos um conjunto de diretrizes e propostas que passam pela organização sindical, pela contratação coletiva, e pela redefinição da política industrial. Este documento e esta reflexão não devem ser vistos de forma isolada. Ao contrário, ***aprofundamos aqui a experiência de nossa participação na Câmara Setorial do Complexo Automobilístico, pretendendo com isto avançar no rumo de um política industrial construída de forma democrática***²⁶³.
(grifos nossos)

As discussões temáticas e a elaboração de propostas tornaram-se alternativas de negociação dentro do período de transição neoliberal. As negociações e os acordos firmados na Câmara Setorial davam a impressão de que um aumento de produção e a reestruturação do complexo automotivo pudessem restabelecer ou melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente recuperar salários. A suspensão dos postos de trabalho e o rebaixamento de salários seriam compensados quando o processo de reestruturação produtiva chegasse ao seu auge.

Obviamente a reestruturação carregava consigo uma série de novos elementos que potencializariam a superexploração, a fragmentação e a precarização do trabalho e da força de trabalho. No caso brasileiro esses elementos teriam traços particulares, visto que o novo perfil de trabalhador, exigido por essa nova organização industrial, teria que ter qualificação profissional para exercer as novas funções no interior das empresas.

O sindicato preocupou-se em negociar as perdas e não se preparou para colher os frutos amargos da reestruturação. Sua aproximação na Câmara Setorial dos homens do governo e empresários contribuiu para que esse

²⁶³ Os trabalhadores e a terceirização: a proposta dos metalúrgicos do ABC. CUT/Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fevereiro de 1993. pp. 11-2.

período de transformações fosse percorrido sem paralisações que pudessem prejudicar o processo de implementação de novas tecnologias, sistemas etc. Ao se afastar da base operária, o sindicato deixou não só de renovar suas estratégias assim como de existir no cotidiano de uma nova força de trabalho que começava a ocupar as empresas.

O sindicalismo propositivo deixou de ser a crítica e o ambiente de conscientização e debate de milhares de trabalhadores, tornando-se um ambiente de discussões cupulistas dentro do sistema e contra ele pouco pôde fazer.

Apesar da nova postura adotada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, muitos debates ocorreram em 1993 em torno do tema Terceirização. Nos discursos e reflexões o ele indicava que o processo de terceirização da economia brasileira passaria a ser mais um elemento de ataque aos direitos e às conquistas históricas dos trabalhadores. Assim sendo, o Sindicato elaborou uma estratégia sindical face à questão, demonstrando consciência da problemática, mas não capacidade em superá-la:

“A resistência surge, persiste, e se torna necessária, exatamente na medida em que essa nova moda pouco disfarça a intenção de arrochar salários, e reduzir conquistas sindicais, degradando-se as condições de trabalho, e contribuindo sistematicamente para a redução dos níveis de emprego. Vale a pena lembrar sempre: vivemos numa sociedade dividida em classes. Capitalistas e trabalhadores possuem interesses econômicos e sociais que são distintos e, mais que isso, diverge também os pressupostos básicos de organização da produção. ***Nesse choque de interesses, não é preciso que as armas disparem ou que a guerra civil se instale para que exista luta de classes. Essa está presente (mesmo que surda e muda) em cada campanha e em cada negociação salarial.*** A luta de classes está viva no embate envolvendo terceirização. Partindo desta compreensão, a ESTRATÉGIA a ser adotada pelos trabalhadores frente à terceirização deve levar em conta pelo menos dois elementos básicos: qual a

natureza do confronto e qual o contexto histórico – a conjuntura que se dá”²⁶⁴ (grifos nossos).

Nesse momento os novos princípios de organização e atuação sindical ficaram mais explícitos. Embora o discurso deixasse claros a luta de classes e o agravamento da superexploração e miséria do trabalhador, também anunciava a adoção de novas estratégias de lutas. A “natureza do confronto” e o “contexto histórico” estabeleciam as problemáticas e traziam como resultados dessa nova postura sua atuação na Câmara Setorial. Evitar o confronto direto e negociar no interior da Câmara Setorial tais mudanças era, para o Sindicato, o caminho mais viável para a recuperação de empregos e salários.

As paralisações seriam cada vez mais escassas apesar do Boletim sempre pontuar que elas poderiam ocorrer novamente:

“A batalha da terceirização, tanto quanto o conflito envolvendo o problema da automação e das novas formas de organização da produção, obriga os trabalhadores a travar uma ‘guerra de conhecimentos’ praticamente sem paralelo em nossa história anterior de luta. ***A mobilização direta, o choque grevista e manifestações do mesmo gênero serão certamente necessários. Mas, para vencer, deverão estar sustentados por um embasamento teórico consistente, onde cada argumento, cada sofisma e cada mentira do discurso empresarial possam ser contestados ou demolidos. Em outras palavras: o portão da fábrica será um palco importante da resistência, mas poderá ser resolvido ali***”²⁶⁵.
(grifos nosso).

Com a argumentação sobre a Terceirização, o sindicato dos Metalúrgicos do ABC travou um novo discurso de encaminhamento das problemáticas do mundo do trabalho. A partir desse momento, levava-se a termo as Orientações Cutistas do IV Congresso. O próprio Sindicato destacava

²⁶⁴ Os trabalhadores e a terceirização: a proposta dos metalúrgicos do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC rumo à unificação. CUT, fevereiro de 1993. p. 13.

²⁶⁵ Os trabalhadores e a terceirização: a proposta dos metalúrgicos do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC rumo à unificação. CUT, fevereiro de 1993. p. 13-4.

a história de luta dos anos 70 e a evolução do sindicalismo brasileiro na década seguinte com a criação da Central Única, mas destacava, também, que o momento político exigia uma nova relação entre sindicatos / governo / empresários que pudesse ser, agora, de negociação, e não de confronto.

A década de 90 carregava, no seu cerne, uma outra particularidade que o Sindicato levaria em consideração. Muitos líderes cutistas e sindicalistas filiados ao Partido dos Trabalhadores tinha assumido cargos importantes nas esferas municipais, estaduais e federais, o que influenciou a adoção de uma nova estratégias frente às problemáticas políticas e econômicas. Esses direcionamentos e aspectos que diferenciavam o sindicalismo dos anos 90 em relação às décadas anteriores conferiam a ele novos atributos em termos de participação social e ficaram registrados nos seus documentos:

“(...). Por fim, resta ainda uma última peça de nosso quebra-cabeça, que se traduza efetivamente em vitórias palpáveis para o trabalhador.

Estamos aqui nos referindo ao fato de que já ultrapassamos aquele período em que a classe trabalhadora brasileira engatinhava na retomada das mobilizações de massa que marcou o fim dos anos 70. Do impulso contestado, rebelde, visceralmente oposicionista que caracterizou a ‘era Vila Euclídes’ – forçoso em todo processo histórico e em tudo o que tem vida – passamos com o decorrer dos anos a novos desafios, mudanças, crescimento e amadurecimento. A classe trabalhadora de hoje não tem como horizonte maior a derrubada de uma ditadura militar, ou a construção de uma nova central sindical.

Somos hoje, um movimento sindical que se estruturou nacionalmente em torno de uma concepção radical nova de mobilização e organização dos trabalhadores. Acumulamos êxitos, em tão poucos anos, que, em menos de uma década, ***passamos a ocupar parcelas significativas das estruturas de poder*** mantendo vínculos com forças políticas que reúnem condições para ampliar em escala gigantesca, em curtíssimo prazo, essa presença dirigente no aparelho de estado que pretendemos reconstruir.

Por tudo isso, não podemos adotar um comportamento diante da terceirização que leve em conta, unicamente nossos interesses de curto prazo, enquanto categoria, como se não tivéssemos sobre nossa responsabilidade também o próprio futuro do país, em termos globais. Em outras palavras: o combate a ser travado com os padrões em torno da terceirização não pode ter como horizonte apenas a nossa legítima preocupação com a preservação dos salários, do nível de emprego e das condições de trabalho. A tática que se faz necessária nesse contexto precisa aliar firmeza e flexibilidade. Devem ser afastadas, de início, duas condutas que são igualmente inaceitáveis: a postura conformista que consistiria em embarcar no discurso da terceirização como tendência histórica irreversível, e, do outro lado, a postura estreita de rejeitar o debate e a negociação em torno do assunto²⁶⁶ (grifos nossos).

A longa citação, porém necessária, traz, em seu contexto, a exata medida das mudanças sobre a atuação sindical diante das problemáticas do mundo do trabalho. O abandono do caráter classista e o papel negociador que a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC assumiram, passam, aqui, a ter valor inestimável para designarmos os rumos do sindicalismo dos anos 90.

É possível pontuar as características fundamentais que o sindicalismo brasileiro assumiu após o IV Congresso da CUT em 1991 e também posterior à entrada do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na Câmara Setorial Automotiva.

A chegada ao poder de muitos membros da CUT e do sindicalismo brasileiro foi um dos fatores que determinaram mudanças na atuação sindical da década. Abandonaram as estratégias de lutas anteriores e a contestação do sistema governamental passou a ser apenas parcial, pois acreditava-se que, fazendo parte do governo, fosse possível uma real transformação da sociedade.

Abandonada a luta social mais imediata que se traduz na mobilização dos trabalhadores no debate das mazelas produzidas pelo capital, a luta

²⁶⁶ Os trabalhadores e a terceirização: a proposta dos metalúrgicos do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC rumo à unificação. CUT, fevereiro de 1993. p. 15-6.

política, na visão desse novo movimento sindical, transformou-se no cenário preferencial de resoluções dos problemas que afligiam a classe trabalhadora brasileira sob o signo da negociação.

A predileção por essa prática, no período que vai de 1992 a 1994, representou muito mais a negociação das perdas e danos causados pelo processo de reestruturação produtiva do parque industrial brasileiro do que uma crítica e uma busca de outras soluções para a questão. A Câmara Setorial Automotiva passou a ser o local das discussões e dos acordos e o trabalho sindical mais próximo aos trabalhadores, foi melhor administrado pelas Comissões de Fábricas do que propriamente pelo sindicato preocupado muito mais em resolver problemas internos do que contestar a lógica opressora do capital.

Assim, o sindicalismo alterava sua própria história de lutas passando de um sindicalismo fundamentalmente classista para o chamado Sindicalismo Propositivo, caracterizado como reivindicativo e negociador.

As orientações cutistas e o encaminhamento sugerido e finalizado a partir de 1993 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema alteraram significativamente as formas de confronto entre capital e trabalho no Brasil.

Além dessa nova postura sindical que preteriu a negociação como estratégia de luta o abandono do trabalho de sindicalização, contato direto com os trabalhadores, reuniões e outras formas de conscientização foram substituídas por ações de ordem assistencialista. Para subsistir à lógica degradante e precarizante do sistema, o Sindicato passou a oferecer cursos de capacitação/recapacitação, cursos de alfabetização como o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos). A sede do sindicato que outrora havia sido cenário de discussões políticas fervorosas, assumiu nova tarefa na década de 90.

Mas há que se lembrar de que, afora as mudanças em relação às estratégias sindicais, a reestruturação produtiva gerou um outro aspecto importante: além de reestruturarem suas formas de produzir, as empresas complementaram essa transformação inserindo, no sistema produtivo, novas formas de gestão da força de trabalho, grupos internos de discussões de problemas como as CIPAS, criaram esquemas de premiações e mudaram a

relação entre patrões e empregados, oportunizando debates conjuntos na busca por melhorias internas.

Em estudo realizado por Gilberto Cunha Franca, é possível perceber a inserção de novas estratégias de produção e gestão em uma das montadoras mais importantes do Brasil, a General Motors e corrobora com a ideia que ora desenvolvemos. Veja:

“Muitos programas de motivação e envolvimento dos funcionários foram adotados pela GM, como, por exemplo, o Programa Melhoria Contínua (PMC): por meio de equipes que reuniam um conjunto de profissionais de diversas áreas, as sugestões de mudanças feitas nos grupos de trabalho eram avaliadas. Assim, o PMC foi o principal mecanismo utilizado para a obtenção de melhorias de qualidade e no tempo de trabalho. A empresa também desenvolveu muitos programas de formação e treinamento de pessoal. O intuito era ampliar a própria capacidade do operário de sugerir mudanças e resolver problemas corriqueiros, os quais a gerência, uma vez distante do chão de fábrica, não tinha condições de solucionar. Tais programas, copiados de modelos japoneses e adaptados pelo departamento de recursos humanos da GM, reduziram, dentro de um limite, o distanciamento entre operários e supervisores, entre escritórios e chão de fábrica”²⁶⁷.

Outro trabalho importante que aborda a inserção de novas formas de gestão produzindo uma nova relação entre operários e patrões é *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil* de Paula Regina Pereira Marcelino. A autora enfatiza os métodos de gestão da força de trabalho que, por conta da própria origem da montadora, enfatiza os métodos japoneses de gestão²⁶⁸.

²⁶⁷ FRANCA, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 63.

²⁶⁸ MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. Expressão Popular: São Paulo, 2004. A autora cita a introdução do sistema 5S como uma forma de “entusiasmar os trabalhadores”. Os 5S representam o Senso de Organização, de Limpeza, de Ordem, de Disciplina e de Higiene que são conhecidas pelas palavras Seiri, Seisou, Seiton, Shitsuke e Seiketsu, respectivamente.

Essas ações acabaram contribuindo para que o novo perfil da classe operária que, em primeiro lugar, transformou-se por consequência das novas exigências técnicas e, em segundo, passou a estar cooptada pelas empresas dentro desses esquemas de gestão da força de trabalho.

De acordo com Luciano Vasapollo:

“Desenvolve-se um novo ciclo do capitalismo, um novo modelo, junto com a redução do trabalho, com o desemprego estrutural, o desemprego invisível, o trabalho ilegal e mal remunerado, a precariedade e a flexibilização, que cria, ao mesmo tempo, os amortizadores do conflito social, através das altas remunerações dos operários especializados e desenvolve uma aristocracia assalariada que participa e se converte em sujeito co-gestor. São feitas, assim, formas falsas de democracia econômica e industrial por meio de mecanismos controlados e funcionais de co-gestão, criando, na nova ordem produtiva, o mito do fazer sozinho, de se tornar ‘empreendedor’, que é, na verdade, uma forma de trabalho assalariado. Pode-se compreender, agora, porque as lógicas atuais da economia capitalista determinam uma profunda reestruturação das empresas, da qual resultam e mesmo aumentam as diversas formas de trabalho assalariado, evidente ou oculto, reforçando as lógicas do “darwinismo social”²⁶⁹.

Os fatores apontados contribuíram, sobremaneira, para uma mudança significativa do movimento sindical e das relações de trabalho no Brasil. Nessas mudanças, as perdas foram incalculáveis. As gradativas demissões, a fragmentação da classe operária e as novas vias de atuação sindical determinaram toda a fragilidade do movimento sindical encontrada até os dias atuais.

Nessas novas condições e realidades do Sindicato e das montadoras iremos, aqui, repercutir e analisar o Boletim que para nós foi um “divisor de

²⁶⁹ VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. Expressão Popular: São Paulo, 2005. p. 103.

águas” para o Movimento Sindical Metalúrgico do ABC. Em 1993, foi firmado no interior da Câmara Setorial Automotiva o primeiro acordo do setor.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, agora unificado, deu substancial ênfase a esse acordo e produziu um Boletim intitulado *Um Acordo Histórico: as propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993*.

Já na apresentação do material, o Sindicato abordou a importância da participação no fórum e de sua contribuição à democratização do debate sobre uma política industrial para o país e para o movimento sindical brasileiro:

“Um acordo histórico. É este o sentido da proposta de acordo assinada na Câmara Setorial da Indústria Automotiva este ano. Pela primeira vez na história deste país, trabalhadores e empresários negociam uma política salarial de longo prazo, prevendo recuperação da renda dos trabalhadores e um plano de metas para o setor. Há outro aspecto fundamental que deve ser destacado: de modo inusitado, nós, trabalhadores, demonstramos a maior preocupação com os destinos do Estado e da economia”²⁷⁰.

O acordo assinado, em 1993, foi considerado histórico pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista por três motivos: por conter aspectos importantes sobre a relação capital-trabalho que impulsionariam para o firmamento de um contrato coletivo; por ter participado de um planejamento econômico e também pela possibilidade de fazer parte das negociações em torno da reestruturação industrial, auxiliando na recapacitação da indústria brasileira a fim de enfrentar a concorrência internacional.

Para o Sindicato, a Câmara Setorial não era apenas um fórum de discussões de política setorial e de negociação de preços e salários. Significava estar inserido em discussões amplas nos termos da reestruturação produtiva no país. O sindicalismo brasileiro, de acordo com essa perspectiva,

²⁷⁰ Um acordo histórico: as propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993. 2 ed. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/ Câmara Setorial, junho de 1993. p. 3.

alcançava um novo nível de debate e atuava não mais no limite do imediatismo, mas, sim, nas políticas mais amplas do país.

Para Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, naquele período inaugurava-se uma nova relação entre capital e trabalho no país, Nesse contexto, o sindicalismo passou a exercer uma maior participação política:

“Do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados alcançados nesta nova rodada de negociações da Câmara Setorial abrem um novo cenário para as relações trabalhistas em nosso País. Conquistamos uma política salarial que por certo será uma referência de política para todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo que lutamos pela redução de preços, conquistamos uma política que, ao longo de dois anos e meio, vai proteger e garantir o poder aquisitivo de nossos salários, através de reajustes mensais automáticos com base na aplicação do INPC do mês anterior. Além disso participaremos do crescimento do setor por meio de um aumento real de 20% para os próximos dois anos. (...) O resultado vai permitir que as negociações no setor, a partir de agora, sejam conduzidas de forma também unificada. Isto também se viabilizou com a participação neste ano de diversas correntes sindicais, numa demonstração de que é possível construir, na prática, a unidade dos trabalhadores”²⁷¹.

A proposta de Vicentinho e a forma como lidou com a condução de um sindicalismo reivindicativo em 1990 e 1991 para um sindicalismo de negociação, mais uma vez nos conduz à ideia de atuação, dentro da lógica capitalista, contrária à sua do princípio da década, e, fundamentalmente, à dinâmica histórica do sindicalismo nacional.

Alguns autores consideram os acordos, firmados no interior da Câmara Setorial, passos importantes para a manutenção do emprego no país. Entretanto, é possível refutar essa ideia visualizando os dados da Anfavea

²⁷¹ Um acordo histórico: as propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993. 2 ed. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/CUT, junho de 1993. pp. 5-6.

sobre a produção de veículos e o número de trabalhadores no setor desde a década de 80:

**Produção e Emprego na Indústria Montadora
(emprego em 31 de dezembro de cada ano)**

ANO	VEÍCULOS	TRABALHADORES	VEÍCULOS P/ TRABALHADOR
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.653	107.447	8
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Fonte: Anfavea, 1996.

Com os dados acima, podemos perceber que a intensificação do trabalho foi muito maior do que o número de novos empregos e funcionários inseridos no processo. A recuperação econômica das montadoras alcançou os índices pretendidos. Em contrapartida, a precarização do trabalho e a diminuição dos postos de emprego foram recorrentes ao longo da década de 90, apesar dos “Acordos Históricos” estabelecidos entre Sindicatos, Governo e Empresários.

Por esse motivo, verificamos que as Câmaras realizaram o papel de transição no ajuste da economia nacional, na reestruturação produtiva necessária para a competitividade internacional, para a inserção de novos padrões de produtividade, qualidade e gestão da força de trabalho com o consentimento da Central Única dos Trabalhadores e do sindicato mais representativo de sua base: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Os dados, fornecidos pelo Boletim do DIEESE, mostram bem os resultados dos acordos implementados no interior da Câmara. Torna-se possível verificar, inclusive, os resultados do antes e do depois da configuração da Câmara Setorial Automotiva:

Montadoras - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Produção	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,4 mil	103,9 mil	-5%
Produtividade	8,8 %	15,7 %	78%

Fonte: DIEESE 1996

Os resultados desfavoráveis em relação ao nível de emprego são dados extremamente importantes para indicar que os acordos e as negociações no interior da Câmara Setorial, mas, prioritariamente, a via de atuação escolhida pela Central Única dos Trabalhadores e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, não produziram o efeito esperado em relação à luta pela manutenção dos postos de emprego. Mais uma vez as discussões ocorridas e os acordos firmados no interior da Câmara Setorial realizaram a transição da economia brasileira que rumava para a internacionalização e produzia, no país, efeitos particulares em relação à precarização da força de trabalho.

Vale destacar que a participação dos sindicatos na Câmara Setorial foi refutada por alguns líderes sindicalistas que a viam como uma forma de “pacto” entre as partes envolvidas. Sindicatos como os dos Metalúrgicos de São José dos Campos e de Campinas refutavam a ideia de participar de tal fórum alegando que as propostas, discutidas no interior da Câmara, satisfaziam apenas os interesses do governo e dos empresários.

De acordo com Teones Pimenta de França:

“Os sindicatos dessas duas cidades distribuíram coletivamente, em 1993, um cartaz onde apresentavam os motivos pelos quais os trabalhadores não deveriam concordar com a proposta acordada nas Câmaras Setoriais: a proposta não repunha as perdas salariais; condicionava o emprego à produção definida pelos patrões; privilegiava os empresários

com a redução de impostos; não iria melhorar o nível de emprego; não garantia o controle dos lucros dos empresários; dava fôlego ao governo Itamar Franco para que continuasse a implementar a sua política neoliberal; não representava a vontade da categoria, exceto a de São Bernardo do Campo; atrapalhava a campanha salarial e as lutas unificadas com outras categorias; e não seria estendido ao conjunto da categoria”²⁷².

Mesmo assim, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC continuaram defendendo firmemente a ideia da participação e da negociação como forma de resolver os problemas da categoria metalúrgica, defendendo, inclusive, os benefícios fiscais concedidos pelo governo como forma de recuperar salários e proteger os empregos. A ausência de perspectivas políticas abrangentes e anticapitalistas fizeram com que o sindicalismo brasileiro se aproximasse mais da agenda governamental do que da luta pelos reais interesses da classe trabalhadora. A participação política “dentro da ordem” potencializou os interesses capitalistas em relação ao mundo do trabalho contabilizando lucros para o capital e profundas perdas para a classe operária e para o sindicalismo brasileiro. Para o professor Ricardo Antunes:

“Quanto mais se participa dentro da ordem, menos se consegue preservar os interesses do mundo do trabalho. As ‘Câmaras Setoriais’, por exemplo, que se constituíam em bandeiras programáticas da Articulação Sindical e foram concebidas como modelo para reestruturar o parque produtivo e aumentar empregos, depois de várias experiências resultaram num grande fracasso, contabilizando enormes perdas de postos de trabalho, como se pode constatar no caso da ‘Câmara Setorial’ do ramo automobilístico do ABC paulista. Isso sem falar no significado político e ideológico dessa postura, que levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo inclusive a concordar com a proposta de

²⁷² FRANÇA, Teones Pimenta. *A lógica do pacto do ABC paulista para Brasília*. Revista Outubro, nº 8, 2003. pp. 91-2.

uma menor tributação ao capital vinculado à indústria automobilística e defendê-la, como forma de dinamizar a indústria automotiva e com isso preservar empregos”²⁷³.

Eram relevantes, nesse cenário político, negociações e acordos firmados. Após o impeachment de Fernando Collor de Mello, a Presidência da República é assumida por Itamar Franco que privilegia essa prática, tanto em seus discursos como em suas ações, por conta da falta de credibilidade do governo. A quantidade de acordos surgidos nesse período resulta, também, desse processo político do país.

As acepções acerca do neoliberalismo brasileiro há muito povoam as prateleiras das livrarias e recheiam o interior das revistas disponíveis nas bancas de jornal e na Internet.

O que uma grande maioria procurou observar foram os traços gerais dos aspectos neoliberais nas sociedades, sem levar em consideração os caminhos particulares de desenvolvimento que muito podem explicar sobre o passado e o presente.

Apesar dos traços universais que caracterizam o conceito neoliberalismo serem perceptíveis no âmbito brasileiro, os nexos de nexos particulares dos quais seus significados estão recheados foram pouco abordados e questionados.

Dizer que as grandes empresas receberam vultuosos incentivos fiscais e financeiros por parte do governo ao longo da década de 90, é desconsiderar que, desde 1956, quando a economia agro-exportadora foi suplantada pela urbano-industrial pela primeira vez, o governo não tenha elaborado as premissas para a entrada dos volumosos capitais estrangeiros, além de políticas que abriam cada vez mais espaço para a interferência dessas importantes corporações nos assuntos políticos brasileiros.

Há, no Brasil, portanto, uma particularidade e uma tradição das quais muitas de suas características identificamos até os dias atuais. A década de 90 esteve condicionada a muitos aspectos históricos que influenciou, sobremaneira, o nosso caminho para a internacionalização.

²⁷³ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2 ed. Boitempo: São Paulo, 2000. p. 241.

Obviamente, a mudança do regime de substituição de importações teve um impacto significativo nesse novo processo. Mas, as características do estado brasileiro de viabilização e incentivos ao processo de reestruturação produtiva, a partir de Fernando Collor de Mello, reeditaram uma série de aspectos que, novamente, permitiu a reestruturação produtiva e, mais do que isso, a reestruturação do capital.

É necessário, também, analisar no que se transformou o sindicalismo nesse processo. De que modo ele alterou suas bases constitutivas e cristalizou-se, na década de 90, como um organismo de mediação entre o capital e trabalho, abdicando da criticidade e do confronto para compor forças com o governo e com os empresários.

Na verdade, a composição de forças foi apenas um ajuste. Muitos dos sindicalistas e, fundamentalmente, membros cutistas, na década de 1990, tinham conquistado cadeiras nos governos federal, estadual e municipal fazendo parte de uma política que jamais se pretendeu transformadora. As negociações em torno que contrapunham políticas ministradas por ex-membros de sindicatos e da própria CUT acabaram minimizando as críticas e os embates.

A derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989 e os problemas ocorridos ao longo dos primeiros anos da década de 1990, principalmente com a deposição de Collor, apontavam para uma possível eleição de Lula em 1994. Embora Luiz Inácio Lula da Silva liderasse as pesquisas, com folga, no primeiro semestre de 1994, no segundo turno houve uma inversão. O Plano Real tornou-se o maior aliado de FHC e seus sucessos iniciais contribuíram em muito para a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

A CUT e os sindicatos procuraram denunciar o caráter eleitoreiro do Plano. O dia 24 de março de 1994 foi marcado por uma série de paralisações na região do ABC Paulista que procuraram chamar a atenção dos trabalhadores para as perdas salariais. Questionavam a conversão da moeda denunciando que os salários estavam estagnados e os preços das mercadorias haviam sido congelados em patamares bem altos.

Nessa paralisação, cerca de 80 mil metalúrgicos ocuparam a Via Anchieta em protesto. Em entrevista concedida ao Diário do Grande ABC, Vicentinho fez a seguinte declaração:

“A greve geral é uma possibilidade, principalmente se o governo não se dispuser a negociar. Tudo vai depender da disposição dos trabalhadores e da própria sociedade – que já estão mostrando que não vão ficar quietos enquanto o governo tenta arrochar mais os salários”.²⁷⁴

Independentemente do discurso inflamado de Vicentinho que muito nos lembra os proferidos na década de 70, o sindicalismo, praticado pelos metalúrgicos do ABC nos anos anteriores, desencadeou reações pouco transformadoras, pois não objetivavam a denúncia, a reivindicação e o debate, mas pleiteavam apenas ajustes e espaços para uma negociação. O caráter nocivo do plano era denunciado, porém, se o governo abrisse espaço para uma negociação este problema estaria sanado.

Esse aspecto fica bastante evidente em reportagem do Diário do Grande ABC, no dia seguinte da paralisação. A continuidade do movimento e da reivindicação aconteceu apenas no âmbito de Congresso e alguns encontros no interior da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Nas empresas, a ordem do dia era levantar as perdas pelas horas não trabalhadas e encontrar uma saída para sua reposição:

“Um dia depois da paralisação de advertência convocada pelas centrais sindicais, em função das perdas salariais com a implantação da URV, as indústrias atingidas **voltaram à rotina**. A maioria passou o dia fazendo avaliações dos prejuízos e estudando as maneiras de **repor a produção perdida**. A mais indústrias que acusou maior prejuízo foi a Autolatina, que registrou manifestações em cinco de suas sete unidades industriais. Das cinco, quatro produzem veículos, e sofreram um prejuízo de 48,5% da produção de 2.507 unidades(...). O dia de ontem na montadora foi dedicado ao levantamento dos prejuízos e avaliar a possibilidade de **negociar o pagamento das horas paradas**. O departamento de recursos trabalhistas pretende **conversar com a comissão de fábrica na próxima semana para encontrar uma solução**. O pagamento ficaria

²⁷⁴ Diário do Grande ABC. Vicentinho mostra força. 24/03/1994.

condicionado à **recuperação da produção**. Na Scania, em São Bernardo, a paralisação atingiu 50% do efetivo. Segundo a montadora, a totalidade dos operários horistas participou da manifestação, que ocorreu entre 6h30m e 7h30m. Não houve prejuízos significantes, e a **manifestação ocorreu dentro de um clima de absoluta tranquilidade**, segundo a direção. **O retorno ao trabalho foi feito no horário previsto**, e às 10h a produção estava normalizada. A Scania não demonstra intenção de solicitar a reposição da hora parada.

Na Mercedes-Benz, a paralisação durou três horas, entre 7 e 10 da manhã. Participaram **5.000 dos 12.500 empregados**. Deixaram de ser produzidos 70 veículos, do total de 160 que saem da linha diariamente. Em princípio, a empresa pensa em descontar as horas paradas, mas está aberta à negociação para a reposição das horas (...).²⁷⁵ (grifos nossos).

Observando as características da paralisação, nota-se seu posicionamento, suas características e, fundamentalmente, seus objetivos. Com caráter político a paralisação condenava as perdas decorrentes da conversão dos salários em URV para Real. Mas, na verdade, era uma guerra entre duas forças que se posicionavam na disputa presidencial do segundo semestre.

Uma paralisação que pretende questionar a superexploração não pode ser submetida à mesma lógica posteriormente. Uma paralisação de uma hora em algumas empresas, não absorveu todos os trabalhadores e, quando esses voltaram às suas funções, negociaram o tempo e a produção que não foi realizada.

Resultado da opção da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o caminho traçado nos primeiros anos da década de 1990 havia enfraquecido a concepção de sindicalismo classista e fortalecido a negociação como minimizador das problemáticas em torno das questões entre capital X trabalho.

Na segunda metade da década de 1990, colheram-se muitos dos resultados da opção sindical da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso., a política industrial brasileira

²⁷⁵ Diário do Grande ABC. Montadoras negociam perdas com paralisação. 25/03/1994.

tomou novos rumos e o único canal de interlocução entre governo, empresários e trabalhadores foi extinto. A Câmara Setorial passara a ser unicamente uma experiência de negociação para muitos. Para nós, a Câmara Setorial Automotiva foi apenas um fórum de articulação das mudanças advindas da reestruturação produtiva em que a negociação da força do trabalho foi tratada no seu âmbito. Assim que o processo de reestruturação da força de trabalho equacionou-se, elas foram abolidas e as negociações com as lideranças sindicais suspensas.

Inaugurava-se, assim, um novo momento do sindicalismo brasileiro que passou de negociador para defensivo e, conseqüentemente, absorvido pelo Estado tornando-se parte estratégica dele.

No ano de 1994, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC junto ao DIEESE procurava desenvolver estudos que contemplassem as transformações ocorridas no interior das empresas pela implantação do sistema toyotista por meio da reestruturação produtiva. A intenção era intervir nos rumos da reestruturação formulando propostas concretas sem afetar os princípios sindicais.

O projeto de estudos e discussão, porém, era um subsídio de desacordo e deliberação da Diretoria do Sindicato e, não advinda, de impasses com os principais atores do processo de reestruturação produtiva: os trabalhadores.

Desde as Câmaras Setoriais, o contato com os trabalhadores e os desentendimentos sobre as mudanças no processo produtivo, a redução de postos de trabalho e a precarização passavam longe dos agentes que mais sentiam diariamente o resultado das mudanças. O Sindicato primava por uma discussão interna, com diretoria e os departamentos no interior do Sindicato. Os estudos realizados pela subseção do DIEESE tornaram-se o principal instrumento de análise socioeconômico do Sindicato e a formação de equipes contou, inclusive, com professores da Escola Politécnica da USP.

No estudo produzido intitulado “O trabalho em grupo nas negociações de reestruturação produtiva no setor automotivo: nas propostas alternativas dos Metalúrgicos do ABC” foi realizada uma análise sobre o trabalho em equipes no modelo japonês e sua relação com os sindicatos. Em um breve relato, foram abordados os casos escandinavo, norte-americano, japonês, Inglês, italiano e alemão.

Nas propostas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para os processos de negociação sobre o trabalho em grupo, abordou-se a seguinte questão:

“A reestruturação produtiva das empresas instaladas no Brasil tem se caracterizado, em muitos dos casos, pela sua forma não negociada e com conseqüências negativas aos trabalhadores. Objetivando alterar os rumos desta reestruturação, nós, Metalúrgicos do ABC, temos clareza que a busca da competitividade deve ser associada à preservação e ampliação dos níveis de emprego e à democratização das relações no ‘chão da fábrica’, inclusive na organização do processo e conteúdo do trabalho. Por isso, sem abrir mão dos nossos princípios sindicais que são *a defesa do emprego, dos salários, por melhores condições de trabalho e pelo direito à cidadania*, procuramos permanentemente formular propostas concretas de intervenção nas relações internas às empresas, na política industrial e na política sócio-econômica em geral do país”.²⁷⁶ (grifos nossos).

Ao longo dos primeiros anos da década de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ocupou-se em debater os assuntos ligados à reestruturação produtiva no âmbito da Câmara Setorial. As negociações sobre os níveis da reestruturação e as negociações em torno dos salários e dos empregos gerou acordos que garantiam, no prazo máximo de um ano a preservação dos cargos. Entretanto, com o fim da Câmara Setorial e com o processo de reestruturação produtiva bem encaminhados nas grandes montadoras do ABC, o Sindicato, que havia abandonado o trabalho mais direto com a base, acabou tendo que enfrentar um triplo processo: o primeiro diz respeito ao fim do único canal de negociação entre empresários e estado; o segundo ao afastamento da base operária que foi absorvida pela reestruturação e adequada ao modelo toyotista de produção e gestão; o terceiro à desconcentração da indústria automobilística/ evasão ABC. As

²⁷⁶ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O trabalho em grupo nas negociações de reestruturação produtiva no setor automotivo: as propostas dos metalúrgicos do ABC. 03/05/1994. p. 16.

comissões internas procuravam solucionar os problemas mais imediatos dos trabalhadores sem a necessidade de envolver o Sindicato.

Mas, os principais resultados do processo de reestruturação produtiva no ABC Paulista e das negociações no interior da Câmara Setorial serão sentidos a partir de 1995.

Mesmo com diversas paralisações nas montadoras do ABC, nesse período, a qualidade e os objetivos da greve não superam as problemáticas estabelecidas pela reestruturação e tampouco significam uma reação aos rumos da política industrial do país. Enquanto o Novo Regime Automotivo desenvolve-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, a classe operária brasileira vive uma fase de profundas mudanças e o sindicalismo, de profunda estagnação e aceitação das regras do jogo.

Como reagir e enfrentar esse novo período? Como enfrentar as mudanças da reestruturação sem a Câmara Setorial? Como enfrentar o governo sem o apoio da massa operária?

Mais uma vez, o DIEESE e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizaram um estudo chamado “Rumos do ABC: a economia do Grande ABC na visão dos Metalúrgicos”. A equipe técnica da Subseção do DIEESE composta por Jefferson da Conceição, Luis Paulo Bresciani, Nilson Tadashi Oda e Osvaldo Rodrigues Cavignato e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro deram continuidade aos estudos, observando a importância do ABC na indústria automobilística brasileira, a evasão industrial da região e, os elementos para uma política de retomada do desenvolvimento na região do ABC Paulista.

A cartilha trazia uma série de elementos técnicos e tabelas que apontavam as características peculiares da região, as condições de infraestrutura, de serviços e de mão-de-obra. Com o anúncio do Novo Regime Automotivo e os incentivos iniciais dos Estados para atrair novos investimentos, em especial aqueles vindos de novas montadoras ou novas linhas de produção, a preocupação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passou a ser, também, a evasão industrial. Além disso, começavam a circular, pela imprensa, discursos sobre problemas relativos ao sindicalismo do ABC que, na visão de políticos e industriais, obstaculizava o desenvolvimento da região e estimulava

as empresas a abandonarem o ABC. Na apresentação do estudo, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pronunciou-se nos seguintes termos:

“Vêm se propagando, sobretudo nos discursos de alguns empresários arcaicos e políticos conservadores, críticas aos sindicatos do Grande ABC, acusando-nos de estarmos contribuindo para a crise pela qual passa a região. Afirmam que a força dos sindicatos locais, particularmente do nosso Sindicato, e os salários mais elevados da região (novamente com especial ênfase no setor metalúrgico) desestimulam novos investimentos aqui. Alguns falam até em evasão industrial promovida por um ‘sindicalismo selvagem’. Desde logo, é preciso ter claro que esta visão em nada corresponde à realidade. Em primeiro lugar, porque nosso Sindicato busca permanentemente o avanço das relações capital-trabalho. São vários os exemplos. Temos sido um dos propulsores da proposta do Contrato Coletivo, que modernizará as relações de trabalho no interior das empresas, na medida em que, através de acordos diretos entre capital e trabalho, vai estabelecer regras duradouras para as relações de trabalho”.²⁷⁷

Nesse período, falava-se em Custo ABC como resultante do conjunto dos problemas da região. Dentre esses problemas, encontravam-se os altos custos dos terrenos e da carga tributária comparada a outras regiões. Somado a isso, o sindicalismo forte da região também estimulava as novas indústrias a se instalarem fora.

No entanto, a principal contribuição para a descentralização da indústria automotiva foi, sem dúvida, o Novo Regime Automotivo implantado e ajustado durante todo primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os empréstimos do BNDES e os incentivos fiscais oferecidos pelos Estados serviram como chamariz às diversas empresas que vieram para o país ou ampliaram suas instalações a partir de 1995. A desconcentração industrial do setor automotivo contribuiu para a construção de outros polos do setor e novas

²⁷⁷ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Rumos do ABC: A economia do Grande ABC na visão dos Metalúrgicos. DIEESE. Outubro de 1995. p. 5.

problemáticas operárias nessas regiões. Ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC coube a busca por soluções a fim de minimizar os impactos causados pela redução de investimentos e pela migração de empresas da região.

Nesse sentido, o Estudo produzido pelo Sindicato e DIEESE procurou levantar as qualidades técnicas da região do ABC apontando a importância da região no Produto Interno Bruto do país. A expansão do Comércio e do setor de serviços, por sua vez, foi levantada no intuito de mostrar o potencial estrutural urbano.

Ao mesmo tempo em que o Sindicato procurava justificar o potencial da região e seu papel nas negociações e na relação capital-trabalho, ele apontava os resultados das negociações nas Câmaras Setoriais.

Os índices de emprego/desemprego e a relação de produtividade já demonstravam a tendência da reestruturação em plena vigência da Câmara Setorial, veja:

**Produtividade nas Montadoras do ABC
São Bernardo do Campo e São Caetano**

ANO	PRODUÇÃO (a)	EMPREGO (b)	PRODUTIVIDADE Veículos/Trab a+b
1992	403.964	60.261	6,7
1993	486.611	58.306	8,4
1994	567.226	58.005	9,8

Elaboração: Subseção do DIEESE/ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Pela tabela, constatamos a redução dos índices de emprego, mas com aumento da produtividade, resultado direto da implantação das novas dinâmica de produção toyotista no interior das indústrias. Tal fato demonstra que as negociações no interior da Câmara Setorial Automotiva nos anos de 1992, 1993 e 1994 garantiram, apenas em parte, a empregabilidade na região.

Esta outra tabela demonstra a redução acentuada, principalmente nos primeiros anos da década de 1990, dos níveis de emprego no Brasil e em São Bernardo do Campo e São Caetano. Apesar do Sindicato, por inúmeras vezes, manifestar que os acordos, realizados no âmbito da Câmara Setorial nos anos de 1992 e 1993, ajudaram na relativa estabilidade do nível de emprego na região, podemos perceber pelos índices que não foi bem o que se deu na

prática. O que ocorreu foi que se manteve o índice pelo menor nível, mas não impedindo a supressão de novos postos de trabalho.

Emprego nas Montadoras de Autoveículos

ANO	BRASIL (A)	SÃO BERNARDO (B)	SÃO CAETANO (C)	ABC D=B+C	TOTAL EM %
1976	112.429	70.647	10.910	81.557	72, 5
1980	133.683	73.094	12.424	85.518	63, 9
1984	107.447	57.729	11.486	69.215	64, 4
1985	122.217	67.303	12.359	79.662	65, 2
1986	129.232	68.397	12.454	80.851	62, 6
1987	113.474	55.600	11.567	67.167	59, 2
1988	112.985	54.811	12.306	67.117	59, 4
1989	118.369	57.221	12.404	69.625	58, 8
1990	117.396	57.601	12.173	69.774	59, 4
1991	109.428	52.498	11.031	63.529	58, 1
1992	105.664	50.374	9.887	60.261	57, 0
1993	106.738	49.025	9.281	58.306	54, 6
1994	106.200	48.488	9.517	58.005	54, 6

Elaboração: Subseção do DIEESE/ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Assim, visualiza-se que os acordos, no interior da Câmara Setorial, não foram tão eficazes na manutenção do emprego nem evitaram a redução dos salários e a precarização do trabalho. Os elementos intrínsecos à implantação do sistema toyotista no Brasil que serviu de padrão para a reestruturação produtiva e gestão da força de trabalho no interior das grandes montadoras fragmentou o processo de luta dos sindicatos e, nos primeiros anos da década de 90, só absorveu o sindicalismo a título de transição, pela via das Câmaras Setoriais. A partir de 1995, com o processo de reestruturação tendo alcançado um outro patamar, as negociações junto ao sindicato já não eram essenciais. O governo dava o suporte necessário para os novos investimentos e, legalmente, oferecia a possibilidade de flexibilizar a força de trabalho e os processos produtivos.

Ao sindicato restaram o papel da negociação setorial, ao levantamento de cenários econômicos, os estudos sócio-econômicos e a participação em paralisações contra demissões e discussões em torno dos efeitos maléficos da Guerra Fiscal incentivada pelo Novo Regime Automotivo.

Nesse sentido, foi produzida uma cartilha, em agosto de 1995, com o propósito de diagnosticar as principais mudanças sofridas no setor de autopeças e a posição dos metalúrgicos do ABC sobre a Medida provisória nº 1024 que propôs o Novo Regime Automotivo.

O Documento intitulado “Sem peças o Brasil não anda: metalúrgicos do ABC em defesa da produção nacional de autopeças e do emprego” analisava as novas relações entre as montadoras e as autopeças, o processo de terceirização, a relação das empresas com seus fornecedores, os novos polos industriais e os condomínios. Era a nova dinâmica produtiva que, em 1995, já estava bastante difundida entre as grandes empresas brasileiras, e, em especial, as montadoras de automóveis.

A reação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC veio em forma de um conjunto de comentários sobre a Medida Provisória de número 1024 reeditada, por várias vezes, ao longo do primeiro governo FHC. Para o Sindicato quatro aspectos eram fundamentais:

1. é positivo que o governo passe a reconhecer a necessidade da busca do equilíbrio da balança comercial e do estímulo a novos investimentos e novas plantas no país, conforme vínhamos defendendo desde o início da Câmara Setorial;
2. igualmente é importante a deliberação de um conjunto de regras que regulem a entrada de veículos importados, expresso, sobretudo, pelo conceito de cota, como instrumento de política industrial;
3. no entanto, a Medida Provisória, oficialmente divulgada, deixou para a regulamentação futura uma série de itens importantes, cujo detalhamento imediato seria fundamental para um posicionamento definitivo sobre ela que, por exemplo, apenas indica a “possibilidade” do Poder Executivo fixar o índice de conteúdo nacional de autopeças em cada veículo produzido internamente e o percentual obrigatório de máquinas e equipamentos comprados no Brasil;
4. ao não regulamentar de imediato o índice de nacionalização de autopeças, a MP abre perigosa possibilidade do incremento descontrolado do fluxo de

importação de autopeças, atualmente em níveis que têm levado ao fechamento de inúmeras empresas. O mesmo comentário vale para o caso das máquinas e equipamentos.

Para contrapor esses aspectos da Medida Provisória 1024, o Sindicato elaborou sete propostas para minimizar os custos das mudanças para a classe trabalhadora e podemos ver um profundo esforço do Sindicato para recompor as Câmaras Setoriais como fórum de negociação. Suas propostas:

a-) imediata negociação tripartite quanto à regulamentação da Medida Provisória e quanto ao regime automotriz comum a ser negociado no âmbito do Mercosul;

b-) definição de uma relação de superávit na balança comercial de cada empresa participante do programa, em que para cada dólar importado com os incentivos de redução da alíquota de importação sejam garantidos dois dólares de exportação adicionais. A título de incentivo, poderá ser computado como exportação um percentual do gasto realizado pelas empresas com a compra de novos equipamentos e a expansão de novas unidades produtivas;

c-) a fixação de índices de conteúdo de autopeças nacionais em nível de 70% do valor total de peças utilizadas na fabricação de veículos, por empresa;

d-) estabelecer que, no mínimo, 60% do total das compras de máquinas e equipamentos novos, feitos pelas empresas participantes do programa, seja de fabricação nacional;

e-) fixar cotas para os veículos importados, tanto para os independentes como para as montadoras internamente instaladas;

f-) garantir o cumprimento, pelo conjunto do setor automotivo, da meta da produção (entre 2,5 e 3,0 milhões de veículos até o ano de 2000), do incremento do nível de emprego e das demais cláusulas trabalhistas, acordadas na Câmara Setorial;

g-) abertura de linha de crédito especial junto aos órgãos públicos de financiamento, com o objetivo de promover a reestruturação do setor de autopeças. Esse financiamento, com taxas de juros menores e prazos mais largos, seriam acompanhados do cumprimento dos seguintes critérios sociais:

1. garantia de representação dos trabalhadores no local de trabalho, conforme estatuto negociado entre Sindicato e empresa;
2. nos casos de fusões ou incorporações, em que já existam previamente uma ou mais representações de trabalhadores, negociação quanto à nova Organização no Local de Trabalho (OLT);
3. negociação com o Sindicato / OLT, visando à manutenção do nível de emprego.

Entretanto, as propostas sequer foram consideradas pelo Estado e a reedição da Medida Provisória nº 1024 até sua transformação em Lei (nº 9440) em 1997 primou por ajustes que beneficiavam as grandes montadoras e atraíam novos investimentos, além de proporcionar um regime especial para a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com o regime automotivo o índice de nacionalização totalizou 81% ficando acima do 60% exigido pelo regime. A relação entre bens de capital nacionais e importados ficou 45% acima do nível mínimo previsto na lei. Foram utilizados 49,9% do limite de insumos importados com benefícios e a relação entre matérias-primas nacionais e importadas quinze vezes acima do nível mínimo exigido.

O regime de incentivos proporcionado pelo Novo Regime Automotivo deu às quatro principais montadoras estabelecidas no Brasil um fôlego a mais para manter uma posição competitiva diante das novas montadoras. Estavam previstos recursos da ordem de US\$ 14,8 bilhões aparados pelo regime de incentivos²⁷⁸.

Com os investimentos nessa ordem e políticas que congregaram benefícios para as montadoras já estabelecidas e outros para atrair novas empresas, além do regime especial favorecendo outros estados da federação,

²⁷⁸ NEGRI, João Aberto de. *O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro*. Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 29, nº 2. Rio de Janeiro, agosto de 1999. p. 222.

a região do ABC passaria a ter que enfrentar mudanças ainda maiores na região.

Já em outubro de 1995, os trabalhadores da Mercedes-Benz entraram em greve por tempo indeterminado para protestar contra 1.250 demissões da fábrica de São Bernardo do Campo, unidade que produz caminhões e chassis de ônibus.

Os resultados do Novo Regime Automotivo serão mais sentidos nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999.

Em seu segundo Congresso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passou a ser chamado de Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1993, tornando-se um sindicato unificado. As temáticas do Congresso ficaram centradas nos seguintes pontos: “Que Brasil queremos?”, “Política Industrial e Reestruturação Produtiva”, “Estrutura e Organização do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC” e “Funcionamento e Gestão Administrativa”. A novidade desse congresso foi seu desenvolvimento em quatro etapas que ocupou praticamente todo o primeiro semestre de 1996. Mesmo com a agenda programática sendo adotada e com a aprovação de um manifesto contra Fernando Henrique Cardoso e contra o avanço da política neoliberal, o ABC continuava sofrendo com as demissões.

Em maio de 1995, a Scania iniciou uma paralisação e cerca de 2.400 funcionários aderiram à manifestação. A paralisação foi uma forma de pressionar a montadora de ônibus e caminhões a negociar uma pauta que já havia sido apresentada à direção da empresa há 40 dias. A participação nos lucros e resultados, a reposição da inflação entre novembro de 1995 e abril de 1996 e o prêmio pela obtenção do certificado ISO 9002 eram alguns dos temas da pauta.

A greve da Scania em 1996 durou 24 dias. Os 2.400 funcionários da produção conquistaram 6% de reposição inflacionária, R\$ 700,00 de antecipação da participação nos lucros e resultados e R\$ 150,00 de vales-compra. Essa greve foi considerada a segunda maior da história dessa empresa.²⁷⁹

²⁷⁹ Diário do Grande ABC. Scania melhora proposta e greve de 24 dias acaba. 24/05/1996.

No segundo semestre de 1996, a Mercedes-Benz abriu um novo programa de demissões voluntárias para a fábrica de São Bernardo do Campo. Esse foi o terceiro programa de demissões voluntárias abertas pela Mercedes-Benz no ano. No princípio de 1996, 865 trabalhadores aderiram e, no final de junho, outros 250 pediram demissão²⁸⁰.

O que fica bastante evidente nessas greves é que as negociações não advêm de uma luta unificada. Não é uma luta da classe trabalhadora, mas por interesses específicos, relativos à particularidade de uma empresa e dependente, única e exclusivamente, da situação específica daquela empresa. No caso da Scania, fabricante de ônibus e caminhões, a possibilidade da negociação está expressa e diretamente ligada ao desenvolvimento urbano, na substituição da frota de ônibus condicionada às políticas municipais da região etc.

Tal situação fragmenta, de maneira bastante significativa, o conjunto da classe trabalhadora. Essas negociações setorializadas causam, dentro da mesma classe de trabalhadores, inúmeras diferenças e, portanto, inúmeras fragmentações. Empresas que estão em melhores condições de negociar (Scania e Marcopolo, por exemplo) oferecem melhores condições de diálogo e avanços nas negociações; outras acabaram realizando acordos parciais que mais fragilizam do que melhoram as condições daqueles trabalhadores.

A região do ABC enfrenta um duplo impasse: a fragmentação do poder sindical e a fragilidade do ABC como região de potencial industrial. Ao longo da década de 90, a descentralização da indústria e a falta de investimentos provocou na região do ABC uma grande atrofia.

Para solucionar esses problemas, a “Câmara Regional do Grande ABC” foi pensada com o objetivo de congregar forças do setor público, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de elevar o desenvolvimento socioeconômico da região e implementar acordos regionais de cooperação mútua.

Portanto, no dia 12 de março de 1997, foi aprovada oficialmente a Câmara Regional. Em relação ao movimento sindical, a Câmara também seria o ambiente de negociação que, na época, foi substancialmente criticado e alvo

²⁸⁰ Folha da Tarde. Mercedes ABC quer que 1.200 se demitam. 14/09/1996.

de acusações sobre a fuga das empresas da região do ABC. Apesar dos inúmeros debates e das apostas feitas para que a Câmara fosse o ambiente privilegiado de discussões eficazes para a recuperação do Grande ABC, ao longo da sua existência, ela foi esvaziada e perdeu o interesse dos municípios. Mais uma vez as questões partidárias e os interesses particularistas se sobrepuseram a essa iniciativa que representava a possibilidade de recuperação da região.

Ao longo dos seus últimos onze anos, o esvaziamento foi grande. De acordo com Rafael Marques, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,

“O modelo de política desenvolvida por meio do Consórcio de Prefeitos, Câmara Regional e Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC representou um marco de atuação regional porque foram desenvolvidos projetos e obras com participação do poder público em conjunto com importantes setores da sociedade”.²⁸¹

Nesse mesmo ano de 1997, no lançamento da Câmara Regional do ABC, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Luiz Marinho surpreendeu a todos com seu posicionamento diante da evasão industrial no ABC. Segundo ele,

“(...) os anos 70 ficaram marcados pela mobilização sindical, mas hoje o diálogo e a negociação coletiva é que são os instrumentos ideais”.²⁸²

Liderado por Paulo Vicente da Silva, o Vicentinho, a Central Única dos Trabalhadores reuniu cerca de 15 mil trabalhadores na sede da Ford Taboão, em São Bernardo do Campo, onde foi, naquele dia lançado o novo modelo de automóveis Ka. Na ocasião, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estava presente.

²⁸¹ Tribuna Metalúrgica. Sindicatos querem rearticular Câmara Regional ABC. 03/07/2008.

²⁸² Diário do Grande ABC. Atuação de Luiz Marinho surpreende. 15/03/1997.

Com Vicentinho e Luiz Marinho coordenando a manifestação, funcionários da Scania, da Mercedes, da Volkswagen e da Multibras posicionaram-se diante dos portões da Ford depois de uma caminhada de 12 Km pela Via Anchieta. Concentrados do lado de fora da empresa, os metalúrgicos gritaram palavras de ordem contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a redução do teto dos aposentados, principais itens da proposta da reforma da Previdência de Fernando Henrique Cardoso. Para Luiz Marinho a manifestação era uma forma de sensibilizar o presidente para a abertura de negociações em relação à reforma previdenciária.

A abertura da Câmara Regional do ABC e as tentativas da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em participar das reformas do governo federal eram uma tentativa de reativar as extintas Câmaras Setoriais. Com atribuições maiores do que a Câmara Setorial, a Câmara Regional do ABC seria um fórum tripartite de negociação já que congregava setores da indústria, comércio, governo e sociedade civil. Apesar das tentativas, a Câmara foi perdendo força à medida que foram sendo alternados as lideranças e os programas partidários nos sete municípios da região do ABC.

Ainda em 1997, os metalúrgicos do ABC realizaram seu congresso com pouco mais de mil delegados. As temáticas não foram tão variadas. A preocupação estava ligada ao fato da imagem da região do ABC, adepta do grevismo.

Uma das propostas levadas a cabo, nessa ocasião, foi a criação dos Comitês Sindicais de Base, responsáveis por levar os sindicatos para dentro das fábricas. Para tanto, seria necessário ampliar o número de membros da direção do sindicato que, naquele momento, contava com 64 pessoas. Esses diretores seriam os responsáveis por fazer o trabalho sindical no interior das empresas.

Luiz Marinho, na ocasião do congresso, descartou que esse tipo de ação se assemelhasse com o sindicalismo de empresas norte-americano. Para ele, os Comitês Sindicais de Base seriam uma forma de levar a entidade e as políticas da Central Única dos Trabalhadores para dentro das fábricas trabalhando junto com as Comissões de Fábricas. Em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo, Luiz Marinho afirmou que o trabalho dos Comitês acabaria provocando uma redução de greves e conflitos. Veja:

“Os comitês sindicais de base co-existirão com as comissões de fábrica, teoricamente independentes por reunir empregados cutistas ou não. Os comitês, ao contrário, serão atrelados à Central. A decisão não deve assustar empresas. Para Marinho, o trabalho dos comitês acabará provocando redução de greves e conflitos. Preocupado com o esvaziamento industrial do ABC, Luiz Marinho afirmou que o sindicato quer adotar uma política de atração de investimentos, para preservar e criar empregos. ‘Está provado que onde há organização interna e presença do sindicato, o número de greves caiu’, diz. O exemplo clássico é o da Volkswagen, onde a representação dos empregados é forte. Na montadora, não há greve desde 1993”.²⁸³

O Congresso chegou ao seu final sugerindo novas tendências para a política sindical brasileira que reafirmava seu caráter negociador e o abandono das estratégias grevistas como forma de pressão. Mesmo negando a atuação muito semelhante ao sindicalismo norte-americano, Luiz Marinho manifestou-se a favor dos Comitês como canal de articulação de negociações e minimização dos conflitos entre capital e trabalho.

Em estudo publicado em agosto de 1997, intitulado *Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Metalúrgica do ABC*²⁸⁴, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Subseção do DIEESE procuraram salientar os desafios impostos pelas políticas industriais e pela reestruturação produtiva aos trabalhadores. Nesse sentido, destacou a diversidade de atuação do Sindicato perante tais problemáticas como os chãos de fábrica e os espaços de políticas públicas, lembrando sua atuação na Câmara Setorial do Complexo Automotivo e fundamentando sua participação na Câmara Regional do Grande ABC.

²⁸³ O Estado de São Paulo. Metalúrgicos definem perfil para o século 21. 18/05/1997.

²⁸⁴ Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Metalúrgica do ABC: Uma visão Atual. Subseção DIEESE e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Agosto de 1997.

Ele contou com uma pesquisa aprofundada sobre as principais tendências em relação ao emprego, à rotatividade, aos salários, à automação microeletrônica, aos programas de qualidade, à relação entre empresas, educação e formação profissional, à jornada de trabalho entre outros. Esses itens procuraram fazer um diagnóstico de quatorze empresas metalúrgicas da região do ABC (não divulgando seus respectivos nomes) pertencente ao ramo automobilístico, de autopeças, de máquinas e de forjaria.

Em outro estudo divulgado em Outubro de 1997, intitulado *Indústria Automobilística Brasileira: Principais Informações*²⁸⁵, procurou-se realizar um histórico das indústrias automobilísticas no Brasil e sua concentração na região do ABC Paulista, além das tabelas técnicas que revelam o aumento da produtividade, do faturamento e, em contrapartida, a queda dos empregos. Veja:

**Indústria de Autopeças Brasileira
Faturamento, emprego e produtividade**

Ano	Faturamento	Emprego	Produtividade
	(US\$ Milhões)		(US\$/Emprego)
	(a)	(b)	(a/b)
1975	2,638	230,000	11,469
1980	5,287	278,600	18,977
1983	3,758	211,000	17,81
1984	4,819	240,100	20,07
1985	5,541	260,800	21,246
1986	6,637	291,700	22,752
1987	8,338	280,800	29,693
1988	10,462	288,3	32,288
1989	15,554	309,7	50,222
1990	12,244	285,2	42,931
1991	9,848	255,6	38,528
1992	10,122	231	43,818
1993	12,5	238	52,521
1994	15	234,6	63,938
1995	16,5	214,9	76,779

Fonte: DIEESE/Metalúrgicos do ABC, baseado no Anuário Estatístico.

Diante das várias pesquisas e informes técnicos sobre as principais mudanças no campo produtivo e dos índices de produtividade, faturamento, investimentos e emprego, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em conjunto

²⁸⁵ Indústria Automobilística Brasileira: Principais Informações. Subseção do DIEESE e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Outubro de 1997.

dom o DIEESE procuraram adequar sua atuação sindical mediante os índices obtidos. Se o desemprego e a reestruturação produtiva se anunciavam como questões iminentes, o Sindicato teria que readequar suas estratégias de luta, primando por uma negociação mesmo que ela aprofundasse as perdas para os trabalhadores.

Em termos de negociação, as perdas técnicas se apresentam menores do que as perdas em caso de conflito. Entretanto, com as negociações e com o abandono da crítica ao capital e ao seu papel destrutivo, o sindicato rebaixava, a cada ano, seu status de reivindicador e questionador das operações capitalistas em solo brasileiro. Ao se adequar à lógica negociadora com o capital, o sindicalismo perdeu sua potência crítica e denunciadora tão característica de épocas anteriores, além da sua ampla visão de classe quando optou por negociar por empresas, o que estabeleceu uma diferença de luta entre a própria categoria.

A ação sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC confunde-se sobremaneira com a ação política. Em 1989, a bandeira pela eleição presidencial de Lula atingiu grande expressão nos meios sindicais e, fundamentalmente, na Central Única dos Trabalhadores. Em 1994, a disputa presidencial com Fernando Henrique Cardoso foi acirrada. E, em 1998, mais uma vez, a disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso foi temática na Central e no seu sindicato de maior expressão: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Dessa vez, apesar da crise econômica que se instalava na sociedade, Fernando Henrique Cardoso derrotou seu adversário já no primeiro turno. A confiança dos brasileiros no projeto do Plano real e na habilidade de Fernando Henrique Cardoso na condução da política econômica manteve-o no cargo por mais quatro anos. A reeleição de FHC talvez tenha sido a derrota mais amarga do Partido dos Trabalhadores na década de 90 e reconduziu o partido, a Central Única e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a, mais uma vez, redefinir projetos e a postura em relação à política e à economia do país.

O Sindicato, ao longo da década de 90, redefiniu seus papéis e estabeleceu uma relação bastante interessante com a política e com as comissões que auxiliavam o seu trabalho do sindicato nas bases metalúrgicas. Tomou corpo de uma organização capaz de formular pesquisas, analisar

estruturas, analisar estatísticas e formular estratégias de ação com características cada vez mais neocorporativas. A parceria com o DIEESE foi fundamental e responsável pelas inúmeras análises técnicas realizadas nesse período. Aliás, a maior parte da documentação disponível sobre a época mostra bem que todos os boletins e análises sócio-econômicas desenvolvidos pelo sindicato tinham passagem pela subseção do DIEESE.

As ações adotadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em defesa dos salários e dos empregos passaram a permear o campo político com mais nitidez. A participação na Câmara Setorial do Complexo Automotivo já havia demonstrado sua vontade em participar de reuniões e decisões de âmbito mais institucional e político. Em 1997, a participação na Câmara Regional do ABC configurou-se como estratégica para tal finalidade.

Paralisações foram substituídas por mobilizações e a diferença entre uma e outra está expressa nos objetivos, no grau de pressão e nos interesses que estavam em jogo naquele momento. Tratava-se de uma atuação mais amena de uma busca de soluções para a crise dentro da lógica do capital e a ela mesma responsável em produzir a tal crise.

A Maratona em Defesa do Emprego, promovida pela CUT e iniciada no ABC Paulista em 1998, uniu sindicalistas, governadores e empresários. Políticos como Mario Covas, Anthony Garotinho e Olívio Dutra estiveram presentes criticando, essencialmente, as altas taxas de juros, responsáveis, segundo eles, pelo desaquecimento da economia e pelo aumento do desemprego. Estiveram presentes Luiz Inácio Lula da Silva, o então presidente da General Motors e também presidente da Anfavea José Pinheiro Neto. Em entrevista ao jornal Folha da Tarde, Lula declarou na época:

“O desemprego é um problema político. Não é só estatística. Os Sindicatos têm de batalhar pelos desempregados, não só pelos que estão trabalhando”.²⁸⁶

Em outra entrevista, concedida ao jornal Folha de São Paulo Lula chamou de absurda a proposta do governo de suspensão temporária do

²⁸⁶ Folha da Tarde. Ato por emprego une sindicalistas a governadores e empresários. 14/11/1998.

contrato de trabalho. Na mesma entrevista Luiz Marinho declarou que era necessário inverter a lógica de que era preciso aceitar a redução de salários e a demissão temporária para manter emprego.²⁸⁷

Os déficits fiscais, produzidos de 1994 a 1998, pelas medidas de ajuste da economia do governo FHC desencadearam uma profunda crise no mercado brasileiro. Sua repercussão foi o aumento da carga tributária e as dificuldades das empresas em conciliar produção e venda para o mercado interno e externo.

Após inúmeras manifestações desencadeadas pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e por lideranças políticas pertencentes inclusive ao partido governista, Fernando Henrique Cardoso baixou um programa emergencial e anunciou um pacote de US\$ 41,5 bilhões de ajuda por intermédio de um acordo com Fundo Monetário Internacional²⁸⁸.

Em novembro de 1998, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lançou mais um documento em que se propunha a interferir, positivamente, nas políticas públicas. O documento intitulado Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos: As Propostas dos Metalúrgicos do ABC continha um expressivo panorama das políticas de transporte e da política automotiva com índices sobre tamanho, idade média e condições de uso dos veículos brasileiros, além de estudos sobre emissão de poluentes e das características de renovação da frota em outros países.

Era verdadeiramente um esforço técnico que fundamentava a proposta do Sindicato e que seria apresentada ao governo como saída para a crise instalada naquele período. De acordo com Luiz Marinho:

²⁸⁷ Folha de São Paulo. Maratona pelo emprego mobiliza 20 mil pessoas. 14/11/1998.

²⁸⁸ De acordo com Shoji Nishijima e Eduardo Tonooka a estratégia de adoção de uma política cambial rígida num contexto de liberdade de movimento de capitais não era isenta de riscos, sendo o maior deles a possibilidade de um ataque especulativo contra as reservas internacionais do país. As crises cambiais experimentadas por alguns países do sudeste asiático, em meados de 1997, e pela Rússia um ano após, tornaram o financiamento do déficit em transações correntes do país cada vez mais difícil e caro, o que acabou levando o governo brasileiro a assinar um acordo de empréstimo com o FMI no valor de US\$ 41,5 bilhões no segundo semestre de 1998. Entretanto, em janeiro de 1999, em meio a um forte movimento de saída de capitais do país, o governo brasileiro decidiu abandonar a âncora cambial, correspondendo, em certa medida, às expectativas do mercado. In: Crise Cambial Brasileira: fundamentos vs ataque auto realizável. Revista Kobe Economics & Business Review, nº 44, março de 2000. pp. 15-51.

“O documento que ora lançamos ao conhecimento público, ‘Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos: as propostas dos Metalúrgicos do ABC’, elaborado pelo Sindicato, por meio da Subseção DIEESE, demonstra mais uma vez o esforço que tem feito nosso Sindicato em interferir, propositivamente, nas políticas públicas. Intervenção esta que busca, a um só tempo, aliar os interesses da sociedade em geral (por redução de preços, maior qualidade dos produtos, expansão do consumo, melhoria da qualidade de vida) com as demandas dos trabalhadores (incremento do nível de emprego, melhoria das condições de trabalho e remuneração). Não raro essa associação de interesses viabiliza-se por intermédio de negociações tripartites envolvendo Estado, os empresários e as representações sindicais. Nosso Sindicato nunca se furtou a encarar de frente temas polêmicos. A maneira como os enfrentamos é sempre admitindo a possibilidade do novo, desde que respeitando o princípio da defesa dos interesses históricos de nossa classe. Foi assim nas pioneiras negociações da Câmara Setorial Automotiva, da Câmara Regional do ABC, da redução da jornada com flexibilidade na organização do tempo de trabalho, da participação nos lucros e resultados, da introdução de células de produção e trabalho em grupos semi-autônomos, entre tantas outras”.²⁸⁹

O que vale destacar é a intensa participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CUT nas discussões em torno da política cambial aplicada no governo de FHC e a união do sindicato com os empresários na tentativa de implementar políticas que pudessem salvaguardar os direitos das empresas e dos trabalhadores.

Mas em que condições se deram as manifestações sobre a crise cambial?

De 1997 a 1999, período em que ocorreu a desvalorização cambial, o índice de preços de produtos básicos e semimanufaturados exportados pelo Brasil caiu cerca de 17%. O fechamento dos mercados internacionais de

²⁸⁹ Renovação e reciclagem da frota de veículos: as propostas dos metalúrgicos do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/ Subseção do DIEESE. Novembro de 1998. p. 7.

crédito e principalmente a crise russa, um grande mercado para os produtos brasileiros, causou profunda retração da economia brasileira. Além desse cenário de estagnação, a política econômica brasileira precisava corrigir alguns desequilíbrios praticados principalmente na implantação do Real e nos dois anos subsequentes: o déficit das contas públicas, o déficit externo e a questão cambial. A solução para esse problema era o corte dos gastos públicos e o aumento das receitas. Para André Averburg e Fábio Giambiagi a forma como o governo Brasileiro enfrentou a crise e conseguiu sair dela revela que a desvalorização cambial, se comparada com os efeitos gerados em outros países ao longo da segunda metade da década de 90, saiu “barata” para o país. De acordo com os economistas:

“Não há, nos parece, como fazer uma análise balanceada do papel que o FMI teve para o êxito da política econômica do período, sem concluir que, em linhas gerais, o acordo com o FMI e a política econômica seguida ao amparo do mesmo foram bons para o Brasil. O “colchão de liquidez” representado pelo empréstimo de US\$ 42 bilhões permitiu ao Brasil superar circunstâncias dramáticas; as taxas de juros foram elevadas no momento apropriado e reduzidas na intensidade e na velocidade certas; a política de austeridade fiscal mudou radicalmente o contexto econômico do país – tradicionalmente visto como perdulário em matéria fiscal –; a inflação subiu relativamente pouco; e o país voltou a crescer, em termos dessazonalizados, exatamente após a desvalorização – embora o *carry over* negativo herdado de 1998 tenha impedido que esse crescimento se traduzisse em um número melhor para 1999”²⁹⁰.

No entanto, as consequências da crise para o mercado de trabalho e para o refreamento das atividades industriais foram grandes. Havia uma grande pressão para que a estabilidade financeira pudesse voltar aos índices normais e as ameaças de desemprego não se concretizassem.

²⁹⁰ AVERBURG, André, GIAMBIAGI, Fábio. A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e consequências. Texto para discussão 77. BNDES, Rio de Janeiro, maio de 2000.

Como reação à estagnação das vendas, em destaque para exportação, a Ford anunciou a demissão de 2.800 funcionários às vésperas do natal de 1998. Luiz Marinho, presidente do Sindicato, apresentou de novo as propostas dos metalúrgicos sobre a renovação da frota de veículos. Até mesmo o então governador do Estado de São Paulo, Mario Covas e o presidente da república se pronunciaram a favor dos acordos entre os metalúrgicos e a montadora. Em janeiro de 1999, a Ford reviu as demissões e propôs um novo acordo: das 2.800 demissões anunciadas, 1450 receberam licença remunerada sendo que entre eles 1.000 funcionários recuperaram seus empregos e os demais optaram pelo afastamento da fábrica. A empresa ainda ofereceu o pagamento de 60% do salário por ano trabalhado e mais um ano de assistência médica.

As negociações com a Ford não foram fáceis. Ao longo dos três primeiros meses de 1999, as negociações foram intensas. A alegação da Ford era que, além da retração nas vendas para o mercado interno e externo, a fábrica, que produzia cerca de 1.100 veículos por dia, passou a fabricar 500 carros/ dia na fábrica do ABC onde havia sido investido US\$ 1,5 bilhão nos últimos anos.²⁹¹

Para os funcionários da Ford e para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi um período de intenso trabalho. O Sindicato propôs que os trabalhadores não aceitassem as propostas oferecidas pela Ford. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, a orientação dos Sindicalistas era de que o trabalhador não aceitasse as propostas nem comparecesse aos locais indicados pela empresa:

“Caso o funcionário esteja decidido a deixar a fábrica, tem de assinar termo isentando o sindicato por eventual perda de direitos: ‘Se uma pessoa tem doença profissional, perde o direito de abrir processo’, exemplificou Marques Júnior”.²⁹²

No princípio do mês de fevereiro, por meio de negociações junto ao Sindicato, a fábrica suspendeu as 2.800 demissões que haviam sido

²⁹¹ Diário Popular. Ford dá licença remunerada em São Bernardo até dia 29. 17/01/1999.

²⁹² Folha de São Paulo. Duzentos metalúrgicos da Ford aceitam a demissão. 21/01/1999.

anunciadas no final de 1998 e alvo de inúmeros debates no mês de janeiro de 1999.

Após 48 dias, paralisada por conta de férias coletivas, licenças, paralisações promovidas por funcionários e sua ocupação a Ford voltou a produzir.

A trégua de 20 dias era uma forma de conduzir, com mais tranquilidade, as negociações na empresa. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, o movimento em torno da Ford chamou a atenção do então presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele destacou que nunca viu uma empresa voltar atrás nas demissões depois de expedir as cartas comunicando o desligamento dos funcionários. Em entrevista ao jornal, Lula destacou que:

“Em 30 anos de sindicalismo, nunca vi isso. Acho que a partir de agora muitos trabalhadores não vão mais se resignar quando forem cortados”.²⁹³

Em abril, mesmo com o aumento significativo da produção, a Ford anunciou que os 1.400 funcionários que estavam com os contratos suspensos não seriam reintegrados à fábrica. A alegação agora era de que a quantidade de funcionários existentes na empresa já era suficiente para atender à produção anual da Ford.

Agora, outra temática passava a habitar os debates sindicais: o problema da automação. O aumento da produção e venda de veículos no Brasil, a partir de 1999, não era mais sinônimo de aumento de empregos. Por esse motivo, a nova bandeira de luta passou a ser a redução da jornada de trabalho.

No dia 12 de abril de 1999, realizou-se uma passeata na Avenida Sapopemba que reuniu CUT, partidos de esquerda e setores da igreja católica com cerca de 1.000 manifestantes. O objetivo era chamar a atenção do governo em relação ao desemprego. Um dos aspectos de luta era a manutenção do acordo assinado com o governo de redução de IPI e de ICMS.

Mas, para além das manifestações como tentativas de evitar as demissões e das propostas de ajustes na carga tributária, o Sindicato dos

²⁹³ O Estado de São Paulo. Operários da Ford, em festa, retomam a produção. 04/02/1999.

Metalúrgicos do ABC e a CUT estavam preocupados com a oposição ao governo FHC. A chamada política neoliberal praticada pelo presidente e o processo recessivo por ela causada foram os temas de debate no III Congresso dos Metalúrgicos do ABC em 1999. Novos esquemas de atuação sindical foram também discutidos a fim de serem implantados a partir do ano 2000. Entre eles, encontravam-se os Comitês Sindicais de Empresa que já eram realidade na região, mas precisavam ser aprofundados e qualificados aumentando, inclusive, seu número e sua atuação na região.

Outros aspectos deliberados pelo III Congresso foram o incentivo às cooperativas, a decisão de criar a UNISOL – União de Solidariedade entre Cooperativas, e uma discussão inédita no sindicalismo sobre a criação de um fundo de pensão.

Nesse Congresso, discutiram-se formas de ampliar a atividade sindical na região pelo jornal do sindicato, pela Tribuna Metalúrgica, pela implantação de uma rádio comunitária e por um programa de TV.

Por outro lado, continuavam sendo realizados pela Subseção do DIEESE diversos estudos sócio-econômicos. Somente do ano de 1999 relacionamos sete documentos produzidos:

- 1-) General Motors do Brasil: a borboleta azul nos trópicos - março de 1999;
- 2-) Contrato Coletivo Nacional no Complexo Automotivo Brasileiro: compromissos básicos de relações de trabalho - maio de 1999;
- 3-) Roteiro Geral para Palestras sobre o Mercado de Trabalho - maio de 1999;
- 4-) Propostas de Cláusulas Sociais e Econômicas para o Regime Automotivo - julho de 1999;
- 5-) Os tributos na carona: a carga tributária total nos primeiros anos de vida útil de um veículo - setembro de 1999;
- 6-) Painel da Política Industrial e da Reestruturação Produtiva - Outubro de 1999;
- 7-) Flexibilização da produção e das relações de trabalho no setor automotivo - outubro de 1999.

No estudo do último documento sobre a flexibilização, em especial, a das questões relativas ao mundo do trabalho, é possível analisar como as leis

trabalhistas e como a tecnologia aliada às novas formas de gestão da força de trabalho, causaram uma total fragilidade dos direitos dos trabalhadores e maior flexibilidade para o empregador.

Entendemos que esse aspecto da reestruturação produtiva, em todos os níveis e da relação do sindicato como órgão de defesa dos direitos da classe trabalhadora foi muito mais negociado, ao longo da década de 90, do que defendido. E essa flexibilização em relação às regras trabalhistas nos traz consequências danosas até hoje, na crise do ano 2009 e a primeira grande crise do novo século.

6.6 - Flexibilização das Relações de Trabalho: Sindicato, Governo e Empresários na minimização das barreiras legais

As mudanças, ocorridas ao longo da década de 1990, decorrentes das transformações na relação entre capital e trabalho, originaram a possibilidade de alterar as condições de contratação e negociar a força de trabalho em tempos de crise, recessão e retração das vendas.

O que se presenciou com os novos processos de reestruturação produtiva de inserção de novas tecnologias e novas técnicas organizacionais, além da reestruturação do aparelho do estado, é que a combinação desses elementos produziram resultados distintos: um forte aumento da produtividade, um mix de produção, considerando aspectos elementares de garantia de qualidade e uma progressiva redução do nível de emprego ao longo dos anos 90. A tabela abaixo demonstra o forte aumento de produtividade em relação à progressiva redução dos níveis de emprego:

**Produção e Emprego nas
Montadoras de Veículos no Brasil**

ANO	Produção (mil)	Emprego (mil)
1988	1.069	113.0
1989	1.013	118.4
1990	914	117.4
1991	960	109.4
1992	1.074	105.7
1993	1.391	106.7
1994	1.581	107.1
1995	1.629	104.6
1996	1.804	101.8
1997	2.070	106.1
1998	1.573	95.3
1999*	1.200	83,7

Fonte: Subseção DIEESE com base nas informações do Anuário Estatístico da Anfavea * Preliminar. No final de 1998, a ANFAVEA mudou sua metodologia em relação o emprego

Outro aspecto fundamental que influenciou, sobremaneira, a eliminação de postos de trabalho e a conseqüente diminuição dos níveis de emprego foi a introdução dos processos de flexibilização da contratação e das demissões.

Nessa constante de movimentos conjunturais de retração de produção e vendas tornaram-se evidentes os períodos em que a rearticulação e a reorganização do capital ganharam espaços suprimindo e exercendo força de pressão em torno da negociação e da flexibilização das leis trabalhistas.

O papel do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que antes era o de assegurar e ampliar os direitos dos trabalhadores passou a ser o de negociar o que já estava assegurado como medida para evitar problemas ainda maiores como já vimos e veremos nas discussões sobre a Câmara Setorial Automotiva.

Um ponto bastante relevante, portanto, é a introdução, neste processo reestruturativo, da nova política de demissões e contratações.

A política de demissões passa a ser um novo agente de regulação do capital variável (força de trabalho). Demissões voluntárias, planos de aposentadorias sem reposição de pessoal, terceirizações negociadas (com aproveitamento de parte da força de trabalho pelos novos fornecedores), suspensão temporária do contrato de trabalho, passam a ser, por parte das empresas, os novos artifícios utilizados para minimizar os custos e reestruturar o nível do capital variável no interior das montadoras de acordo com os

períodos de crise. As substituições das demissões por justa causa por esses novos mecanismos procuraram minimizar os efeitos negativos sobre o trabalho participativo dos funcionários que permaneceram nas empresas.

De acordo com a publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

“Deve-se notar ainda que tal mudança – a substituição, na medida do possível, das demissões involuntárias pelas voluntárias – foi em grande parte propiciada pelo próprio fortalecimento do movimento sindical no setor, em especial na região do ABC, forçando para que as empresas viessem a aplicar uma política de recursos humanos mais favorável ao diálogo e à negociação”.²⁹⁴

A organização da força de trabalho no interior das empresas foi uma estratégia do próprio capital. Procurou-se uma via socialmente aceitável e mais “humana” de diminuir, em tempos de crise, o número de trabalhadores no interior das montadoras.

Do ponto de vista das demissões, como foi possível observar na tabela anterior, elas alcançaram os mesmos níveis dos tempos das demissões sem justa causa e com um agravante: na década de 80, essa força de trabalho muitas vezes era reabsorvida. Agora a problemática de re-inserção dessa mesma força tornou-se cada vez mais séria.

Nesse aspecto, é fundamental retomar e compreender as categorias desenvolvidas por Karl Marx sobre capital constante e capital variável. Em seu livro *O Capital*, Marx elabora os pressupostos do capital constante e nos dá as prerrogativas do processo de produção e controle do capital variável em que aparece a força de trabalho, suas formas de existência e o homem como a personificação dessa força.

Aqui, Marx também procura analisar como a metamorfose das mercadorias minimiza as perdas do valor-de-uso. Esse processo é verificável, por exemplo, nas constantes mudanças nos produtos e no tempo em que eles são lançados no mercado.

²⁹⁴ Flexibilização da produção e das relações de trabalho no setor automotivo. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/ Subseção DIEESE. Outubro de 1999. p. 11.

“Quando o trabalho produtivo transforma meios de produção em elementos constitutivos de um novo produto, ocorre uma transmigração com o valor deles. Esse valor se transfere do corpo consumido para o corpo que novamente se forma. Essa transmigração, entretanto, se opera, por assim dizer, que o verdadeiro trabalho tome conhecimento dela. O trabalhador não pode adicionar novo trabalho em forma útil determinada, e não pode acrescentá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto e, desse modo, transferir o valor deles ao novo produto. É, portanto, um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor na ocasião em que o acrescenta, um dom que nada custa ao trabalhador, mas que muito importa ao capitalista., o de conservar o valor atual de seu capital. Enquanto o negócio vai bem, está o capitalista demasiadamente concentrado na mais-valia para pensar nesse dom gratuito do trabalho. Mas esse dom é objeto dos seus maiores cuidados quando há interrupções violentar do processo de trabalho, crise”.²⁹⁵

Por meio da análise de Marx, compreender-se a utilização, os canais de investimentos e as manobras em tempos de crise dentro da perspectiva do capital constante e do capital variável. Nesse caso, mesmo em momentos de crise, os investimentos em capital constante são fundamentais para manter as empresas tecnológica e qualitativamente fortes no mercado e diante da concorrência. A redução de custos sucede em torno do capital variável, na flexibilização da força de trabalho como regulador e controlador de períodos de crise.

Ao longo de 10 anos, com os processos reestruturativos no setor de metalurgia, a eliminação de postos de trabalho, o crescimento ou diminuição de trabalhadores inseridos no processo produtivo variou. E as possibilidades de variação das quantidades de força de trabalho precisavam ser discutidas no nível da flexibilização das leis trabalhistas para que os custos empresariais na execução de suas estratégias diminuíssem. Entre empresas e sindicatos foram

²⁹⁵ MARX, Karl. O capital. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, p. 242.

assinados variados acordos para elas se concretizarem como já pudemos constatar acima.

Nesse caso, a negociação da força de trabalho e as leis que garantem direitos aos trabalhadores passaram a ser o principal alvo dos debates entre governo, sindicatos e governo no Brasil, na década de 90. As mudanças decorrentes do processo reestruturativo aumentou enormemente o valor do capital constante, mesmo em tempos de crise. Foi uma forma de agregar tecnologia e manter a qualidade e competitividade do setor. A fragilidade se figuraria em torno do capital variável em que a força de trabalho passou a ser o alvo das grandes negociações e consequentes flexibilização. A mola retratora/propulsora que é essa força, pela ação negociativa entre empresas e sindicato, criou o caminho desejado do capital na sua defesa contra a crise e na solução para os períodos de auge.

Ela passou a ser uma “massa” passível de modelação e ajustes conforme as necessidades do capital. Negociaram-se as demissões e criaram-se condições flexíveis e baratas de contratação, como o contrato por tempo determinado.

Os aspectos conjunturais passam a ser altamente responsáveis pelas mudanças em relação ao emprego e à força de trabalho. Terceirização, contratos especiais foram temas recorrentes nos debates no interior das montadoras e no Sindicato, ao longo de todo o período da década de 1990, como pudemos acompanhar nesta tese, muito embora os resultados desses debates tenham sido elementos de negociação.

O Sindicato procurou afirmar seu perfil de luta, mesmo assumindo um caráter mais negociativo, seguindo as orientações do Congresso da CUT de 1991. Sua luta em relação à terceirização e ao surgimento de novas relações de trabalho eram reafirmadas por suas lideranças como ações de resistência. No que pudemos constatar, a atuação do Sindicato caracterizou-se, sobremaneira, pelo uso da negociação e da aproximação com governo e empresários. Veja:

“Ao longo da década de 90, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem lutado contra a queda do nível de emprego e a precarização das relações de trabalho no setor. Em relação às

ações mais gerais, destaca-se sua ativa participação na Câmara Setorial Automotiva em 1992/1993 – buscando estabelecer diagnósticos e soluções tripartites para os problemas do setor, entre eles o nível de consumo, produção, comércio exterior, investimentos, emprego e renda -, os acordos emergenciais do início de 1999 e o atual processo de negociação para a Renovação Nacional da Frota de Veículos. Além disso, em todas as montadoras de São Bernardo do Campo foram negociados acordos de redução e flexibilização da jornada de trabalho, como uma alternativa às demissões”.²⁹⁶

Contra-argumentando, é necessário relembrar o perfil burocrático que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC assume no período. A substituição dos debates diretos com os trabalhadores por pesquisas socioeconômicas produzidas pela Subseção do DIEESE por intermédio de análises técnicas sobre as relações trabalhistas no ABC, produziram inúmeros estudos, levantaram uma infinidade de cenários e assumiram o formato de números que procuravam informar o desempenho da indústria automobilística na região e fundamentalmente, os números de empregados/ desempregados e os salários.

De certa forma, esses estudos acabaram revelando que, apesar do esforço negociativo das lideranças metalúrgicas do ABC, a diminuição dos postos de trabalho e o desemprego foram inevitáveis além de demonstrar que a luta Sindical baseada nos novos princípios da CUT não teriam condições de alterar os rumos das transformações do governo, das indústrias e do capital, em particular, no nosso país.

Ficou mais evidente, portanto, que os processos de negociação defendidos pelo Sindicato e a sua atuação no interior da Câmara Setorial não impediram a inserção tecnológica, a terceirização e o desemprego. Ocorreram apenas acordos que propuseram a prorrogação das demissões e não alternativas que pudessem, realmente, evitar tal resultado. Além disso, nos processos de negociação, criaram novas alternativas às demissões. Estabeleceram os chamados PDV's (Programas de Demissão Voluntária) e a suspensão temporária de contrato de trabalho (layoff).

²⁹⁶ Flexibilização da Produção e das Relações de Trabalho no Setor Automotivo. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/ Subseção do DIEESE. Outubro de 1999. p. 12.

A partir da segunda metade da década de 90, sob o governo de FHC, significativas alterações na legislação trabalhista ajudaram as empresas a estabelecer uma maior volatividade e rotatividade da força de trabalho e um controle muito maior sobre ela em momentos de crise.

Dentre as Leis e Medidas Provisórias aprovadas no Congresso Nacional, sancionadas por Fernando Henrique Cardoso, destacaram-se as que versavam sobre a flexibilização da contratação e da demissão temática, extremamente atuais diante dos últimos acontecimentos da crise econômica mundial pela qual estamos passando.

A Lei nº 9.601 de 21 de janeiro de 1998 sobre o “Contrato por Tempo Determinado” e a Medida Provisória nº 1.726 de 28 de novembro do mesmo ano estabeleceram a suspensão temporária do contrato de trabalho e deram poder para que as empresas o suspendessem por dois a cinco meses o podendo estender por mais seis meses vinculado a um Programa de Qualificação ou Requalificação Profissional do trabalhador e ao recebimento de um Seguro Desemprego.

Nesse momento, entra um novo elemento na regulamentação e regulação desse processo: o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O FAT é um fundo de natureza contábil-financeira ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego e destinado ao custeio do Programa de Seguro Desemprego, Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo do BNDES.²⁹⁷

O surgimento do FAT ocorreu com a publicação da Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, instituindo não somente o Fundo como também o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT²⁹⁸.

O CODEFAT surgiu como um conselho tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e do governo, que atuaria como gestor do Fundo. Dentre suas funções, destaca-se a elaboração de diretrizes para programas e alocação de recursos.

²⁹⁷ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – BNDES. Sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador. In: <http://www.bndes.gov.br/empresa/fundos/fat/default.asp>

²⁹⁸ Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do FAT. In: <http://www.mte.gov.br/codefat/default.asp>

Os recursos do FAT têm financiado ao longo da década de 1990, uma infinidade de programas de requalificação profissional no interior dos Sindicatos e das Centrais Sindicais. Os recursos foram responsáveis diretos pela opção negociadora em detrimento da reivindicação.

Passou a ser aceitável o tema do desemprego se os trabalhadores, nessas condições, recebessem algum tipo de qualificação e verbas federais, enquanto o trabalho sindical deveria ter se estabelecido sob outros planos.

É fundamental salientar que, nas documentações produzidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em parceria com o DIESSE, os recursos do FAT não são citados. Eles, assim como o imposto sindical, foram responsáveis diretos pelos custeios das atividades sindicais nesse período, como o dispêndio de recursos para o desenvolvimento de pesquisas socioeconômicas, propagandas, etc.

O trabalho sindical adquiriu, portanto, múltiplas formas: passou da combatitividade dos anos 70 e 80 para um sindicalismo burocratizado e negociador, adequado às regras do capital destrutivo. Não foi apenas uma mudança de postura, mas uma série de situações que conduziram o sindicalismo metalúrgico do ABC a um novo caminho: a vitória do PT em algumas eleições desde 1989, ex-sindicalistas no interior do governo, recursos advindos do FAT, Câmara Setorial, negociações que contribuíram para uma nova postura diante da reestruturação produtiva e que fizeram do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC elementos fundamentais para uma mudança na condução da luta dos trabalhadores e no reposicionamento do sindicato diante do novo perfil político assumido pelo governo a partir da Abertura Comercial de Collor.

Além dessas questões, verificar-se que, durante as alterações legais que ocorreram principalmente na segunda metade da década de 1990, não houve por parte do Sindicato do ABC qualquer movimentação crítica ou de refutação a tais alterações, a não ser discussões em torno das garantias oferecidas pelas novas regras que, no princípio de 1999, beneficiaram os trabalhadores das fábricas da Volkswagen e da Ford (o que não evitou, na sequência dos fatos e no final dos prazos, as demissões).

Pela Lei nº 9.601 de 21 de janeiro de 1998, foram criadas novas regras para o contrato coletivo de trabalho por tempo determinado e a introdução do

chamado “Banco de Horas”. Outras alterações ocorreram na seqüência, e novos parágrafos e artigos foram inseridos, dando novos contextos à Lei do Contrato por Tempo Parcial e sobre o Sistema de Compensação de Horas, inserido no 4º parágrafo que proibia a realização de Horas-Extras.

O Banco de Horas transformou-se no grande vilão dos trabalhadores. Horas excedentes que não eram pagas e compensadas em forma de folgas semanais. No final das contas, o trabalhador nunca conseguiu se beneficiar plenamente de todas elas a que tinha direito, apesar de ter trabalhado sem compensação salarial.

Em relação ao Contrato Coletivo de Trabalho por prazo determinado, a empresa passou a ter uma nova opção de contratação com a possibilidade de prorrogação ou não sem grandes investimentos ou prejuízos contratuais.

Hoje, em meio à crise econômica de 2008/2009, podemos perceber que grande parcela dos trabalhadores dispensados pelas indústrias estava sob esse tipo de contratação.

Considerando esses aspectos por nós, aqui elaborados e analisados, desta tese é de fundamental importância verificar que o sindicalismo brasileiro e, particularmente, a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, só podem ser compreendidos pelas suas permanências históricas.

Não à toa partimos da Via Colonial de efetivação do capitalismo no Brasil ou Caminho Hipertardio, de suas estratégias de conformação e de sua trajetória.

Foi nesse cenário de autocracia, do frágil desenvolvimento das esquerdas brasileiras, que o sindicalismo nacional avançou, carregando consigo os limites de atuação. Avançou dentro das estruturas autocráticas e bonapartistas, chegando, em certos tempos, a se constituir como força reivindicativa e autêntica diante das estratégias econômicas da ditadura militar, por exemplo.

Entretanto esses momentos, realmente significativos, foram períodos de ajustes. A própria história comprovou a absorção desses movimentos pelas velhas estruturas do Estado brasileiro. Processou-se muito mais uma aderência do que um processo de ruptura desde o sindicalismo até as novas esquerdas que despontavam. José Chasin, em texto publicado no final da década de 70 e início de 80, revelava esse caminho apontando que mesmo surgindo um

partido que se pretendia dos trabalhadores, ele já nascia sobre a égide do estado burguês autocrático e por ele absorvido seria:

“Basta dizer que o PT é o encontro da combatitividade sindical dos últimos anos da década de 70, que preencheu de maneira notável o vácuo escandaloso a que fora reduzido até mesmo o movimento corporativo dos assalariados, pela conduta omissa, quando não diretamente desmobilizadora da esquerda tradicional, com os representantes e o clima teórico-ideológico do conjunto de teses elencados mais atrás. De maneira que o renascimento firme e pujante da movimentação dos trabalhadores veio, assim, a submergir na atmosfera politicista, quando buscou os caminhos da organização e das definições políticas. Por conseqüência, ao inverso do que se daria num rumo *de esquerda*, com seu desenvolvimento o PT simplesmente *politicizou* a prática sindical, não extraiu da lógica do trabalho a política que supera a política, isto é, ficou nos limites do *entendimento político*, não se alçou à política norteada pela *razão social*”.²⁹⁹

Essas especificidades de movimentações que vivenciaram momentos específicos de crítica e potencial de ruptura no Brasil, acabaram não se configurando na prática. A falta de compreensão das novas particularidades, dos movimentos do capital e da força de trabalho produziram uma esquerda de aparência operária, mas de essência igual a todos os outros que já compunham o poder. Submeteram as práticas sindicais originais a um *politicismo* e não a uma política de novos termos.

Os produtos dessa nova configuração do PT e do próprio sindicalismo nacional, que sempre teve o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC como exemplo de atuação, foram colhidos na década seguinte, 1990, e produziram efeitos ainda mais nocivos na consciência de classe e na submissão às novas problemáticas políticas e econômicas geradas a partir da Abertura Comercial.

²⁹⁹ CHASIN, José. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. Editora Ensaio. nº 17/18, São Paulo, 1989. p. 89.

Por isso, as problemáticas históricas brasileiras e as particularidades de constituição do sindicalismo e da classe operária nacional produziram um tipo original de efeito na sociedade. Enquanto, nos casos francês e inglês, houve uma superação e uma elevação da consciência de classe, pelas condições dadas nesses locais, no Brasil, seu processo histórico hipertardio foi responsável por criar, desde a formação do capitalismo industrial brasileiro em 1930, um proletariado com uma consciência de classe trade-unionista apoiado em interesses parciais de um grupo limitado de trabalhadores. Assim, é possível verificar o legado da Via Colonial e suas dimensões de conciliação. Em relação a esses fatos Mészáros aponta:

“O proletariado como mera ‘soma total’ de seus membros individuais (na terminologia de Sartre: a classe como um ‘coletivo em série’), em qualquer tempo determinado, é uma contingência sociológica, com objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para a sua realização. O mesmo proletariado, entretanto, é simultaneamente também – em virtude de sua posição de classe necessariamente subordinada em relação à burguesia – uma parte constituinte do antagonismo estrutural irreconciliável da sociedade capitalista”.³⁰⁰

Podemos compreender que as formas particulares de constituição das sociedades geram condições e situações singulares e, por si só, são contingências sócio-históricas que carregam em seu bojo formas determinadas de existência, considerando os elementos disponíveis para a sua realização. Se assim se estabelecem formas específicas de dominação, também se estabelecem formas específicas de subordinação. As classes irreconciliáveis, como diria Marx e como bem utilizou Mészáros, compõem o antagonismo estrutural e socialmente necessário para a expansão do capitalismo.

No Brasil essa forma específica, iniciada na década de 30 do século XX, provoca o desenvolvimento de um proletariado dentro dessas características

³⁰⁰ MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Boitempo: São Paulo, 2008. p. 71.

estruturais. O desenvolvimento de uma consciência de classe perpassa tais determinações. Veja:

“A consciência de classe proletária é, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global”.³⁰¹

Logo, sempre haverá uma contradição entre o *ser* e a *existência* do proletariado que poderá ser superada (ou não) ao longo do processo histórico.

As limitações sócio-históricas, como o caso próprio da formação brasileira, produziram avanços limitados e consagraram-se a autoperpetuação dos elementos que compõem o proletariado, os movimentos sociais e o sindicalismo no Brasil.

Mesmo ocorrendo mudanças fundamentais no sistema dominante de produção, com a inserção de novas tecnologias e novas formas de gestão da força de trabalho, alteram-se também os padrões de subordinação, o que é bastante visível no período estudado que, inclusive, produz e eleva, a novos patamares a identidade de interesses entre “dominantes” e “subordinados”.

Apesar do caráter internacional do capitalismo que promove a universalização das formas de produção, é na particularidade do desenvolvimento que se determinam os avanços e os limites da consciência de classe. Esse processo não é feito de teoria e, sim, de prática social que, no caso da nossa história, carregou inúmeras permanências. Veja o que diz Mézáros:

“O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma ‘inevitabilidade histórica’ precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isso requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a

³⁰¹ Idem, Ibidem. p. 72.

constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições sócio-históricas específicas que predominam em uma época particular, com objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social”.³⁰²

A constituição de partidos de esquerda e o surgimento de um sindicalismo mais reivindicativo, nessas condições determinadas, não garantem êxito na defesa e na ruptura da ordem existente. Os partidos de esquerda no Brasil já nascem como resultado dessa dialética. Primeiro, como partido de um proletariado e de um povo que ele mesmo desconhece e depois, como partidos incapazes de elaborar propostas de superação e ruptura da ordem vigente. Já nascem carregados de deficiências ideológicas tornando mais fácil a aderência ao governo do que a possibilidade de uma verdadeira mudança.

Os partidos de esquerda assim como a burguesia, no Brasil, não cumpriram sua tarefa histórica como ocorreu em outras localidades. Não fizeram a autocrítica e sua ausência é também dada pela crise e desfalecimento do Leste Europeu. Considerando as limitações sócio-históricas, que dão margem objetivamente as possibilidades de ação de cada época, compreende-se que, mesmo existindo períodos de superação na atuação dos partidos e dos sindicatos em relação ao Estado, elas são, ao tempo, absorvidas pelas garras autocráticas e aderentes às suas estruturas. Diz Mészáros:

“A instituição é dinâmica apenas na medida em que ela se esforce na realização de sua tarefa e adquira uma camada inercial mais ou menos extensiva, no exato momento em que ela obtém domínio. Assim, a vitória de uma forma institucional específica sobre as limitações históricas que estavam em sua raiz é também, ao mesmo tempo, a derrota bem merecida dessa forma institucional”.³⁰³

³⁰² Idem, Ibidem. p. 72.

³⁰³ Idem, Ibidem. p. 73.

De acordo com os estudos de Marx, nenhum grau de desenvolvimento tecnológico capitalista anula a subordinação necessária do trabalho ao capital. E, assim, adquire novas feições, entretanto não deixa de desmentir sua anatomia nem o ser e ir sendo das formas do capital. Mesmo com o avanço das técnicas de produção, com a inserção de novas tecnologias e com a maior exigência de qualificação profissional. Não há, portanto, a extinção da divisão hierárquica, estrutural e social do trabalho³⁰⁴. Mudam as formas de apreensão do trabalho, mas elas não anulam as características de subordinação estrutural.

A sociedade capitalista tem como categorias fundamentais a divisão de classes, o interesse de classes, consciência de classe, capital e trabalho, antagonismo de classe, entre outros, que são sensíveis às modificações históricas dos fenômenos sociais. Eles se tornam pré-requisitos necessários na compreensão das particularidades sociais e da interdependência das categorias sociais.

Esse é o quadro complexo categorial necessário para fundamentar os avanços e limites da nossa história e, principalmente, para estudar as particularidades do sindicalismo brasileiro dos anos de 1990. Mesmo as ações originais, produzidas em fins da década de 70 no ABC Paulista e das inúmeras participações sindicais e operárias ao longo da década seguinte, não garantiram ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC uma atuação mais incisiva diante das profundas transformações que marcaram o mundo do trabalho a partir de 1990. O que se pôde verificar, foi uma atuação cada vez mais corporativa e, absorvida pelas estratégias do Estado e do capital.

Isso mudou, de modo significativo, as formas de condução do sindicato e também exerceu grande influência na consciência de classe do proletariado brasileiro. Na aparência, o “novo” e o “moderno”; na essência a interdependência do antagonismo estrutural de classe por meio do desenvolvimento da divisão do trabalho.

Os aspectos que se determinam e se entrelaçam ao longo do processo sócio-histórico caracterizam nosso caminho particular de constituição do capitalismo brasileiro e de todas as categorias envolvidas nessa via.

³⁰⁴ Como pensam Antonio Negri e Michael Hardt sobre a multidão e seu horizonte complexo e unitário. Para mais ver HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. 7 ed. Record: Rio de Janeiro, 2005.

A mudança do perfil sindical e as mudanças no perfil da classe trabalhadora brasileira originaram outros aspectos de antagonismos e interdependências. Nosso trajeto histórico apontou a originalidade dos movimentos sindicais do final da década de 70, mas que já anunciavam uma feição politicista pois jamais assumiu um projeto de mudança real das estruturas do Estado. O partido que surgiu dessas lutas e que assumiu o papel da mudança política também não rompeu com os limites impostos pelo estado e por ele foi absorvido, muito mais pelo caráter autocrático de poder quando passou a ocupar importantes cargos no governo.

A ligação PT, CUT e Sindicatos Associados produziu um novo padrão de atuação dos movimentos dos trabalhadores. As críticas realizadas dentro de um limite e os projetos e acordos debatidos nos níveis políticos produziram um novo efeito na consciência de sua classe.

Tal ocorrência se deu porque a evolução nacional é reflexa dada a incompletude de classe do capital. A contraposição gerada pela Via Colonial não possibilita o desenvolvimento de um projeto de integração nacional das categorias sociais capazes de romper com as estruturas de poder autocrático.

Pela produção e reprodução do capital atrofado e de sua ordem social e política os resultados só podem ser a reiteração da excludência.

Foi o que aconteceu com as organizações ou partidos que surgiram, na aparência, para contrapor essa lógica destrutiva, e no caso específico do surgimento e desenvolvimento das esquerdas no país, sem ideologia ou prática efetiva de esquerda.

Quanto as mudanças em torno da flexibilização das leis trabalhistas e do Direito do Trabalho na década de 1990, talvez tenha sido esse o ponto mais decisivo que confirma a falta de combatividade sindical e a fragilidade do campo negociador em que os organismos de luta dos trabalhadores se propuseram a atuar.

É próprio do processo de reestruturação produtiva, além da flexibilidade dos processos de trabalho atuar sobre outros elementos do seu mercado. Um deles é, prioritariamente, sobre os regimes e contratos de trabalho. Baseado na lógica toyotista que impõe momento de grande desemprego e momentos de aquecimento na oferta de emprego, a desregulamentação da relação capital-trabalho passa a ser o maior argumento para forçar e imprimir uma nova

dinâmica contratual que sempre a favorece em tempos de crise ou em tempos de propulsão. Dentre os novos modelos de contratação, destacam-se: a terceirização, os contratos temporários, o banco de horas e a redução da jornada de trabalho com redução salarial. Ao longo da década, em negociação com o Sindicato, essas novas formas passaram ser incorporadas às relações de trabalho:

“A mescla de elementos predatórios, que ampliam a insegurança típica da força de trabalho como mercadoria, e elementos de envolvimento, de caráter toyotista, é que salienta o peso ideológico da flexibilidade e da flexibilização da legislação trabalhista. Alguns juristas buscam apresentar com positividade a flexibilização do Direito do Trabalho, ressaltando sua adaptabilidade às necessidades da empresa (e, por conseguinte, do próprio trabalhador assalariado) e seu caráter concertativo, pois supõe privilegiar o acordo entre as partes contratantes. O elemento paradoxal (e irônico) é que o apela à livre negociação ocorre num período de crise estrutural do sindicalismo e de sua capacidade de mobilização de classe, além de ocorrer num cenário de desemprego massivo, o que demonstra o caráter ideológico visceral da lógica da flexibilização”.³⁰⁵

As mudanças na legislação trabalhistas, ocorridas principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou o mercado de trabalho brasileiro bastante flexível, com menor proteção social do emprego gerando, conseqüentemente, precarização da força de trabalho. Nesse novo cenário, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC atuou diante de outras perspectivas. A luta não era para impedir as reformas trabalhistas e, sim, encontrar uma saída técnica e política para negociar tais mudanças. É o que indicam os vários documentos produzidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC juntamente com o Dieese.

No Congresso da categoria metalúrgica realizada em 1997, a discussão girou em torno de um novo perfil sindical para o século XXI. Luiz Marinho

³⁰⁵ ALVES, Giovanni (coord). Trabalho e direito: uma perspectiva crítica. Projeto NEG, UNESP, 2004.

deixava clara sua posição em relação aos caminhos que o sindicato deveria seguir. A criação dos Comitês Sindicais e sua presença no interior das fábricas seriam formas de minimizar os conflitos, negociar internamente e evitar greves e conflitos. Veja:

“Segundo o presidente do sindicato, Luiz Marinho, não se trata da criação de sindicatos por empresas, como nos Estados Unidos. Para ele, é uma forma de levar a entidade e a política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para dentro das fábricas. Os comitês sindicais de base co-existirão com as comissões de fábrica, teoricamente independentes por reunir empregados cutistas ou não. Os comitês, ao contrário, serão atrelados à Central. A decisão não deve assustar empresas. Para Marinho, o trabalho dos comitês acabará provocando a diminuição de greves e conflitos”.³⁰⁶

Esse perfil negociador e menos combativo já tinha sido assumido pelo Sindicato no período da Câmara Setorial Automotiva. Em 1997, ele assume uma clara dimensão negociadora, não impulsionando a classe trabalhadora a uma crítica contra a flexibilização das leis trabalhistas e, fundamentalmente, procurando dirimir os seus problemas não só fragmentando a atuação sindical por meio de novos comitês como também a luta das categorias ao assumir negociações específicas nas empresas da região. E como é possível compreender esses caminhos? Basta analisar as documentações produzidas pelo Sindicato e pelo Dieese e que tratam especificamente de montadoras de grande porte na Região do ABC como a Ford, a Volkswagen e a General Motors³⁰⁷.

Essa nova relação pela qual a classe trabalhadora foi submetida às novas formas de gestão de seus direitos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do

³⁰⁶ O Estado de São Paulo. Metalúrgicos definem perfil para o século 21. 18/05/97.

³⁰⁷ General Motors do Brasil: a borboleta azul nos trópicos. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Subseção do DIEESE. Março de 99
Ford. Brasil: perfil social – Sistema único de representação. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Subseção do DIEESE. Maio de 2000.
Volkswagen do Brasil: relatório apresentado na conferência mundial de trabalhadores no grupo Volkswagen. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Subseção do DIEESE. Maio de 1999.

ABC, impediu uma crítica rígida às formas da flexibilização, principalmente diante das leis trabalhistas. O próprio sindicato concordava com as mudanças a fim de preservar empregos e manter os níveis de empregabilidade na região.

As mudanças sobre a apreensão do tempo de trabalho e as transformações no interior do sindicato fragmentaram a consciência das classe trabalhadora nesse mundo marcado pela flexibilização.

É, então, que a consciência de classe contingente toma novos contornos pois, além de representar apenas alguns aspectos das contradições entre capital e trabalho, também se limita a atuar numa escala bastante pequena em relação aos conflitos de classes globais. A consciência de classe contingente impede que os conflitos sejam vistos de uma forma abrangente.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, procurou-se encontrar soluções para aquela situação e circunstância não compreendendo que o conflito entre capital e trabalho não é, apenas, uma problemática local.

“A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à ‘racionalização’ capitalista)”.³⁰⁸

Nos primeiros meses de 2009 pudemos observar inúmeros resultados das efetivas transformações ocorridas do processo de negociação das leis trabalhistas e da flexibilização da força de trabalho. As inevitáveis demissões se depararam com enormes volumes de recursos para salvaguardar as

³⁰⁸ MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Boitempo: São Paulo, 2008. p. 89.

grandes empresas do país. Em contrapartida as salvaguardas dos trabalhadores se materializaram em cursos de requalificação profissional oferecidos pelos sindicatos e financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Entretanto as garantias de retorno aos postos de trabalho são praticamente nulas pelas vias tradicionais. Só a retomada dos níveis de produção e vendas podem garantir a abertura de novos postos de trabalho. Mais uma vez torna-se possível verificar como as estratégias do capital, mesmo em tempos de crise, absorvem empresas falidas e novas tecnologias, ao passo que regulam suas crises lançando mão de demissões e lutando politicamente pela minimização dos direitos do trabalho e do trabalhador.

O capital criou maneiras efetivas de garantir produtividade e qualidade, formas creditícias para que os produtos fossem absorvidos pelas vários setores sociais transferindo para a classe operária o ônus de seu processo: os juros, as perdas, o desemprego, as dívidas.

A luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora precisa ser vista como algo muito maior do que por categorias. Ela precisa ser compreendida como uma luta do trabalho contra o sócio-metabolismo que se assenta na alienação e no estranhamento destrutivos e desumanos do capital. A via encontrada pelos sindicatos foi a da negociação que, infelizmente, tem como lado mais frágil os direitos daquele que precisa trabalhar.

Considerações Finais

Esse trabalho procurou compreender a política denominada “neoliberal” no Brasil dos anos 90 e as formas como o sindicalismo metalúrgico do ABC atuou diante das múltiplas dimensões da reestruturação produtiva nesse período.

O objetivo central é argumentar sobre o arrefecimento das lutas sindicais e a forma como o sindicato foi adquirindo um novo perfil de luta diante das mudanças da política governamental e das formas específicas do neoliberalismo brasileiro, caracterizado por investimentos promovidos pelo capital internacional, por empréstimos concedidos pelo BNDES e políticas de incentivo à reestruturação das grandes empresas.

Essa nova centralidade do trabalho que emerge, fundamentalmente, na década de 90, nada mais é do que resultado prático das relações históricas entre capital e trabalho no Brasil. As formas como se processaram os caminhos para a efetivação da economia industrial e a maneira pela qual o governo lançou prerrogativas políticas para administrar a jovem classe operária que surgia em princípios de 1930 por meio da Aliança Nacional de Vargas, deram os contornos iniciais para fomentar uma sociedade calcada, ora na autocracia burguesa, ora na autocracia bonapartista.

O grande sociólogo brasileiro Florestan Fernandes dizia que não existia um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Nenhum modelo que pudesse consolidar um padrão ou um caminho de desenvolvimento. A transformação somente se torna possível com a interação de elementos particulares que constituem um determinado lugar, e esse conjunto de interações e de resultados, sempre singulares, é que determinará como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista e como as classes conduzirão esse processo, avistarão possibilidades, terão ou não autonomia, ou serão subservientes.

No caso da burguesia brasileira, subserviente e antidemocrática, ela foi incapaz de romper com o servilismo e de promover ações transformadoras radicais. A conciliação e o “reformismo pelo alto” foram suas principais ações,

não cumprindo, nem ao menos, com sua tarefa histórica, concordando com a submissão aos países centrais em troca da sua estabilidade no país.

As mudanças realizadas “pelo alto”, a conciliação de interesses sem a participação do povo e a exclusão das rupturas superadoras desembocaram numa ausência de democracia, na conciliação do velho com o novo e, essencialmente, entre progresso social e evolução nacional sempre reproduzindo descompassos na sua modernização.

Nesse conjunto retardatário de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro sintonizado na lógica mundial, que alcança um significativo patamar, muitos outros obstáculos e refreamentos foram produzidos, o que influenciou diretamente no inacabamento das classes e nas características que dão forma à burguesia brasileira mas, principalmente, à influência que altera e engessa a classe trabalhadora que tomou para si, ao longo de sua trajetória, a tarefa reformista, como a luta pela democracia, sem ter rompido com as barreiras mais elementares do desenvolvimento da classe.

O inacabamento das classes produziu atrofias que são sentidas até hoje, apesar da superação da Via Colonial e do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo mundial.

A gênese produziu marcas e lesões que podem ser constatadas nos rumos da política e do sindicalismo, dos movimentos sociais e do pensamento coletivo e individual. Influenciou na subjetividade da classe operária, no arrefecimento das lutas sociais no Brasil e nas expressivas mudanças ideológicas das entidades sindicais, além da criminalização das lutas sociais e na lógica mundial.

Podemos não mais viver sob a Via Colonial, mas certamente colhemos os resultados das mazelas, por essa via de objetivação, produzidas: miséria social, precarização do trabalho e do trabalhador, conciliação “pelo alto” e neocorporativismo. Eles são, apenas, algumas das várias expressões sociais e o resultado imanente do nosso processo histórico-social e das nossas características de formação industrial.

Por essa razão, optamos pela análise ontológica da Via Colonial e seus desdobramentos pois a compreensão do processo de industrialização brasileira é fundamental para o entendimento do caráter específico do capitalismo aqui

existente. A superexploração da força de trabalho torna-se uma categoria com fundamentos específicos e firmemente arraigados na história nacional.

Ao analisar a teoria da marginalidade, José Chasin especifica várias determinantes da Via Colonial que, desde 1930, perpetraram a organização política brasileira. Dessa maneira, ele apontou a incapacidade do capital atrofico para integrar a população brasileira no seu processo de inserção:

“A história brasileira desde a década de 30 é a história da incapacidade da versão atrofica do capital verdadeiro para integrar, de seu prisma, a maior parte da população à sociedade nacional. Enquanto uma tal história fantástica de desperdícios, sobretudo de energias ou recursos humanos. Nesse contexto, a marginalização é a própria marca registrada dos efeitos do capital atrofico, que a teoria da marginalidade, no entanto, só logrou registrar como um oceano desconcertante de sacrifícios e embaídos, que pretendeu transformar, em momento utópico-especulativo, no esteio social de supostamente novas figurações das marchas transformadoras, para além da potência e lógica das classes. Não conseguiu apreender o fenômeno da exclusão massiva, ou antes, nem mesmo vislumbrou a necessidade de associar visceralmente a marginalidade à impotência de uma forma de capital, mas a tomou apenas, politicisticamente, nos seus efeitos sociais como o fracasso de uma política econômica. Ou ainda, não alcançou entender o universo dos condenados à escuridão como um descomunal exército industrial de reserva e, assim, enquanto figura própria de uma sociedade industrializada na subordinação. Não atinou, tal como se deu também com seus parceiros conceituais do quadrilátero teórico dominante, que estava às voltas com um modo de objetivação capitalista que des-integra (ao contrário das entificações clássicas) e que, portanto, fracassa como princípio de identificação nacional, gerando, ao inverso, uma expressão

polar de dissintonia social – a marginalidade enquanto (des) ordem societária do capital atrofico”.³⁰⁹

Mesmo passados mais de 70 anos, a formatação do Estado Nacional, embora seja uma sociedade mundializada, contemporânea, ainda carrega como maior resultado um forte arraigamento dos preceitos de uma sociedade urbano-industrial incontestante, incompleta e excludente.

O metabolismo histórico social teceu uma malha política e de movimentos sociais que estimularam o surgimento de ideias e ações acopladas à lógica do capital, atuando não numa dinâmica oposta de independência ideológica, mas no interior de uma lógica subordinada.

Os desdobramentos desse processo e as diferenciações em relação ao tipo de ação e desencadeamento das lutas sociais brasileiras acabaram delineando os perfis político-brasileiros, o das esquerdas e, fundamentalmente, o perfil dos movimentos operário e sindical.

A natureza do capital associado à superexploração produziu uma burguesia subordinada ao imperialismo internacional, o que dificultou o desenvolvimento do mercado interno e explica as características do capitalismo implantado aqui de “dentro para fora”. José Chasin fez a seguinte colocação sobre esse problema: “Acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital” (Chasin, 1986, p. 3)

Como se pode constatar, todo processo de modernização tem profundas raízes na reprodução da miséria das massas e na subordinação estrutural. A desigualdade social brasileira é fruto desse caminho, retrato de uma determinada maneira de ser do capital. Chasin, novamente, aponta essa dinâmica: “(...) reitera de modo particularmente agigantado a lógica intrínseca de todo capital: a produção em paralelo da imensa riqueza e de imensa miséria” (Chasin, 1986. p. 2-3).

Dessa forma a entificação social brasileira constitui-se da seguinte trama: quanto mais se moderniza mais exclui as massas de desfrutar dos benefícios da modernização política e social. É um tipo de capitalismo que

³⁰⁹ CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Revista Escrita Ensaio. n° 17/18. São Paulo, 1989. p. 104.

engessa a sociedade articulando-a com os setores, de forma que possa produzir, reproduzir e reestruturar a dinâmica do capital.

Os limites impostos pelo Estado à classe operária obstaculizaram, sobremaneira, a atuação e a crítica em torno das premissas políticas. Mais do que romper com a lógica política estabelecida no Brasil, os partidos de esquerda, em especial, os comunistas, procuraram encontrar espaço na política autocrática como forma de conduzir as transformações sociais. Ainda assim, muitos movimentos importantes, ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, procuraram encontrar uma via crítica e passaram a reivindicar, nas ruas, seus direitos.

Os partidos de esquerda surgiram como resultado desse metabolismo, e, com ele, não conseguiram implementar grandes projetos de ruptura com o poder central. O que é possível observar é que muitos se aproximaram dos organismos políticos como forma de criar canais de desenvolvimento de políticas que beneficiassem a classe trabalhadora, desconsiderando que a estrutura de governo era a forma castradora e limitadora de conquistas dentro e fora dela. Era necessário romper com tais espectros para se criar uma política verdadeira e que propiciasse uma diminuição gradual dos antagonismos de classe.

Essa configuração objetiva e subjetiva da sociedade brasileira, desde o princípio do século XX, ganha contornos decisivos em vários momentos, mas, em nenhum deles, a classe operária, o sindicalismo ou mesmo o partido originário desse movimento foi capaz de superar a forma de Estado e propor uma nova gênese política.

E por que esse modo de ser do capital no Brasil reproduziu-se ao longo do século XX?

Porque nossos movimentos sociais consistiram, sempre, numa “passagem” de uma forma de poder para outra, conservando intactas a essência desse poder e as bases fundamentais de sua constituição. Não romperam com os limites do Estado nem propuseram uma alternativa. Os movimentos ingressaram na mesma estrutura política sem questionar suas bases e natureza que, por si só, já era a armadilha e a encruzilhada de muitos que a consideraram o caminho para a transformação.

Portanto, o capitalismo brasileiro foi e é, apenas capaz, de realizar uma modernização excludente, em que o progresso social estava e está radicalmente (pela raiz) dissociado da evolução nacional. A burguesia nacional contribuiu, sobremaneira, nesse caminho. A ausência de uma revolução democrática burguesa impossibilitou que a burguesia brasileira forjasse uma identidade nacional e se projetasse para a transformação de todas as classes sociais, dado que não estava dotada de uma dinâmica própria que pudesse, efetivamente, representar os interesses das demais categorias sociais.

É sempre importante ressaltar os aspectos que constituem a particularidade do capitalismo brasileiro. Destacamos dois deles que consideramos indispensáveis:

- a-) progresso lento e estruturalmente atrofiado;
- b-) resultado da conciliação com as forças sociais representantes de formas socioeconômicas inferiores e da subsunção ao capital hegemônico mundial;

Nesse conjunto de elementos particulares fomentados da Via Colonial, resta saber o que colhemos dela no final do século XX e no início do novo século: as atrofias, as mazelas, as misérias e as irresoluções.

Em síntese, Chasin concluiu:

“(…) à via colonial de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência auto-reprodutora do capital, a limitação acentuada de sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória. Desse modo, ao mesmo tempo que encobrem por inacabamentos, seus processos empuxam, pela via da irresolução crônica das questões mais elementares, a contradição estrutural entre o capital e o trabalho”. (Chasin, 1989, p. 49)

Ao longo da última década do século XX, mudanças acerca do mundo do trabalho tomaram novas dimensões, fundamentalmente por conta dos processos de reestruturação produtiva que atingiram, em cheio, o setor automobilístico nacional.

Principal pilar da economia brasileira desde sua implantação na década de 50, a indústria automobilística passou por intensa transformação que não envolveu apenas mudanças no interior das fábricas e no processo produtivo.

As dimensões assumidas pela reestruturação são muito maiores e foram muito mais além: conecta-se com a mundialização do capital, mas adquire, em cada país, uma determinada especificidade devido às suas características particulares de formação.

No caso brasileiro, a introdução de novas formas de produção e gestão da força de trabalho aliada a um novo conceito de Estado causou profundos impactos no mundo do trabalho e nos rumos do sindicalismo nacional.

Por esse motivo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e sua região foram novamente escolhidas como centro dessa análise e expressão mais contundente de tais mudanças. Nesta tese, como já descrevemos nas primeiras frases dessas considerações, procuramos destacar as formas particulares de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e os aspectos da sua burguesia autocrática e caudatária, as formas como o sindicalismo e a força de trabalho foram atrelados ao Estado autocrático Vargasista, tornando-se um órgão burocrático e corporativista que muito limitaram as possibilidades de mudanças no ser e no vir a ser da classe operária no Brasil.

Mesmo assim, o sindicalismo procurou romper barreiras no decorrer do século XX e, mesmo em sua juventude, algumas grandes vitórias em termos de organização e abrangência ocorreram ao longo das décadas de 40, 50 e 60 no Brasil.

Mas, de todos os períodos, a de 70 revelou-se em condições de ser algo ainda mais contundente para o sindicalismo brasileiro e para o operariado. Em plena vigência do governo bonapartista, as grandes paralisações de 1978, 1979 e 1980 colocaram em xeque a política econômica ao denunciar o caráter superexploratório do chamado “milagre econômico brasileiro”. Além de defender a categoria dos metalúrgicos, o sindicalismo praticado no ABC Paulista serviu de referência para que outros sindicatos iniciassem uma melhor organização e pleiteassem seus direitos.

Os movimentos desencadeados no ABC Paulista pelos metalúrgicos, o movimento sindical e operário foi capaz de questionar a lógica

superexploradora do sistema, além de promover um sindicalismo de grande expressão na região. Durante três anos, as grandes greves dentro e fora das fábricas, deram exemplos de solidariedade e de efetiva participação dos trabalhadores na luta por seus direitos. Um movimento que extrapolou o cupulismo sindical e transformou cada trabalhador no representante do sindicato. Essa nova característica na organização deles destacaria a região do ABC como “berço” do ressurgimento das lutas operárias e exemplo a ser seguido por outras categorias e por outros sindicatos no Brasil.

Apesar da derrota na greve de 41 dias de 1980 o sindicalismo metalúrgico do ABC colheu enormes frutos. O apoio maciço da classe trabalhadora e o modelo de luta propagado entre outros sindicatos do país fez com que as paralisações do ABC se tornassem ícone de luta e resistência operária no Brasil.

Mas não podemos deixar de apontar que é um sindicalismo que já nasce político, apesar de Lula, em várias entrevistas na época, dizer que não. É um sindicalismo que, inicialmente, já nasce querendo ser a oposição daquele praticado no pré-64, considerado pelego e “populista”. A guerra ideológica entre PCB, PC do B e Oposições Sindicais logo após o golpe, produziu tais conclusões e se fez presente nas manifestações do ABC Paulista.

Ficava claro que existia, ali, uma competição ideológica tão bem retratada em seu livro pelo professor Celso Frederico em seu livro, sobre esse período. Disputas diretas entre o PCB e sua política conciliadora e uma nova visão estabelecida por outros partidos de esquerda que surgiam como o PC do B e outros importantes movimentos.

O maior desafio para esse sindicalismo que ressurgia como campo de forças no ABC paulista era encaminhar a luta para o campo partidário, dar origem e sentido a um partido originário desse processo de lutas.

A ideia em ver o movimento sindical e operário atuando politicamente, começa a fazer parte dos discursos do então líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva. A possibilidade da luta e das conquistas para a classe trabalhadora deixa de caminhar pela via sindical e passa, agora, a ser carregada pela chancela de um partido.

Dessa forma, deu-se o nascimento do Partido dos Trabalhadores. No entanto as movimentações populares deixaram inconclusas suas tarefas. Nessa incompletude, originou-se o PT para lutar pelos trabalhadores dentro da lógica da burguesia autocrática e, conseqüentemente, do capital. Não rompeu com a política estabelecida e acabou praticando um *politicismo* aderindo às mesmas estruturas outrora questionadas.

Mas o que se desconsiderou nessa passagem e que é de fundamental importância, foi exatamente a existência de uma antítese estrutural entre capital e trabalho responsável por ordenar as relações capitalistas. É perdido o teor de uma política com base na perspectiva do trabalho. A entificação de classe, responsável por dar força e voz ao movimento sindical e operário, é simplesmente abandonado. O que se processou, portanto, nesse período, foi apenas uma transposição do movimento sindical para a política que, longe de romper com os limites que ela já impunha ao movimento operário, agora absorvia, de vez, toda a originalidade e capacidade transformadora de seu interior. Sobre o surgimento do PT, Chasin coloca:

“O PT – como partido dos trabalhadores – é por essa via o fantasma idolatrado da esquerda ausente. A quimera palpável de esperanças e perspectivas sem sustentação orgânica, o altar visível de um deus oculto, com cuja galeria de santos e profetas parece ser possível coabitar, uma vez que a simples proximidade física dos trabalhadores, por suposto, faria do PT a trincheira de todos os sonhos revolucionários”.³¹⁰

Ocorreu um erro de projeção. É exatamente no esvaziamento da ação efetiva dos trabalhadores, nas suas lutas corporativas nos setores profissionais e na sua atuação societária, que o PT se esvaía. A qualidade intrínseca a esses movimentos sociais e sindicais não poderiam acompanhar o Partido. Sua configuração era qualitativamente diversa:

“... o renascimento firme e pujante da movimentação dos trabalhadores veio, assim, a submergir na atmosfera politicista,

³¹⁰ CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Revista Escrita Ensaio 17/18. São Paulo, 1989.

quando buscou os caminhos da organização e das definições políticas. Por conseqüência, ao inverso do que se daria num rumo *de esquerda*, com seu desenvolvimento o PT simplesmente politicizou a prática sindical, não extraiu da lógica do trabalho a política que supera a política, isto é, ficou nos limites do *entendimento político*, não se alçou à política norteada pela *razão social*".³¹¹ (Grifos do autor).

O movimento operário e sindical, desencadeado no ABC Paulista e carregado de potencial que resgatou as lutas da classe trabalhadora contra a superexploração da força de trabalho e aviltamento das condições de vida do trabalhador, deu origem ao PT. Mas o PT não foi capaz de responder a esses movimentos na mesma proporção. Sua submissão aos desígnios da política o conduziram ao campo do *politicismo* e ao caminho da absorção do poder autocrático constituído.

No campo da esquerda, o PT também não deu respostas favoráveis. Continuou a ser um campo sem ideologia ou práticas de esquerda. As lutas dessas "suposta esquerda" não foi capaz de suprir os anseios da classe trabalhadora, tampouco ser alternativa de superação dos antagonismos sociais. E Chasin completa:

"E suas lutas reais, no polo da radicalidade burguesa, são transfiguradas, pelo olhar ansioso de todos que assim as miram, na batalha encantada pela república ou pela democracia imaginária do proletariado. Tudo isso tem por suposto uma antiga aposta, historicamente desmentida, - no brotar espontâneo do propósito de transformação radical entre os trabalhadores".³¹²

A organização política independente dos trabalhadores é a subsunção da vontade ativa à afirmação de uma possibilidade objetiva, racionalmente descoberta e sustentada. O Partido dos Trabalhadores assumiu a potência regencial da lógica do capital e a ele como protoforma de toda a

³¹¹ Idem, ibidem. p. 89.

³¹² Idem, ibidem. p. 89

prática social. O partido acabou por aprisionar a oportunidade da emancipação estrutural do trabalho, porque submeteu o potencial imanente dos movimentos operário e sindical à lógica do capital.

É, sob esses encaminhamentos, que o movimento sindical e operário foram conduzidos pela década de 80. Com o surgimento da CUT em 1983 houve um aumento da participação das categorias de trabalhadores e uma grande participação no movimento Diretas Já! que, longe de ser a efetiva transformação da política nacional, foi, na sua essência, mais uma reorganização política e partidária do poder no qual permaneceram incrustados os velhos personagens travestidos de novas fantasias, cenário em que o Partido dos Trabalhadores compreendia que teria suas expectativas resolvidas.

Essas novas determinações sociais e os caminhos seguidos pelo Partido dos Trabalhadores e pela CUT nesse período, geraram mudanças na forma de conduzir os movimentos sociais e, prioritariamente, os movimentos sindicais.

Central Única dos Trabalhadores, CGT's, Oposições Sindicais produziram lideranças que aderiram a Partidos e que, com o tempo, projetaram-se na política nacional. Não podemos descartar conquistas importantes que as lideranças e as centrais obtiveram na década de 80, fundamentalmente, no que diz respeito à Constituição de 1988. Entretanto, é necessário abordar este outro lado da história que pode revelar os grandes entraves encontrados na década seguinte no sindicalismo nacional.

Muitas metamorfoses e uma nova morfologia foram produzidas nesse processo. Nas palavras de Ricardo Antunes uma nova morfologia da classe operária foi se processando. Mas não só uma nova morfologia da classe operária. Uma morfologia do sindicalismo, do Estado, das indústrias que nós chamamos de reestruturação produtiva, nesse caso, em largas dimensões.

Essa nova metamorfose das organizações sindicais e de suas lideranças e a chegada de muitos deles às várias instâncias do governo alteraram substancialmente a tarefa sindical.

Já em 1988, no III Congresso da CUT, as mudanças nas características de atuação da entidade já eram latentes e a opção politicista a versão mais discutida nesse período. Após três anos de transição, a CUT em seu IV Congresso em 1991, assumiu, enfim, sua postura politicista. O sindicalismo classista havia sido abandonado para dar lugar a uma tendência denominada

propositiva que abarcaria a negociação e a reivindicação como traços tão próprios.

As determinações cutistas foram fundamentais para alterar os perfis de luta dos sindicatos sob sua orientação. Dentre eles, o de maior expressão: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Ainda em 1991 o Sindicato lançava mão de um trabalho junto às comissões de fábrica e de outro, forte de base, tão característico de sua atuação.

Sob a liderança de Vicente de Paula e Silva, o Vicentino, a greve na Ford foi desencadeada e a radicalidade associada com a solidariedade de classe foram marcas fundamentais no que podemos chamar de “o último suspiro do ABC”. A partir daí, e, mais especificamente, da ida de Vicentino à Detroit, os rumos do ABC passaram a ser outros.

O sindicalismo classista deu lugar a um sindicalismo propositivo, burocratizado e, cada vez mais, próximo de empresários e governo. O sindicato passou a ser administrado como um veículo político que lançava mão de estudos socioeconômicos elaborados pela subseção do DIEESE para analisar o cenário econômico do país e propor alternativas. As grandes assembleias com participação dos trabalhadores continuaram ocorrendo na sede do Sindicato, mas as temáticas abordadas eram tratadas de forma técnica, estatística e política e os problemas oriundos dessa diversificação econômica, tratados não mais por meio das grandes paralisações e, sim, por reuniões com empresários e governo.

Nesse tempo em que a CUT e seus sindicatos associados gastaram para se adaptar a esse novo perfil, as indústrias, o governo e a própria classe operária se metamorfoseavam-se, produzindo novos desafios e novas problemáticas para o mundo do trabalho.

Mais uma vez, a oposição entre trabalho e capital passava a ser tratada no nível da negociação. As classes, historicamente antagônicas, passariam a coabitar as salas de reuniões para discorrerem sobre estratégias conciliadoras.

As formas utilizadas pelo governo de salvaguardar os direitos do capital e propiciar incentivos fiscais e financeiros às montadoras não era mais a temática sobre a qual o Sindicato procurava fazer suas críticas. Pelo contrário, havia recebido, também, do governo um repasse financeiro para implementar

cursos de recapacitação e financiar o desemprego no Brasil. Esses recursos advinham do novo fundo denominado FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Com a Abertura Comercial realizada no governo Collor de Mello, a indústria automobilística precisou realizar ações reestruturadoras para manter sua soberania nas vendas internas e adquirir capacidade técnica e tecnológica para a concorrência nos mercados externos, sobretudo o latino-americano.

Dessa forma, Governo e empresários elaboraram planos de recapacitação industrial e liberaram recursos pelo BNDES para a importação de máquinas e equipamentos. Outro fator fundamental foi a introdução de novas técnicas de gerência e de um novo conceito de produção baseado no toyotismo. Todos esses novos incrementos eram necessários, não só para estabelecer um novo tipo de produção, mas principalmente para a aquisição dos certificados de qualidade que chancelavam os produtos para a venda no mercado internacional.

Na cauda desse processo, estava o operariado da indústria automobilística, das grandes montadoras, a parte mais sensível das mudanças no setor e a mais suscetível a perdas.

À esteira das exigências dessa nova indústria, moderna e altamente automatizada, estava a necessidade de maior qualificação profissional e, conseqüentemente, da diminuição do número de funcionários no processo produtivo por conta da introdução de novas máquinas.

Esses critérios produziram uma classe operária peculiar: jovem, até certo ponto qualificada, sem experiência fordista/taylorista e, fundamentalmente, sem experiência política e sindical. Essa nova reengenharia do capital que transformou a feição do operariado nacional, provocou um imenso choque na sociedade: uma modernização numa sociedade incapaz de absorver e solucionar os resultados desse processo.

Para tanto, fez-se necessário compreender os novos papéis assumidos pelo governo em relação à economia nacional. Os programas e os recursos que foram disponibilizados a fim de que a grande indústria pudesse se adequar aos novos padrões da mundialização do capital causaram enormes prejuízos ao pequeno e médio empresário, o que revelou o caráter e a tendência desse governo.

Em contrapartida as grandes empresas procuraram se adequar aos processos de implementação de novas tecnologias e gestão continuando a exercer seu papel de influência na política brasileira. O impeachment de Collor foi resultado, entre outras coisas, da forte pressão dos grandes empresários nacionais. Entretanto a saída dele do poder não impediu o avanço da abertura comercial e dos processos reestruturadores iniciados em seu governo.

Mesmo com a mudança repentina na presidência da República, agora ocupada por Itamar Franco, os Programas de Qualidade e Produtividade, assim como o Programa de Capacitação Industrial foram potencializados e as novas linhas de créditos disponibilizados pelo BNDES continuaram a injetar os recursos necessários para salvaguardar os interesses da grande indústria nacional.

Mas era preciso lidar com os novos desafios impostos por tantas mudanças. Tornava-se assunto da ordem do dia as negociações referentes ao emprego e à empregabilidade. A adoção de novas tecnologias e estratégias de produção havia criado uma diminuição nos postos de trabalho, a transferência de muitas etapas do processo produtivo a empresas terceirizadas e problemas relacionados ao valor da força de trabalho.

A fórmula para se resolver ou minimizar esses impasses foi a Câmara Setorial da Indústria Automotiva, um fórum que se transformaria em tripartite envolvendo governo, empresários e representantes dos trabalhadores. As discussões que, ocorriam no seu interior, foram variadas: terceirização, inserção tecnológica, automação, investimentos foram apenas alguns itens da vasta agenda de debate e negociações. Aliás, a palavra negociação transformou-se no grande elemento nesse período.

Sempre vale destacar que as Câmaras Setoriais surgiram ainda no governo de José Sarney como fóruns bipartites de negociações políticas entre governo e empresários, e assim funcionou até 1992, quando se admitiu a presença dos sindicatos nas discussões. Tal concessão se fez necessária para criar uma saída negociadora e acordada entre as partes para o problema da força de trabalho, que, segundo os empresários, onerava as empresas e era incompatível com os investimentos tecnológicos realizados.

Encontrar uma saída para esse problema era o principal objetivo do empresariado brasileiro. Por isso, consideramos a Câmara Setorial, como

fórum tripartite, como um período de transição nas negociações entre capital e trabalho e como momento de enfraquecimento das lutas sindicais. As negociações e dos acordos estabelecidos no interior da Câmara às soluções encontradas foram criadas no sentido de congelar por tempo determinado as demissões.

Os debates em torno das estratégias da reestruturação produtiva que solapavam empregos e salários não tiveram soluções que contribuíssem com o conjunto da classe operária metalúrgica. Os acordos mais expressivos foram as garantias por tempo determinado da empregabilidade em algumas empresas, o que na sequência dos acontecimentos, não impediu uma massiva demissão e o aumento do número de desempregados na região do ABC.

Num primeiro momento, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sob a liderança de Vicentinho, recusou-se a negociar por intermédio da Câmara Setorial e, nos anos de 1990 e 1991 foi responsável, talvez, pelas últimas grandes paralisações no ABC Paulista (Greve dos “Golas Vermelhas” da Ford). No entanto, após visita realizada na fábrica da Ford em Detroit, Estados Unidos, Vicentinho volta com uma nova postura e cede às pressões da Central Única dos Trabalhadores para que pudesse se integrar à Câmara. O Sindicato mais representativo da base cutista não poderia ficar de fora. Poderia, inclusive, virar uma força de pressão opositora em relação às lideranças e às novas tendências da Central.

Para alguns estudiosos, a presença do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na Câmara Setorial Automotiva significou um grande avanço nas relações trabalhistas no Brasil. Para nós, a participação da CUT e, fundamentalmente, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas negociações no interior dela enfraqueceu, fragilizou e fragmentou a sua identidade de ação a luta em defesa da totalidade dos metalúrgicos e das conquistas históricas dos trabalhadores. Ao abrir esse precedente, o Sindicato permitiu que o capital assumisse um papel ainda mais forte no processo de reestruturação da força de trabalho.

Enquanto se privilegiou a negociação, os acordos no interior do fórum tripartite, a classe metalúrgica continuava em plena transformação. A introdução de novos canais de diálogo no interior das empresas como as CIPAS e em outros grupos de melhorias contínuas, procurou sanear as críticas e os problemas mais imediatos que atingiam os trabalhadores. Dessa forma as

comissões de fábrica e esses novos grupos estabeleceram um diferente tipo de relacionamento com as diretorias das empresas o que ocasionou um afastamento do sindicato e um menor número de novos trabalhadores sindicalizados.

Esse resultado não se deve apenas à introdução de novas formas de gestão, mas também e prioritariamente, às novas formas de atuação do Sindicato e o papel por ele assumido na defesa do trabalhador e na sua tarefa para com a classe trabalhadora.

Em outros momentos do sindicalismo brasileiro, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fora palco de grandes encontros, congressos e debates junto à classe metalúrgica. Uniu, envolveu e criou um lastro de solidariedade jamais visto na história sindical do Brasil. Porém, essa mesma sede, na década de 90, passou a abrigar cursos de requalificação profissional para jovens e mulheres dando um novo contexto e conteúdo ao papel do sindicato.

O afastamento da base gerou, ao tempo, grandes prejuízos. Dentre eles, a fragmentação e a fragilidade das lutas sindicais. As antigas greves e paralisações foram substituídas por manifestações de uma hora com negociação da reposição do tempo não trabalhado. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, principal base cutista, adquiriu um novo papel: lutar por dentro da lógica destrutiva do capital, aderir ao *politicismo* e fazer dele um caminho de “conquistas”. Mas essa via escolhida revelou-se muito mais como o caminho das “perdas” de onde o Sindicato não conseguiu se desvencilhar nem encontrar a saída.

Essas ações destacadas ao longo do sexto capítulo mostraram bem as dificuldades encontradas por sua diretoria que sentira na pele o poder das empresas e do governo em deliberar ações que viabilizavam a lucratividade e a recuperação do setor e dos capitais investidos. Nas negociações, ele passou a estar em segundo plano.

A extinção das Câmaras Setoriais em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi um grande exemplo de articulação política e da desnecessidade de negociações tripartites. Em plena vigência da Câmara Setorial, o Projeto do Carro Popular assinado em 1994 pelo então presidente da República Itamar Franco e que reativou a produção do modelo Fusca, já

tinha sido prova concreta de que, nem tudo, precisava ser conversado com os Sindicatos para ser colocado em prática.

A Câmara Setorial foi o ambiente propício para a diminuição das defesas da força de trabalho no Brasil e o campo perfeito para iniciar os debates em torno da flexibilização das leis trabalhistas que, como, anteriormente, vimos, só beneficiou e beneficia as rearticulações do capital.

Os novos paradigmas do mundo do trabalho desencadearam, no Brasil, não uma radicalidade ou uma refutação por parte dos movimentos sociais e sindicais. Pelo contrário, as mudanças políticas e a reestruturação dos complexos industriais que deram novas dimensões à categoria trabalho condicionou as entidades sindicais a, mais profundamente, aderirem à lógica do capital e, a partir dela, amortizar os efeitos devastadores dessa lógica sobre ele e sobre os trabalhadores.

Nesse sentido, basta ver a nova reconfiguração da organização política-econômica brasileira e a lógica da atuação da classe metalúrgica e de seu organismo sindical.

Nos últimos anos, as mudanças relativas à mundialização do capital e ao desenvolvimento da acumulação flexível deram novos contornos a essa categoria trabalho.

Os novos paradigmas da produção e organizacionais, associados a uma reestruturação do papel do Estado, produziu efeitos devastadores em torno dos organismos sindicais. A homogeneização, complexificação e a fragmentação da classe trabalhadora foram as decorrências mais nítidas da reestruturação do capitalismo mundial, adquirindo, em cada localidade, caráter específico. No caso brasileiro, a década de 1990 produziu e desencadeou uma gama de mudanças nas formas do trabalho.

O desígnio Toyotista, longe de expressar apenas mudanças na organização interna das empresas, desencadeou uma nova lógica capitalista em múltiplas dimensões: o engajamento creditício e político do Estado na salvaguarda e na implementação de políticas de incentivo e financiamento à reestruturação produtiva, legislação cada vez mais favorecedora da implementação tecnológica; da parte das empresas a substituição de modelos produtivos, a inserção de novas tecnologias adquiridas com incentivos governamentais, a eliminação de etapas de produção promovendo o processo

de terceirização e, conseqüentemente, as novas exigências em termos de formação profissional; da parte do sindicato, um novo perfil de atuação muito mais próximo do governo e das empresas, promovendo a negociação para salvar os empregos dos trabalhadores e não mais produzindo a crítica ao capital destrutivo que, a cada ano, ceifava inúmeras vagas de trabalho na região.

A metamorfose desse mundo está implicitamente ligado ao capitalismo como sistema mundial economicamente interligado. Os fenômenos de aparência local precisam ser analisados à totalidade objetiva de um estágio determinado de desenvolvimento socioeconômico. Levando isso em consideração, Mézáros afirma:

“A consciência de classe necessária é o reconhecimento da predominância sócio-histórico objetiva das perspectivas estratégicas mundiais da classe trabalhadora, tanto em seus aspectos negativos quanto positivos; isto é, tanto como negação radical do sistema capitalista mundial quanto como princípio de produção organizacional positivo, baseado na emancipação estrutural do trabalho”.³¹³

Os rumos da internacionalização subordinada, empreendida no governo de Fernando Collor de Mello e a forma como o movimento sindical, longe de refutar, absorveu o ideário da lógica do capital, deram os primeiros contornos aos novos delineamentos da luta operária no país. As amarras políticas construídas no passado deram suporte à reestruturação do capital nacional subordinado, transformando as classes historicamente antagônicas em classes conciliadoras.

Os prejuízos foram inúmeros. A lógica da reestruturação produtiva mudava o perfil operário, cada vez mais jovem e com determinada qualificação profissional para atuar na área, além da mudança do perfil de atuação do sindicato que também aprofundou as perspectivas da consciência de caráter contingente.

As novas dimensões da reestruturação fragmentaram, estrategicamente, o controle social e fragilizaram, sobremaneira, a possibilidade de uma

³¹³ MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Boitempo: São Paulo, 2008. p. 87

consciência de classe necessária, capaz de, mundialmente, alterar a rota estratégica do capital.

Mas, para isso, é imprescindível considerar as precisões históricas do desenvolvimento dessa consciência. No caso brasileiro, as necessidades, produzidas historicamente, foram absorvidas por organismos que procuraram solucioná-las dentro de um quadro *políticista*. A ausência de rupturas históricas nos movimentos sociais e sindicais brasileiros originaram uma nova atrofia a qualquer alternativa histórica viável em relação à ordem vigente. Nesse sentido, Mészáros explica:

“O emaranhado desnorteante de fatores funcionais e sócio-estruturais (...) não é simplesmente um traço da teoria, mas da própria prática social. Ele se manifesta na forma de estratificações sociais complexas, com interesses parciais definidos, refletidos na contingência da consciência de estrato, em qualquer época específica. Mas, novamente, é essencial que se considerem esses problemas em contraposição ao pano de fundo dinâmico das transformações que aconteceram e continuam a acontecer em grande escala, pois a tendência objetiva inerente à natureza do capital – sua transformação em um sistema global, acoplado à sua concentração e à sua articulação tecnológica e científica cada vez maiores – debilita e transforma em anacronismo a subordinação social, estrutural e funcional do trabalho ao capital”.³¹⁴

Assim, a mundialização do capital gerou, diante do sócio-metabolismo brasileiro, consequências implacáveis e encontrou terreno fértil para suas implicações.

Ao longo da década dos Fernandes, alterações de nível legal e a ampliação de créditos para o suporte tecnológico foram prioritários. As mudanças em relação à legislação trabalhista, essencialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, contextualizaram ainda mais os novos padrões de compra e venda da força de trabalho. As mudanças mais latentes ficaram

³¹⁴Idem, *Ibidem*. p. 87

em torno da contratação temporária apoiadas na flexibilização dos processos de trabalho e no mercado de trabalho.

Em 1995, um Novo Regime Automotivo foi criado. Novas alíquotas e ajustes cambiais atraíram e propiciaram diferentes investimentos no setor automotivo no país. A vinda de novas montadoras como a Citroën, a Peugeot e a Renault, entre outras, anteriormente, que antes só montavam ônibus e caminhões, também iniciaram a montagem de automóveis, trouxeram consigo tendências de produção flexível e contribuíram para a formação de novos polos industriais do setor por conta do estabelecimento de uma concorrência entre estados da federação, atraindo tais investimentos.

Uma nova geografia industrial se desenhava: a descentralização do setor automotivo fez surgir pólos industriais no Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e mais recentemente, na Bahia. A descentralização também fragmentou a classe metalúrgica e as formas de defendê-la.

Muitas indústrias se instalaram em cidades sem experiência sindical anterior o que contribuiu no rebaixamento de salários e de outros custos operacionais.

Esse novo cenário é interessante pela proporção, pela dimensão e pelas características adquiridas pelo setor automotivo nacional que continua, até hoje, sendo o pilar mais importante da nossa economia. Mas, tal situação atingiu, profundamente, a região do ABC Paulista e exerceu forte pressão sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, abalando de, certa forma, a sustentabilidade da região que não era mais vista como estratégica. Muito se falou sobre a evasão industrial na região do ABC culpando, inclusive, a combatitividade sindical pela fuga das suas indústrias. Entretanto sabemos que os fatores que contribuíram para a evasão industrial estão calcados em outras perspectivas, algumas delas já apontadas acima.

Da parte do Sindicato, a preocupação passou a ser o restabelecimento da Câmara Setorial no sentido de formular políticas públicas para a revitalização da região do ABC. Em diversos seminários, o assunto foi considerado como uma saída plausível para o seu problema da falta de postos de trabalho.

Em 1998, a Câmara Regional do ABC foi criada com o objetivo de reconquistar o diálogo com os empresários e com o governo na busca de

alternativas para o desenvolvimento do ABC Paulista. Hoje, após 12 anos do seu surgimento, a Câmara Regional ficou à mercê de interesses políticos imediatos e pouco colabora para o desenvolvimento daquela localidade conforme era o objetivo em sua origem.

Os anos de 1997 e 1998 foram de uma breve união entre sindicalistas e empresários. O cenário instalado era de crise internacional, principalmente no mercado asiático e russo. A crise mexicana também agravou a crise na América Latina, atingindo diretamente o Brasil e o campo da exportação. A retração da economia brasileira por conta do regime cambial estabelecido pelo governo, começava novamente a ameaçar os trabalhadores. Acordos foram firmados e vistos como vitoriosos por parte dos sindicalistas. Mas o que não podemos deixar de abordar são as estatísticas que demonstraram, mais uma vez a diminuição dos postos de trabalho também nesse período e os problemas vividos pela Ford no final de 1998 e em janeiro de 1999, foram bons exemplos.

A Ford, em 16 de dezembro de 1998, demitiu cerca de 2.800 funcionários por conta da retração nas vendas e do pátio lotado. Em negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cerca de 1400 empregos entraram num regime especial. Mas, todos os esforços do Sindicato, para manter os empregos foram por água abaixo em abril de 1999, quando os mesmos trabalhadores foram realmente dispensados.

O próprio DIEESE, departamento de apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e principal gestor dos estudos sócio-econômicos para o Sindicato, apontou por inúmeras vezes as quedas nos níveis de emprego no setor metalúrgico. Esse fato, mais uma vez, mostra-nos a fragilidade das negociações desencadeadas, principalmente que se refere à durabilidade dos acordos.

Nesse sentido, as discussões em torno da força de trabalho e do direito do trabalhador são, indubitavelmente, os principais aspectos a serem considerados nessa relação.

Bibliografia Referenciada

(A) Obras

ABREU, Alice Rangel de Paiva. (org). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. 5 ed. México:XXI Editores, 1991.

AGGIO, Alberto, LAHUERTA, Milton (orgs). *Pensar o século XX: problemas políticos e a história nacional na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003.

ALMEIDA, José. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica & interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

ALVES, Giovanni. Crise do sindicalismo e neocorporativismo no Brasil: as perspectivas dos anos 90. *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, Curitiba: Paraná, 1994.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e globalização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2 ed. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço da década neoliberal (1990-2000). *Revista de sociologia e Política*, nº 19, Curitiba, nov de 2002.

ALVES, Giovanni. (cood). *Trabalho e direito: uma perspectiva crítica*. Projeto NEG, UNESP, 2004.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007.

ARAÚJO, Ângela (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores na Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria brasileira*. São Paulo: Scritta, 1996.

ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro (org). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARBIX, Glauco, RODRIGUES-POSE, Andrés. *Estratégias do desperdício: a guerra fiscal e as incertezas do desenvolvimento*. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 54, São Paulo, Cebrap, julho de 1999.

ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro. *Ajuste local à globalização: um estudo comparativo do investimento estrangeiro direto no ABC e na Grande Porto Alegre*. Genebra, OIT, 2002.

ARBIX, Glauco. *Inovar ou inovar: a indústria brasileira entre o passado e o futuro*. São Paulo: Papagaio, 2007.

AROUCA, José Carlos. *Legislação sindical: passado, presente e futuro*. São Paulo: DIAP, 2007.

ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível: a formação do ser humano integral – economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista – as greves de 1978/80*. 2 ed. São Paulo: Unicamp, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Hun, MACILROY, John, RAMALHO, José Ricardo, RODRIGUES, Iram Jácome. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)*. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 2004.

ANTUNES, Ricardo (org). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo, SILVA, Maria A. Moraes. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AVERBURG, André. *A abertura e a integração comercial brasileira na década de 90*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 1999.

AVERBURG, André, GIAMBIAGI, Fábio. *A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e conseqüências*. Rio de Janeiro: BNDES texto para discussão, 2000.

BARBOSA, Alexandre Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. 3 ed. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Unicamp, 2004.

BERNARDO, João. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo: Vértice, 1987.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Alcances e limites da reestruturação negociada*. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, v. 12, nº 1, jan/mar, 1998.

BLASS, Leila Maria da Silva. *De volta para o futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. São Paulo: EDUC/ FAPESP/ Cortez, 2001.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp, 1991.

BOITO JR, Armando (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo tem futuro?* In: Para onde vai o sindicalismo. PUC Viva – Revista da APROPUC, nº 11. janeiro/ março, 2001.

BOITO JR, Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp, 2007.

BONELLI, Regis, VEIGA, Pedro da Motta. *A dinâmica das políticas setoriais no Brasil na década de 90: continuidade e mudança*. Revista Brasileira do Comércio Exterior/FUNCEX: Rio de Janeiro, nº 25, abril, 2003.

BOYER, R. *Dois desafios para o século XXI: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização*. Nexos Econômicos. Revista do mestrado de economia da UFBA, Salvador, v. 1, nº 2, dez, 1999.

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *Plano nacional de qualificação do trabalhador – PANFLOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul*. São Paulo em Perspectiva. v. 18, nº 14, São Paulo, out/dez, 2004.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CARDOSO, Adalberto Moreira, COMIN, Álvaro. *Caminhos cruzados: o “acordo das montadoras” e as relações de classe no Brasil contemporâneo*. Seminário Brasil em Perspectiva: IFCS/UFRJ, 25-27 de agosto, 1993.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Trabalhar, verbo intransitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo: Difel, 1976.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp/ Unicamp, 2002.

CARRION, Raul K. M., VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, Ana Célia, LINCHA, Antonio, PINTO JR, Helder Queiroz, SABOIA, João (orgs). *Brasil em desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTRO, Nadya Araújo de. *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Ana Célia (org). *Brasil em desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CATTANI, Antonio David (org). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CHAIA, Miguel. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE – 1955-1990*. São Paulo: Humanidades, 1992.

CHASIN, José. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. São Paulo: Ensaio, nº 17/18, 1989.

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CLETO, Marcelo Gechele. *A gestão da produção nos últimos 45 anos*. FAE Business, nº 4, dez, 2002.

COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.

COMIN, Alexandre. *De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90*. São Paulo: Cebrap/Annablume/FAPESP., 1999.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

CORSI, Luiz Francisco. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980.

DAGNINO, Evelina (org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DAWBOR, Ladislau, FURTADO, Odair, TREVISAN, Leonardo, SILVA, Hélio (orgs). *Desafios do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

DE NEGRI, João Alberto. *O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro*. Brasília: Estudos Setoriais do IPEA, 1999

DRAIBRE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil – 1930-1960*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, Graça, FRANCO, Tânia. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006

FERREIRA, Jorge, NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Autores Associados/ Educ/ Fapesp, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANCA, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FLIGENSPAN, Flavio Benevett. *Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real*. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 26, nº 2, 1998.

FRANÇA, Teones Pimenta. *A lógica do pacto do ABC paulista para Brasília*. Revista Outubro, nº 8, 2003.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez., 1995.

FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. Vol 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FREIRE, Lúcia M. B. *O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Revista Educação e Sociedade: Campinas, vol 24, nº 82, abril, 2003.

GENTILI, Pablo. *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GITAHY, L., LEITE, M., RABELO, F. *Reestruturação produtiva e a empresa: programas de qualidade, política de gestão de recursos humanos e relações industriais*. Projeto de Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Estudos Temáticos, 1993.

GOHN, Maria da Glória (org). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GONÇALVES, José Sérgio R. C. *Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1985.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1992.

GRAZIA, Giuseppina de. *Tempo de Trabalho e desemprego: redução da jornada e precarização em questão*. São Paulo: Xamã, 2007.

HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

HARDMAN, Foot. *Nem pátria, nem patrão: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2002.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HERSCOVICI, Alain. *Dinâmica Macroeconômica: uma interpretação a partir de Marx e Keynes*. São Paulo: Educ, 2002.

HIRATA, Helena. *Da polarização das qualificações ao modelo de competências*. In: FERRETTI, Celso João et al (orgs). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

HIRST, M. *Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil*. *Revista de Economia Política*, v. 8, nº 3, 1988.

HOBSBAWM, Eric J., *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INÁCIO, José Reginaldo. *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?* Minas Gerais: Crisálida, 2007.

KATZ, Cláudio, COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. São Paulo: Bloch, 1974.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Educação profissional: categoria para uma nova pedagogia do trabalho*. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, 1999.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LANGONI, Carlos Geraldo. *A nova América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LAPLANE, Mariano, COUTINHO, Luciano, HIRATUKA, Célio (orgs). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Unesp/ Unicamp, 2003.

LATINI, Sydney A. *A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva*. São Paulo: Alude, 2007.

LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, Márcia de Paula (org). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1997.

LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LIPIETZ, Alain. *Urdidura e regulação: um instrumento para as ciências sociais*. Revista Sociedade e Estado, v. 4, jul/dez, 1989.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociedade do conhecimento*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAGNANO, Octávio Bueno. *Organização sindical brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981.

MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

MAURO, Gilmar, PERICÁS, Luiz. *Capitalismo e luta política no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2001.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Porto: Editora Portucalense 1971.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Trabalhadores em greve polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEADE, J.E. *The theory of international economic polity: the balance of payments*. London: Machimillan & Co, 1952.

MELMAN, Seymour. *Depois do capitalismo: do gerencialismo à democracia no ambiente de trabalho – história e perspectiva*. São Paulo, Futura, 2002.

MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Clarice M., SARTI, Ingrid. *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Rio de Janeiro: ILDES, 1983.

MERCADANTE, Aloísio (org). *O Brasil pós-real: a política econômica em Debate*. São Paulo: Unicamp, 1997.

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MORAIS FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1952.

MORAES NETO, Benedito de. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.

NEGRI, João Alberto de. *O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pesquisa de Planejamento Econômico, v. 29, nº 2, ago/1999.

NEGRI, Antonio, COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NIEMEYER NETO, Luiz M., *Dívida externa brasileira nos anos 90 em uma perspectiva histórica: créditos internacionais de curto prazo e "estatização" da dívida*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2003.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: Educ/FAPESP, 1997.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Unesp/UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Eurenice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamentos da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2003.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez São Bernardo*. Campinas: Unicamp, 1999.

PEIXOTO, Madalena Guasco. *A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POCHMANN, Marcio. *Mudanças na ocupação e formação profissional*. In: VI Encontro Nacional de estudos do Trabalho. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Anais, 1999.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Márcio (org). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRADO JR, Caio. *A revolução burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRONI, Marcelo W, HENRIQUE, Wilnês (orgs). *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: Unesp/ Unicamp, 2003.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

RAMALHO, José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio (orgs). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2001.

REGO, Elba Cristina Lima. *O processo de constituição do Mercosul*. Brasília: BNDES – texto para discussão, 1995

RIBEIRO, Darcy. *As américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Fernando. *Política cambial, estabilização monetária e balanço de pagamentos na América Latina e no Brasil*. São Paulo: PUCSP/ Educ, 2005.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: MBooks, 2004.

RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Ira, Jácome, RAMALHO, José Ricardo Ramalho. (orgs). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o sul Fluminense*. São Paulo: Annablume, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins, CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUÉ, Pablo Alá. LAVERGNE, Nestor Pablo. *Intregación Argentina Brasil*. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert-Cises, 1991.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios gerais de direito sindical*. 2 ed. São Paulo: Forense, 200.

SADER, Emir (org). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SADER, Emir, BETTO, Frei. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo, 2000.

SADER, Emir (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/ SP*. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova república*. In: Revista Scielo, v. 26, nº 2, 2007.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (orgs). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: Educ, 2000.

SAVIO, Marco Antônio Cornacioni. *A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: Educ, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Ângela Maria Medeiros M., PINHÃO, Caio Márcio Ávila. *Polos automotivos brasileiros*. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, nº 10, setembro, 1990.

SÁVIO, Marco Antônio. *A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: Educ, 2003.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, Paul. *Economia política e urbanização*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do "novo sindicalismo": as paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em História Social, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Donaldo Bello de. *Complexificação e simplificação do trabalho em face do processo de reestruturação produtiva na indústria brasileira: formação ou educação para o trabalho?* Scripta Nova: Universidad de Barcelona. Vol. VI, nº 119, 1 de agosto de 2002.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.* São Paulo: Cortez, 2004.

TERRA, José Cláudio C. *Gestão do conhecimento: aspectos conceituais e estudos exploratórios sobre as práticas de empresas brasileiras.* Doutorado em engenharia de Produção. USP – Escola Politécnica, 1999.

VAISMAN, Ester. *A contribuição para uma ontologia do ser social de G. Lukács para a filosofia da educação.* Universidade Federal de Minas Gerais, nº 17, s/d.

VANEK, J. *General equilibrium of international discrimination.* Cambridge: Harvard University Press., 1965.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. *Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VELASCOS e CRUZ, Sebastião. *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história.* São Paulo: Unesp/ Unicamp, 2004.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. *Trabalhadores: entrevista Vicentinho – Greve tem hora.* Revista Teoria e Debate. nº 15, ago/set/out, 1991.

VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula.* Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VINER, J. *The customs union issue*. New York: Camerigie Endowment for International Peace, 1950.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W., VIGEVANI, Tullo. *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*. São Paulo: Unesp/ PUCSP, 2005.

WEFFORT, Francisco C. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 5, 1972.

WEFFORT, Francisco C. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. São Paulo: Estudos Cebrap, 1973.

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964*. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC, 1978.

WOMACK, James P, JONES, Daniel, ROOS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZAULI, Eduardo Meira. *As condições sociais da emergência e decadência da Câmara Setorial da indústria automotiva no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1997.

ZEQUINI, Anicleide. *O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista Salto-SP, séculos XIX e XX*. São Paulo: Annablume, 2004.

(B) Fontes Primárias e Secundárias:

ANUÁRIO estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 – 1988 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1989.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 – 1990 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1991.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 – 1991 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1992.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 - 1993 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1994.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 - 1995 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1996.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 - 1996 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1997.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 - 1997 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1998.

ANUÁRIO Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira – 1957 - 1998 – ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1999.

(C) Publicações do DIEESE

- “Do holerite às compras: remuneração, preços e poder aquisitivo do tempo de trabalho em 17 municípios com produção automobilística no Brasil, julho de 2003”.

- “Renovação e reciclagem da frota de veículos: as propostas dos metalúrgicos do ABC, novembro de 1998”.

- “Participação nos lucros e resultados: a visão dos metalúrgicos do ABC, fevereiro de 1998”.

- “Globalização e setor automotivo: a visão dos trabalhadores, agosto de 1996”.

- “Redução da jornada, limite de hora extra e reorganização do tempo de trabalho: as propostas dos metalúrgicos do ABC, 1995”.

- “Rumos do ABC: a economia do Grande ABC na visão dos metalúrgicos, outubro de 1995”.

- “Os trabalhadores e a terceirização: a proposta dos metalúrgicos do ABC, fevereiro de 1993”.

- “Sem peças, o Brasil não anda: metalúrgicos do ABC em defesa da produção nacional de autopeças e do emprego, agosto de 1995”.

- “Um acordo histórico: a proposta dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta firmada em fevereiro de 1993, junho de 1993”.

- “Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: a proposta dos trabalhadores na Câmara Setorial, Março de 1992”.

- “Brazilian Automotive Industry: main information. Subseção DIEESE/ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, outubro de 1997”.

- “Reestruturação produtiva e emprego na indústria metalúrgica do ABC: uma visão atual. Subseção DIEESE/ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, agosto de 1997”.

- “A posição dos Metalúrgicos do ABC em relação à medida provisória 1024 que estabelece a Nova Política Industrial para o Setor Automotivo Brasileiro, agosto de 1995”.
- “Mapa da mina: a estrutura de preços dos veículos e os efeitos das importações sobre os trabalhadores, janeiro de 1995”.
- “Participação dos trabalhadores nos resultados das empresas: as propostas dos metalúrgicos do ABC/ Diretrizes para a negociação, janeiro de 1995”.
- “Contrato coletivo de trabalho: proposta para as negociações com o Sinfavea, maio de 1995”.
- “Qualidade de vida no trabalho na Mercedes-Benz do Brasil: as propostas dos trabalhadores, outubro de 1994”.
- “Trabalho em grupo nas negociações de reestruturação produtiva: as propostas dos metalúrgicos do ABC, maio de 1994”.
- “A posição dos metalúrgicos referente às importações de veículos: nossa proposta para a Câmara Setorial, maio de 1992”.
- “O setor automotivo no Mercosul: as propostas sindicais. CNM”.
- “Política industrial: reestruturação produtiva e organização do trabalho, setembro de 1995”.
- “Participação dos trabalhadores nos resultados: propostas de parâmetros à negociação com as empresas não montadoras, julho de 1995”.
- “Indicadores: emprego e salário (Sindicato Patronal)”.
- “Um ano de Plano Real: as propostas dos trabalhadores/ Coleta de dados, junho de 1995”.
- “Emendas à medida provisória 915/95 sobre participação dos trabalhadores nos lucros das empresas: as propostas dos trabalhadores, março de 1995”.

- “Contrato coletivo de trabalho: propostas para as negociações com o Sinfavea, março de 1995”.

- “As propostas dos metalúrgicos do ABC para a retomada da Câmara Setorial Automotiva: I – Nova Política para o Setor; II – Novas relações de trabalho, fevereiro de 1995”.

- “Comparação das Indústrias Automotivas de São Bernardo e Betim, junho de 1994”.

- “Trabalhadores Mensalistas: informações gerais, maio de 1994”.

- “As propostas dos trabalhadores para o segmento de tratores, máquinas agrícolas e seus motores, julho de 1993”.

- “Autolatina: divisão Volkswagen, abril de 1993”;

- “Câmara Setorial Automobilística: diagnóstico e diretrizes gerais para novos investimentos, junho de 1992”.

- “Toyota do Brasil: Eclipse ou nascer do sol?, Maio de 1992”.

- “Formação profissional: os sindicatos devem entrar nessa discussão?, Agosto de 1991”.

(D) Livros e Revistas:

- Revista Teoria e Debate – Fundação Perseu Abramo;

- Revista Escrita Ensaio, Movimento Operário: novas e velhas lutas. ano III, nº 6, 1980.

- Revista Escrita Ensaio 17/18 – Filosofia/Política/Ciência da História, 1989.

- Revista Intersindical: um instrumento a serviço da luta de classes. Caderno de Debates nº 1 – Reaprendendo o ABC. 09/2006.

– “América Economia. Caminho Esburacado: o péssimo estado da infraestrutura da América Latina destrói a competitividade da região. Edição Brasil, 11/dez/2006.

– “Economia e negócios – FOCO. A vez do toyotismo: como o estilo japonês de administração está desbancando o modelo americano de fazer automóveis criado por Ford e revolucionando outros setores da economia. 1º/dez/2006/ ano 2, nº 44”.

– “Conjuntura Econômica. Perspectivas da economia brasileira. Dez/2006/ vol. 60, nº 12”.

BOLETIM DE POLÍTICA INDUSTRIAL – IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril, nº 1, 1997.

BOLETIM DE POLÍTICA INDUSTRIAL – IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, agosto, nº5, 1998.

Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, 1988.

(E) Jornais:

- Correio Paulistano – 26/03/1953;
- Folha da Noite – 30/03/1953;
- Jornal Voz Operária – dezembro/ 1965;
- Gazeta Mercantil – 18/06/1990;
- Gazeta Mercantil – 25/06/1990;
- Folha de São Paulo – 26/06/1990;
- O Estado de São Paulo – 04/07/1990;
- Folha de São Paulo – 21/07/1990;
- Jornal de Brasil – 19/02/1991;

- Diário do Grande ABC – 20/02/1991;
- Diário do Grande ABC – 26/02/1991;
- Jornal Vale Paraibano – 18/05/1997;
- Diário do Grande ABC – 24/03/1994;
- Diário do Grande ABC – 25/03/1994;
- Diário do Grande ABC – 24/05/1996;
- Folha da Tarde – 14/09/1996;
- Tribuna Metalúrgica – 03/07/2008;
- Diário do Grande ABC – 15/03/1997;
- O Estado de São Paulo – 18/05/1997;
- Folha da Tarde – 15/11/1998;
- Folha de São Paulo – 14/11/1998;
- Diário Popular – 17/01/1999;
- Folha de São Paulo – 21/01/1999;
- O Estado de São Paulo – 04/02/1999;
- O Estado de São Paulo - 18/05/1997;
- Jornal O Globo – 9/10/1991

(F) Fontes Eletrônicas

OLIVEIRA, Francisco. (Coord.) Câmaras Setoriais: a experiência do setor automobilístico. In:

[www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/Camaras Setoriais A Experiência Do Setor Automobilístico](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/Camaras_Setoriais_A_Experiência_Do_Setor_Automobilístico).

VASCONCELOS, Nilton. A política pública e o seu processo de formulação: o caso da indústria automotiva brasileira na década de 90. In: [www.sei.ba.gov.br/publicacoes sei/bahia/analise dados/pdf/panejamento/125.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes_sei/bahia/analise_dados/pdf/panejamento/125.pdf).

ANDERSON, Patrícia. Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados – 1991-95. In: <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/MU2303.pdf>.

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, Ricardo. Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos Metalúrgicos do ABC. In: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Textoiram2004.rtf>.

ODA, Nilson Tadashi. Educação, formação profissional e ação sindical: da teoria à prática. In: <http://cedes-gw.unicamp.br/pesquisa/artigos/nto06.html>.

SALERNO, Mario Sergio. MARX, Roberto, ZILBOVICIUS, Mauro. Reestruturação produtiva no complexo automotivo brasileiro. In: http://www.poli.usp.br/pesquisa_tto_3.thm.

PIMENTEL, Fernando, NAJBERG, Sheila. Condomínio industrial: o caso do complexo Ford nordeste. In: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futIndustria_2_09.pdf.

SANTOS, Ângela M. Medeiros, BURITY, Priscila. O complexo automotivo. In: http://bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial06.pdf.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
www.mdic.gov.br

MINISTÉRIO do Trabalho e do Emprego www.mte.gov.br

MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia www.mct.gov.br

BANCO Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social www.bndes.gov.br

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) www.ipea.gov.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)